BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA

SEGUNDA TIRAGEM DA EDIÇÃO
COMEMORATIVA DO IV CENTENÁRIO
DA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

NOBILIARCHIA PAULISTANA
HISTORICA E GENEALOGICA

★

TOMO I

BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA

DIREÇÃO DE AFONSO DE E. TAUNAY

PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME

NOBILIARCHIA PAULISTANA HISTORICA E GENEALOGICA

Terceira edição acrescida da parte inédita, com uma biografia do autor e estudo crítico de sua obra por

AFONSO DE E. TAUNAY

*

Tomo I

*

LIVRARIA MARTINS EDITORA

SÃO PAULO

NOBILIARCHIA PAULISTANA
HISTORICA E GENEALOGICA

composta segundo a lição dos cartorios assim seculares como eclesiasticos
da Capitania de S. Paulo e suas vizinhas por

PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME

Natural e cidadão da Cidade de S. Paulo em cuja republica serviu
os cargos honrosos della.

Sargento Maior do Regimento da Nobresa das Minas
de Paranapanema e Apiahy

Escrivão da Comarca de S. Paulo

Escrivão Forel e Thesoureiro da Real Intendencia

de Capitão nas Minas de N. Snra. do Pilar — N. Snra. da Conceição
dos Crixás na Capitania dos Guayazes

Provedor Comissario da fazenda dos defuntos e ausentes
nas mesmas Minas

Thesoureiro Mór da Bulla da Santa Cruzada no Bispado de S. Paulo

Capitania dos Guayazes e Minas de Cuyabá e Matto Grosso

Guarda Mór das Minas da Cidade de S. Paulo
e o seu termo (1)

---

(1) São estes os dizeres encontrados numa folha solta, em poder do ilustre linhagista Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme quiçá os de folha de rosto da obra de Pedro Taques. Não nos parece contudo que estes titulos tenham sido traçados pelo linhagista e sim copiados pois a letra lembra o de principios do seculo XIX e é muito diversa da caligrafia habitual do autor de NOBILIARCHIA PAULISTANA (A. de Taunay).

OBRAS DE PEDRO TAQUES

OBRAS DE PEDRO TAQUES

S. Paulo, 29 de Junho de 1714. N. em 3 de Março de 1777

Impressas na REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO BRASILEIRO

Parte da Nobiliarchia Paulistana, nos volumes 32, 33, 34 e 35 em trechos destacados, relativos a 24 titulos genealogicos; 1.202 pags. in-8º. Desta enorme obra, de immenso valor documentario, e, no dizer dos historiadores, "nunca assaz admirada" ignora-se o paradeiro de 77 titulos de que faz menção o autor.

Historia da Capitania de S. Vicente, no volume 9.108 pags. in-8º.

Informação sobre as minas de S. Paulo, no volume 64; 84 pags. in-8º.

Noticia historica ou expulsão dos jesuitas do Colegio de S. Paulo, em 1640, no volume 12; 40 pags. in-8º.

REPUTAM-SE PERDIDAS

Historia de S. Paulo.

Memorias de Jundiahy.

Elementos de Historia de Piratininga.

Apontamentos.

Discurso chronologico dos descobrimentos do Brazil.

Informação sobre o estado das aldeias de indios da Capitania de S. Paulo.

Vida de Martim Affonso de Souza.

Historia do levantamento das Minas Geraes.

Demonstração veridica e chronologica.

Historia da Conquista a que foram á Bahia os paulistas.

PREFÁCIO

PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME

Celebrando a memória de Pedro Taques nas modestas cerimônias comemorativas da passagem do seu segundo aniversário natalício em julho de 1914, e cerimônias de cuja iniciativa nos ufanamos, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo uma obra de justiça. Surge por seu orgão a primeira manifestação pública e coletiva, tão tardia embora! mais que secular! da Glória, a esquiva amiga dos tumulos, em relação ao pobre historiador que, no meio dos transes da atribulada vida, cheia dos lances mais dolorosos, não cessou, um dia, de trabalhar, com a inflexibilidade dos homens de ideais, no monumento por ele consagrado á rememoração das primeiras gerações vicentinas e do Bandeirantes, dilatadores de S. Paulo e do Barsil. Obra de tamanha justiça, esta, que não nos parece possível haja uma única vez, em toda a extensão do território nacional, ousando contestar-nos a afirmativa de que se reveste a oblação do Instituto Histórico de S. Paulo dos caracteres de um preito unanime, não só dos paulistas como dos brasileiros.

Que fez o outrora deslembrado escritor para que sua obra agora provoque considerável demonstrações de apreço? Contentou-se em ser profundamente humano. A ele devemos, na história surpreendente do recuo do Meridiano asfixiante do Brasil quinhentista, desde o litoral atlântico até o coração do continente, as únicas manifestações do documento humano. Deu-nos os traços insubstituíveis para o estudo das personalidades, os caracteres das gerações que passaram sem deixar vestígios; foi dentre os nossos cronistas dos raros que, na história do pais, alguma coisa viram além da inexpressiva resenha e serzidura dos atos oficiais: cartas régias, provisões e alvarás quase sempre tão ocos e vazios, amorfos. Resta-nos, graças a Pedro Taques, um pouco da alma dos conquistadores do Brasil central; e o destino, como a invejar-lhe a concessão de tão considerável glória, e a prever-lhe a exaltação do nome pelos pósteros, resolveu envolver-lhe a vida numa serie de dissabores e desgostos, de calamidades e catástrofes.

I

Pedro Taques de Almeida Leme... Revela o simples exame do nome a preocupação nobiliárquica do historiador, cujo orgulho de casta tanto trai.

Aos apelidos que lhe impusera o Pai, em homenagem à ascendencia materna, ilustre, antiga e opulenta na capitania vicentina, e em deferência sobretudo ao sogro Pedro Taques de Almeida — personagem de prol na república da cidade de S. Paulo, a quem por vezes haviam os Senhores Reis escrito, fidalgo da casa d'El-Rei D. Pedro II, capitão mor e governador da capitania de S. Vicente e São Paulo, de 1684 a 1697, provedor e contador da fazenda real, juiz da alfândega e vedor da gente de guerra da praça de Santos, alcaide mór e administrador geral das aldeias do real padroado — aos apelidos que ao ilustre e opulento parente recordavam, entendeu o genealogista reunir outros de que não menos se orgulhava.

Excepcional era então o brilho e o prestígio dos Taques em terras paulistas. Remontavam pela antiguidade a Pedro Taques, secretário de D. Francisco de Souza, e provável confidente das manhas do famoso Governador Geral, minerador e eldoradomaníaco. Prosperando sobremaneira no Brasil, adquirira notável posição a descendência do secretário. Em princípios do seculo XVIII ilustravam-na a opulência de Lourenço Castanho Taques, a do padre Guilherme Pompeu, o creso de Parnaíba, o prestígio moral e intelectual do Capitão mor Pedro Taques de Almeida. Família de sertanistas ilustres, senhores de latifúndios e ricas lavras auríferas, onde brilhavam numerosos e eruditos eclesiasticos, oficiais empregados no real serviço, nela não havia sombra de suspeita de mecanismo.

A adição dos últimos nomes, pelo próprio cronista realizada, representa-lhe a íntima satisfação em aliar na assinatura a ilustração dos Lemes á dos Taques, sem contar que o apelido Paes lhe recordava o próprio progenitor de quem, com inteira justiça, podia e devia orgulhar-se muito.

Na imensa admiração professada pela personalidade do Governador das Esmeraldas, o mágno bandeirante seiscentista, e traduzida nas trinta páginas da Nobiliárquia Paulistana, consagradas ao grande tio avoengo, procuremos ainda ver nova explicação do alongamento.

Assim, pois, representando a difusão do sangue paterno dos Lemes, "família de grandes varões" e a do materno dos Taques, esquartelavam-se os cinco melros de prata, postos em aspa, sem pés nem bico daqueles, aos elementos heráldicos do quádruplo brasão do velho Pedro Taques de Almeida, nas armas do ilustre historiador. Nascido em S. Paulo, em fins de junho de 1714, provàvelmente a 29, e sexto filho do capitão Bartolomeu Pais de Abreu e de D. Leonor de Siqueira Pais, batizou-se o futuro genealogista a 1.º de julho imediato na igreja do Carmo.

Oriundo de S. Sebastião e aparentado com a melhor gente da capitania, sobrinho neto de Fernão Dias Pais e quarto neto de Brás Cubas, era Bartolomeu Pais, primo afastado da mulher.

Homem de elevada inteligência, e cultivo muito acima da média, fora juiz ordinário em S. Paulo e mais tarde, em 1710, recebera do capitão general Antônio de Albuquerque o comando de uma das duas companhias de infantaria que constituiam toda a guarnição de linha

da capitania. Tinha então em mente grandiosos planos relativos à devassa dos sertões, com o fito da descoberta de metais preciosos, pois ao apogeu chegara o período do primeiro grande *rush* paulista para o ouro, em véspera do achado das prodigiosas lavras do Cuiabá e das Guayazes. A Bartolomeu Pais e a suas empresas voltaremos já: foi um personagem do maior destaque na grande fase da mineração que representa o princípio do século XVIII e parece-me dificil biografar o filho, deixando-o de lado.

Pouco sabemos da infância de Pedro Taques; algumas alusões dos seus escritos nos ensinam que frequentou, nos pátios do colégio jesuítico de S. Paulo, o curso de artes. Era a Companhia a única educadora da mocidade brasileira colonial e a sua expulsão, diz-nos o visconde de S. Leopoldo, inaugurou um período de terrível ignorância em nossa terra de Norte a Sul.

Frequentou o linhagista as aulas dos antigos — trívio — e quatrívio mediavais, evoluidas no *Ratio studiorum* dos discípulos de S. Inácio, no seculo XVI. Estudou a gramática, a retórica e a lógica, o latim, os algarismos e a geometria e se chegou a concluir o curso, e obter o tão honroso e honrado titulo de mestre em artes, apesar das dificuldades da vida paterna, a simples leitura de sua obra é mais que suficiente para nos convencer de que à robusta inteligência lhe não custara adquirir os vastos conhecimentos que armazenou. Foi certamente "um ótimo latino com grande lição da história" como então se dizia e fez o que muitos poucos conseguiam então: aprendeu o francês. Em princípios do seculo XIX, conta-nos S. Leopoldo, só havia em Santos uma pessoa capaz de ler essa língua, o vigário Toledo. Do conhecimento do idioma provinha ao nosso biografado muito sincero prazer e vaidade, como tanto se depreende das próprias expressões. Estudou Pedro Taques, a filosofia com atenção e conta-nos até que teve a ventura de possuir como explicador um santo, o famoso padre Estanislau de Campos, o êmulo de Belchior de Pontes e grandes barrete da Companhia. Fala-nos também de outros orientadores da mocidade, o padrinho e parente frei Luiz dos Anjos, carmelita, no século Luís Ribeiro de Alvarenga, e o jesuita José de Mascarenhas, ambos "genealógicos insígnes das famílias brasileiras e portuguesas" e versados na nossa história.

A eles talvez ficasse a dever o pendor irresistível pela história e as pesquisas genealógicas. Obteve Pedro Taques o grau de mestre em artes, como o irmão mais velho e condiscípulo, Bento Pais da Silva. A ambos perturbara o curso a série de infelicidades que sobre a casa paterna desabara, quando lhes iam os estudos adiantados.

Animado com os resultados prodigiosos que muitos parentes seus haviam auferido das lavras descobertas no sertão, decidira Bartolomeu Pais de Abreu abandonar a honrosa mas pouco remuneradora carreira, militar, para aumentar a fortuna, o que se lhe antolhava tão fácil quanto rápido.

Tão grandes proventos alcançara o cunhado, José de Gois e Morais, que pensara em adquirir por avultadíssima soma os direitos do dona-

tário do marquês de Cascais sobre a Capitania de S. Vicente, questão de mera vaidade, pois equivalia isto a empregar um grande capital a menos de meio por cento ao ano.

O irmão João Leite da Silva Ortiz, minerador no coração de Minas Gerais, no Curral d'El-Rey, já passava por um quase nababo; outro irmão, Estevão Raposo Bocarro, possuia imensos latifúndios, e rebanhos sem conta, no vale do S. Francisco, nos "Currais da Bahia".

Propôs Bartolomeu Pais, em maio de 1720, a D. João V abrir inteiramente à propria custa uma estrada de Curitiba à colônia do Sacramento, reduzindo o gentio à obediência para depois promover o povoamento da grande zona meridional. Solicitava mercês e doações de terra, a título de compensação.

Acabava de ocorrer a descoberta de Cuiabá e dezenas de milhares de indivíduos para lá afluiam desvairados pela *auri fames* e vindos de todos os pontos do Brasil. Ao nosso sertanista ocorreu a idéa de empreender o estabelecimento de um caminho, de Sorocaba às novas minas, o que já o Conde de Assumar com Gabriel Antunes Maciel ajustara, sem que nada aliás se houvesse feito. Cansado de esperar o régio despacho da sua primeira petição, à camara de S. Paulo propôs Bartolomeu a abertura da projetada estrada; levou a picada à barranca do Paraná, grandes somas empregando neste serviço, e ao voltar apressuradamente a S. Paulo, sabedor da chegada do novo capitão general Rodrigo César de Meneses teve o desgosto de ser por este maltratado e acoimado de leviandade. Ordenara D. João V a Rodrigo César contratasse a estrada de Curitiba ao Sul com Bartolomeu Pais. Indeferiu, no entanto, o capitão general o requerimento do sertanista, sob o pretexto de que não tinha idoneidade para tal serviço quem pretendia abarcar trabalhos tão consideráveis, como este e o do caminho para Cuiabá. Não desanimou Bartolomeu Pais de atrair a boa vontade do satrapa, muito embora o visse dominado pelo torvo Sebastião Fernandes do Rego, o aventureiro português da pior espécie, cuja cupidez insaciável maquinara e executara a perseguição dos irmãos Leme com a anuência do capitão general, visando, apropriar-se dos opulentos despojos dos ferozes regulos cuiabanos.

Aguçara-lhe o êxito deste crime a voracidade para outras empresas do mesmo gênero. Muito embora devesse Bartolomeu Pais sentir-se escarmentado com o fato, tanto mais quanto os Lemes lhe eram próximos parentes e Sebastião Fernandes lhe tivesse a maior e mais manifesta ogeriza, pensou em novos tentamens, a busca de jazidas auríferas, para isto precisando da inevitável aquiescência do delegado régio.

Lembrou-se de que, na infância, Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, sogro de seu irmão João Leite da Silva Ortiz, atravessara uma região de grandes *placers* auríferos, quando a acompanhar bandeira do pai, o velho Anhanguera. Fazê-lo voltar aos lugares, onde vira as pintas ricas, foi a empresa a que se dedicou o ex-capitão de infantaria com o maior afã.

Convencido e disposto, afinal, a partir, consigo levou o Anhanguera o genro João Leite, que a força persuasiva do irmão movera a abandonar as suas ótimas lavras do Curral d'El-Rey. Em 1722 arrancava de S. Paulo a grande bandeira de Bartolomeu Bueno, triunfante regressando a esta cidade, embora muito reduzida, passados mais de três anos de horríveis fadigas, perigos, marchas e contramarchas incessantes, fome e peste, deserções e amotinações.

Descobrira o terceiro eldorado brasileiro! Trazia logo depois o Anhanguera, em segunda viagem, 25 kilos de ouro, concedendo então o capitão general aos três sócios perto de 600.000 alqueires de terra, e os pedágios de 11 rios, a super-intendência e a guarda-moria das novas minas, com enorme latitude de atribuições.

Deviam, pois, os três detentores do velocino goiano enriquecer rápida e fabulosamente.

Em todos os atos passados havia por parte de Rodrigo Cezar de Menezes, porém, pérfida restrição mental: o firme propósito da próxima anulação das mercês concedidas.

Não lhe coube contudo a odiosa execução da insídia mais que provavelmente sugerida pelo miserável valido. Partindo a inspecionar as novas minas de Cuiabá, assumiu em 1727 o governo da capitania de S. Paulo o tristemente célebre Antônio da Silva Caldeira Pimentel, em quem percebeu logo Sebastião Fernandes perfeito comparsa para os novos roubos que lhe escaldavam o cérebro.

Vivia Caldeira Pimentel absolutamente obsecado pela idéia de fazer a América e, com o maior entusiasmo, correu ao encontro do ladravraz provedor da fazenda real em S. Paulo, cujas habilidades de sobra conhecia. Esboçaram ambos o projeto de espoliar os descobridores de Goiás dos proventos dos seus tão grandes sacrifícios e, enquanto não chegava o momento de agir, realizava Sebastião Fernandes o, para a época, inaudito atentado da substituição das 40 arrobas de ouro dos quintos de Cuiabá, em trânsito para Portugal, por igual peso de chumbo!

Descoberto o furto em Lisboa, em presença do próprio D. João V, passara o audaz larápio a acusar meio mundo, a começar pelo antigo protetor Rodrigo César e o honrado tesoureiro Jacinto Barbosa Lopes, clamorosamente encarcerado e castigado. Viera subseqüente devassa esclarecer a situação; receioso da acusação de cumplicidade, prendeu Caldeira Pimentel ao cumplice na fortaleza da Barra de Santos. Prosseguiu, porém, nos anteriores desígnios e, inventando haver descoberto um plano de sedição geral dos paulistas de Goiás, maquinado por Bartolomeu Pais, a este, de um dia para outro, mandou encerrar, coberto de grilhões, num calabouço do mesmo forte. Aí o reteve ano e meio incomunicável e tratado com a maior severidade, tudo fazendo para que perecesse. A vitima do satrapa valeu o acaso: a descoberta ocasional de que Sebastião Fernandes do Rego possuira, durante anos chaves falsas de cofre da fundição de S. Paulo, dispondo assim ao seu talante dos cunhos oficiais com que se aferiam as barras de ouros, cunhos

estes que só podiam da burra ser retirados, em presença de três funcionários. Sabedor do fato, por denúncias partidas de S. Paulo, indignou-se a Corte contra Caldeira Pimentel e, reprovando-lhe os atos, começou por ordenar-lhe pusesse Bartolomeu Pais em liberdade. Já, porém, o capitão general, invocando fantasioso pretexto, declarara irritar todas as mercês do antecessor aos descobridores de Goiás.

Acudiu João Leite da Silva Ortiz em socorro do irmão e bem sabendo como devia agir, das suas novas lavras trouxe nada menos de 30 quilos de ouro para os gastar em Lisboa na luta que contra o tiranete ia empenhar. Acolhido na Bahia com bondade pelo vice-rei conde de Sabugosa, logo depois, no Recife, perecia vítima de mal entendida generosidade. Transportara para Portugal, no seu navio, às ocultas da justiça eclesiástica brasileira, um péssimo padre, verdadeiro bandido, coberto de crimes praticados em Mato Grosso, certo Matias Pinto, contra quem lavrara o bispo do Rio de Janeiro decretos de extermínio. Exatamente como a víbora da fabula procedeu Matias Pinto para com o benfeitor.

Envenenou-o por instigação de Caldeira Pimentel, afiança-o Pedro Taques. Desde S. Paulo, no entanto, as suas relações com o capitão general haviam provocado numerosos conselhos, reparos e admoestações de parentes e amigos ao imprudente João Leite.

Livre do perigo da grave e pormenorizada denúncia verbal ao monarca, nem por isso pode Caldeira Pimentel esquivar-se às repreensões régias e à demissão. Natural era que ao tão experimentado Bartolomeu Paes e aos sócios se concedesse solene valiosa reparação; pois bem, o novo capitão general, conde de Sarzedas, veio a ser o orgão da consagração da injustiça real para com tão ilustres vassalos e servidores da coroa lusitana. Revalidados foram os atos de Caldeira Pimentel relativos aos descobridores de Goiás, cabendo a estes meditar sobre o texto bíblico, que noventa anos antes, ao marchar para o cadafalso, amargamente proferira o conde de Strafford, abandonado por seu amo Carlos I: *Nollite confitere principibus*... Mau grado tanta adversidade, não desanimou o homem forte e sereno que era o ludibriado sertanista. Ao filho primogênito, Bento Pais da Silva mantinha em Portugal, a estudar na Universidade de Coimbra, ardente pressagiam-lhe os triunfos quando, perante o conselho Ultramarino, as pretensões paternas advogasse.

Novas tentativas para o restabelecimento da combalida fortuna entrementes fez o nunca desesperançado Bartolomeu Pais. Volveu com a habitual tenacidade a cuidar da questão dos caminhos para Cuiabá e tentou promover nos campos de Curitiba a criação em larga escala. Arrematou os pedágios que de direito lhe cabiam, mas pouco conseguiu de remunerador, porque sempre de encontro foi à inercia, à indiferença, à má vontade dos governantes e, sem o beneplácito destes, nada, absolutamente nada, se podia fazer no Brasil colonial — centralizadores despóticos que eram de todas as energias dos jurisdicionados, de todas as iniciativas, à semelhança do irresistível monte Iman, das lendas árabes.

A 1.º de janeiro de 1738 falecia Bartolomeu Pais. À viuva e aos oito filhos pouco brilhante situação financeira deixava, pesando-lhe sobre os bens pesados compromissos.

Morrera, esperando sempre! O filho, já doutor em leis, inteligente, estudioso, pertinaz e insinuante, certamente, julgava, obteria agora a reparação das longas e pesadas injustiças que tanto o haviam assaltado. Para este fim valiosa campanha encetara em Lisboa, defendendo a causa dos descobridores de Goiás perante os ministros de Estado e o próprio rei.

Como testamenteiro deixara Bartolomeu o segundo Filho, o nosso historiador. Com o pai entretivera sempre este íntimas relações de grande e diferente amizade muito em contradição com o espírito dos tempos, pois, sobre a sociedade portuguesa naquela época, severa e constrangedoramente, se fazia sentir, para o íntimo convivio da familia, a noção autoritária, despótica, da intangibilidade do pátrio poder quase revestido de sagrado carater. Fora-lhe o desvelado confidente e o constante acompanhador.

Deste fato nos deixou Pedro Taques sobejas afirmações, evidente demonstração de quanto a Bartholomeu Pais inspirava a superioridade intelectual a não observância de arraigado e geral preconceito dos contemporâneos. Exprimindo-se à cerca do mal-afortunado sertanista, emite Calogeras conceitos que *in totum* subscrevemos:

> "Por uma injustiça clamorosa caiu no olvido o nome deste paulista, talvez pela suspeição lançada sobre os depoimentos de Pedro Taques pelo fato de ser seu filho. Parece, entretanto, que o papel de Pais de Abreu foi, senão o de chefe prático da expedição, pelo menos o de seu organizador mental; de conselheiro ouvido pelos sertanistas, de conhecedor esclarecido e de grande descortino nos corolários econômicos do empreendimento."

Nestas frases lavrou a nosso ver o ilustre autor das *Minas do Brasil* um destes veredíctos da História, cheios de majestosa grandeza porque realizam a síntese de uma verdade.

II

A morte quase subita de Bartolomeu Pais lhe não deixara pôr em ordem os avultados negócios, muito embora a calma com que encara o fim. Quase a entrar em agonia ditara o testamento, no próprio dia em que a varíola o prostrou.

Desde 1737, sargento-mor do regimento da nobreza de São Paulo, posto sobremaneira honroso para um rapaz de 23 anos, pois um único sargento-mor havia em cada vila da capitania, ficou Pedro Taques à testa dos seus, à espera de que o irmão Bento Pais conseguisse em Portugal a pleiteada reparação das injustiças e pudesse regressar. Nova catástrofe breve espreitava, porém, a atribulada familia.

Ardente e claramente expusera Bento Pais ao novo capitão general nomeado para S. Paulo, D. Luis de Mascarenhas, as iniquidades praticadas com os descobridores de Goiás, e, neste propósito, conseguira que, ao partir de Portugal, ao governador ficasse a impressão dos seus últimos e instantes argumentos reivindicadores.

Chegado a Vila Boa, mandou D. Luís dar ao Anhanguera uma arroba de ouro, a título de recompensa de serviços, ato que, aliás, o governo real anulou.

A sua passagem por S. Paulo por certo animou a Pedro Taques e aos seus; logo depois, porém, terrível compensação lhes trazia o adverso destino; ao regressar de bordo da nau, onde deixara o capitão general, perecera Bento Pais, afogado no Tejo, vítima de uma lufada, que lhe soçobrara o escaler!

Baldada, pois, toda a generosa campanha!

Durante sete anos administrou Pedro Taques a herança paterna. Em 1745, ao passar à mãe a guarda da fortuna, pode afirmar haver pago 15.000 cruzados de compromissos, quantia esta correspondente hoje a mais de 300:000$, certamente.

Desde muito as pesquisas histórico-genealógicas apaixonadamente o preocupavam.

Em 1742, a pedido do cônego Vilela Bueno, construira, por assim dizer, a história dos Buenos, desde o Sevilhano, incluidos aí, pormenorizados, os feitos de Amador Bueno o Aclamado.

De 1748 data o título dos Arrudas Botelhos, em que se encontram as súmulas de numerosas biografias mais tarde largamente desenvolvidas.

Em 1748 decidiu aproveitar um pouco dos proventos da mineração que a tantos parentes enriquecera. A situação de fortuna dos seus continuava melindrosa. Pesava sobre a família avultada dívida à viuva e filhos de Diogo de Toledo Lara. Para saldá-la só os resultados extraordinários das lavras goianas, ainda no seu explendor, embora manifestos sinais houvesse de que a decadência da mineração breve começaria.

Em princípios de 1749 vemos o escritor em Vila Boa de Guaiases, como então se dizia. Fixara-lhe a preferência do local o fato de ali viverem os sogros, pois, desde alguns anos, se casara com D. Maria Eufrasia de Castro Lomba, filha do capitão Gregório de Castro Estêves, oficial do regimento de cavalaria de Goiás.

A chegada do conde dos Arcos o instalador da nova capitania de Goiás, a Pedro Taques valeu à aquisição de um bom emprego, compensador das fadigas e perigos da enorme viagem de mais de duzentas léguas, empreendida com a mulher, um filho de ano e meio e os escravos.

Cruzava-se o deserto, quanto a ausência dos civilizados, e extremo risco havia em encontrarem-se bandos dos ferozes caiapós ou dos, ainda mais, truculentos quilombolas, escapos ao inferno da mineração e sedentos de vingança. Caravanas inteiras por uns e por outros haviam sido trucidadas.

A 30 de janeiro de 1750 nomeava o conde dos Arcos a Pedro Taques escrivão da Intendência Comissária e Guarda Moria do Distrito de Pilar, com jurisdição sobre os arraiais de Crixás e Guarinos.

Para ali se transplantou, com a família e os escravos, o escritor, imediatamente, numa nova jornada de mais de 40 léguas, das quais 20 através do mais absoluto deserto de espessíssimas florestas e invadeáveis caudais.

Agradara-se o conde dos Arcos, como muito natural era, do cronista, único homem realmente culto que talvez então houvesse naquelas longínquas terras centrais e resolvera dar-lhe uma posição, em que pudesse ganhar alguma fortuna, como o excelente emprego concedido num centro opulento de mineração. Adjunto do intendente comissário e guarda-mor Antônio Pereira do Lago, poderia o historiador, com os proventos do cargo, em curto tempo adquirir a abstança. Com grande empenho quisera o conde general regularizar os usos, serviços e costumes administrativos da sua capitania, cujo funcionalismo era corrupto e depravado.

> "Os arraiais à grande distância uns dos outros e por isso difíceis de serem policiados, a costumada luta do povo contra as autoridades, de ordinário pouco escrupulosas, o frequente extrair do ouro, apesar de quantas disposições penais fulminadas contra os extraviadores, os excessos praticados pelos contratadores, e dizimetros, a corrupção dos costumes, elevada ao último excesso".

Dava-se em Goiás o que sempre se passou e sempre acontecerá em todas as regiões onde o ouro surgir. Vinte e cinco anos havia que se fizera a primeira série de achados de *placers*. A anarquia indiscritível das primeiras décadas, causadoras dos inumeros e nefandos atentados de que nos fala o cônego Silva e Sousa, nas preciosas *Memórias Goianas*, atenuara-se um pouco.

Em 1750, muito embora enorme quantidade de ouro à flor da terra já houvesse sido recolhida, ainda se faziam novas e riquíssimas descobertas.

Continuava a imigração de portugueses e de gente da melhor de S. Paulo e Minas a que dentro em poucos anos devia succeder o começo do exodo quase geral dos brancos, para além dos limites da capitania.

A Goiás iam todos com a esperança de, em pouco tempo, ganhar o suficiente para constituir pecúlio. Poucos os que pensavam em lá se estabelecer definitivamente. Contínua se mantinha a importação de africanos para o Tártaro das lavras, computando-se em mais de 30.000 os escravos empregados na mineração. Numa sociedade em formação e tão heterogênea, imenso deixavam os costumes a desejar, como mais que plausível era. Vários havia, transplantados com a família para as novas minas, como Pedro Taques o fizera, mas a enorme maioria dos mineiros brancos, composta de celibatários, mantinha relações irregulares com pretas, e indias, uniões que o espírito de casta

lhes não permitia legalizar. Se esses homens tivessem a fraqueza de levar a cabo tal projeto daí lhes proveria sensível *capitis diminutio* como por exemplo a exclusão imediata e irrevogável das irmandades, segundo geral e inflexivelmente determinavam os respectivos compromissos.

Ao chegar ao Pilar áureas esperanças com certeza ao cronista afagavam, dissipando-lhe as fadigas de tão extensa e penosa jornada.

Muito embora a má colocação, enterrado em profunda depressão de terreno, entre os três grandes montes da Boa Vista, do Moquém e do Pendura, tinha o arraial um aspecto de animação e prosperidade realmente confortadores.

Centenas de casas, das quais algumas excelentes, distribuiam-se por três grandes ruas, e quatro travessas muito bem calçadas. À praça central ornavam vistoso chafariz, alimentado por longo e elegante aqueduto, e a sólida cadeia. A matriz, espaçosa, bela e rica, com sete altares e uma capela mór tinha riquíssimas alfáias, onde sobressaia enorme lampadário de prata — "a coisa mais rica que jamais existiu em Goiás".

Tal o antigo Papuan, onde, em 1741, João de Godoi Pinto da Silveira riquíssimos *placers* descobrira, provocadores do súbito afluxo de 4.000 mineradores brancos e 9.000 escravos. Já o Boa Vista dera "imensas arrobas de ouro; o Moquém, mais avaro do metal precioso, embora mui rico, exigia mais consideráveis trabalhos, devido à escassez da água.

Era a este Eldorado que vinha Pedro Taques buscar a fortuna. Ao penetrar no arraial pilarense certamente lhe acudia à memória a lembrança da folheta de 43 libras, um bloco, inteiriço de 20 kilos de ouro, achado perto de Água Quente — ou então a extraordinária aventura, no Cuiabá, do seu primo Antônio de Almeida Lara, que, certo dia, viera do cavalo abaixo porque o animal tropeçara numa enorme pepita reveladora da jazida, de onde, em breve tempo, extraira nada menos de 11 arrobas de ouro!

Certo é que no Pilar intensíssimo se revelava o *fervet opus.* Isolado, perdido o arraial, por assim dizer, no meio do deserto operava o ouro os milagres daquela grandeza que devia ter instantânea duração.

Os almocafres e carumbés, as enxadas e bateias continuamente trabalhavam nos veios, nos taboleiros e nas grupiaras, revolvendo o cascalho até a piçarra, abrindo poços e galerias. Continuamente, também, silvavam as longas tiras de couro dos azorragues nos magros e cicatrizados dorsos dos míseros africanos, porque se no Brasil jamais houve inexoráveis senhores e desalmados traficantes foram os mineradores, os implacáveis aventureiros escavadores do solo aurífero e réus de hediondas barbaridades. Senhores de lavras havia que, em menos de um ano, perdiam cem e mais escravos, mortos pelos maus tratos, pela péssima alimentação, pois, no Pilar, onde mal havia sustento para os ricos e os senhores, se dava a repetição contínua dos fatos que a mitologia grega, com a sua poderosa simbólica, concretizou na figura de Midos, morrendo à fome à margem do Patolo. A ânsia de enriquecer em breve tempo fazia com que os senhores dos desgraçados

negros neles apenas vissem os instrumentos mui transitórios da fortuna. Que valia a vida de um escravo se, em meses, ao dono dera excelentes proventos, se por dia rendia-lhe o trabalho seis, sete gramas de ouro! Custava então um negro robusto 400 a 500 cruzados em termo médio: num mês podia render ao senhor 120 cruzados líquidos, nas lavras mediamente "férteis".

Durasse um ano e estava duas ou três vezes pago. Viessem outros a tomar-lhe o lugar! Ao calor abrasador de uma atmosfera de forno juntava-se o rescaldo das galerias asfixiantes; das falhas do terreno ou da ruptura das toscas e improvisadas barragens, desviadoras dos rios, súbitas torrentes irrompiam afogando os desgraçados escravos; engoliam os desmoronamentos do "ouro podre" vítimas sobre vítimas, prostrando os jactos de gases mefíticos e irrespiráveis trabalhadores às dezenas. Necessário era, frequentemente, obrigar um negro que penetrasse, como explorador, verdadeiro *enfant perdu*, num poço ou galeria empestada de gases letais. Transido de horror recusava-se o desventurado ao serviço, e afinal, depois de chicoteado ferozmente, perante os parceiros espavoridos, lá ia ao encontro da morte, do lenitivo à crueldade dos brancos inexoráveis. Assim, pois, o arraial goiano, voltado à misericórdia intercessão da Mãe dos Homens, realizava a reprodução de um canto de inferno à superfície da terra, como em todos os lugares onde o ouro surgiu para o desencandeamento de misérias sem conta.

E no entanto tal a força dos preconceitos obliteradores da razão que o bom e brando Pedro Taques indigna-se de que das minas fugissem cativos, e nas imediações do arraial houvesse quilombos! É com verdadeiro horror que nos relata a revolta dos escravos de seu parente José de Almeida Lara. Com o máximo prazer nos conta o extermínio de quilombolas pela tropa de Bartolomeu Bueno do Prado, cujos sinistros troféus foram 3.900 pares de orelhas de negros!

III

Escrivão e tesoureiro da Intendência do distrito do Pilar, provedor de defuntos e ausentes, tabelião nesta localidade, ali devia permanecer Pedro Taques cerca de quatro anos.

Exemplar funcionário foi. De 1737 a 1750 rendera a Intendência que passara a fiscalizar, 7.500 oitavas de metal, anualmente. Em dois anos arrecadou 19.892! Demonstra o descomunal aumento quanto ao fisco lesavam os descaminhos do ouro e conseqüente sonegamento do imposto. Tudo conseguira, vangloria-se, pela persuasão e boas maneiras, nunca pela violência, pois fora ajudado do amor que merecera a todos os moradores do Pilar e de Crixás.

Tomando para si uma lavra, pode, graças aos esforços dos escravos, obter alguns proventos da estada do sertão. Seria humano para com os pobres servidores? Tudo nos faz crêr que sim, tudo nele nos mostra um homem muitíssimo brando, visceralmente bom. Desiludido

dos resultados a esperar da estada no Pilar, pensou Pedro Taques em regressar a S. Paulo; não lhe sorria muito a rude vida no arraial mineiro; quanto penoso manter família naquele foco de enorme corrupção de costumes e num clima detestável além do mais! No Pilar frequentemente vai o termômetro além de 40º. Crixás é uma zona de impaludismo violentíssimo. Ceifava a falta de higiene nos dois arraiais vidas sem conta, surgindo freqüentes as epidemias de varíola e as terríveis sezões, as carneiradas fulminantes e vitoriosas, à margem das barragens estabelecidas para os serviços da mineração e represadoras de águas tão fétidas que de longe se sentia a horrível bafagem daqueles podrideros imensos, onde florestas se putrefaziam. E vinham estes jactos de infeção às catas, e com eles trabalhavam os escravos, para o desmonte e lavagem das terras auríferas! Farto de tais espetáculos decidiu Pedro Taques a S. Paulo voltar; tanto mais quanto a mulher definhava, consumida pela malária. E assim em princípios de 1754 regressava à cidade natal. Tinha então uma pequena fortuna que seria hoje computada em 70:000$ ou 80:000$, e intentou passar logo ao Reino a fim de ressuscitar os direitos paternos aos pedágios de Goiás.

Com que prazer pode reatar os queridos estudos históricos e genealógicos! Não lhe empanara a prolongada ausência a reputação do emérito conhecedor das coisas de S. Paulo e do Brasil. Em 1754, a ele recorria, como à única autoridade competente no assunto, o conde de Vimieiro em defesa dos seus direitos à capitania de S. Vicente; novo incidente se produzira no secular processo Monsanto-Vimieiro, sobre a posse controvertida da capitania vicentina que aos paulistas tanto impressionava. Sumamente envaidecido da confiança que em seu saber e critério depositava tão nobre personagem, pôs-se a trabalhar com afã, a reunir documentos sobre a contenda, a consultar os cartórios e arquivos de S. Paulo, trabalho de que muito e muito se honrou e imenso se fatigou.

Resolveu levar pessoalmente a Lisboa o resultado das pesquisas. Que excelente ocasião para visitar a capital da monarquia e viajar, amparado pela proteção de altas personalidades que lhe facultariam a entrada no recesso dos arquivos! Anteviu a plena satisfação da sua paixão dominante, o contacto com os documentos, fontes de sensações deliciosas, para a insaciável curiosidade dos rebuscadores, de impressões fortíssimas, como poucas haverá tão agradáveis e capazes de provocar os arrepios das grandes comoções e as alegrias intensas dos achados preciosos e inesperados.

Em má hora decidiu Pedro Taques a sua viagem ao Reino para seguir requerimentos pedindo prêmio a relevantes serviços, diz-nos afastando-se da habitual modéstia. A infelicidade que durante longos anos fora a companheira da vida de Bartolomeu Pais de Abreu ia começar a lhe não desamparar a carreira do filho.

Chegado a Lisboa, em princípios de setembro de 1755, mal tivera tempo de familiarizar-se com a agitação da grande cidade, que lhe devia causar enorme curiosidade, por mais informado que se achasse das particularidades notáveis da capital lusitana — mal se instalara

e começava a angariar relações e frequentar os altos personagens da Corte, quando se deu a horrorosa catástrofe de 1.º de novembro, o terremoto.

Tão infeliz o nosso historiador que residia exatamente no epicentro do movimento sísmico, no Bairro Alto, nas vizinhanças do cemitério de S. Francisco, junto à igreja e colegiada de Nossa Senhora dos Mártires, quase contígua aos Paços Reais.

Foi aquela zona literalmente arrazada; da casa de Pedro Taques nada se salvou reduzindo-se a cinzas todos os móveis que nela haviam, sem escapar "nem ainda o dinheiro que também se consumiu debaixo das mesmas ruinas daquela morada".

Perdeu o escritor, além do mais, valiosos documentos próprios e alheios, assim por exemplo os que os Toledo Piza lhe haviam confiado. E tais papéis levava-os com o intuito de requerer em Espanha instrumentos *de puritate e nobilitate probanda,* mostra de que tinha um programa de viagens relativamente extenso. Assistiu ele ás cenas indiscritíveis de 1.º de novembro, aos horrores do maremoto consecutivo ao terremoto, ao pânico e às provações da população lisboense, tão cruelmente dizimada pelo cataclismo quase sem par na história das maiores catástrofes e vitimador de 50.000 pessoas.

Nesta contingência horrorosa, em que à inclemência do fenômeno sísmico viera unir-se o desencadear da ferocidade humana, sob a forma dos atentados inauditos dos bandos de sicários, ladrões e estrupadores, que se espalharam pela cidade, cometendo crimes sem conta, neste transe angustiosíssimo teve Pedro Taques a ventura de encontrar generoso abrigo em casa de uma parenta com quem já entretinha excelentes relações, D. Isabel Pires Monteiro. Dentro em pouco a ordem restabelecida, devido à terrível energia de Sebastião José de Carvalho com as suas forças salutares. Imensa, porém, a extensão das calamidades, atendendo-se sobretudo aos recursos exíguos de Portugal; paralisada lhe ia ficar, por assim dizer, a vida nacional, durante largo tempo. Enorme o abalo sofrido por Pedro Taques com os riscos passados, a perda dos haveres e documentos: não tardou a enfermar gravemente; longos meses esteve entre a vida e a morte lutando com um "defluxo hepático" e nesta contingência ainda lhe valeram D. Inez e o marido, o sargento mór João Fernandes de Oliveira.

Era o casal riquíssimo: D. Inêz, viúva opulenta, desposara João Fernandes o primeiro contratador de diamantes que explorou as lavras do Tijuco; faustosamente vivia numa soberba quinta nas vizinhanças de Lisboa e inexcedível foi a sua caridade e dedicação pelo nosso historiador. Na *Nobiliarquia* lhe manifesta ele a gratidão que lhe transbordava do bondoso e reconhecido coração. Curado graças aos enfermeiros, pouco pôde demorar-se em Portugal. Alguns meses, ainda apenas. Aproveitou-os quanto lhe foi possível. Empenhara-se João Fernandes *persona grata* a Pombal, fortemente, para que o onipotente ministro ao protegido concedesse a mercê de cargo remunerador no Brasil, e afinal alcançou-lhe um excelente: o de tesoureiro mor de Bula da Cruzada nas capitanias de S. Paulo, Goiás e Mato Grosso.

Tão generoso o Mecenas que um termo de fiança chegara a assinar, comprometendo-se a liquidar qualquer alcance eventual do seu recomendado até o limite correspondente a forte quantia.

Aproveitando tão feliz circunstância pensou Pedro Taques em partir imediatamente; ainda o fez D. Ignês embarcar na nau em que seguia o próprio genro, o coronel Alexandre de Souza Menezes, despachado governador da praça de Santos.

Pouco tempo, pois, coube ao cronista para o suspirado contato com os homens de letras portugueses e os arquivos. Se a literatura lusitana atravessava o período de decadência e absoluta esterilidade, caracterizado pelas ridículas academias de nomes desfrutáveis, despontava em compensação o grande movimento histórico determinado pela criação da Academia Real de História.

Assim teve o genealogista a ventura de conhecer e consultar os precursores de João Pedro Ribeiro e Alexandre Herculano, que foram Diogo Barbosa Machado, D. Antônio Caetano de Souza e Monterroio Mascarenhas. Ao bibliográfo extraordinário, ao sábio autor da obra colossal que é a *História Genealógica,* ao trabalhador formidável que foi o fundador da imprensa portuguesa, recorreu Pedro Taques, haurindo do convívio com estes infatigáveis octogenários novo alento para os projetos que lhe inflamavam o cérebro. Dos três, segundo nos parece, o que mais freqüentou foi o "insigne" Mascarenhas, como respeitosamente lhe chama.

Partindo de Portugal a 12 de março de 1757, algum tempo precisou Pedro Taques ficar no Rio de Janeiro, então capital da Capitania de S. Paulo, para tomar posse do novo cargo e regularizar as condições em que o devia exercer.

Exigiram-lhe a hipoteca de todos os bens e um reforço de garantias constante da responsabilidade de dois fiadores. Facilmente obteve o historiador duas pessoas idoneas que a isto se prestassem: seu primo, o guarda-mor das Minas de São Paulo, José de Góis e Siqueira e o capitão de ordenanças Alexandre Barreto de Lima e Morais, ambos opulentos lavradores, aquele em Itú, este em S. Bernardo.

Subitamente a Pedro Taques chegou a notícia de que a mulher estava à morte; partiu apressadamente para S. Paulo mas, com extraordinária dificuldade e a extrema morosidade de comunicações da época, ao chegar, já encontrou morta a dedicada companheira, piedosamente falecida a 20 de agosto. Com a saude aniquilada pela malária de Goiás, desde anos continuamente definhava a pobre senhora: a ausência do marido, os sustos causados pelo terremoto acabaram de a prostrar. Do esposo se despedira grave e afetuosamente, no testamento, ditado com maior resignação e coragem.

Ficava Pedro Taques com tres filhos e duas filhas, dos quais tinha o mais velho 10 anos apenas. Entregou-os à vigilância de sua mãe e voltou ao Rio onde afinal conseguiu liquidar as questões pendentes e assumir o tão almejado e aliás rendoso cargo, graças às percentagens elevadas.

Melhor emprego não lhe podiam com efeito atribuir do que este de tesoureiro-mor. Consistia o ofício em superintender a venda, e arrecadação do produto da cobrança das bulas, papel estampilhado, cuja aquisição permitia aos fiéis certos privilégios quanto à dispensa de alguns dos jejuns obrigatórios, tão frequentes e rigorosos de outrora, por exemplo, entre diversos outros.

Devia o saldo da concessão destas indulgências ser aplicado por ordem expressa da Santa Sé, ao resgate dos cativos cristãos, aprisionados pelos piratas barbarescos e em obras pias, decidindo-se as questões relativas à Bula no foro eclesiástico. Tal a importância da arrecadação que no orçamento português de então figurava como parcela hoje representada por alguns milhares de contos.

Tinha o tesoureiro-mor sob a sua jurisdição tesoureiros menores, em todas as localidades das capitanias do seu distrito, circunstância esta felicíssima para Pedro Taques que, nos seus funcionários, ia contar outros tantos agentes para as buscas e pesquisas históricas. No inventário que a morte da mulher provocara arrolou bens que hoje valeriam uns 60:000$000. Retomou a direção dos negócios maternos e corpo e alma entregou-se ao trabalho e aos deveres do novo cargo.

Morreram-lhe, em pouco tempo, dois filhos: um menino, Pedro, de oito anos, o que lhe causou a maior dor, e uma menina de dois, Ana.

Pensou então em casar-se novamente, e, em maio de 1761, desposava D. Ana Felizarda Xavier da Silva, fluminense, filha do escrivão aposentado da Real Fazenda, no Rio de Janeiro, André Xavier Francisco de Siqueira, homem que por abastado passava.

Infeliz devia ser porém este segundo consórcio; em fins de 1762 falecia D. Ana vítima da primeira maternidade. Alguns dias antes entregara Pedro Taques a N. S. do Carmo, especial e secular devoção de sua família, o seu primogênito, Joaquim, para o claustro impelido por irresistível vocação.

Viúvo novamente, procurou o historiador no trabalho intenso um lenitivo aos seus desgostos e entregou-se corpo e alma à tarefa das penosas buscas a que se impusera desde os anos da mocidade.

Encetou-se, então, o período em que realmente pôde produzir e em que interpretou as buscas nos numerosos manuscritos copiados e colecionados.

Entre ele e frei Gaspar da Madre de Deus, seu primo e amigo íntimo, estabelecera-se uma contínua troca de apontamentos e comunicações de descobertas, que a ambos aproveitava, pois ao beneditino não agradavam os estudos genealógicos, ao passo que Pedro Taques neles punha o máximo ardor.

Grandes os proventos da tesouraria da Bula; investido, neste interim, fora o historiador de outro e elevado cargo; a guarda-moria das minas da comarca de S. Paulo, em junho de 1763. Materialmente falando, achava-se em excelente posição para levar a cabo os seus estudos; das viagens empreendidas para fiscalizar as repartições sob sua guarda veio-lhe o ensejo de revolver cartórios, civis e eclesiásticos, sem

contar que nos prepostos passara a possuir dedicados agentes de pesquisas e informações.

Trouxe-lhe o restabelecimento da capitania de S. Paulo, e a todos os paulistas, a mais intensa alegria, satisfação esta que o contacto com o capitão general D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, Morgado de Mateus, veio ainda reforçar, capaz como se revelou o novo administrador.

Passou Pedro Taques a ser o constante conselheiro do capitão general, pois este, inteligente e conhecedor de homens, bem lhe percebeu logo o valor e sobretudo a preeminência intelectual, excepcional, no acanhado meio que São Paulo era. Assim, pois, vemos, por exemplo, o escritor gravemente consultado sobre a fundação do presídio de Iguatemi, e sempre convidado a tomar parte nas juntas governamentais, ora como procurador de câmaras municipais, ora a discutir questões de limites com a capitania de Minas Gerais, e assim por diante...

Desde muito habituara-se Pedro Taques a envolver-se em todas as questões importantes da capitania; agentes seus, não sabemos com que fim, percorreram o Paraguai, conforme conta uma parte do capitão general D. Carlos Morfi a D. Luís Antônio de Sousa. Que fito teriam tais emissários? acaso ventilar a obscura questão dos paulistas internados no século XVII em território paraguaio, e indagar da sua descendência? acaso desempenhar alguma missão política?

Ambos os intentos provavelmente; vejamos neste curioso incidente mais uma demonstração do afã com que, de todos os modos, mesmo os mais árduos, procurava Pedro Taques documentar-se, afã que, no dizer de frei Gaspar, o levou "durante alguns cinqüenta anos a examinar os cartórios de todas as vilas da capitania de S. Paulo e S. Vicente, assim seculares como eclesiásticos".

Nestes anos imenso trabalhou. O enorme edifício da *Nobiliarquia* lenta e firmemente cresceu, alicerçado na consciência e na verdade, o que não impediu que o escritor paralelamente cuidasse das obras, infelizmente perdidas, de que por vezes, nos faz menção; entre outras, a *História de S. Paulo*, o *Discurso cronológico dos descobridores do Brasil*, os *Elementos de história de Piratininga*, etc.

Sentia a saude combalida; os primeiros sintomas da incipiente polinevrite, conseqüência do terrível impaludismo das lavras goianas, quiçá pródromo da inexoravel paralisia geral.

Em 1769 casou-se pela terceira vez com D. Inácia Maria da Assunção e Silva, muito embora a vivíssima oposição de toda a sua família, que com maus olhos via este consórcio de um homem de cinqüenta e cinco anos, alquebrado pelo intenso trabalho cerebral, e de uma rapariga de apenas vinte anos de idade. Deixara-se esta seduzir pelo prestígio intelectual do avelhantado noivo ou pela sua brilhante posição, pois, para o desposar, rompera outro casamento ajustado com um jovem oficial: Manoel da Cunha Gamito.

Para poder casar-se com Pedro Taques precisara Dona Inácia, de acordo com os costumes da época, pedir ao ex-noivo um recibo de desquite, por este redigido em termos reveladores do profundo despeito.

Próximo estava, porém, a catástrofe que se preparava com indescritível violência a acometer ao escritor, trazendo-lhe uma situação que o haveria de reduzir à ultima extremidade.

IV

Enorme o pasmo de todos os habitantes de S. Paulo ao saberem, de um momento para outro, que o comissário da Bula da Cruzada, arcediágo Mateus Lourenço de Carvalho, após consulta ao capitão general D. Luís Antônio de Sousa e ao ouvidor geral, Dr. Salvador Pereira da Silva, suspendera de suas funções de tesoureiro-mor a Pedro Taques, procedendo imediatamente a rigoroso exame de contas que provava achar-se o incriminado funcionário alcançado para com a Fazenda Real, na importância enorme, para a época, de 13:426$886, o que hoje representaria de quatrocentos a quinhentos contos de réis.

Foram imediatamente chamados a contas, a cobrir o alcance, os diversos fiadores; sequestraram-lhes os bens, e os do exator infiel. Debalde protestou este contra as excepcionais medidas; tinha a sua arrecadação em perfeita ordem, garantia, e, apenas solicitava prazo para pagar o pretenso desfalque.

Contra ele, exasperados, dois dos fiadores, sobretudo, o coronel Alexandre Barreto de Lima e Morais e o advogado Dr. José Corrêa da Silva, agravavam a situação com o receio exagerado de ver avolumada a responsabilidade que lhes cabia.

Em vão procurou Pedro Taques fazer face à ruina; o destino adverso mostrou-se-lhe desde aí cruel, quanto possível, requintadamente cruel. Assim apelou para as garantias outrora dadas pelo antigo contratador de diamantes, o sargento-mor João Fernandes de Oliveira. Este, justamente, veio a morrer, deixando uma sucessão dificil de liquidar-se, agravada por intricado processo entre sua viúva e um enteado desta, — parecendo que o contratador nada deixara de legitimamente seu.

Ofereceu Pedro Taques, na mesma ocasião, para a pronta redução do total do alcance, a entrega de créditos seus no valor de quase metade da quantia em questão. Tudo se baldou. Devia-lhe esta soma o contratador da pesca da baleia do Rio de Janeiro, João Carneiro da Silva, e, contemporaneamente, com geral surpresa, fora ele chamado a contas por se verificar que também se achava alcançado para com a Fazenda Real.

Apesar de tudo, realizando novas entradas, lançando mão de bens próprios e dos de sua mãe, conseguiu, de pronto, o infeliz tesoureiro reduzir o desfalque a dois terços do que primitivamente fora.

Reclamou como último recurso ser julgado no foro especial da Bula, em Lisboa, mas nada obstou a execução que sobre ele veio a desabar. No estado de pobreza em que caira a capitania de S. Paulo era o leilão em hasta pública o maior dos desastres.

"Arderam todos os meus bens como em fogueira! comenta o infeliz escritor. E eram tantos e tão varios!

Com a remessa feita pelo seu procurador em Goiás e o produto da hasta caira o desfalque a 4:974$577, tocando a cada fiador uma responsabilidade, hoje representada por 40:000$000. Pediu Pedro Taques novo prazo, alegando recursos sobejos para fazer face ao alcance, mas o Dr. José Corrêa, receoso talvez de novas perdas, promoveu o sequestro dos seus livros de assentos e os dos seus tesoureiros, e de todo o papel estampilhado, ficando inteiramente destituido do cargo o historiador e reduzido à miseria.

Em todos estes fatos, acaso haveria determinado propósito de arruinar o escritor, por parte do arcediago e do ouvidor?

Quer nos parecer que não, traduzindo os próprios elementos que Pedro Taques fornece.

Digno de apreço se mostrava Mateus Lourenço de Carvalho, segundo um documento publicado por Eduardo Prado, certo relatório confidencial do bispo frei Manoel da Resurreição ao governo português sobre o seu clero, escrito com verdadeira franqueza, por vezes rude quanto possível.

Quase septuagenário era o arcediago, na opinião do bispo,

> "homem muito exemplar, douto, excessivamente esmoler, incansável na residência do coro, não lhe obstando a sua crescida idade; tinha todas as qualidades que constituem um perfeito sacerdote".

Rígido executor dos deveres do cargo de comissário da Bula, vira com surpresa proceder Pedro Taques com verdadeira leviandade e incorreção no tocante à aplicação dos dinheiros a ele confiados e isto o levara a agir.

Não que o historiador fosse desonesto, absolutamente não! Era, porém, um fraco; os anos, a moléstia, o cansaço cerebral haviam-no tornado por demais confiante e sobretudo imprudente.

Assim, emprestara ao segundo sogro, no Rio de Janeiro, homem arruinado quantia avultada, quando isto lhe era expressamente proibido pelo termo de fiança. Pior ainda o que fizera em relação à D. Maria Ângela Eufrasia da Silva, viúva do opulento capitão André Alvares de Castro, cavalheiro de Cristo. Deixara este, enormes bens, que ela, prodiga, se pusera a dissipar. Embaraçando-se em questões de dinheiro, em 1766 a Pedro Taques recorrera. Deu-lhe este forte soma da sua caixa e de repente se viu nas maiores dificuldades para enviar a Lisboa a remessa anual da cobrança da Bula, pela frota a largar a 1.º de junho de 1767.

Precisou a viúva, ás pressas, mandar vender no Rio de Janeiro a baixela de prata que do marido recebera. Comprou-a um ourives, mas assim mesmo, insuficiente o produto da venda, viu-se a imprudente forçada a recorrer a uma tia, D. Ana Siqueira e Mendonça, mãe de

frei Gaspar, senhora opulenta que, a pedido do filho, veio em seu socorro e ao de Pedro Taques.

Neste interim promoveram os filhos de D. Maria Ângela um processo de interdição à prodiga e outro, pouco depois, a Pedro Taques, sob pretexto de uma questão de escravos adquiridos, por intermédio seu, para uma das propriedades maternas.

Foram estes os fatos que certamente promoveram a ação do comissário da Bula e do ouvidor de S. Paulo, a nosso ver justificados da pecha de animadversão ao autor da *Nobiliarquia*.

Teria o historiador sucumbido obedecendo a um sentimento de fraqueza para com o eterno feminino? É provavel que sim. Certo é que nunca medira a extensão do cataclisma que lhe devia arrebatar a posição e a fortuna e fazê-lo arrastar os mais duros dias durante os últimos dez anos de vida.

Em 1789, doze anos após a sua morte, promoveu sua filha mais velha um processo reabilitador de sua memória enxovalhada por irredutíveis inimigos. À porfia vieram então declarar as pessoas mais ilustres de S. Paulo, as mais altamente colocadas e as mais prestigiosas, que o tinham como a inocente vítima da mais clamorosa injustiça, da mais cruel perseguição, movida pelo seu fidagal e invejoso inimigo o Dr. José Corrêa da Silva, que abusara da fraquesa e credulidade do Arcediago.

Infelicíssimo, acoimado de prevaricação, com a saude arruinada, paupérrimo, causador da ruina da velha mãe e duas irmãs idosas e solteiras, viu-se Pedro Taques num estado de inexprimível desespero.

Esperança de melhores dias ainda contudo tinha, desde que o desfalque se reduzisse paulatinamente. Seu procurador em Goiás, honesto e leal amigo, o mestre fundidor Antônio Fernandes Pinto, prometera mandar-lhe grandes remessas e o ia fazendo, à medida que lhe chegava o produto da arrecadação dos diversos anos em que superintendera a demorada cobrança, naqueles imensos territórios.

Em novas dificuldades, porém, debatia-se agora o historiador como gerente dos bens da família. Falecendo Dona Ângela de Siqueira, viúva de Diogo de Toledo Lara, exigiram os seus herdeiros a liquidação do débito em que D. Leonor de Siqueira, mãe do genealogista, se achava para com a sobrinha, desde 1740, o capital assaz avultado e os juros atrasados.

Em 1770 executava o conêgo Antônio de Toledo Lara, em seu nome e no de suas irmãs à devedora, valendo-lhe esta execução a posse de vários escravos e do sítio da Samambaia, tradicional propriedade da família, onde passara o nosso escritor a infância. Ainda assim, longe ficava a divida de se extinguir.

Começou então para o infeliz Pedro Taques um período de verdadeiras torturas. Progredira e muito a moléstia, contínuas lhe eram as enxaquecas, e violentissimas; acentuaram-se-lhe de tal modo os incomodos nervosos, que não lhe era possível manter-se assentado seguidamente; começou a não governar mais os movimentos necessários à escrita.

Restava-lhe um último elemento de fortuna na liquidação da herança de sua irmã D. Teresa, viúva sem filhos do opulento mestre de campo Manuel Dias da Silva e que, em Mato Grosso, deixara valiosos bens.

Era esta liqüidação difícil e complicada pela superveniência de questões judiciais. Durante anos nada pôde vir de Cuiabá para desafogo da infeliz família arruinada. Viveram Pedro Taques e os seus na quase miséria. O capitão general D. Luís Antônio de Sousa procurou valer-lhe; empregou-lhe o filho Balduino na fundição de S. Paulo e deu-lhe incumbencias retribuidas com certa largueza, como a confeção da *Informação sobre as minas de S. Paulo,* que o historiador não pôde senão ditar a um amanuense, incapaz de escrever como já se achava e a *Informação sobre o estado das aldeias de índios da capitania de S. Paulo.*

De Portugal chegara-lhe entrementes uma encomenda de novos serviços.

Pediu-lhe o conde de Vimieiro nova documentação para o reforço dos seus direitos à capitania de S. Paulo, a que respondeu o nosso cronista com a *História da Capitania de S. Vicente,* composta, sabe Deus como, pois no prefácio nos conta que o assaltavam grandes dores, — "destas que fazem por em despreso o uso de ler e escrever".

No meio de tantas atribulações não se descurava Pedro Taques da *Nobiliarquia,* os capítulos se ajuntavam aos capítulos, muito embora as grandes pausas havidas.

> "Vivo diariamente tão flagelado, escrevia ao ilustre contrade e amigo frei Gaspar, que já me passam 13 meses, sem que no decurso desse tempo pudesse adiantar o título dos Lemes, além do deplorável estado em que estou reduzido sem liberdade para a positura de assentado".

Precisaria pagar um amanuense, a quem ditasse, mas como?

Para coroamento de tantos e tão inexplicável série de descalabros ocorreram, quase em seguida, duas mortes, dois golpes inexprimivelmente dolorosos, viu o desventurado desaparecerem os dois filhos: o carmelita Frei Joaquim Taques, aos vinte e cinco anos e Balduino, aos vinte e tres! Acerca do primeiro escrevia o pobre pai:

> "... tinha tanto talento que foi eleito mestre de filosofia, ainda em corista; faleceu já presbitero, como grande sentimento dos seus religiosos que nele esperavam um grande crédito à religião".
>
> Fora Balduino o companheiro inseparável do pai naqueles dias de tantas provações.
>
> "Bem instruido nas belas letras, estudara filosofia no curso que o irmão lera".

Servia de copista ao historiador e veio a desaparecer num momento em que na casa paterna quase reinava a indigência. Dias depois do seu falecimento, escrevia Pedro Taques a um amigo generoso e leal,

companheiro dos tempos nebulosos de que nos fala o poeta, o guarda-mor Agostinho Delgado Arouche, pedindo-lhe que o assistisse com qualquer coisa.

> "Fico sem real para amanhã mandar ao àçougue, porém, v. mce. dará o pão pela sua oculta providência. Socorra-me como quando o seu amor e compaixão se dignaram segurar-me valendo a minha aflição como fez na morte do meu prezado Balduino."

Era Agostinho Arouche elevado espírito, como o demonstra o modo pelo qual soube educar a progênie que tanto lhe honrou o nome, os irmãos marechal Arouche, conselheiro Diogo Ordonhes, Dr. Francisco Leandro de Toledo. Bem, compassivo, foi o desvelado protetor do nosso historiador, circunstância tanto mais notável quanto era o seu credor de avultada quantia, como genro de D. Ângela de Siqueira.

Não sabendo para onde voltar-se a fim de melhorar sua posição e a dos seus, começou Pedro Taques a pensar em fazer reviver, perante a Corte, as pretenções paternas, havia quase cinquenta anos postergadas.

Para isto precisava, porém, voltar a Portugal. Como fazê-lo, miserável como estava e quase totalmente inválido?

Contava com algumas esperanças de êxito, graças à proteção do conde de Vimieiro, e de seu tio D. João de Faro, prelado da Patriarcal de Lisboa, do capitão general D. Luís Antônio de Sousa, que ao Reino recolhia, além de outros. Novas e poderosas amizades obtivera nos últimos anos: a dos dois irmãos, notáveis brasileiros, que tanto honraram a grande colônia portuguesa na Corte de D. José I e de D. Maria I, o desembargador João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, procurador geral da Coroa, e da Santa Igreja de Lisboa e D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo conde de Coimbra e reitor da Universidade.

Estes dois membros da família ilustre dos Azeredo Coutinho, senhores de Itauna, e Guaxindiba e morgados de Maripicú, embora fluminenses, tinham ascendência paulista pois provinham, pelos Rendons, de Amador Bueno, aparentando-se também com Pedro Taques.

Filiados à ilustre estirpe de que varios notáveis varões nasceram e extinguiu-se na pessoa de alguem que soube dar os mais nobres exemplos de fidelidade e constância de caráter — o conde de Aljezur, o camarista de D. Pedro II, que viveu para se consagrar ao serviço exclusivo e desinteressado do seu soberano — pertencentes à mais alta fidalguia brasileira, desde muito sobremaneira apreciavam os dois Azeredo Coutinho a Pedro Taques, com quem entretinham assidua correspondência.

Possuia o desembargador, em Lisboa, cópia de numerosos títulos da *Nobiliarquia,* circunstância aliás providencial pois determinou a salvação do que resta da monumental obra. Foi ele certamente quem ao nosso historiador muito aconselhou a segunda ida ao Reino. Circunstâncias ocorreram em 1774 que vieram melhorar um pouco a sorte do escritor.

Estava seu alcance, com as entradas sucessivas das cobranças da Bula, reduzido a um décimo do que fora e ao mesmo tempo pudera o seu dedicado procurador de Cuiabá capitão-mor João Pereira da Cruz, liquidar parte da herança de D. Teresa Pais e remeter-lhe perto de 500 oitavas de ouro.

Assim pois pôde Pedro Taques partir levando algum dinheiro.

Sob maus auspícios empreendeu a segunda viagem; a 1.º de junho de 1774 morria-lhe a mãe, mais que nonagenária. A 29 estava ele em Santos, já a bordo, sempre acompanhado por frei Gaspar, que procurava alentá-lo quanto possível, reconfortando-o, com o luzir de esperanças compensadoras de tantos e tão notáveis infortúnios.

Ao chegar a Lisboa teve Pedro Taques, o grande desgosto de encontrar a sua benfeitora de outróra, D. Inês Pires Monteiro, amargurada por uma série de iniquidades.

Conseguira seu riquíssimo enteado, o último contratador de diamantes, João Fernandes de Oliveira, morgado de Grijó e valido do marquês do Pombal, espoliá-la da fortuna, chegando a prepotência do ministro a fazer internar a pobre senhora, que por seus advogados resistia ao arbítrio, num convento afastado de Lisboa, ali a mantendo absolutamente incomunicável.

Valendo-se do desembargador Pereira Ramos, do cardeal patriarca D. Francisco Saldanha, de D. João de Faro e do conde de Vimieiro encetou Pedro Taques a sua campanha reivindicadora.

Em extenso memorial historiou os serviços paternos e os próprios, concluindo por solicitar do Rei Fidelíssimo um subsídio de quinze mil cruzados, a título de compensação pelos prejuizos sofridos com a anulação dos pedágios do caminho de Goiás.

Foi o requerimento acolhido com benevolência e, até certo ponto esperançado, pode o historiador frequentar a Torre do Tombo e os arquivos em geral.

A 31 de maio de 1775 escrevia a frei Gaspar:

"Amabilíssimo amigo e senhor todo da sua fiél veneração" — que em Portugal muita coisa descobrira que ambos totalmente ignoravam. De saúde é que ia mal, muito mal mesmo, progredira notavelmente a paralisia; contava, porém, obter melhoras com os banhos das Caldas da Rainha. Marcara a viagem de regresso no primeiro navio que para o Rio de Janeiro saisse, findo fevereiro de 1776.

Causava-lhe muito pesar a falta de notícias de casa e dos amigos; novas desilusões e incertezas cruéis começavam a assaltá-lo; corriam os meses e dormia o requerimento na Pasta de Pombal; quem ao terrível ministro de D. José I se atreveria a pedir presteza?

Inequívocas demonstrações de amizade recebia neste interim o genealogista por parte dos irmãos Azeredo Coutinho.

Sentia-se porém cada vez mais desalentado, prevendo que a morte lhe era questão de meses; de nada lhe valera a estação das Caldas da Rainha; assustadoramente caminhava a paralisia.

Desanimado ao último ponto escrevia a frei Gaspar, contando-lhe quão doloroso lhe era não poder realizar o projeto caríssimo de toda a existência: a impressão da *Nobiliarquia*.

"Assim vai traçando o destino para verificar-se o próprio prognóstico de que, por minha morte, hão de ter os rapazes, nas noites de S. João, papel para traques, se, antes destas não produzirem as melancolias da minha pobre vida a resolução de reduzir tudo a cinzas, desenganando assim aos meus inimigos que eu mesmo reconheço que os meus escritos são mais dígnos de fogo que de luz".

Corria velozmente o tempo e impossível lhe era dilatar o prazo da viagem de regresso.

Não queria, de modo algum, deixar o mundo sem rever os seus; a 20 de agosto de 1776, com o coração despedaçado, embarcava o pobre em Lisboa.

Despacho não obtivera ainda o requerimento; bem se sabe quanto eram os reis portugueses, avaríssimos de mercês pecuniárias!

À noite visitou-o a bordo, a despedir-se, o desembargador Pereira Ramos, levando-lhe a noticia grata de que naquele dia defirira El-Rei a petição.

Poude o mísero, fazer a travessia animado com a idéa do próximo alívio dos seus; já lhe era dado morrer, pois lhes não legava apenas a mais negra miséria.

Chegado a Santos, em fins de 1776, receberam-no, contristadíssimos, ao vê-lo tão enfermo, os fiéis Agostinho Delgado Arouche e frei Gaspar.

Dentro em pouco, carregado em rede, fazia a penosa subida do Cubatão, reintegrando o modesto domicílio, "à rua que ia do Palácio ao Carmo e Tabatinguera".

Em princípios de 1777 viu chegado o termo dos seus dias, com o aparecimento de dolorosas feridas; assim, a 25 de fevereiro, preparando-se cristãmente para a morte, ao mesmo tempo ditou o seu testamento ao tabelião João Batista de Morais.

Conhecedor emérito dos processos administrativos coloniais de quanto eram geralmente vãs as promessas reais aos brasileiros, pungente dúvida lhe acudira ao espírito quanto á realização do compromisso régio, anunciado pelo desembargador Pereira Ramos.

O maior desespero assaltou-o ao contemplar o desamparo em que deixava a mulher, a filha moça que lhe restava do primeiro casamento, as quatro filhinhas do último consórcio, além das duas irmãs septuagenárias.

Contava apenas com a amizade de Agostinho Delgado Arouche e ao generoso amigo entregou os seus, passando a ocupar-se com as cousas espirituais.

Recomendou-se — "à gloriosa Virgem, a todos os santos da Corte Celestial, especialmente ao seu Anjo da Guarda e ao Senhor S. Pedro".

Ao seu Senhor, Jesus Cristo, ardentemente rogou "pelas suas Divinas Chagas que já que nesta vida lhe fizera mercê do seu precioso

sangue e merecimento dos seus trabalhos, tambem lhe fizesse mercê da glória".

Morria na maior, na mais absoluta miséria e por este motivo só se atrevia a pedir oito missas por sua alma, receioso da murmuração dos seus credores, quando tanto desejava que se elevasse este número a duzentos.

Doia-lhe muito, também, ficar a dever algumas anuidades de várias irmandades; generosos se mostrassem, porém, "humildemente pedia" os provedores e irmãos, para com aquele que, desde alguns anos "fora posto a nú, a viver da caridade dos cristãos".

Timbrara sempre, outróra, em pontualmente solver todos os seus compromissos. Historiando a esta hora extrema o caso da Bula da Cruzada, o magno desastre de sua existência, dizia que não só julgava a sua responsabilidade extinta, como se reputava credor da Fazenda real, de quantia, hoje, correspondente a uma dezena de contos de réis.

De coração perdoava aos que tão gravemente lhe haviam atassalhado a honra.

Se se verificasse o subsídio dos quinze mil cruzados prometidos pelo rei, procurassem os testamenteiros, com o máximo escrupulo liquidar toda e qualquer parcela das que ficava a dever, por menor que fosse.

A 3 de março de 1777 expirava Pedro Taques, na plena posse das faculdades mentais, sendo sepultado no jazigo dos Terceiros do Carmo.

Em situação financeira irremediável, desesperadora, deixava a família.

Liquidadas as contas do alcance, ainda teve cada um dos fiadores de repor cerca de quatro contos, em moeda de hoje, e por este motivo seus sucessores perseguiram tenazmente a família do linhagista longos anos ainda.

Em 1779 conseguiam os irmãos Toledo Lara, fazer-se pagar da parte do seu crédito, obtendo o arresto e a entrega do produto da liquidação da herança de D. Teresa Pais, em Cuiabá.

Quanto ao subsídio régio... onze dias antes de Pedro Taques falecera D. José I e caira Pombal...

D. Maria I e a reação anti-pombalina entenderam, como todos sabem, contrariar todos os atos do rei defunto, quer dizer, os do ministro apeiado.

Tratava-se além de tudo de pagar... era pois o pretexto esplêndido para que as portas do Tesouro Régio, apressadamente se cerrassem, muito embora não fosse o pagamento concedido senão uma restituição de pequena parte das quantias clamorosamente usurpadas pelo fisco...

Não se verificou a mercê reparadora de tão negra injustiça, obtida em 1776 pelo historiador para a sua família — relata-nos ingenuamente o anotador anônimo da *Nobiliarquia* — porque Pedro Taques veio logo a falecer!

V

Triste sorte coube à obra que o linhagista deixara inédita entregue a pessoas que lhe não podiam aquilatar o valor, ignorantes e simples como eram.

Dispersaram-se os seus volumes manuscritos: da enorme *Nobiliarquia,* dos seus cem títulos salvou-se um terço, graças ao fato de existirem cópias em Portugal e graças aos cuidados de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, do conselheiro Diogo de Toledo Lara e Ordonhes e afinal do visconde de S. Leopoldo, cujo filho ofereceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o manuscrito do genealogista.

Escaparam à voragem, não se sabe como, outros escritos do historiador, como as memórias que se acham na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro.*

Graças ao abandono em que cairam, deles puderam utilisar-se larga e impunemente plagiários como Manuel Cardoso de Abreu que com a maior imprudencia se apropriou da *História da Capitania de S. Vicente* e compôs uma *Genealogia Paulista,* códice inédito de que Eduardo Prado ouviu em Londres falar. Assim também da obra do infeliz se aproveitou sem o menor resquício de pudor Baltazar da Silva Lisboa na parte inédita dos seus *Anais,* conservada na Biblioteca Nacional.

Inserta a *Nobiliarquia* na *Revista,* valeu a Pedro Taques o lugar glorioso que, sem discrepância, lhe assinam os historiadores entre os precursores da história brasileira.

> "Na sua obra colossal, nunca assaz admirada, se recolhem os mananciais de toda a história do Brasil meridional desde os primeiros tempos" avançam as autoridades.

E esta história é a do recuo do Meridiano, asfixiante do Brasil quinhentista para o extremo oeste, para as enormes solidões do coração da América do Sul, e a da fuga dos leões de Castela ante a insopitável investida das bandeiras paulistas, a narrativa do desrespeito dos filhos de S. Paulo à linha de Tordesilhas, que ao Brasil permitiu dilatar-se até quase ao sopé dos Andes, por meio da expansão prodigiosa dessa capitania de S. Paulo que chegou a cobrir três e meio milhões de kilometros quadrados, quase metade do atual patrimônio brasileiro.

Não pode a narração destes fatos gloriosos prescindir da obra de Pedro Taques, a quem cabe a posse exclusiva da transmissão de numerosíssimos nomes e memoráveis ações a eles ligados, pertencentes ao período da conquista do sertão e condenados ao mais completo olvido sem a sua intervenção salvadora.

Passou a vida a realizar uma grande obra de justiça para com os seus antecesores. Justo é que se lhe renda um preito de admiração, em nome dos paulistas e de todos os brasileiros.

Imenso devem o Estado de S. Paulo e o Brasil a Pedro Taques e esta dívida, mais que secular, tão longe ainda de se saldar, precisa concretizar-se num monumento nacional.

Espera firmemente o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo que, em futuro não remoto, celébre a cidade de São Paulo a glória do filho ilustre num padrão que a todos lembre a memória imperecível daquele a quem tanto cabe o epíteto, formoso entre todos, de — Historiador dos Bandeirantes.

A esta homenagem, por certo, há de todo o país concorrer, porque historiador dos bandeirantes significa: historiador da conquista do Brasil pelos brasileiros.

E celebrando a glória de Pedro Taques, aclamará ao mesmo tempo a Nação, de Norte a Sul, a dos paulistas, construtores do áspero Brasil Meridional e Central.

Afonso de E. Taunay

O HISTORIADOR DOS BANDEIRANTES

PEDRO TAQUES E A SUA OBRA

I

O OLVIDO QUE ENVOLVEU O NOME E A OBRA DO HISTORIADOR DAS BANDEIRAS. — ANTONIO PIZA E AZEVEDO MARQUES. — A SOLENIZAÇÃO DO SEGUNDO CENTENÁRIO NATALÍCIO DO LINHAGISTA.

Fora Pedro Taques um personagem da antiguidade e seus biógrafos, ao lhe analisarem a atribulada existência, envolta em mil dificuldades, terminada por descalabros de toda a espécie e catástrofes sobre catástrofes, diriam que o Destino, a incompreensível e fatal Moira, o marcara com o ferrete dos perseguidos dos deuses. E, realmente, raros os que, como ele, tiveram a vida tão cheia de aflições e infelicidades. Ainda depois de seu desaparecimento, acompanhado de lances trágicos e pungentes, como a puni-lo do muito que o alentara, em sua jornada cruciante, o consolo íntimo desse *non omnis moriar* do poeta, que aos homens de ideal anima e reconforta; como a castigá-lo de tanta constância e firmeza de alma, encarniçou-se a sorte em lhe aniquilar os elementos constituidores da razão de ser dos seus sentimentos de amor à glória e horror ao olvido: dispersaram-se-lhe os manuscritos, durante quase um século; dois terços de sua obra, talvez, desapareceram, sem deixar esperanças de que algum dia se recomponham, e tão singular o silêncio que em torno de sua pessoa se formou que para êle até concorreram os seus maiores amigos e admiradores.

Ninguém o teve em tão alta conta, nem tão calorosamente o proclamou, quanto Frei Gaspar da Madre de Deus; e, no entanto, graças à inexplicável lacuna de memória, na sua obra equivocou-se acerca da data do falecimento do amigo, e esse erro foi à porfia repetido por todos os biógrafos de Pedro Taques.

Por completo obliterou-se a noção das injustiças, digamos melhor, das iniquidades que à vida do infeliz historiador arrasaram, a questão do pretenso desfalque à tesouraria da Bula da Cruzada, graças a que se viu lançado à miséria, velho, alquebradíssimo, já às voltas com as primeiras crises da paralisia geral. Miséria tal que faria com que precisasse um amigo de o acudir com alguns mil réis, porque não

"havia com que ir ao açougue", e outro com a mortalha que lhe envolveu o cadáver.

De nada disso se conservou memória, mesmo entre os mais ferventes estudiosos das coisas nacionais e da história paulista. Tudo se explicaria se se tratasse de algum personagem de somenos importância; mas justamente Pedro Taques é um nome que enche a história do Brasil e de S. Paulo setecentista; é o maior — e com enorme superioridade — dos tão raros escritores cronistas de antanho; é, em suma, o Historiador dos Bandeirantes.

Nenhum epíteto mais se torna preciso para qualificar a posição que no conjunto das nossas letras e dos nossos fastos lhe compete.

Ao inserir na coleção dos *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo* uma carta do capitão-general de S. Paulo ao de Goiás acerca do desfalque da Bula, anota Antônio Piza a revelar a mais incompleta insciência do assunto capital para o estudo da vida do linhagista, aquele que lhe motivara a ruína:

"Pedro Taques, a quem D. Luís Antônio de Sousa se refere, era o ilustre autor da *Nobiliarquia Paulistana* e de outros de muito mérito. Parece que ele não ficou totalmente arruinado com sua dissipação, porque mais tarde foi a Portugal, esteve se tratando de paralisia em Caldas da Rainha, e continuando em Lisboa os seus estudos nobiliárquicos" (1).

Aliás, nem sempre rende Antônio Piza a devida justiça ao genealogista, para quem se mostra sobrio de elogios. Ocasiões há em que lhe chama apenas: "escritor distinto e muito trabalhador" (2). Alhures classifica a *Nobiliarquia* "notável trabalho" (3). Ao pedir ao Instituto Brasileiro permissão para a reimpressão da obra, "importante trabalho" (4). Em outras notas aos *Documentos Interessantes* é menos parcimonioso em relação ao linhagista. Assim dele ora diz: "historiador muito instruído" (5) ; ora "autor de trabalhos de valor" (6) ; e "ilustre autor de trabalhos literários de grande valor" (7).

De particularidades capitais, quanto cheias de interesse, como as do desfalque da Bula, também não veio a saber Azevedo Marques, tão cauteloso rebuscador e incansável estudioso. À pequena notícia biográfica do linhagista apenas acrescentou escassos dados inéditos hauridos de notas de Roque de Macedo Paes Leme, segundo afirma.

Da pessoa do linhagista ocupa-se com uma frieza que toca às raias da injustiça, pois declara que para os seus *Apontamentos* "não poucas notícias da *Nobiliarquia* trasladou, depois de haver verificado a verdade delas pelo confronto de documentos autênticos e escritos dignos de todo o crédito" (8).

(1) *Documentos interessantes, XIX,* 250.
(2) *Docs.. Interess., IV,* 18
(3) *Revista do Inst. Hist. de S. Paulo,* 3,50.
(4) *Revista,* 58, *II,* 389.
(5) *Docs. Interess., V,* 40
(6) *Docs. Interess., XXIII,* 108.
(7) *Docs. Interess., XV,* 44. *D.*
(8) *Apontamentos, II,* 104.

27

Sr.

D. Pedro estando já Rey, se dignou Confirmar a m.ma
Prov.am dos Piry e Camargos pello theor seguinte = Eu
ElRey faço saber aos q. esta m.a Prov.am virem, q. havendo
respeito a ter Confirmado por Prov.am de 23 de Julho
de 1672 a q. havia passado em 22 de Nbr.o de 1665 o Conde
de Atouguia, sendo Gor. e Cap.m Gnal do Estado do Brazil,
sobre o seguro q. deo em meo nome a familia dos Camar-
gos, e dos Piry, assistentes e moradores na V.a de S. Paulo,
assim sobre a Eleição da Camara, como sobre o perdão dos
Culpados, q. tivessem, ou não tivessem &c., por haver dis-
posto tudo em boa forma q. se havia acabado a q. ...

Trecho autografado da "Nobiliarquia Paulistana" — *(Fragmento do título Camargo)*

Quanto ao Brigadeiro Machado de Oliveira, nunca se nos deparou nos seus escritos alusão alguma ao linhagista, cujos trabalhos, aliás, só se publicaram após a sua morte.

Renasceu nas últimas décadas a curiosidade em relação à tão esquecida figura do velho cronista das bandeiras e entradas.

Fez a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, em 1895, com que logo se pensasse na oportunidade da reedição da *Nobiliarquia Paulistana*, o que se não se levou a efeito, contudo. Publicou Augusto de Siqueira Cardoso, erudito linhagista aliado à família do cronista interessantes e valiosos estudos: "*Os ascendentes e descendentes de Pedro Taques de Almeida Paes Leme* (9) ; *Pedro Taques de Almeida Paes Leme — estudo genealógico* (10).

Afinal, a aproximação da data natalícia bicentenária sugeriu a necessidade de homenagens públicas à memória do tão deslembrado historiador.

Foram estas festividades, celebradas pelo Instituto Histórico de S. Paulo em julho de 1914, modestas, mas nem por isso deixaram de chamar a atenção e a simpatia do público, da imprensa paulista e fluminense para uma figura nacional de tão grande relevo.

A reedição da *Nobiliarquia* será nova consagração do início da obra reparadora e justiceira que a gratidão brasileira devia à personalidpade do grande cronista, e, mais dias menos dias, se consubstanciará num monumento erigido pela cidade de S. Paulo em honra a um dos seus maiores filhos. Levando-a agora a cabo, como se verifica, demonstra mais uma vez o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quanto inflexivelmente se norteia pela senha já quase centenária e cada vez mais obedecida que de seus maiores recebeu, sob os auspícios de seu magnânimo protetor de cinqüenta anos, diretriz essa apontada pelo amor de todos os instantes e a preocupação contínua pelas coisas do Brasil.

Priora disquirendo Patriam colimus — não enuncia e tão expressivamente uma das divisas daqueles que agremiados em torno de seu nome, na ocupação pacífica da ciência, trabalham pela glória do Brasil?

II

A NOBILIARQUIA PAULISTANA, CONDIÇÕES EM QUE FOI COMPOSTA, CONSTÂNCIA INQUEBRANTÁVEL DO LINHAGISTA. O QUE PEDRO TAQUES ESCREVEU E O QUE SE PERDEU. PROJETOS DE REIMPRESSÃO. AS DEMAIS OBRAS DO HISTORIADOR; AS PUBLICADAS E AS QUE SE PERDERAM.

Trabalhador infatigável, imenso produziu Pedro Taques, consagrando pertinaz e incessantemente cinquenta anos, à erecção desse monumental repositório documentário que é a *Nobiliarquia Paulistana.*

---

(9) *Revista do Inst. Hist. de S. Paulo, X*, 39 (1905).
(10) *Revista do Inst. Hist. de S. Paulo, XIX*, 275 (3) *Ib.*, 227.

O estudo acurado dos troncos decorrentes dos primeiros povoadores de S. Paulo, levou-o ao estabelecimento de noventa e sete títulos genealógicos, quiçá, maior número ainda, pois, nos vinte e quatro impressos, referências se lêem a setenta e três inéditos, sendo, portanto, muito provável que na parte desconhecida da obra haja alusões a novos capítulos.

Para realizar tão formidável obra, no bárbaro Brasil setecentista, onde as comunicações eram inacreditavelmente difíceis, precisou o seu autor fazer um dispêndio de energia, absolutamente pasmoso.

Ainda adolescente, aos 16 anos, já cogitava do assunto capital de sua vida inteira; data de 1742 o título dos Buenos, de 1748, o dos Arrudas Botelhos e Sampaios; jamais se descurou, um só dia, da faina de avolumar materiais, o cabedal de suas notas e apontamentos, por mais longe que o levassem o desejo de enriquecer ou a defesa dos interesses familiares às solidões de Goiás e às de Mato Grosso. O período fecundo de trabalho, encetou-o, porém, em 1763, quando de volta de Portugal e, estabilizada a vida em S. Paulo, exerceu o cargo de tesoureiro da Bula da Cruzada.

Mandaram-lhe então os prepostos informações e cópias de documentos, e ele próprio entreteve enorme correspondência com mil e um interrogados, realizou viagens, à feição dos *iter* dos antigos historiadores, por toda parte onde supunha encontrar papéis velhos e documentos.

Vieram pouco depois os anos dos revezes e das calamidades, o sequestro dos bens, as acusações as mais dasabaladas contra a sua probidade, as privações e vexames sofridos pelos seus, a insolência dos credores, a angustiosa falta de meios, todos estes descalabros ainda coroados por terrível moléstia nervosa e a perda de dois filhos, únicas esperanças e consolo no meio de tão atribulada vida. Nada o demoveu de levar a cabo a *Nobiliarquia* e os seus queridos estudos históricos, que eram como a carne de sua carne, os ossos de seus ossos, o reconforto e o lenitivo de sua pobre vida.

Permitisse-lhe a moléstia a "interpolação de algumas horas de mais sossego", e voltava encarniçadamente ao trabalho, dizia ao confidente, o beneditino, parente e confrade.

A genealogia dos Lemes, certa ocasião, tivera de a interromper por espaço de treze meses, "tão flagelado vivera diariamente". Quanto projeto não precisara abandonar, graças "ao deplorável estado em que se achava, sem liberdade para a positura de assentado" (11).

Ainda se ao menos pudesse pagar um amanuense! Muito a miúde o imobilizava também "o achaque inveterado da enxaqueca, cujas dores faziam pôr em desprezo o uso de ler e escrever" (12).

Foi entre os maiores sofrimentos físicos e morais que escreveu a *História da Capitania de S. Vicente*, a *Informação sobre as Minas de S. Paulo*, em 1772, os títulos genealógicos sobre os Costa Cabrais, Chassins, Gajas, Pedrosos, Vazes e Barros. Semi-moribundo, a Portugal

(11) *Docs., Interess., IV*, pags. 10 *et passim*.
(12) *Revista*, IX, 2, 138:

transportou os seus queridos manuscritos, quando num supremo arranco de força foi perante o Rei tentar mais uma vez obter justiça e reparação.

Generalizava-se-lhe a paralisia, mas a indomável energia do infeliz, ainda o fazia frequentar a Torre do Tombo e pedir a Frei Gaspar que lhe enviasse os seus cadernos de notas para as combinar com algumas memórias, em Portugal descobertas (13). Até os últimos dias, pode-se dizê-lo, leu, anotou e ampliou a sua obra querida. Passava, no entanto, por momentos de verdadeiro desespero, o desgraçado, desalento e dúvida quanto à utilidade da tarefa que estava levando a cabo, desânimo em relação à sorte que aguardava os seus pobres manuscritos; assim escrevia ao querido amigo: "vai traçando o destino para verificar-se o próprio prognóstico, de que por minha morte hão de ter os rapazes, nas noites de S. João, papel para traques, se antes disto não produzirem as melancolias da minha pobre vida a resolução de reduzir tudo a cinzas desenganando assim aos meus inimigos, que eu mesmo reconheço, que os meus escritos são mais dignos de fogo que de luz". (14).

Havia de impedir-lhe, porém, o levar a efeito tão sinistro plano a força irresistível que o alentara para a satisfação do seu ideal de escritor. Afastara-se-lhe para o irrealizável o projeto tão caramente acariciado de fazer "ver ao mundo a sua *Nobiliarquia* pelo benefício da imprensa". Apesar de tudo, nela trabalhou até o último sopro.

Parece-nos que na história literária do Brasil não há exemplo que de perto se aproxime daquele que tão nobremente deixou Pedro Taques, de inquebrantável preocupação e desvelo pela realização de uma obra, filha de íntimas e nobres impulsões e no meio de tantas e tão notáveis adversidades.

Por mais que lhe admiremos a coragem e resignação, inquebrantabilidade e apego ao ideal, não nos surpreendamos contudo de quanto Pedro Taques — historiador desses bandeirantes com quem realizava todas as afinidades — devia deixar de si um padrão extraordinário de energia.

À lista dos títulos impressos: *Buenos da Ribeira, Taques Pompeus, Almeidas Castanhos, Antas Moraes, Laras, Prados, Costas Cabrais, Mesquitas, Penteados, Alvarengas, Monteiros, Pires, Afonsos Gaias, Chassins, Campos, Toledos Pizas, Rendons Lemes, Godois, Bicudos, Carneiros e Mendonças, Pedrosos, Vazes e Barros*, adicionou Antônio Piza por ele apontados no texto publicado, referentes aos nomes:

Aguirre, Almeida, Alvares Sousa, Anhaia Arzão, Baião, Betim Borba, Camargo, Canhamares, Carvoeiros, Cerqueira, Cordeiro Paiva, Cunha Gago, Dias Paes, Dias Tibiriçá, Dutra, Falcão, Fernandes Povoadores, Freitas, Furquim Furtado, Garcez Barreto, Góis Mendonça, Guerra, Horta, Jorge Velho, Leite de Miranda, Lopes da Silva, Ma-

---

(13) *Docs., Interess.*, IV, 22.
(14) *Docs., Interess.*, IV. 11.

chado, Machado Castanho, Machado Fagundes, Martins Bonilha, Morais, Morais de Sousa, Moreira, Nunes Siqueira, Pacheco Jorge, Pinto Guedes, Pontes Portes d'El Rei, Preto, Proença, Quadros, Raposo Bocarro, Raposo Góis, Raposo da Silveira, Raposo Tavares, Rodrigues Lopes, Siqueira Mendonça, Tenório, Vaz Guedes e Vieira Maia.

Percorrendo atentamente a *Nobiliarquia*, verificamos a existência de vinte e um títulos novos que a Antônio Piza escaparam:

Almeida Neves, Anes Sobrinhos, Arrudas (ou *Botelhos Arrudas*), *Azeredos Coutinhos* (do Rio de Janeiro), *Barbosas Limas, Bicudos Castanhos, Buenos Anhangueras, Botafogos* (do Rio de Janeiro), *Castilhos, Cerqueiras Limas, Cunhas Abreus, Eanes, Ferrazes de Araújo, Góis, Machados Barros, Mirandas, Moreira Castilhos, Munhós, Oliveiras Leitão, Pimentéis Morais, Ponce Torales, Proenças Abreus e Saavedras.*

Ainda se refere Pedro Taques a outros capítulos, como *Machados Toledos* (da ilha Terceira), *Pontes* (dos Açores) e outros, de modo a não deixar bem claro, porém, se os escreveu, ou se se trata de escritos de outros genealogistas.

Constam os títulos impressos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de 1.202 páginas in-8 e tipo médio. É de crer que a *Nobiliarquia Paulistana* completa desse três mil, senão mais páginas... Curiosas as vicissitudes da existência desta grande obra!

Ao realizar a segunda viagem a Portugal, em 1774, levou Pedro Taques, consigo, os seus manuscritos, com o fim de os mostrar ao Desembargador João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, de cujo parentesco longínquo e amizade poderosa tanto esperava. Foi providencial essa resolução, — pois salvou a *Nobiliarquia* da completa perdição.

Cioso das glórias de sua estirpe ligava o desembargador grande importância às pesquisas do cronista que tanto lhe exaltava os ascendentes Rendons, Buenos da Ribeira e Azeredos Coutinho.

Comunicou-as, anotando-as em diversos pontos, ao irmão, o Bispo Conde de Coimbra, D. Francisco de Lemos, e ambos gostosamente as tornaram conhecidas dos dois irmãos, seus primos afastados, de S. Paulo, José Arouche de Toledo Rendon e Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, apaixonados ambos de assuntos paulistas e genealógicos, sobretudo.

Teve em mãos Diogo Ordonhes, espírito eminentemente culto, durante longos decênios a obra de Pedro Taques, — senão grande parte dela —, desde o regresso do escritor a S. Paulo: copiou-a e anotou-a em diferentes tópicos, completou-a com informações recentes, algumas das quais minuciosas, como a que se refere ao processo do contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, morgado de Grijó e sua madrasta. Escreveu sempre com critério e ponderação e muitas de suas notas têm real valor documentário.

Fernandes Pinheiro, visconde de S. Leopoldo, que com ele em Lisboa se encontrara, sobremaneira se interessara também pela *Nobiliarquia*; chegou a copiar-lhe páginas e páginas, a pedido do patrício e

amigo. Diogo Ordonhes, ouvidor em Cuiabá, deputado à Assembléia Constituinte, conselheiro de fazenda no Rio de Janeiro, em 1826, aí faleceu celibatário. Passaram os 59 cadernos da cópia da *Nobiliarquia* para o poder do irmão, o Marechal Arouche, que bem lhes aquilatava o valor. Desaparecido por sua vez este, em junho de 1834, pôs-se S. Leopoldo a campo para salvar tão precioso espólio dos perigos que o ameaçavam. Pediu encarecidamente à filha do Marechal, que por algum tempo, e para os mandar copiar, lhe confiasse os manuscritos.

Salvadora foi a sua intervenção, pois decidiu D. Maria Benedita de Toledo Arouche, a doá-los a quem por eles tanto se empenhava. Teve-os S. Leopoldo em mãos durante alguns anos; por sua morte, em 1847, tocaram ao filho Dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro, e este, bem inspirado quanto possível, ofereceu-os ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1855. No seu tomo XXXII, ano de 1869, encetou a *Revista do Instituto* a impressão do códice, terminada no tomo XXXV. O modo, porém, pelo qual se levou a efeito tal publicação sobremaneira prejudicou a obra. Realizada em dez fragmentos esparsos em quatro tomos e sete fascículos, tornou incômodo quanto possível o manuseamento do grande trabalho de Pedro Taques. Fosse como fosse, estava salvo muito do que o cronista escrevera de melhor: os títulos importantíssimos dos Buenos, Taques, Lemes, Campos, etc., repletos de documentação valiosa.

Já no tomo 18, de 1855, da *Revista* se impusera aos estudiosos e eruditos a necessidade da impressão da *Nobiliarquia*: nele fizera o Dr. Antônio da Costa Pinto e Silva, inserir pequena parte do título *Taques Pompeus*, copiado de um manuscrito pertencente a um neto do escritor, prova de quanto andavam dispersas as páginas da *Nobiliarquia*, como já o observara o visconde de S. Leopoldo, certo de que passara ela por diversas mãos, sofrendo numerosas mutilações e provavelmente provocando não poucos plágios. A Frei Gaspar da Madre de Deus, que tanto chamou a atenção dos historiadores sobre a obra de Pedro Taques, neste particular, procedendo com a maior lealdade e modéstia, a ponto de lhe atribuírem escritores, como Monsenhor Pizarro (15), que se não avistaram com as obras do genealogista, como que o papel do copiador deste, a Frei Gaspar se deve em grande parte a ressurreição do que deixou o confrade e amigo. Exaltou-lhe os meritos, a consciência, a capacidade de trabalho, o labor formidável da documentação, a memória extraordinária, e não pouco contribuiram certamente as suas palavras (16) para que a *Nobiliarquia*, mais cara se tornasse aos irmãos Arouche e ao visconde de S. Leopoldo.

Será possível encontrar-se parte do que se sabe perdido da *Nobiliarquia?* E' possível que sim. O título referente aos Arrudas, por exemplo, escapou à destruição e dele se serviu Silva Leme para a sua *Genealogia Paulistana;* muito plausível que outros surjam dentre os amontoados de papéis velhos, dilacerados, apagados, truncados, a que o

(15) *Memórias*, II, 256. — Aí intitula a Pedro Taques "eruditíssimo e o melhor genealogista do Brasil."

(16) *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, §§ 18, 23, 77, 94; 95 e 96

quase geral descaso brasileiro condena documentos às vezes valiosíssimos. Haja vista o que Antônio Piza salvou do espólio do marechal Arouche — *Cronicas de Cuiabá,* as notas de Frei Gaspar, etc.

Não será de estranhar que de Portugal nos cheguem alguns dos capítulos desconhecidos da *Nobiliarquia.* Com o seu faro extraordinário de *trouveur* e de pesquisador, a quem o destino fez os régios presentes do encontro de tantos documentos capitais, suspeitava Varnhagen pararem em Coimbra, quiçá no arquivo da Universidade, os manuscritos paulistas, sendo, aliás, isto natural, dadas as relações de seu autor com D. Francisco de Lemos Faria Coutinho, o bispo conde, e irmão do desembargador João Pereira Ramos. Procurou-os ardentemente, como se depreende dos tópicos de uma carta que de Portugal, em 1842, escreveu ao cônego Januário da Cunha Barbosa: "Faço diligências para obter a célebre *Nobiliarquia Paulistana,* de Pedro Taques, tão citada e gabada por Frei Gaspar, e o certo é que já tive menos esperanças de obter notícias dela. Se eu conseguir uma ocasião de voltar à Coimbra, farei nisto consistir um dos meus empenhos" (17). Ao falecer o visconde de S. Leopoldo, escreveu o brigadeiro Machado de Oliveira à diretoria do Instituto, recomendando-lhe insistentemente que se não descuidasse de procurar obter os manuscritos de Pedro Taques, pertencentes ao espólio do ilustre santista, tanto mais quanto sabia ser intenção sua lega-los à companhia de que fora fundador e presidente (18).

Grande curiosidade acompanhou a divulgação dos diversos títulos da *Nobiliarquia,* entre os especialistas, entende-se; pois, salvo quanto a um ou outro amador de coisas nacionais, passou a obra despercebida, sobretudo pelo fato de que a sua publicação se subordinou ao detestável e incompreensível critério da inserção por fascículos em sete tomos da *Revista!*

Ao fundar-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, empenhou-se Antônio Toledo Piza, ardorosamente, para que a nova companhia tratasse, quanto antes, da reimpressão da *Nobiliarquia,* para tanto solicitando a necessária permissão do Instituto Brasileiro.

A 5 de novembro de 1895 escrevia êle nesse sentido ao Presidente do Instituto Brasileiro, alegando que, ao reeditar a obra de Pedro Taques, a ela aditaria o Instituto de São Paulo, um capítulo inédito: "*Arrudas Botelhos e Sampaios,* que em seu poder se achava, assim como a "nobiliarquia das famílias até a presente data de 1895, em vista dos trabalhos recentes, já publicados pelos Drs. João Mendes de Almeida, Augusto de Siqueira Cardoso e Inácio Xavier Pais de Campos Mesquita e outros, e com o concurso dos estudos especiais de vários de seus membros."

Prontamente concedida a permissão solicitada, a 13 de maio de 1896 comunicava Antônio Piza o fato de seus consócios. Nada se fez, porém, ou se pôde fazer; foi o projeto, como tantas e tão freqüentes vezes, adiado *sine die,* e ha disto, já, vinte e sete anos!

(17) *Revista do Inst. Hist. e Geog. Bras.,* t. V, 95.
(18) *Revista,* t. X, 122

Nesse interim não sabemos de descoberta nova alguma, referente à *Nobiliarquia,* salvo quanto a umas folhas esparsas do título *Camargos,* em poder de Silva Leme.

Intercalou a *Revista do Arquivo Público Mineiro* (19) em suas páginas o título *da nobre família dos Árias, Aguirres e Sodré da cidade de S. Paulo,* cópia do manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e oferecida ao Arquivo por Lafayette de Toledo. Por ocasião da Exposição de História do Brasil figurava o manuscrito sob o n. 15.271, do Catálogo. Não se trata de um inédito de Pedro Taques, segundo nele formalmente se declara, dizendo o autor João José de Siqueira Tavira, que compusera tal título, terminado em Lisboa a 27 de maio de 1773, trasladando-o "de *hua* genealogia feita por Pedro Taques, natural de S. Paulo, além de várias informações dadas por pessoas antigas da mesma cidade de S. Paulo, e do que constou de alguns autos de *genere* e inventários."

Da obra de Pedro Taques restam-nos a mutilada *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica,* e mais três memórias, todas elas publicadas pelo Instituto Brasileiro: *História da Capitania de S. Vicente* (20), *Informações sobre as Minas de S. Paulo* (21) e *Notícia Histórica da expulsão dos jesuítas de S. Paulo em* 1640 (22).

E' a *História da Capitania de S. Vicente,* sobretudo, um arrazoado jurídico para provar os direitos do Conde de Vimieiro à Capitania de S. Paulo, direitos que lhe contestava seu parente Conde de Lumiares, a propósito de um novo incidente do secular processo Monsanto-Vimieiro.

Diz-se na *Revista* que se imprimiu uma cópia do original existente no Arquivo do Instituto. Como, porém, se trata de uma memória terminada a 3 de janeiro de 1772 e nessa época já o cronista estava a sofrer o contínuo pungir dos efeitos tão cruéis à terrível paralisia geral, é provável que houvesse ditado o texto a algum copista, assinando-o apenas. Custava-lhe imenso, ficar sentado, e tinha os movimentos necessários à escrita descoordenados, conforme nos revela uma de suas cartas a Frei Gaspar. (23).

Quem ao Instituto forneceu o manuscrito da *História da Capitania de S. Vicente,* foi o visconde de Uruguai que o encontrara no arquivo do ministério de estrangeiros, então a seu cargo, segundo parece inferir-se do que avança o cônego Januário no seu relatório de 1843 (vide *Revista,* tomo V, pags. 17, suppl.). Em todo o caso, em 1845, já ao Instituto pertencia (24). Dele deve existir outro exemplar, quando não seja o que serviu para o indecoroso plágio de Manuel Cardoso de Abreu, em cuja *História da Capitania de S. Paulo,* até hoje inédito, (25) pági-

---

(19) Tomo VIII, pags. 259-267.
(20) *Revista,* tomo IX, 108 pags. in-3.
(21) *Ibid,* tomo LXIV, 84 pags. in-8.
(22) *Ibid,* tomo XII, 40 pags. in-8.
(23) *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo,* IV, 11 e 12
(24) *Revista,* tomo X, pags. 564.
(25) Pertence o manuscrito ao Arquivo do Estado de S. Paulo, que o adquiriu do espólio do Barão do Rosário em 1915.

nas e mais páginas existem em que o texto do linhagista foi *ipsis litteris* copiados sem a menor indicação da procedência.

Quanto à *Informação sobre as minas de São Paulo* (26) dela há pelo menos dois exemplares, no Brasil, um de propriedade do Instituto Brasileiro, outro da Biblioteca Nacional, que em 1887 o adquiriu da coleção João Antônio Alves de Carvalho. Opina Antônio Jansen do Paço que o do Instituto é o autógrafo original, sendo o da Biblioteca uma cópia que Pedro Taques ofereceu ao Capitão-general de S. Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, morgado de Mateus; o fato de haver o volume pertencido a D. José Maria de Sousa, como nele se declara, ainda o comprova, pois é este D. José Maria o filho do Capitão-general, o marido de Ana de Sousa e o promotor da célebre edição dos *Lusíadas*.

A *Notícia Histórica da expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo em 1640* foi em junho de 1848 ao Instituto oferecida por Manuel de Araujo Porto Alegre, que a copiara do original existente na biblioteca do Convento de S. Francisco do Rio de Janeiro, conforme se lê no tomo X da *Revista*, a pags. 398. Em agosto de 1851, ao Instituto chegavam as cópias do título Arrudas, Botelhos e Sampaios, oferecidas pelo Dr. Ricardo Gaumbleton Daunt, e em julho de 1852 um trecho do título Taques Pompeus, pelo Dr. Antônio da Costa Pinto e Silva (Vd. *Revista*, tomo XV, pags. 550 a 555).

Do enorme espólio de Pedro Taques "seus preciosos e verídicos manuscritos", como diz Frei Gaspar da Madre de Deus, perderam-se várias memórias a que na *Nobiliarquia* e em diversos outros escritos faz alusão; entre essas menções respigamos as seguintes: *História de São Pedro* (27), *Discurso Cronológico dos descobrimentos do Brasil* (28), *Elementos da História de Piratininga* (29), *Apontamentos* (30), *Memórias de Jundiaí* (31), *Dissertação Verídica e Cronológica* (32).

Aos *Elementos da História de Piratininga* também chamou *História de Piratininga Paulistana* (33).

Da sua correspondência, que, com certeza, foi muito avultada, salvaram-se, ao que sabemos, seis cartas, duas das quais tão interessantes quanto valiosas, dirigidas a Frei Gaspar da Madre de Deus (34), e publicadas por Antônio Piza, que as encontrou truncadas e em miserável estado entre muitos papéis que haviam pertencido ao marechal Arouche, "atiradas num quarto no fundo de um quintal e depositadas a granel sobre o soalho, havendo esses documentos sido lavados por água de chuva entrada pelas janelas abertas por pouco cuidadoso caseiro.

(26) *Revista*, LXIV, pags. 1-84.
(27) *Revista*, XXXIII, parte 1.ª, 169.
(28) *Revista*, XXXIII, parte 2.ª, pags. 105.
(29) *Revista*, XXXII, parte 1.ª, pags. 188.
(30) *Revista*, XXXV, parte 1.ª, pags. 65.
(31) *Revista*, XXXV, parte 1.ª, pags. 65.
(32) *Docs. Interess.*, IV, pags, 17.
(33) *Revista*, XXXII, parte 1.ª, pags. 237.
(34) *Docs. Interess.*, IV, pags., 10 e 21.

E' uma dessas cartas absolutamente preciosas, pois por ela podemos avaliar os processos de trabalho do historiador e o forte intercâmbio intelectual que entre ele e o beneditino havia.

Graças ainda a ela sabemos que além de seus grandes trabalhos compusera o linhagista várias memórias isoladas, em que narrava fatos notáveis da história paulista, entre elas a biografia de Martim Afonso de Sousa, a que se referia às expedições de Estevam Ribeiro Baião Parente e seu filho João Amaro Maciel Parente, aos sertões da Bahia, para combater os aimorés, e uma outra, mais valiosa, sobre a guerra dos Emboabas, o "levantamento das Gerais". (35).

Mais quatro cartas existem, a primeira das quais pertence ao Arquivo de S. Paulo e dirigida a certo João Duarte França, datada de S. Paulo, de 1764; duas outras endereçadas a Agostinho Delgado Arouche, de 1773 e 1774; e uma quarta a um correspondente desconhecido, de 1763.

Dá-nos a leitura do testamento de Pedro Taques nítida impressão de quanto possuía o linhagista copioso e bem organizado arquivo, pois nele referências se fazem a numerosos cadernos e maços de documentos numerados, etc.

Reunira o historiador, certamente, rica coleção de documentos, tendo em vista a confecção de suas obras. Desses vieram alguns às mãos de Augusto de Siqueira Cardoso, casado, como dissemos, com uma descendente do linhagista e apaixonado admirador de sua memória. Demonstram quanto devia ter sido tal coletânea preciosa.

Tudo se espalhou, tudo se dispersou. E embora muita coisa se haja perdido, não é de estranhar que ainda alguma se salve. E' possível que em Portugal se encontre parte dos originais lá deixados pelo cronista, entregues à guarda do desembargador João Pereira Ramos, como já atrás o frisamos. De quanto correntemente se encontravam no reino os seus escritos, nos documentam as asserções em 1773 do autor do título dos Árias, Aguirres e Sodrés, certo João José de Siqueira Tavira, que o compusera em Lisboa, à vista de "uma genealogia feita por Pedro Taques", e as do cônego Roque Luiz de Macedo Pais Leme da Câmara, que na mesma cidade, a 5 de fevereiro de 1792, completava a confecção da sua *Nobiliarquia Brasiliense*, "composta sobretudo graças às memórias do Sargento-Mor Pedro Taques de Almeida Pais Leme", como ele próprio lealmente confessa (36).

Descobriu-se, em 1817, volumosa documentação relativa à personalidade de Manuel Cardoso de Abreu, o autor do *Divertimento admirável* e da pseudo *Continuação das Memórias de Frei Gaspar* (37). Levou este fato ao cotejo de sua obra inédita, pertencente ao Arquivo do Estado de São Paulo, com as *Memórias* do beneditino, verificando então que Abreu não passava do mais impudente plagiário, acaso nascido no

(35) *Docs. Interess.*, IV, pags. 18 e 19.
(36) *Anais da Biblioteca Nacional*, IX. 1.298.
(37) Vd. *Um plagiário imprudente*: *Manuel Cardoso de Abreu*, no *Correio Paulistano*, série de seis artigos de setembro de 1917, pelo autor deste prefácio.

Brasil. Notou-se também que se apropriara de trechos inteiros de Pedro Taques.

Ora, como era íntimo amigo do genro deste, Manuel Alves Alvim, com certeza pôde, com a maior liberdade, utilizar-se do espólio manuscrito do infeliz linhagista; daí os furtos que realizou.

Soube certa vez Eduardo Prado que em Londres se vendera volumoso códice da autoria de Cardoso de Abreu e referente à genealogia paulista. Quando quis adquirí-lo, perdeu-lhe a pista (38). Este códice não é certamente senão uma nova ladroice literária do velhaco Oficial-Maior da Secretaria da Capitania de S. Paulo. Em matéria de genealogia era Cardoso de Abreu tão versado que, ao casar-se, quase aos quarenta anos, declarava ao vigário de S. Paulo ignorar quais eram os apelidos de seus avós maternos! (38).

Assim haja, porém, o refinado tratante plagiado mais uma vez a Pedro Taques! resta-nos a esperança de que um dia ou outro possa surgir-nos uma nova cópia da *Nobiliarquia Paulistana* e esta aplicação paulistana do *sic vos non vobis* voltar-se contra o plagiário de Araraitaguaba.

Nada mais da *Nobiliarquia* venha a descobrir-se, porém... o que existe é quanto basta para a afirmação de que o linhagista edificou um dos mais notáveis monumentos das letras históricas brasileiras: *aere perennius* padrão de seu nome através das idades.

III

O VALOR DOCUMENTARIO DA "NOBILIARQUIA". — APREÇO EM QUE E' TIDA POR HISTORIADORES E CRITICOS LITERARIOS. — LACUNAS, ENGANOS, DESLIZES INEVITAVEIS. — REVISÃO DE SILVA LEMOS. — O RESPEITO PROFESSADO PELO LINHAGISTA AOS DOCUMENTOS. — CRÍTICAS SOBRE ROCHA PITA. — VIAGENS DE INFORMAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL. — ESTUDOS EM COMUM COM FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS. — INDIFERENÇA, SENÃO HOSTILIDADE PUBLICA EM RELAÇÃO A "NOBILIARQUIA". — INFORMANTES DO LINHAGISTA. — A TRADIÇÃO ORAL. — TENDENCIAS ALTAMENTE INDIVIDUALIZADORAS. — DOCUMENTAÇÃO HUMANA.

Para o estudo da história da conquista do Brasil pelas bandeiras paulistas e das primeiras eras de S. Paulo, representa a *Nobiliarquia Paulistana* insubstituível repositório documentário, assim o entenderam e entendem quantos estudaram e estudam as coisas brasileiras.

"Nessa obra colossal, nunca assaz admirada, se recolhem os mananciais de toda a história do Brasil meridional" — avança Diogo de Vasconcelos; sobre ela expende Basílio de Magalhães os mais altos conceitos na sua notável *Expansão geografica do Brasil até fins do século XVII*, e o respeito à personalidade de Pedro Taques leva-o a propôr numa das sessões do Primeiro Congresso de História Nacional "um

(38) *Revista do Instituto Histórico de S. Paulo,* tomo VI, pags. 292.
(39) Registro de casamento da Sé de S. Paulo.

De Vm.ce

Mto Certo Venor e Servidor

Pedro Taques de Almda Paes Leme

Final de uma carta e assinatura de Pedro Taques — *(Documento do Museu Paulista)*

voto de reconhecimento à memória veneranda do benemérito paulista, cuja longa e valiosa obra é um dos melhores elementos para o estudo da evolução brasileira, notadamente para a epopéia da conquista dos sertões."

Nas suas, tão justamente apreciadas, *Minas do Brasil*, não discrepa Calógeras dos eminentes confrades, e do sábio J. Capistrano de Abreu, tanto merece, igualmente, a individualidade do linhagista que a uma sociedade de estudos históricos, cuja fundação ideara, resolvera impôr o nome de Pedro Taques.

Aos historiadores da literatura brasileira não podia o linhagista deixar de se tornar salientemente notório.

Consagra-lhe Sílvio Romero dez extensas páginas e faz-lhe plena justiça aos méritos. Põe-lhe em destaque a feição eminentemente brasileira; o espírito de nacionalismo que pela obra lhe perpassa, "tão notório nos madrigais de Alvarenga e no *Caramurú* como nas páginas da *Nobiliarquia*". O que Taques fez não é obra de um Rocha Pitta, uma "*América Portuguesa* boquiaberta diante de governadores e vice-reis, e sim a descrição de um troço de bandeirantes a internar-se". Até essa época "fora a história também um gênero de importação, vindo enfardada da metropóle com a pimenta, a cebola e os queijos do reino." Foi Taques quem a nacionalizou. "Tirou-a do palanque, arrancando-lhe as capas, jogou-a na rua com a introdução de um novo elemento: povo. Não era ainda o povo brasileiro em sua totalidade e sim nobiliarquizado em suas principais famílias; ainda assim foi o alcance imenso."

Denota o cronista "vasta leitura, erudição prática, conhecimento positivo dos documentos." Escapa à "mania de copiar os antecessores, moléstia comum dos historiadores brasileiros, antigos e modernos. Manuseou arquivos antigos e modernos e era da família dos beneditinos europeus."

A estes elogiosos e exatos conceitos, ajunta Sílvio Romero algumas observações em que analisa o espírito bairrista do autor da *Nobiliarquia*, tão forte e tão patente, quase de página a página de sua obra: "Tinha em alta escala o sentimento provinciano; antes de tudo era paulista. Para ele, ainda que o não tivesse dito expressamente, devia o Brasil ser uma espécie de federação onde colaborassem as grandes regiões naturais do país e onde S. Paulo tivesse a primeira figura."

Não nos parecem nada claras, aliás, em toda a obra do linhagista, estas tendências à apologia da prussificação do Brasil pelos paulistas. Entende, porém, o escritor sergipano, insistindo nesta ordem de idéias, que assim procedendo toda a razão assistia a Taques: "E' este um título mais para ser apreciado. Tal me parece ser a índole geral de seu espírito. Só em S. Paulo se poderia efetuar tal transformação, "conclui, hostil como é a ação do Rio de Janeiro aos meios literários e pensantes do país". Este é o valor de Pedro Taques e o seu título de glória. "A leitura de sua obra fornece, além disto, conhecimento de detalhes altamente preciosos".

Comparando o linhagista a Frei Gaspar, acha o beneditino mais amaneirado no estilo e o seu rival mais desalinhavado e natural, cabendo-lhe grande superioridade sobre o monge no tocante ao conhecimento dos assuntos estudados, o que não impedia que suas pesquisas fôssem igualmente originais (40).

Corroborando as opiniões aqui enunciadas, vem a *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Roméro e João Ribeiro recordar quanto se mostra Pedro Taques "brasileiro de boa seiva" pela índole do espírito e amor profundo ao nosso país (41).

Passando muito perfuntoriamente sobre a obra do linhagista, nela apenas enxerga José Veríssimo a feição puramente literária. Encambulha-a entre as "crônicas e relações históricas de nenhum ou ruim sabor literário, ou a sêcas e insípidas genealogias". Quando muito, concede, "acaso encerra subsídios valiosos para a nossa história mas insignificante como boas letras" (42).

Demonstram estas apreciações a precipitação com que o autor percorreu a obra do linhagista; encararam-na Sílvio Roméro e João Ribeiro com outra superioridade de vistas e outro conhecimento do material a analisar.

Não podemos deixar de constatar quanto se nos afigura grave lacuna da obra do crítico paraense o descaso com que trata os velhos cronistas brasileiros, a facilidade com que lhes atribui tão diminuto valor. Representam eles e ninguém o contesta, as primeiras manifestações do espírito brasileiro, as primeiras afirmações da existência da nossa razão de ser nacional, e como tal mereciam detido exame e muito maior carinho.

Milhares, senão dezenas de milhares, são os informes que a *Nobiliarquia* nos ministra; materialmente impossível seria que entre tão avultado número de indicações deslizes não houvesse e numerosos, lacunas, enganos e confusões. O que nela sobressaem são no entanto, a consciência e a exatidão das indicações. Poucos os historiadores que, como Pedro Taques, pela integridade dos documentos tão profundo acatamento hajam professado.

Brilhantes comprobações de sua honestidade lhe trouxeram muitas das pesquisas de nossos dias, assim, por exemplo, entre outras, as que se referem aos caso de Timoteo Corrêa de Góis e Sebastião Pais de Barros.

Às vezes o paciente e ilustre linhagista tem sido acoimado de prestar realidade a fatos que não passam de lendas ou ficções (43), diz Basílio de Magalhães, ao referir que teve "a felicidade de descobrir documentos que dão razão ao erudito nobiliarquista, a cuja opinião se contrapunha a de quase todos os historiógrafos e cronistas" (44).

---

(40) *História da Literatura Brasileira*, 1, 372-382.
(41) *História da Literatura Brasileira*, 39-97.
(42) *História da Literatura Brasileira*, 123.
(43) *Revista do Instituto de S. Paulo*, XVIII, 507.
(44) *Expansão Geográfica do Brasil*, 58.

E' preciso, além de tudo, não esquecer que muitos dos capítulos da grande obra não tiveram a sua redação definitiva, como se vê das anotações de Ordonhes. Títulos houve, como o referente aos Mesquitas, escritos por outra letra que não a do autor e por este emendados; lugares que Pedro Taques deixou em branco para preencher as lacunas com indicações recebidas ulteriormente. E depois é preciso notar que lhe chegavam daqui e dali informações que muitas vezes discordavam, pois provinham das referências prestadas pela memória dos informantes, desajudados de documentos comprobatórios das asserções.

Na severa e acurada revisão da *Nobiliarquia*, por Silva Leme, levada a efeito para a sua magistral *Genealogia Paulistana*, teve ele ensejo de, por diversas vezes, encontrar em erro o linhagista, apontando-lhe sensíveis faltas e lacunas, até em sua própria ascendência!

Como, porém, escaparia Pedro Taques a semelhantes enganos, havendo escrito no século XVIII, a vencer as maiores dificuldades de comunicações e do atraso dos tempos, se o seu corretor, operando com outras facilidades, incomparàvelmente maiores, malgrados todas as precauções e previdência, tambem incidiu em falhas, fatais, inevitáveis em obras de tal natureza, mas que em nada desmerecem o seu imenso labor e a alta valia de sua obra?

Dalí, portanto, as emendas e rasuras numerosas e as dificuldades que Diogo Ordonhes teve freqüentemente de vencer para encadear as diversas gerações mencionadas no texto, de acordo com a verdade dos fatos, como dissemos, a lutar com a maior indecisão para apanhar o fio da meada da Adriana genealogica.

"Nestes números e nos parágrafos seguintes se acham tantas emendas, notas, entrelinhas, riscos e tal confusão, comenta o consciencioso anotador, acerca de certo trecho, que, não obstante toda a minha diligência de examinar tantos papelinhos que se acham avulsos, necessariamente há de haver engano, pois o autor mostra em muitos lugares ficar na incerteza, se é assim ou não o que escreve e com efeito as datas contradizem o que se acha em alguns números."

Repetem-se estes reparos numerosas vezes. Assim, lemos ainda: "O A. tinta de aumentar a narração e esperava talvez por notícias".

"Isto não leva a ordem com que costuma escrever o A. por ser acrescentamentos e emendas."

Provêm as fontes documentárias da *Nobiliarquia*, principalmente do estudo acurado dos documentos acumulados nos cartórios civis e eclesiásticos de que foi Pedro Taques, consoante a informação de Frei Gaspar da Madre de Deus, infatigável e insaciável revolvedor.

Com a maior atenção revistou registros paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos — onde deixou anotados enganos, erros e omissões de parocos — foi o mais pertinaz ledor de quantos inventários e testamentos se lhe depararam, de quanta justificação *de genere et de nobilitate probanda* lhe caiu sob os olhos, sem contar o estudo pormenorizado dos papeis oficiais, atas de camara e livros de seus registros, assentamentos e tombos de repartições públicas sesmarias, etc.

Chegou a ler correntemente os mais velhos documentos paleográficos, como os de Santo André, a quem traduziu nas entrelinhas, segundo pensa Varnhagen. Deram-lhe enorme trabalho os documentos quinhentistas do antigo cartorio da Fazenda Real de S. Paulo. Frequentemente gastou "muitas horas de aplicação para verter uma só lauda" (45).

"Prodígio de retentiva", na frase do beneditino, servia-lhe a desmarcada memória para estabelecer as ligações indispensáveis, imprescindíveis aos estudos da natureza que empreendera.

Não o satisfazem as informações orais sobre assuntos de certa monta, embora ministradas por pessoas por cuja autoridade professa a maior veneração. Assim sucede, por exemplo, às que lhe dera seu mestre Padre José de Mascarenhas, no entanto, a seu ver, "único genealógico das famílias das capitanias do Rio de Janeiro, S. Vicente e São Paulo."

Relata o que ele lhe disse, mas acrescenta que jamais encontrara documento algum verificador de semelhantes notícias.

Desse contato íntimo com as provas proveio-lhe o maior respeito pela sua integridade e o desgosto que lhe causava a sua violentação pelos escritores pouco escrupulosos. Daí a animadversão, a Rocha Pita votada, e os reparos severos feitos a Jaboatão.

Acusa o primeiro de escrever "sem a lição dos cartórios" e mais por vaidade que por zelo", "ouvindo inscientemente "a informação dos apaixonados", "levado da sua fantasia e credulidade sem exame necessário, traz muitos e péssimos erros, afastando-se inteiramente da alma da história, que é a verdade".

"Levado de informações erradas e do natural gênio de lisonja, claudicava muito da verdade dos fatos a sua desaforada pena"; ao tratar de vários assuntos paulistas, crassamente errava. Assim, por exemplo, quanto à narrativa das ações de Artur de Sá Meneses nas minas, às proezas de Nunes Viana na guerra dos Emboabas "fatos de tanta ponderação". Quanto erro formidável em matéria de mais elementar cronologia, como no caso da elevação de S. Paulo a cidade!

E que deplorável psicólogo quando afirma houvessem os paulistas recebido os seus novos capitães generais como se fosse o próprio rei que ao seu grêmio chegara, cheios de subserviência, quando até então sempre se haviam mostrado tão altanados quanto insubmissos.

Tais palavras só cabem, porém, "aos que tomam por fio da história qualquer informação sem mais exame para a credulidade do que o néscio conceito de serem verdadeiros todos os fatos que lhes comunica, ou a paixão odiosa, ou a facilidade lisonjeira." Exatamente a mesma causa de engano quanto à narrativa inteiramente fantasiosa relativa aos irmãos Leme! Um acervo de disparates sobre essa matéria "onde o autor não expressou cláusula que não fosse um engano, confundindo umas ações com outras e os sítios onde elas aconteceram".

Enfurece-se o bondoso linhagista — e com razão, para quem com tanto carinho interpretava os documentos e os respeitava, — contra o

(45) *Revista do Instituto Brasileiro,* IX, II, pags. 138.

historiador baiano, tão insciente das coisas paulistas e, no entanto, sobre elas, catedraticamente, como a pontificar.

E desse justo ressentimento compartilha Frei Gaspar, naturalmente, quando declara: que "se não fiem no autor da *América Portuguesa*, o qual muitas vezes claudicava, em saindo fora de sua pátria".

Do amor consagrado aos documentos dá-nos Pedro Taques numerosas provas, quando lastima a dispersão dos velhos arquivos vicentinos, e sobretudo a catástrofe provocada por um louco, a do incêndio do cartório da Câmara de S. Vicente, "monumento para a posteridade". Nunca se consolaria da perda do livro grande chamado o *Tombo* "porque nele se achava escrito, com pureza de verdade, o dia, mês e ano da fundação da cidade de S. Vicente, a chegada de seu fundador, o donatário Martim Afonso de Sousa, com as forças que trouxera do reino; o número dos navios em que com ele tinham passado os primeiros e nobres povoadores, fazendo a descrição dos nascimentos e qualidades de cada um deles".

Levaram as pesquisas de Pedro Taques a grandes viagens, já o sabemos; assim, por exemplo, foi a Sorocaba e Itu expressamente para estudar *in loco* a trágica história dos Leme. Para bem conhecer os anais da família dos Rendons, esteve, em 1759, na barra de Guaratiba, Angra dos Reis e Ilha Grande, em casa do capitão-mór Fradique Rendon de Quebedo.

Velho, arruinado, semi-paralítico, anunciava a Frei Gaspar que pretendia ir a Iguape, em sua infatigável faina de curiosidade; à beira do túmulo vivia, dominado pela paixão de sua vida, a ler e fazer copiar memórias da Torre do Tombo, feliz por haver descoberto "fatos que totalmente ignorava" e passava a comunicar a seu grande amigo, o beneditino, por meio de extensas epístolas. Quanto lhe doi nada poder dizer acerca das cartas dos reis ao famoso bandeirante Carlos Pedroso da Silveira, pois se desencaminharam com a sua morte, e lastima não conseguir descobrir documentos que comprovem o que da tradição recolhera acerca dos feitos heróicos dos oficiais do socorro paulista, a Pernambuco enviado, durante a guerra holandesa, ou os das expedições sertanistas levadas a cabo pelo mestre de campo Matias Cardoso de Almeida. Vendo-se isolado, senão desajudado no seu labor indefeso e diuturno, lastima amargamente a indiferença, senão grosseria e desamor, ou mesmo hostilidade, com que os contemporâneos lhe acompanhavam os penosos e aturados esforços necessários à edificação da sua grande obra. "Não temos achado um só sujeito que nos queira ajudar nessa empresa, que tôda se dirige ao fim do bem público."

Ninguém lhe compreendia o alcance moral e patriótico, tendo ele em vista apenas a "utilidade dos descendentes" dos varões ilustres a quem biografava, pois "viviam todos amortecidos na ignorância de seus nobres progenitores e das suas honrosas virtudes e ações, para os imitarem com crédito do mesmo sangue, que lhes adornava as veias".

E a queixar-se dos que lhe escarneciam os esforços, concluia: "Antes o séquito dos imprudentes, que já têm degenerado do mesmo esplendor dos seus antigos ascendentes, emprega todo o tempo na

murmuração do nosso infatigável trabalho, que até se tem acompanhado de despesa própria em muitos documentos que temos feito extrair de vários cartórios das vilas e cidade capital de S. Paulo." O que lhe sucedia era apenas "a repetição do que sempre haviam sofrido os *genealógicos*" e aí, a vingar-se dos estultos detratores, fazia-lhes Pedro Taques cruel insinuação. A mais cruel dos que lhe podiam ocorrer: a mácula de sangue: "Esta mesma calúnia sofreram sempre aqueles que se aplicaram a estudos genealógicos; talvez porque alguns sujeitos, aos quais a lima do tempo consumiu em alguns dos seus ascendentes qualquer fato de mecanismo, se persuadem que nós fazemos renascer pela imprensa aquele silêncio, que lhes apadrinha o antigo defeito."

Manifestou-se, como vemos, a vingança do escritor, espirituosa e coletivamente, sem descer a personalidades, que ao espírito brando e educado lhe repugnavam.

Não havia, porém, o que admirar e, ainda menos, lastimar-se, na indiferença dos paulistas, quando estes nem sequer prezavam as suas mais ilustres tradições. Assim, por exemplo, não rendiam preito à memória de Amador Bueno, que os conservara portugueses; a "lealdade daquele que recusara a coroa "era mais estimada em Portugal do que aplaudida na cidade de S. Paulo, porque o segredo do tempo fizera consumir aquela ação "dígna de se perpetuar com um padrão que sempre lhe acusasse a heroicidade."

E amargamente comentando tão triste fato, aduzia "para semelhante descuido muito concorria o destino oculto de ser paulista Amador Bueno!"

Apesar da afirmação em contrário, quanto a informantes, dá-nos o próprio linhagista no corpo de sua obra a conhecer que, se não teve auxiliares efetivos, contou pelo menos com colaboradores dígnos de aprêço pelo cuidado e afinco com que o procuravam auxiliar.

Entre eles, avulta Frei Gaspar da Madre de Deus, como deixamos dito. Informa-nos a mesma preciosa carta do linhagista ao beneditino, já mencionada, quanto os dois historiadores se auxiliavam, trocando notas, cópias de documentos, resultado de pesquisas, livros etc. Refere-se num tópico o linhagista à estada de uns cadernos do título Lemes entre as mãos do monge, a quem haviam ido "buscar a emenda e correção dos defeitos", como o comprovam varias notas, acerca de diversos personagens, entre outros, à mulher de Alonso Pelaes.

No original do título Afonso Gaias nota-se uma refutação à margem de Frei Gaspar, em que o beneditino contesta os dizeres do genealogista, acompanhando-a a réplica deste.

Entre os informantes de Pedro Taques, por ele próprio nomeados, citemos, por exemplo, o carmelita Frei Antônio da Penha de França, muito versado em genealogia das famílias de Santos e cujas indicações contraria; o sargento-mor Manuel Ângelo Figueira de Aguiar, a quem consultava por ter vivido nos sertões de S. Francisco, os *curraes da Bahia*, e diversos outros amigos e parentes de Minas Geraes, Goiás,

(46) *Docs. Interess.*, IV, 11

Mato Grosso, de Curitiba e do Rio de Janeiro com quem devia entreter atívíssima correspondência, pelo que nos diz.

Era frequente e natural o embate desses informes, fazendo com que o escritor, apesar da enorme memória, se sentisse perplexo, em nortear-se através dos cipoais que constituem geralmente as questões genealógicas.

Muitas das suas notícias, deixou-as Pedro Taques truncadas; ou, com a sua morte se lhe extraviaram as folhas escritas, como sucedeu ás biografias do grande bandeirante descobridor de Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva, e à de Jacinto Barbosa Lopes, quando, exatamente ambos tanto lhe tocavam de perto, uma por ser a do célebre socio de seu pai e outra por se referir a uma das maiores vítimas de Sebastião Fernandes do Rego, o perseguidor da sua família.

De quanto escreve ressalta a convicção de sua lealdade. Quando lhe faltam as informações, confessa imediatamente ignorância, como no caso da descendência de seu tio Valentim de Barros, cujos filhos se haviam, nem meados do século XVII, transmigrado para o Rio de Janeiro.

Estendia-se-lhe a correspondência aos mais longínquos páramos sertanejos, como já o deixamos notado; é com segurança que declara existir F., no sertão da Bahia ou no de Goiás ou Mato Grosso. Mandava ao mesmo tempo proceder a pesquisas na Europa, em diferentes pontos de Portugal e da Hespanha, nos arquivos reais e particulares, nos cartórios civis e nos das ordens religiosas. Durante as duas estadas no Reino, apesar da catástrofe do terremoto e da angústia em que vivia, graças ao péssimo estado de saúde, com afinco, no entanto frequentou a Torre do Tombo e o Arquivo Ultramarino, as bibliotecas de conventos e particulares, os genealogistas, historiadores e bibliógrafos ilustres, como Monterroyo, Mascarenhas, D. Antônio Caetano de Souza e Diogo Barbosa Machado.

Provêm muitas das asserções de Pedro Taques da tradição oral, das informações que do pai e dos parentes, pessoas da maior situação social, hauria, como por exemplo, a interpretação que, em 1698, aos paulistas dera o capitão general Artur de Sá de Meneses, relativa às instruções de D. Pedro II, acerca da devassa dos sertões.

A respeito das questões históricas de antigas eras sobretudo, muito se guiou o linhagista pelas versões de fonte paterna. Da vivaz inteligência e retidão de conceitos de Bartolomeu Pais fazia o mais elevado e aliás justo conceito.

Imenso deplora haver-lhe o pai morrido quando mal passara dos vinte anos. Na meninice, de quanta coisa preciosa lhe ouvira a relação em conversa com outros, como a narrativa pormenorizada do caso trágico dos Lemes. "Fora porém, em tempo que não soubera aproveitar, dele indagando, então, todas as circunstâncias, ainda as mais miudas acontecidas em tais ações".

O seu habitual critério e reflexão levaram-no, porém, a aceitar prudentemente, até certo ponto, os subsídios da tradição oral, como

várias vezes o têm comprovado as pesquisas hodiernas. Assim os fatos sucedidos a Timóteo de Gois, a que já aludimos.

Desejando reforçar os traços biográficos dos seus personagens, descia Pedro Taques a minúcias. Assim é que, a seu respeito, refere inúmeras particularidades acerca do físico, das alcunhas, etc. De Bernardo Bicudo Chassim conta que, apesar de extremamente corpulento era hercúleo e veloz na carreira, relata-nos as extraordinárias proezas equestres de certos dos seus contemporâneos, como as de seus primos próximos Inácio Dias da Silva e seu filho Bento do Amaral Silva ou de Antônio Pompeu Taques "singulares na arte da cavalaria", a ponto de merecer Bento os mais calorosos aplausos do capitão-general de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, que o proclamava o melhor cavaleiro que jámais vira; conta-nos também as façanhas tauromaquicas de Antônio Leitão que, de um golpe, decapitava um touro.

Do mesmo modo relata ainda que o primeiro sogro de seu pai era alcunhado *Tavayuna;* certo sertanista *Tripuhy* e outro *Tamarutaca;* que a determinado frade chamavam *Trafiá,* ao sertanista Francisco de Siqueira *Apuçá,* ou "o surdo", etc.

São o pendor para a documentação humana, as tendências à individuação, que para nós sobrelevam o valor dessa *Nobiliarquia Paulistana* — obra de paciência, quiçá apenas documentação valiosa de nossa história sertanista, para os observadores superficiais, mas para os estudiosos e os sinceros muito mais do que isto: por que representa a fixação dos caracteres das gerações longínquas, que passaram anônimas, e traduz um pouco da alma que aos dilatadores do Brasil animava. E tudo isto sem a sua intervenção se perdera...

IV

O ESPIRITO DE CLAN E A PREOCUPAÇÃO NOBILIARQUIA. — FRAQUEZA DE PRECONCEITOS E APRECIAÇÕES. — BRANDURA DE SENTIMENTOS E PALAVRAS. DELISADEZA PARFA COM AS SENHORAS, ESPIRITO REGIONALISTA E DE SOLIDARIEDADE LUSITANA. A RELIGIOSIDADE DE CRONISTAS. FEIÇÃO ALTAMENTE MORAL DE SUA PENA. IMPARCIALIDADE DE JULGAMENTO.

A aceitarmos o aforisma bufoniano, sobre o estilo, afigura-se-nos Pedro Taques, acima de tudo, um homem brando e indulgente, generoso e cheio de delicadeza.

Raramente nos seus escritos se encontrarão ásperos conceitos, sequer frases repassadas de amargor. Tende constantemente para atenuar as faltas dos seus biógrafados, mesmo quando a seu respeito tem de narrar fatos graves e até delituosos. Assim, por exemplo, como a desculpar Alberto Pires, do nefando uxoricídio, explica que nele "não lavrara o buril da discreção de seus pais com a polícia em que criaram os filhos, civilizando-o com a doutrina das escolas dos pátios dos jesuitas do colégio de S. Paulo", e ao contar que Antônio de Oliveira Leitão, injustamente trucidara a filha, por julgá-la desonrada, explica que

agira "levado de ânimo precipitado e arrebatado, que lhe gerara melindres de honra, antes de haver exame na ofensa".

Com real prazer afirma de alguém que tivera "bela presença com natural respeito sem ares de soberba", ou então "gentil aspecto, dócil e afável gênio", ou ainda "muita civilidade, cortês política e boa instrução".

Raro que dos seus personagens enuncie conceitos como este: "nele o desconhecimento já tocava em total desprezo e abatimento de sua pessoa", sendo preciso que se trate de alguma facinora para avançar que "perdendo o santo terror de Deus, fora cruel por inclinação e matador por vício".

Dominado aliás pelas idéias de casta e sentindo-se um pouco parente de todos os seus biografados, dava Pedro Taques expansão a fortíssimo, visceral sentimento aristocratico de preconceitos de família, senão de classe.

Para ele não há pior desgraça do que não poder alguém ter direito a ser considerado como "de sangue limpo de toda a raça de mácula." Com que satisfação intensa se refere às justificações de nobreza por êste ou aquele levadas a efeito!

Ora é seu avô a quem exalta, porque requerera diligências de gênero pelos costados dos seus quatro avós, a fim de esmagar as calúnias de seus inimigos e invejosos a quem não queria deixar a liberdade "de lhe não concederem a distinta qualidade de sua conhecida nobreza hereditária de uma seguida série de avós paternos e maternos, entre os quais se não descobrira algum que tivesse claudicado com fato de mecanismo, porque todos, sem discrepância, tinham tido os honrosos empregos do real serviço".

Ora, ao padrinho e mestre Frei Luís dos Anjos, "o qual para desabusar alguns incrédulos de S. Paulo, da grande nobreza e pureza do sangue de seus avós, requerera o brasão de armas da família".

Do mesmo modo ao padre José de Godoi, cuja nomeação para familiar do Santo Ofício "rompera a fúnebre impureza com que a maledicência inimiga pretendera ofuscar-lhe a pureza do sangue", e assim por diante, em numerosos tópicos.

Mau grado o espírito religioso, compreende perfeitamente os escrúpulos que levaram Fernão Pais de Barros a não fazer vida marital com sua mulher legítima pelo fato de haver descoberto "bastante prova contra a pureza de sangue dessa senhora".

Do mesmo modo, por mais que admire os dois tios avoengos Pedro Vaz de Barros e Fernão Vaz de Barros, não oculta que possuíam verdadeiro harem de mamelucas; também não o preocupa a descrição da progênie destes nobres paulistas pelo fato de terem tido filhos naturais mulatos. De uma dessas mestiças, como herdasse avultados cabedais, menciona que desposara certo oficial português "vencido do avultado dote". E embora reconheça que deste par nascessem filhos "que se casaram muito bem" e de onde procediam ramos "que com honroso procedimento conciliaram estimações de tôda a nobreza", não deixava de

estranhar que o governador do Rio de Janeiro, o famoso Artur de Sá e Meneses, "não duvidasse" ter servido de padrinho a um destes mulatos.

Sob o ponto de vista contrário à mestiçagem negra mostra-se o genealogista inflexível: referindo-se a João Pires de Campos, afasta-se da habitual cordura para dizer que "levado só do indesculpável apetite e infeliz destino de sua sorte, esquecido das obrigações no nobre sangue, desposara uma mulata, causando um geral luto de sentimento aos seus parentes que, lamentando a injúria, lhe não puderam atalhar o dano".

Para evitar dúvidas futuras, não hesita em dizer de certas famílias "*todos mamelucos*", e que determinados membros de bons troncos vicentinos se casaram com uma mulata ou com uma filha bastarda "havida em uma mameluca alva", etc.

Indigna-o também o fato de se darem essas alianças com gente suspeita de "mecanismo" ou "oficiais de artes fabris".

Não perdoa a José Pires Monteiro ser o sogro de um alfaiate.

Acerca de sua descendência "que diga o mais" como único interessado a respeito da sorte de semelhante gentalha.

E' esta a sinceridade com que tudo vai relatando. Pouco se lhe dá esconder que Francisco Barbosa, rico santista, seja filho natural de certo padre, ou Sebastiana Pedroso, das primeiras famílias de Santos, haja tido três filhos do adultério com um cunhado, durante a ausencia do marido. Sobre Guilherme Borges Monteiro lavra fulminatória sentença: "Casou indignamente e se lhe extinguiu a geração".

E' que para o linhagista, sentimento mais arraigado, talvez não houvesse, do que o da imprescindível necessidade da seleção aristocrática.

Seguindo plurisecular meada genealógica, prova ele com o maior desvanecimento, ou pretende provar que seu avô materno, o capitão-mor Pedro Taques de Almeida, era o décimo terceiro neto do fundador da monarquia lusitana, muito embora isto à custa da declaração de que a décima avó havia prevaricado, amante que fora do vencedor de Ourique. E chegado, esta conclusão, aparentemente modesto, mas com efeito a estalar de mal sopitada vaidade, anota o linhagista "*Deus fecit nos et non*... como diz o salmista". Da família de sua bisavó, Lara, diz com a maior simplicidade que a alta "qualidade acreditadora da nobreza do sangue" prendia-a aos mais ilustres da Espanha.

Aos Lemes, tronco paterno, qualifica: "raça de varões ilustres".

Assim, portanto, não fazendo a menor cerimônia em confessar que se julgava tão nobre como qualquer aristocrata dos mais cheios de prosápia, da Europa, nada mais natural do que exprimir o desgosto que lhe causa constatar quanto, mais e mais, no Brasil se obliteravam as noções da hierarquia social e o prestígio dos privilégios de sangue. Viviam os seus contemporâneos "amortecidos na ignorância de seus nobres progenitores e das suas honrosas virtudes e ações", "muitos dos quais "já degenerados do mesmo esplendor dos seus antigos ascendentes".

"Quanto vilão ruim, conhecido por tal, vendo-se favorecido dos bens da fortuna se constituía nobre, e fidalgo antigo de cota de armas, bastando, *verbi gratia,* ter o apelido de Castro para tirar o brasão de armas dos ilustres Castros!"

Também como conseqüência de semelhantes abusos, notava-se agora "nas assembléias de tôdas as vilas e cidade-capital de S. Paulo" não mais se elegerem, como outrora, oficiais das camaras "homens de maior honra, zelo e desinteresse, lamentando-se esta infeliz decadência em todo o Estado do Brasil, onde já não se escolhiam os sujeitos da primeira graduação para ornarem os corpos dos senados, à imitação dos séculos de 1500 a 1700".

E sentindo em si as impulsões do "nobre sangue que nele se verificavam por tantos costados", obedecendo a essa ordem de idéas régistrou Pedro Taques brasões próprios como descendente de Luís Pedroso de Barros e, como undécimo neto do senhor de Belmonte, as armas dos Velhos, Melos, Cabrais e Travassos, passadas em 1709. E mais, a muitos aconselhou procedessem do mesmo modo, como em diversos tópicos da *Nobiliarquia* alega. Chegavam os seus exageros nesse particular ao ponto de aplaudir e até recomendar que se repetissem os registros de tais brasões nas diversas câmaras de capitania de S. Paulo e nas das vizinhas (47).

Teve o espírito nobiliárquico colonial o seu máximo representante em Pedro Taques, por ele viveu empolgado, pretendendo ao Brasil transplantar idéias e sentimentos que não se coadunavam inteiramente com as condições sociológicas da vida portuguesa setecentista.

E realmente já no reino lusitano se notavam flagrantes demonstrações de enfraquecimento da tradição e do despontar do incoercível movimento nivelador que no século seguinte haveria de, por completo, arrasar as instituições nobiliárquicas e permitir a realização de uma monarquia — única no mundo — multi-secular, e no entanto traficante barata de títulos de nobreza.

Terno e cheio de amabilidade e atenções para com o sexo fraco, de quem sempre foi grande admirador, esta feição se lhe traduz forte ao falar de suas biografadas, como alheio aos preconceitos semi-muçulmanos sobre a mulher, que dominavam as velhas sociedades lusitanas. Lembra, de uma "o claro juizo, excelente advertência e afável gênio", de outra quanto fora "uma dona de toda a estimação" e aos filhos soubera "dar toda a educação necessária com os ditames de sua grande honra por ser senhora nobre".

E aos sentimentos de esteta dando largas, ousava — coisa para o tempo extraordinária — recordar quanto a certa senhora ornava "o rosto talvez mais belo que se achava na cidade de S. Paulo", unindo essa pessoa "à formosura grande discreção e juizo".

Assim, aplaude a alguém que se casara "sem mais conveniência de dote que a eleição dos merecimentos que adornavam a nobreza de D..., umas das mais formosas senhoras daquele tempo".

---

(47) Arquivo Municipal de S. Paulo, t. 145, p. 65 *et passim* e pg 128. v. *et pass.*

De como não compartilhava dos preconceitos deprimentes do seu tempo, sobre as mulheres, mostra ainda o prazer com que recorda a energia e critério de sua avó, D. Ângela de Siqueira, "pessoa de grande prudência e capacidade" e que, de sua antepassada D. Leonor de Siqueira, a grande protetora dos jesuitas, em S. Paulo, herdara o ânimo varonil. Com real satisfação afirma de algumas dessas antigas paulistas "na educação dos filhos mereceu os aplausos de matrona mais advertida e ajuizada". E cheio de delicadeza para com as senhoras que "faziam eleição do estado de celibato", não admite que alguma haja deixado de casar-se por falta de pretendente de sua igualha, e sim por aversão ao matrimônio, como certa D. Isabel Bueno, de quem, por precaução, avança, fora "igualmente formosa como discreta e matrona do maior aplauso e veneração no próprio ninho".

Nem outras palavras se podiam esperar de quem parece ter vindo ao mundo sob o sígno de Venus, admirador dos encantos funestos de D. Maria Ângela Eufrásia da Silva, e esposo mais que quinquagenário, apaixonado de uma rapariga de dezenove anos.

Bem se compreende haja sabido admirar formosos rostos e talhes esbeltos, e este pendor o tenha levado a expansões que aos seus rudimentares contemporâneos e cidadãos não podiam ocorrer!

Vivendo numa sociedade isolada, se não segregada do resto do globo, muito naturais em Pedro Taques os sentimentos de fundo nacionalismo, ou melhor, intenso regionalismo, que a cada passo em sua obra transparecem, sentimentos estes tão de acordo com o espírito do tempo e tão ferrenhos no Brasil novecentista ainda hoje, e onde medram as noções das patriúnculas provincianas, afastadas, graças a mesquinhas rivalidades, da idéia da maior pátria.

Assim, não é de dmirar que no historiador linhagista o sentimento brasileiro se oblitere ante o do regionalismo; orgulhoso de se sentir paulista, não há título de ufânia que a este se anteponha. E não dispensa o gentílico atribuido aos seus biografados, "paulista de estima e veneração", "cavalheiro paulista", "potentado paulista", "nobre matrona paulista".

Filho e neto de grandes sertanistas, conhecedor emérito do muito que os seus haviam sofrido da falta de consciência e da prepotência dos governantes portugueses, frequentemente espoliadores dos trabalhos dos brasileiros, nascido e criado no meio dos ressentimentos, ainda vívidos na memória popular e provocados pelo choque entre vicentinos e reinois, no território mineiro, seria absolutamente inexplicável que Pedro Taques não refletisse esses sentimentos magoados dos seus para com os insolentes dominadores de além-mar, "arrogantes por natureza e opostos por inclinações aos filhos do Brasil".

Acaso haveria vassalos mais dedicados à coroa e desinteressados do que os filhos de S. Paulo? E, no entanto, quantas injustiças e quão clamorosas lhes eram feitas, parece que "haviam contraido um mau pecado original, por não serem jamais bem vistos, prejudicando-se a fazenda real só para que eles não tivessem premios".

"Abominável desafeição, introduzida nos europeus portugueses contra os paulistas!" — exclama indignado. "Não lhes bastava a demonstração de amor, que estes acreditam aos seus inimigos, quando, com avultados dotes, lhes entregavam filhas, irmãs e sobrinhas". Nada, até então, pudera ser "Iris da paz entre tais indesculpáveis oposições, tão geralmente acreditadas, objeto para injustiça na falta dos premios em relevantes serviços ao rei, à igreja e ao bem comum".

Pois estes mesmos paulistas não tinham como inflexível norma consumir as fazendas e as vidas no serviço de seu rei e natural senhor, sem jámais pedir mercê alguma para si ou para outrem? "Entretanto, era no Brasil comuníssimo verem-se portugueses aventureiros, gozando o fruto de espoliações praticadas sobre brasileiros, como no caso de certo José da Silva Valença, que, senhor dos papéis do ilustre sertanista Carlos Pedroso da Silveira, deles se servira para fazer-se cavaleiro de Cristo, em detrimento do filho do bandeirante, que lhe confiara os documentos e mais uma forte soma para andamento do processo.

Todos estes motivos de justo melindre, nem por isto impedem que Pedro Taques seja o mais fiel dos vassalos do Rei de Portugal. Admira-lhe sempre incondicionalmente o critério dos atos, a extensão do poderio, a revelar-se o súdito mais obediente e respeitoso de um monarca absoluto, sentindo-se perfeitamente solidário com os interesses daquele grande soberano, de quem teve a ventura de nascer sujeito. Envaidece-o sobremaneira o aumento que a sua arrecadação em Goiás trouxe aos reais quintos.

Havendo S. M. determinado a fundação da pestilenta colônia de Iguatemi, terrível sorvedouro de vidas e dinheiro paulistas, não ousa o linhagista criticar-lhe o estabelecimento; pelo contrário, agrada-lhe e muito que se hajam dele lembrado para opinar acêrca do assunto.

Apesar de paulista até a raiz dos cabelos, sente-se também lusitano até o íntimo do coração, admirador incondicional do seu rei e seu governo.

Com que ufania nos relata as façanhas do Mestre de campo, Manuel Dias da Silva, o heroismo de Bento Alvarenga Chassim, nas lutas contra os castelhanos da fronteira. E quer deixar bem frisado, acima de tudo, o desinteresse dos paulistas que, apesar de não receberem coisa alguma dos despojos tão bravamente conquistados, "sempre lhes coubera a honra do real serviço".

E' este *loyalism* que o leva complacentemente a registrar — fato extraordinário — a mais velha das anedotas militares de S. Paulo, a espirituosa e atrevida resposta de Pedro Leme, o coxo, ao hespanhol que o intimara a derribar o padrão das quinas nas terras ainda indecisas de Mato Grosso. Assim se enternece igualmente ao descrever a viagem de um quase centenário — tão decrépito que se fazia carregar em rede — que de S. Paulo partira para Lisboa, com a "nobre idéia", o único fito de "conhecer o seu rei e natural senhor", o bem pouco dígno, aliás, de admiração e respeito, D. Afonso VI, — a quem ofereceu uma série de frutos de ouro, imitando os do Brasil.

A cada passo, na *Nobiliarquia*, dá-nos o linhagista as mais evidentes mostras de profunda e convita religiosidade; note-se o cuidado com que menciona as práticas devocionárias dos biografados ,homens e mulheres. O amor que seu antepassado, D. Diogo de Lara, tinha a Nossa Senhora do Carmo, com ele merecendo conseguir o caráter de varão santo", e a piedade de seu avô, Pedro Taques, em relação a N. Senhora da Conceição, a predileção de alguém pelos exercícios da Via Sacra, a austeridade e ascetismo do ilustre Desembargador Alexandre Corrêa, "que queria menos adornado o corpo pelos vestidos do que a alma pelas esmolas", e assim por diante.

Com que sincero sentimento de unção rememora o fato de certa monja paulista cair em ascese, passando vinte e um dias sem comer nem beber, e depois morrer "inculcando sinais de que fora predestinada". E os fatos sobrenaturais que acompanharam a morte do venerável jesuita, seu mestre, Padre Estanislau de Campos!

Do mesmo modo, com a maior naturalidade e simpleza, relata o milagre do Padre Belchior de Pontes, relativo à confissão de seu tio, o orgulhoso e infeliz Padre José Pompeu de Almeida, abandonado numa ilha do Tietê, no alto sertão, a centenas de léguas de S. Paulo.

Imenso o respeito e acatamento professado pelos eclesiásticos, para quem sempre tem palavras, de elogio e deferência a gabar-lhes os dotes inteletuais ou o zelo do ministério. Estasia-se ante a personalidade de Guilherme Pompeu de Almeida, o creso parnaibano, que não sabe como mais exaltar. "Altos são os destinos de Deus!", exclama compungido, ao falar de um franciscano, seu parente, que, após haver apostatado a vaguear pelos sertões, fora afinal preso e encarcerado. Refletindo nos erros da vida, "ficara leso, do discurso, vivendo como pateta, possuido de interior pânico."

Inúmeras as passagens em que reflete Pedro Taques da maneira a mais evidente, quanto consubstanciam os seus escritos o espírito de piedade que, em seu tempo, animava as sociedades portuguesas.

Daí os conceitos repassados de elevada moral, com que critica certos fatos, que o seu mister de historiador não permite deixar esquecidos, "misérias que o tempo não sabe conservar em segredo". Se é obrigado a falar de um incesto, comenta, por exemplo, "que nasceu do desacordo e delírios de imaginação"; se dos filhos naturais de alguém, é que este não resistiu "aos delírios da mocidade."

Surgem-lhe arroubadas as frases com que se refere à castidade de seu tio Timóteo de Gois, "chegado ao tálamo sacramental com esta limpeza e puzera de costumes contra o comum flagelo a que se arrebata pelo ardor dos anos a concupiscência".

Escrevendo acerca de tanta gente e com liberdade de palavras, e de idéias, procura Pedro Taques ser imparcial ou, pelo menos, passar por sê-lo: assim se rejubila em nada ter de comum com os Toledos Pizas, para "não ficar suspeito na publicação deste ilustre sangue". Ao referir-se a uma prima, a abadessa da Ajuda, irmã do seu grande amigo Frei Gaspar da Madre de Deus, depois de lhe exaltar os méritos, cessa de escrever-lhe a biografia, receoso de que o inquinem de parcial. "As

linhas do sangue nos embaraçam os períodos, por não ficarem sujeitos à emulação dos que nos quiseram constituir afastados da pureza, e singeleza, com que escrevemos a nossa História Genealógica".

Nas questões da politicagem paulista, caracterizadas pela oposição violenta, frequentemente à mão armada, das duas famílias dos Pires e Camargos, tudo fazia a que pendesse para a primeira, aliada estreitamente e afinal quase fundida com a dos Taques.

Mostra-se, porém, muito comedido a falar de adversários; nem sequer comenta acerbamente a morte de seu tio ancestral, o segundo Pedro Taques, assassinado por Fernando de Camargo, alcunhado o Tigre. Quando muito, relata que o matara "à falsa fé".

Perdeu-se, é verdade, a narrativa que dessas lutas entre Capuletos e Montecchi paulistas traçou o nosso historiador "com pureza da verdade e fio cronológico", como de tal se gaba; as referências que subsistem, porém, em diversos títulos da *Nobiliarquia,* fazem-nos crer que tudo procurara escrever com a maior isenção de ânimo. Salvo em um ou outro tópico, como aquele em que, a falar de Garcia Rodrigues Velho, chama aos Pires "nobres" e não adjetiva os Camargos, não o vemos mostrar preferência por esta ou aquela parcialidade.

Em seu tempo, bom é que se note, todas estas velhas questões eram história antiga de um século, Pires e Camargos, coligados, pensavam em resistir aos "novatos", como em 1737, no caso da campanha de Pedro Taques Pires e os demais vereadores paulistas de S. Paulo às pretensões dos três candidatos portuguêses à vereança.

Se houve no mundo homem que nos pareça ter vivido alheio aos sentimentos da cólera e rancor, foi o nosso linhagista. Ele próprio de si refere, aliás, que "lhe dera Deus desinteressado gênio, com zelo para só estimar a tranqüilidade e harmonia, e aborrecer a menor discórdia". Era certamente essa mesma disposição de ânimo que tanto o fizera sair-se galhardamente da espinhosa missão de cobrar dos rudes e selvagens mineiros do Pilar e de Crixás os impostos régios, "ajudado do amor que merecera a todos os moradores daquelas minas". Se houve, no entanto, homem a quem assistisse o direito de queixar-se do destino, e amargamente, esse tambem foi ele.

Lastima-se, mas nunca injuria, não acha cabível as pessoalidades contra os seus perseguidores.

Desabafando-se em sua correspondência íntima com Frei Gaspar, interrompe a sua carta sobre indagações históricas, para lastimar não consinta o seu estado de penúria a oferta ao amigo de certas cópias documentais. Na *Nobiliarquia* não se encontra referência alguma pesada, sequer desagradável aos inimigos encarniçados que contou.

Do Dr. José Correia da Silva, seu principal e feroz adversário, não faz menção; do Arcediago Mateus Lourenço de Carvalho, que àquele, ouvindo, promovera a sua ruina total, apenas lemos uma respeitosa alusão, dele narrando certa providência de sábio administrador; do ouvidor Salvador Pereira da Silva, que, entrando nas vistas de ambos,

tanto também concorrera para a sua desgraça, faz até rasgados elogios, como também ao conêgo Antônio de Toledo Lara, o primo e credor exigentíssimo, que muito lhe amargurou os últimos anos de vida.

E' que não achara decoroso enxertar as questões pessoais na sua *Nobiliarquia*, parecia-lhe isto pouco dígno do monumento que, em honra das gerações suas antecessoras e suas contemporâneas, com tão grande esforço levantara. Que pensaria a posteridade de semelhante fraqueza?

Irrompe essa feição resignada do escritor, pela última vez, em seu testamento de moribundo. Ha queixumes desesperados, mas nenhuma palavra mais acerba contra aqueles que o haviam "posto a nú, a viver da caridade dos cristãos".

A todos perdoava o muito que tão injustamente lhe haviam atassalhado a honra e o caráter.

Até o último momento era bem o mesmo homem, cuja brandura de sentimentos fazia verberar o uso geral e selvagem dos seus compatriotas continuamente armados de punhal, "indesculpável adorno dos moradores do Brasil, assim nacionais como europeus", o pai, cheio de ternura comedida que, em frases sentidas, noticia — ele velho, paralítico, arruinado — a morte, antes dos vinte e cinco anos, dos dois únicos filhos, ambos fortes, bons, inteligentes e companheiros constantes dos dias de tanta desventura e carregado porvir.

V

AS BALDAS, A PEDRO TAQUES ATRIBUIDAS — MANIAS GRANDILOQUENTES, AUMENTADORAS E MEGALOMANIA NOBILIARQUICA. FANTASIAS DE LINHAGISTAS MODERNOS. — PEDRO TAQUES, ARAUTO DAS IDEIAS DO SEU TEMPO E DE SUA GENTE. — SEUS REPARADORES MODERNOS. — A REVISÃO DE SILVA LEME.

Faz geralmente o exercício dos estudos genealógicos, dizem alguns maliciosos reparadores, propender aqueles que a ele se entregam ao exagero e ao descuido da verdade. Por todos os lados, vêem os linhagistas excelências e maravilhas, com que generosamente aos biografados gratificam. Daí a facilidade decorrente destas tendências blasonantes, graças às quais pretendem os especialistas do gênero levar as ascendências das linhagens de que se ocupam às mais remotas e altívolas gerações ancestrais, *per fas aut nefas*.

Raros os genealogistas, na opinião desses criticadores, que escapam ao desejo de demonstrar que os seus biografados, no mínimo, provêm de algum sangue real. Eis porque não há irlandês que indiscutível e inegavelmente não descenda dos reis fabulosos da verde Erin. Eis porque no nosso querido país se contam tantos e tantos milhares de cidadãos modestos e ilustres, vivendo na penúria ou na riqueza, brancos e não brancos, que os bons linhagistas de hoje, com a maior sem-cerimônia, filiam aos mais nobres, aos mais azuis dos sangues reais e imperiais do Universo.

A acreditarmos nestes bondosos autores, quantos e quantos pobres diabos a vegetar por aí nos fundões brasileiros, inconscientes de sua prodigiosa ascendência, provêm reta e inflexivelmente, já não só dos velhos reis borgonheses de Portugal, como também dos troncos miliários capetíngios, carlovíngios e merovíngios? E tudo é tão fácil de admitir, tudo se explica tão naturalmente! Parta-se, por exemplo, de qualquer Manuel ou Joaquim dos Santos ou Sousa, tomado a esmo, para daí a umas dez ou doze gerações atingir-se algum Pascoal, Fernão ou Vasco, de cunho genuinamente quinhentista. Até aí, muito bem. Pior é que, entrando pelos séculos a dentro, — se de um lado ficaram Pequerobi, maioral de Ururai e Tibiriçá, cacique de Inhampuambucú — quer a todo o transe o fio genealógico travar-se, já não à árvore dos Avizes, mas sim à dos borgonheses, muito mais elegantes pela sua ansianidade do que esses monarchas oriundes de Albubarrota e dos amores ilícitos de Pedro, o Cru, com a nobre dama galega Teresa Lourenço.

Esta ligação, fornecem-na os nobiliários lusitanos através de uma série de nomes de saboroso aspeto medieval, que começam pelos mais modestos Soeiros e Paios e suas dignas consortes Mecias e Sanchas, para acabar nos Dom Moninho e nos Dom Gozendo, rescendendo a "palafrem", a "torre albarrã" e a "bofé! mentes pela gorja!", esposos truculentos e imensos aos Urracas, Gontinhas e Velasquidas, não menos "hacanéas e infançonas do que os seus respeitáveis maridos".

E estes senhores e estas senhoras das honras de Rendufe e de Godins e de outras muitas de nomes arquiestrambóticos são colaterais dos "senhores reis", quase sempre por portas travessas, confessadas, valha a verdade. Entroncam-se nos leões de Leão e nas quinas de Portugal, barrando-lhes os escudos a quebra bastarda, mas enfim entroncam-se.

E, uma vez a estas alturas chegando-se, é facílimo atingir D. Afonso Henriques ou qualquer desses reis de Leão, cuja prolificidade hiperleporina, os gratificou à direita e, sobretudo, à esquerda, com uma descendência maior do que a do pai Abraão. Cousas do convívio com a poligamia muçulmana... Deles a Hugo Capeto e Carlos Magno, Clovis e Meroveu, Clodião, o Cabeludo e Faramundo, filho de Marconir, é estrada batida ao alcance de todos.

E eis como deste lado do Atlântico vivem hoje milhares e milhares de autênticos e autenticados descendentes dos reis de Leão e Portugal, de Hugo Capeto, Carlos Magno, Clovis e Meroveu, capetíngios à ufa, carlovíngios em barda, merovíngios incontáveis na mais completa democratização dinástica de que jamais se ouviu falar...

A tanto não chegou Pedro Taques, bem longe disto; não passou de Afonso Henriques, o que, aliás, já não é pouco: ao fundador da monarquia prendeu os Taques Pompeus por seu quarto avô Pedro de Morais de Antas, a seu turno décimo neto — por via barregã, entende-se, — do vencedor de Ourique. E isto mesmo avança-o firmado na autoridade do "insigne" José Freire Monterroio Mascarenhas, em cuja livraria, título Braganções, haurira semelhantes elementos.

Além desta incursão pelos aborios realengos, mais uma origem de alto coturno invoca o nosso linhagista em relação aos Arrudas, Botelhos e Sampaios, sem que contudo se atreva atingir às camadas profundas a que o levaria à confiança nas baboseiras do *Teatro Genealógico* do supositício prior Dom Tivisco de Nasão Zarco y Colona ou a *Nobiliarquia Portuguesa*, de Vilas Bôas e Sampaio, boa alma, da raça do excelente Jorge Cardoso, autor do delicioso *Hagiológio* português. Assim, portanto, salvo quanto a estas duas exceções, não pretendeu Pedro Taques, de forma alguma, que os seus biografados proviessem da coxa de Jupiter. Senão, vejamos:

Dos Buenos da Ribeira pretende simplesmente que tiveram origem no sevilhano Bartolomeu Bueno da Ribeira, apenas acrescentando fora "pessoa de estimação e respeito". Procedem os Taques de Francisco Taques Pompeu, bragançāo dos Estados de Flandres, emigrado para Portugal no século XVI, comerciante, "da nobilíssima família do seu apelido", condições estas geralmente antinômicas, sob o ponto de vista aristocrático: casou-se com uma D. Inês Rodrigues, de quem nada se fala. Dos Almeidas Castanho se refere que seu fundador foi Antônio Rodrigues de Almeida, simples e modesto cavaleiro fidalgo da casa de D. João III, marido de uma Dona Maria Castanho, ignota pela sua ascendência.

Os Morais e Antas, estes procedem de gente graúda e até de Afonso Henriques (di-lo Monterroio). Os Laras, muito mais modestos pela estirpe, filiam-se a fidalgos de Zamora, cidadezinha perdida na esterilidade da Castela Velha, onde seu antepassado possuia casa brasonada. Os Prados, estes vêm de João do Prado, modesto fidalgo, natural de Olivença, passado ao Brasil com Martim Afonso. Os Costa Cabrais são açorianos de S. Miguel, "família conhecida" no arquipélago. Descendem os Mesquitas de Domingos Rodrigues de Mesquita, emigrante do século XVII, de quem nada se diz. Os Penteados de Francisco Rodrigues Penteado, pernambucano, filho de português, de filiação não mencionada. Os Alvarengas Monteiros, de Antônio Rodrigues de Alvarenga, também emigrado com Martim Afonso, pequeno fidalgo provinciano de Lamego.

Os Pires, ascendentes dos paulistas de igual apelido, também não passavam de simples cavaleiros fidalgos, portuenses, do séquito do primeiro donatário, exatamente como os Gaias, oriundos de quatro irmãos, de cuja prosápia nada se conta. Vêm os Chassins de certo portimanense de Antuérpia, de boa família; os Campos, de um flamengo de Antuérpia, Francisco de Wanderburg, emigrado para Portugal.

Os Toledos Pizas, estes aparenta-os Pedro Taques à casa dos duques de Alba e Conde de Oropesa, de quem são colaterais; os Rendons, soldados de fortuna, mais modestos, contavam-se entre a nobreza da minúscula e medíocre cidade de Cória, na Espanha. Os Lemes, segundo Vilas Boas, é que descendem de um cavaleiro nobre e rico de Bruges, Martim Lemes, passado a Portugal; os Godóis, de um (cavaleiro castelhano estimado". Diz-se simplesmente dos Bicudos, Carneiros e Men-

donças, que vieram da ilha de S. Miguel; dos Pedrosos, Vazes e Barros, que sua origem se prende a "dois irmãos de qualificada nobreza", vindos ao Brasil para se empregarem. E só...

Vemos, pois, quão modestas são as origens pelo linhagista atribuídas às velhas famílias paulistas.

Não há, pois, a nosso ver, motivos para que alguns dos nossos críticos modernos tanto insistam em inquinar de megalomaníacas as informações de Pedro Taques e Frei Gaspar. Incontestável é: dentre o primeiro núcleo de fundadores de S. Vicente, gente havia bem aparentada em Portugal. Acaso procurou o genealogista — dominado, aliás, como o monge seu primo, pelos mesmos preconceitos e idéias de casta — acaso imaginou prender os primeiros povoadores de S. Paulo às dinastias européias, sequer às casas titulares portuguesas? Absolutamente não, como nô-lo inculca a resenha que acabamos de fazer; provêm os troncos, de que se orgulha, da pequena nobreza do reino, da boa burguesia a que atribui os qualificativos de "nobre" e "nobilíssima", isto quando em língua portuguêsa nobre e fidalgo não são exatamente a mesma coisa.

Aos mais afidalgados atribui modestos morgados e comendas. Títulos para ele altissonantes são "a limpeza de sangue dos cristãos velhos, livres da mescla de judeu mouro ou qualquer outra infeta nação".

Seria tão difícil empresa obter-se em Portugal cinquenta ou mesmo cem casais nestas condições, cinquenta ou cem indivíduos pertencentes a famílias distintas, muito embora pobres, decadentes ou decaídas, *cadets de famille*, gente de gênio aventuroso, amiga de viagens e perigos?

Representa tudo isto tão pequenas exigências, por parte do historiador e do monge cronista, que não compreenderíamos o furor de que se possuíram os "demolidores" de suas obras, Cândido Mendes à testa, se nessas demonstrações de hostilidade não enxergássemos como causa primeira as mais legítimas demonstrações de certa fobia nobiliárquica, muito comum entre brasileiros formados sob o primeiro império e o período regencial. Aos nossos republicanos exaltados dos dois primeiros quartéis do século XIX, ainda sob a influência recente do movimento, que ao Brasil dera a independência, verdadeiro horror causava a idéia da localização de príncipes e nobres nas terras da *livre América*, segundo o consagrado chavão.

Daí a má vontade para com os historiadores e genealogistas de S. Paulo, ojeriza tanto mais injusta quanto oriunda de evidente preconceito. Cândido Mendes, que se desse ao trabalho de ler as primeiras páginas dos títulos nobiliárquicos de Taques, e ao espírito lhe ocorreria, estamos certos, a necessidade da atenuação rigorosa dos seus conceitos violentos.

Aráuto das idéias e sentimentos do meio em que vivia, coube a Pedro Taques exteriorizá-los nos seus escritos. Faziam os paulistas de seu tempo a mais alta idéia de si, reflexo natural da ufania prove-

niente da lembrança dos feitos extraordinários de seus "nacionais concidadãos", na devassa dos sertões e no recuo do Brasil para o coração da América do Sul.

Foi esta feição que sobremaneira impressionou a Garção, inspirando-lhe os conhecidos versos sobre a prosápia dos filhos de Piratininga.

Irrita ao cantor da "Cantata de Dido" a presunção desses brasileiros, a seu ver, semi-selvagens, e no entanto arrogantes como raros. Em certa cena do seu *Teatro Novo*, declama um dos personagens, — para mostrar quanto o contrariam os exageros e disparates que acabam de lhe dizer.

Que podem parecer-me tais loucuras
Estou tonto de ouvir êstes senhores!
Parece-me que estou entre Paulistas
Que, arrotando congonha, me aturdiam.
Co'a fabulosa ilustre descendência
De seus avós, que de cá foram
Em jaléco e ceroulas.

Eis precioso depoimento comprobatório do vezo exaltado de uma população inteira, ainda hoje amortecido, mas não extinto nas famílias oriundas dos velhos troncos vicentinos. Fez-se Pedro Taques, denunciador de tal estado d'alma expoente que foi da cultura do seu tempo e do seu meio. É o reflexo fiel de um estado psicológico que se exemplifica nas numerosas justificações nobiliárquicas, no seu tempo havidas, e muito ainda após a sua morte, até princípios do século XIX, sem que nelas lhe possamos atribuir intervenção direta ou pelos ensinamentos, pois nada mais são do que termos de uma série decrescente, nascida muito antes da sua vinda ao mundo.

É inegável que, possuído de intenso bairrismo e altíssima opinião dos seus, fechado em tão restrito âmbito provinciano, deixou-se o linhagista resvalar pelo terreno da megalomania.

A todo o instante nos fala em nobres, senão nobilíssimas famílias, frequentemente mesmo, sem certo discernimento, pois coloca no mesmo pé de igualdade a descendência dos obscuros portugueses emigrados para S. Paulo e a de casas realmente ilustres, como a dos Azeredos Coutinhos.

Generoso, senão pródigo, de qualificativos, como estes de nobre e ilustre de aumentativos altissonantes transforma a capitania paulista, como que num enorme solar. Prejudica-lhe esta balda o valor da obra, causando espécie ao leitor, e mesmo espanto a germinação *ad infinitum* do que lhe parece ser uma criação intensiva de marqueses de Carabás.

A nós se afigura inocente essa adjetivação ribombante. Verdadeiros títulos nobiliárquicos se deveriam muito mais levar ao ativo dos paulistas pela árdua conquista do Brasil do que pelo fato de poderem

contar, entre os avoengos, modestos fidalgotes portugueses, companheiros da travessia aventurosa de Martim Afonso de Sousa.

Onde nos parece que Pedro Taques se deixa arrastar pelas tendências ao exagero é ao descrever os bens dos antigos "potentados" paulistas. Dá-lhes situações e opulência que não condizem com a antiga pobreza do planalto piratiningano, a penúria pelos inventários revelada: pois S. Paulo tornou-se rico da segunda metade do século XIX em diante.

Houve, é exato, um período de relativa abastança, quando chegaram os primeiros produtos das lavras, o que a vários mineradores permitiu possuírem "móveis ricos e de primor" ou "excelentes móveis de prata e ouro, avultadas baixelas de prata, cuja copa foi de muitas arrobas".

Repetiu o cronista o que de parentes e amigos ouvira acerca das fortunas dos antigos paulistas, obedecendo à tradição oral e cujas tendências são as que o sábio rifão sensatamente qualifica quando se refere àqueles que "contam um conto"...

Nós mesmos, percorrendo o inventário da prata do creso parnaíbano Padre Guilherme Pompeu de Almeida, por ele próprio feito, encontrámos, muito reduzida, a sua "copa", onde, no dizer do cronista, deviam figurar dezenas e dezenas de arrobas em prataria e — curiosa demonstração de amor ao luxo — nada menos de cem vasos noturnos, também em metal nobre, destinados à comodidade menos nobre dos seus hóspedes, por ocasião das grandes festas da Conceição.

Muito difícil escapar algum genealogista à balda *grandiloqua*. Obedecendo à prudência e perfeito bom senso, inspirado nas idéias modernas, soube Silva Leme a ela fugir, na sua obra revisora das antigas linhagens, sóbria nos dizeres, vasada em severos métodos de pesquisa, inspirada num critério, que não deixa lugar a fantasias, divagações e assuntos extra-brasileiros. Merece a *Genealogia Paulistana* muitos encômios, a começar pelo título.

Apontados os principais defeitos da *Nobiliarquia Paulistana*, acaso serão eles tão graves que o valor lhe diminuam? Absolutamente não... em nada lhe infirmam a importância documentária, enorme, nem essa feição tão alta e igualmente valiosa de depoimento psicológico da maior relevância, insubstituível, imprescindível para quem queira fazer o estudo analítico da formação da nacionalidade brasileira.

Firmada sobre tão fortes bases, há de a glória de Pedro Taques de Almeida Pais Leme atingir a mais remota posteridade, porque se incorporou indestrutivelmente às maiores tradições de uma nação, — as que se referem à integração do seu território. (48)

Afonso de E. Taunay

---

(48) Vd. sobre o historiador das bandeiras: *Pedro Taques e seu tempo, nos Anais do Museu Paulista* (vol. I, pags. 1 a 288) e tambem em separata.

GENEALOGIA DAS PRINCIPAES FAMILIAS DE S. PAULO

COLLIGIDA PELAS INFATIGAVEIS DILIGENCIAS DO DISTINCTO PAULISTA

PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME

GENEALOGIA DAS PRINCIPAES FAMILIAS DE S. PAULO

COLLIGIDA PELAS INFATIGAVEIS DILIGENCIAS DO DISTINCTO PAULISTA

PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME (*)

NOTICIA (1) — Depois de longas e aturadas diligencias pude adquirir estes 42 quadernos de papel, e 2 folhas avulsas com o titulo de *Supplemento,* tudo escripto por letra do conselheiro Diogo de Toledo Lara Ordonhes, natural de S. Paulo, aposentado no conselho da fazenda, e fallecido no Rio de Janeiro pelos annos de 1826. Era cópia, como elle diz, de um exemplar authentico, que possuia o distincto brasileiro desembargador do paço João Pereira Ramos, e que confiara em fasciculos, e por isso transladava pela sua letra, e algumas paginas por mim, na época de 1800 a 1809, em que nos achámos em Lisboa, até que vim despachado.

N'esta compilação encontram-se faltas de folhas, ou porque ficassem em algumas das mãos por onde passava, ou por qualquer motivo.

Illm. Sr. José Rodrigues de Oliveira. — Cooperando V. S. por sua valiosa intervenção para a acquisição de tanta cópia de manuscriptos preciosos para a historia da nossa patria paulistana, a mim augmentou mais este aos innumeros obsequios de que já sou devedor, e à causa publica proporcionou os meios para obter mais uma historia, na qual haverá só o desconto de ser traçada por mim.

Cumpre agora segurar aos proprietarios dos ditos manuscritos a restituição fiel d'elles, no caso da minha morte, ou outro imprevisto accidente, não havendo feito antes; declaro, pois, que recebi 59 quadernos de papel manuscriptos, a maior parte pela letra bem minha conhecida do meu prezado amigo o conselheiro Diogo de Toledo Ordonhes, e alguns copiados por mim, que constam *de uma noticia genealogica das mais illustres familias d'aquella provincia,* com os factos que tinham referencia; cópias de tres diarios de viagens do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas provincias do Pará e Mato-Grosso, com 7

(*) Este interessantissimo trabalho pertenceu, como se vê das cartas supra, ao Sr. visconde de S. Leopoldo, que o tinha em subido apreço, e foi doado ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro por seu digno filho, o Sr. bacharel José Feliciano Pinheiro.

(1) Esta *noticia* serviu de introdução á *Nobiliarchia Paulistana,* quando por partes publicada na Revista do Instituto, nos tomos 32, 33, 34 e 35.

quadernos de papel manuscriptos, dentro de uma pasta de papelão pintado, já velho; separada, dentro de sobrescripto a V. S., uma memoria manuscripta, com este titulo: *Memoria dos limites da provincia de S. Paulo com as limitrophes.* Estes manuscriptos protesto, e se eu for fallecido requeiro aos meus herdeiros, que pontualmente se restituam a quem apresentar esta carta de declaração ou de obrigação.

Resta-me ainda um grande favor a rogar, que, sendo constante, pelo menos a muita gente, que tenho entre mãos algumas emprezas a concluir, que não me deixariam saltar para esta; e que vou a entrar na minha tarefa parlamentar, para a qual costumo sempre olhar sisudamente, como é da minha consciencia, mal poderei distrahir-me com este trabalho na presente sessão; preciso, pois, a indulgencia de ampliação de espaço, porque ainda mesmo no caso de aproveitar-me do seu generoso offerecimento dos dois amanuenses para copiar, seria preciso notar antecipadamente o que era aproveitavel ao meu intento, deixando a parte genealogica, a qual não tenho em fito.

Eu ficaria de todo alliviado (e peço perdão se n'isto offendo) se a Exma. viuva do meu amigo o Sr. Arouche, ou herdeiros a quem tocassem, se dispuzessem a vender, como muitos sabios fazem, os seus manuscriptos, e na legislatura passada se quiz comprar para a nação os do coronel Baumelle; e hoje tocam os de Joaquim de Oliveira ao conde de Lages, etc. Emfim, V. S. é que está mais ao alcance de ajuizar como nos comportaremos n'este negocio, no qual não tenho outro lucro mais do que a gloria da nossa patria, á qual me sacrifico assiduamente.

Reitero com prazer os antigos protestos da intima e invariavel estima, com que sou de V. S. companheiro affectuoso e muito obrigado. — *Visconde de S. Leopoldo.*

Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1839.

Parente e amigo. — S. Paulo, 7 de Outubro de 1839. — A Exma. Sra. D. Maria Benedicta de Toledo Arouche, filha e herdeira do nosso illustre patricio o Exm. general Arouche, á vista da carta do Exm. Sr. visconde de S. Leopoldo, pela qual este senhor declara que fica responsavel pelos manuscriptos constantes da dita carta e que d'aqui enviei, me autorisou a fazer-lhe devolver a dita carta, declarando que ficam pertencendo os referidos manuscriptos ao mesmo Exm. Sr. visconde, o que muito estimarei por lhe deparar mais esta occasião de servir ao seu Exm. amigo.

Recebi carta do nosso primo João Vicente Gomes, e já não me falla em vir.

Quando se avistar com o meu amigo e antigo general Sebastião Barreto dê-lhe minhas saudades, bem como aos Srs. Bastos, Machado de Oliveira, Santos e Sá.

Nossos respeitos á minha prima e annexos; entretanto que deve se convencer da ingenuidade com que sou seu primo e obrigadíssimo amigo. — *Benedicto Antonio da Luz.*

BUENOS DE RIBEIRA

A nobre familia dos Buenos de Ribeira, da capitania de S. Paulo, teve origem em Bartholomeu Bueno de Ribeira, natural da cidade de Sevilha, no reino de Castella: passou-se para S. Paulo nos principios da sua povoação em 1571, na companhia de seu pai Francisco Ramires de Pórros (1). Este voltou para a patria pelos para a patria pelos annos de 1599, outorgando em 20 de Maio do mesmo anno uma procuração bastante na nota do tabellião de S. Paulo, no quaderno do dito anno, pag. 13 v., na qual constituiu procurador a seu filho Bartholomeu Bueno de Ribeira, que já se achava casado com Maria Pires, filha de Salvador Pires e de sua mulher Maria Fernandes. Em titulo de Pires, cap. 1.º. Foi este Bartholomeu Bueno de Ribeira pessoa de estimação e respeito em S. Paulo e da sua governança, e serviu repetidas vezes os cargos da republica, e no anno de 1622 era juiz ordinario e de orphãos (2). E teve do seu matrimonio, nascidos em S. Paulo, 7 filhos, que foram:

Amador Bueno	Cap. 1º
Francisco Bueno	Cap. 2º
Bartholomeu Bueno	Cap. 3º
Hieronimo Bueno	Cap. 4º
Maria de Ribeira	Cap. 5º
Messia de Ribeira	Cap. 6º
Isabel de Ribeira	Cap. 7º

CAPITULO I

1 — 1. Amador Bueno (glorioso desempenho da honra e nobreza dos seus ascendentes) foi um dos paulistas da maior estimação e respeito, assim na patria, como fóra d'ella. Teve grande tratamento e opulencia por dominar debaixo de sua administração muitos centos de indios, que de gentio barbaro do sertão se tinham convertido á nossa fé, pela industria, valor e força das armas, com que os conquistou Amador Bueno em seus reinos e alojamentos. Com o trabalho d'estes homens, occupados em di-

(1) Carta da prov. da fazenda, liv. de reg. n. 2 ,tit. 1602 até 767, pag. 58.
(2) Falta no manuscripto.

latadas culturas, tinha todos os annos abundantes colheitas de trigo, milho, feijão e algodão. D'esta fartura ficava sendo igual a da criação dos porcos. Possuiu numero grande de gados vaccuns, animaes cavallares e rebanhos grandes de ovelhas, de que foi muito fertil o estabelecimento e povoação da cidade de S. Paulo, cujos habitadores não logram no presente tempo d'aquella abundancia antiga da criação das ovelhas, por cuja falta se extinguiram as fabricas de chapéos grossos, que, ainda no fim do seculo e anno de 1699, estavam estabelecidas. Da abundância que possuia Amador Bueno sabia liberal empregar na utilidade publica, e despender nas occasiões do real serviço, porque de S. Paulo costumava ir para a cidade da Bahia, em apertos de guerra, soccorros de farinhas de trigo, carnes de porco e feijão, que pediam os governadores geraes do Estado em diversos tempos.

Occupou Amador Bueno os honrosos empregos da republica da sua patria, tendo as redeas do governo d'ella repetidas vezes; e sempre o primeiro voto nos accordãos do bem publico e do serviço do rei. Foi ouvidor da capitania de S. Vicente, e na camara d'esta villa, como cabeça de comarca, tomou posse a 11 de Fevereiro de 1627 (3). E n'este mesmo anno pediu de sesmarias umas terras que se lhe concederam, e na suplica relata haver feito muitos serviços a Sua Magestade, e haver acudido com suas armas e escravos em todas as occasiões de inimigos á villa de Santos, sempre á sua custa (4). Foi provedor e contador da fazenda nacional da dita capitania por provisão de Diogo Luiz de Oliveira, datada na Bahia a 6 de Dezembro de 1633, de cuja occupação tomou posse em Santos, que lhe deu Pedro da Motta Leite, capitão-mór governador da dita capitania, a 27 de Abril de 1634 (5). Passou a governador da dita capitania de S. Vicente, com patente de capitão mór, com 80$ de soldo, que sempre perceberam os capitães-mores governadores da capitania de S. Vicente e São Paulo (6), até o ultimo, em quem se extinguiu este caracter, depois de possuir a sobredita capitania o seu 1º governador e capitão-general na pessoa de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho em 1710, achando-se governando então a capitania do Rio de Janeiro, até Novembro de 1709, em que teve ordem régia de 27 de Novembro do mesmo anno para passar ás Minas-Geraes, como governador de S. Paulo, e levantar em ditas Minas um terço, sendo officiaes d'elle paulistas e reinoes, como se vê na secretaria do conselho ultramarino no maço das consultas dos annos de 1709 e de 1711.

Foi Amador Bueno vassallo de tanta honra e fidelidade, que, achando-se na sua maior opulencia de cabedaes, respeito e estimação, com dois genros castelhanos, ambos irmãos e fidalgos ambos,

---

(3) Archivo da camara de S. Vicente, liv. tit. 1616, pag. 70.

(4) Cart. da prov. de fazenda, liv. de sesmarias n. 8, tit. 1633, pag. 48 e pag. 90 v.

(5) Cart. supra, liv. de reg. n. 6, tit. 1626 pag. 9 v., e dito liv. de reg., anno de 1639, pag. 9 e 48.

(6) Cart. supra, notas da cidade de S. Paulo, anno 1634, n. 59, pag. 58.

Ata de São Paulo, onde vê-se nitidamente a assinatura de Bartolomeu Bueno de Siqueira, o "Anhanguera" — *(Cortesia do Museu do Ipiranga)*.

que tinham poderoso sequito dos hespanhoes, casados e estabelecidos em S. Paulo, com alliança das familias mais principaes da capitania; não podendo estes castelhanos supportar a gloriosa e feliz acclamação do Sr. rei D. João IV de Portugal, e 2º do nome entre os serenissimos duques de Bragança, formaram um corpo tumultuoso, e as vozes acclamavam por seu rei a Amador Bueno, intentando vencer com este barbaro e sacrilego attentado a constancia do honrado vassallo Amador Bueno, para d'este modo evitarem a obediencia e o reconhecimento de que se devia dar ao legitimo rei e natural senhor, ficando S. Paulo com a voz de Castella, assim como estiveram os moradores da ilha Terceira até o anno de 1583 com a do Sr. D. Antonio, prior do Crato, que se achava refugiado em França, e a favor de quem sustentava aquelles mares com armada de muitos vasos Filippe Strozi e Mr. de Brizay, que ficou desbaratada a 26 de Julho de 1582 por D. Gaspar de Bazan, marquez de Santa-Cruz, o qual voltou somente á mesma ilha já em 1583 contra o poder de Mr. de Chatry, cavalleiro de Malta, e ficou rendida a armada franceza e as ilhas deram obediencia a el-rei de Castella em dito anno. Tinha o corpo da rebellião adquirido forças nos autores d'elle, os castelhanos, que por si e suas familias avultavam em grande numero. Eram os tres irmãos Rendons, da cidade de Coria; D. Francisco de Lemos, da cidade de Orense, com seus dois filhos D. Balthazar e D. Hieronimo de Lemos; D. Gabriel Ponce de Leon, da cidade real de Guairá da provincia do Paraguay. Bartholomeu de Torales, da Villa-Rica do mesmo Paraguay, com varios filhos que trouxe de sua mulher D. Anna Rodrigues Cabral, que falleceu em S. Paulo a 13 de Maio de 1639, natural da cidade real de Guairá; D. André de Zuniga e seu irmão D. Bartholomeu de Contreras e Torales; D. João de Espinola Gusman, da dita provincia de Paraguay, e outros muitos hespanhoes da Europa, etc. Porém Amador Bueno, sem temer o perigo nem deixar prender-se da indiscreta lisonja, com que lhe offereciam o titulo de rei para o governo dos povos da capitania de S. Paulo, sua patria, soube desprezar, e ao mesmo tempo reprehender a insolente acclamação, desembainhando a espada e gritando a vozes: — Real, real por D. João IV, rei de Portugal. — Salvou a vida do perigo em que se viu pelo corpo d'esta horrorosa sedição, recolhendo-se ao sagrado o mosteiro de S. Bento, acompanhado dos leaes portuguezes europêos e paulistas até ficar em socego o inquieto animo dos catelhanos que tinham fomentado o tumulto. N'esta acção deu inteiramente creditos de si a incontrastavel lealdade d'este vassallo paulista. Não occultou o segredo do tempo na officina do olvido esta briosa resolução de Amador Bueno, porque reinando o Sr. rei D. João V, de saudosa memoria, se dignou a sua real grandeza mandar lançar o habito de Christo a Manoel Bueno da Fonseca (d'este capitulo, § 7º n. 3 — 1), sem preceder as provanças pela mesa de consciencia e ordens; porque logo que lhe fez esta mercê o houve por habilitado, e na carta que lhe mandou passar, como governador e perpetuo administrador do mestrado da cavallaria

e ordem de Christo, se contém esta expressão: — por ser neto do meu muito honrado e leal vassallo Amador Bueno. — Este facto da intentada acclamação de rei, que não acceitou Amador Bueno, se lê no *Archivo* da camara da villa capital de S. Vicente no livro grande de registros tit. 1684, fl. 125 até 126. No mesmo *Archivo*, liv. 1684 até 1702, fl. 125, se acha a patente de Arthur de Sá a Manoel Bueno da Fonseca, em que se declara a lealdade de Amador Bueno, sendo acclamado pelo povo; a qual patente confirmou el-rei D. Pedro II em 23 de Novembro de 1701, registrada em S. Vicente no liv. tit. 1702, fl. 1 v.

Foi tão conhecido o grande merecimento de Amador Bueno pelo zelo que teve do real serviço, que, representando os officiaes da camara de S. Paulo ao Sr. rei D. João IV varios factos dos jesuitas, depois que foram lançados do seu collegio para fora da capitania no dia 13 de Julho de 1640, representando ao mesmo senhor o descobrimento de minas de ouro, fundicção de ferro e construcção de náos de alto bordo, dizem o seguinte:

"Mas para isto é necessario encarregar Vossa Magestade da feitoria a pessoa de qualidade e experiencia antiga n'este Estado: bem e como devem, o fariam duas que nomeamos a Vossa Magestade: é uma Domingos da Fonseca Pinto, provedor que até aqui foi da fazenda de Vossa Magestade n'estas capitanias, homem pratico e bem entendido, e grande servidor de Vossa Magestade, inteiro e verdadeiro; e outra é Amador Bueno, natural d'estas partes, homem rico e poderoso, bem entendido, capaz e merecedor de todos os cargos, em que Vossa Magestade o occupar, porque, nos de que foi encarregado, deu sempre verdadeira conta e satisfação."

Casou o capitão-mór governador Amador Bueno em S. Paulo com D. Bernarda Luiz, filha de Domingos Luiz, por alcunha o Carvoeiro, natural de Marinhota, freguezia de Santa Maria da Carvoeira, cavalleiro professo da ordem de Christo, que falleceu em 1613, e de sua mulher D. Anna Camacho fundadores e primeiros padroeiros da capella de Nossa Senhora da Luz, do sitio de Guarê do rocio de S. Paulo. Em titulo de Carvoeiros, que temos escripto, e em titulo de Rendons cap. 1º, que tambem temos escripto. E teve do seu matrimonio, nascidos em S. Paulo, 9 filhos:

Casados com

2—1.	D. Catharina de Ribeira	§	1º
2—2.	Amador Bueno	§	2º Margarida de Mendonça.
2—3.	Antonio Bueno	§	3º Maria do Amaral de Sampaio.
2—4.	D. Isabel de Ribeira ...	§	4º Domingos da Silva dos Guimarães.
2—5.	D. Maria Bueno de Ribeira	§	5º D. João Matheus Rendon.
2—6.	D. Anna de Ribeira ...	§	6º D. Francisco Matheus Ren-

don de Quevedo.

2—7. Diogo Bueno .... § 7º Maria de Oliveira.
2—8. D. Marianna Bueno ... § 8º Sebastião Preto Moreira.
2—9. Francisco Bueno Luiz .. § 9º

§ 1º

2—1. D. Catharina de Ribeira, casou duas vezes, e de ambas sem geração. Primeira vez casou na matriz de São Paulo a 22 de Fevereiro de 1632 com Antonio Preto, filho do afamado Manoel Preto, fundador e 1º padroeiro da capella de Nossa Senhora da Espectação, chamada do O', pouco distante do rio Tietê, villa de S. Paulo, e de sua mulher Agueda Rodrigues. Este paulista, fazendo varias entradas aos sertões do Rio-Grande, chamado Paraná pelos mappas castelhanos, e aos do rio Uruguai, conquistou tanta cópia de indios, que chegou a contar na sua fazenda da capella do O' 999 indios de arco e flexa. D'elle faz odiosa menção D. Francisco Xarque de Andela no livro das vidas dos padres Simão Mazeta e Francisco Dias Tanho, missionarios da provincia do Paraguay, impresso em Pamplona no anno de 1687, no cap. XVI, descrevendo, com conhecida paixão, a entrada que fez Manoel Preto no sertão do Paraguay, assaltando a reducção de S. Ignacio, que pelos annos de 1623 para 1624 era o superior o padre Simão Mazeta, e da do Loreto os padres Antonio Ruiz e José Cataldino. E depois de tocar o autor n'estes assaltos das povoações de S. Ignacio e Loreto, passa no cap. XXV do mesmo livro a relatar o successo da reducção de Jesus, Maria e José; com o mesmo padre Mazeta; e o caracter que dá aos paulistas é de *Mamelucos, gente atrevida, bellicosa e sem lei, que só têm de christãos o batismo e são mais carniceiros, que os infieis.* Encarece tanto, que affirma que a tropa dos paulistas se compunha de 800 *Mamelucos* (estes são os brancos) e de 3,000 *Tupys* (estes são os Indios administrados dos paulistas, que n'aquelle tempo tinham por seus administradores aos que no sertão os conquistavam, e do centro da gentilidade os traziam ao gremio da igreja, ficando os seus descendentes tambem sendo administradores), com armas de fogo e outros instrumentos de guerra. E para uma pequena noção do odio castelhano contra os paulistas, copiamos aqui uma breve expressão d'este autor D. Francisco Xarque de Andel ano referido livro, cap. XXV, que diz assim:

"Como no pudo el enemigo por los hechizeros embarazar la salvacion de tantas almas, como se convertian a Dios, concitó los *Mamelucos* del Brasil, gente atrevida, belicosa q sin ley, que tienen solos de cristianos el bautismo, y son mas carniceros que los infieles. Estos, con otros aliados, formaron un esquadron y acometieron à la reducion de Jesus Maria. Quando oyeron que se hallaba el enemigo mas cerca, e que venia marchando a toda a priesa, resolvió el padre le saliesen al camino algunos indios de paz, deseando saber

los intentos que à sus tierras les traian; y los alcaldes sin armas, solo con sus varas, encontraron el exercito que se formaba de 800 *Mamelucos* y 3,000 indios *Tupys,* con armas de fuego y otros instrumentos de guerra. Estos dieron como lobos en aquellos corderos que salian a su recibo, cargandolos de priziones y cadenas, quitandoles los pobres vestidos, y con toda tiranía y crueldad. Dieron aviso al padre Simon Mazeta algunos de los que quedaron en franquia de las tiranías con que comenzaba su rabia: atravesole el compasivo coraçon una aguda flecha; y como ay se sentia el ruido y alboroto del exercito, jusgando que havria en ellos rastro de cristiandad y respetarian los sacerdotes, resolvió vestir la sobrepelliz y estola, y con una cruz en las manos salirles al encuentro: saludoles con singular mansedumbre, y por Jesu-Cristo Redentor del humano genero, que derramó su sangue por todos, les pedió no hicisen agravio a aquellos recien convertidos, dando ocasion fuese el nombre de Dios blasfemado entre las gentes, con menosprecio de su santisima ley. A petiçon tan justa respondieron horribles blasfemias, acompañadas con muchos y grandes testimonios pera desacreditar su virtud con aquella sensible gente: reprehendiolos con santa liberdad, amenazandoles con el castigo del cielo, cuando con furor y rabia infernal uno dellos, que governaba um tercio, llamado Federico de Mello (7), de mala alma y rematada conciencia, levantó una cuchilla sobre la cabeça del venerable operario, pero detuvo algun Angel, sin duda, la mano atrevida, pues aunque descargó el golpe, non llegó el acero a sua cerviz, con admiracion de los que estaban presentes, que jusgaron milagro la evasion de aquel peligro. Esta temeridad no causó desmayo en el varon constante, antes, exponiendo su vida a nuevos peligros, instaba e hacia todo lo possible por la libertad de sus feligreses. En este triste conflito llegó el cazique Cárubá, pediendo favor y ayuda contra los *Typys,* que le habiam cativados sus hijos y vasallos; estaba presente el fiero Sayon que le habia tirado el golpe, y considerando embotados los filos de su acero, como si el cuello del padre fuera bronce y de alcorza ellos; cargó el mosquete, apuntó al indio que se querellaba: este cayó a sus pies atravesado; pero maior golpe recibió en su coraçon el siervo de Dios, porque el herido era catecumeno, y aunque ya industriado, aunque no habia recebido el bautismo: fue a toda diligencia por agua, administrole el sacramento, y murió como hijo de Dios y de la iglezia. Mientras se ocupaba en esta obra, tan de su caridade, se dividieron por todo el pueblo en tropas, y à sangue y fuego en poco tiempo le saquearon, sin resistencia, cativando la gente desvalida y matando a todos cuantos hallaban con brio, en quien presumian resistencia. Hecho el padre un mar de lagrimas con el coraçon de un Jeremias, discurria por unas y otras partes, de choça en choça, curando las heridas de unos y consolando a otros. Robaron la casa del padre, pillaron

---

(7) Este Federico de Mello foi natural da capitania do Espirito-Santo e muito fidalgo, filho de Vasco Fernandes Coutinho e de D. Antonia de Escobar, que falleceu sem testamento em S. Paulo a 28 de Janeiro de 1633.

las pobres alhajas, que eran dos camisas, y estos hechos pedazos, y una sotana de algodon llena de remiendos. Entraron en la iglezia, saquearon la sacristia, profanaron los altares, vertieron los santos óleros, haciendo escarnio de las cosas sagradas, con mas osadia que los herejes en Inglaterra; y habiendo aprisionado los pobres cativos y cargados de hierros, temiendo no veniesse soccorro de los pueblos vecinos, tomaron la leva y marcharon al amanecer; e aunque madrugó mucho el padre Francisco Dias Tanho, que de su pueblo venia al consuelo del padre Simon, que de sus afligidos feligreses, llegó ya tarde. Fueron visitando las rancherias abrasadas, y a cada passo se encontraban lastimosos espectáculos de mugeres, que porque se resistian en defensa de la honor, las degolaron, dejandolas desnudas, con grande indecencia y estendidas en las puertas por trofeo de su barbara tirania, y en testimonio del aprecio que tenian de la virtud las nuevas cristianas."

Suspendemos copiar os cap. 26, 27, 28 e 29, por não alargarmos tanto o que só deve ter lugar nos *Elementos da historia de Piratininga,* que intentamos escrever; porém os taes capitulos são dignos de serem relatados para se admirar a seguida serie de mentiras crassas do autor castelhano e conhecido odio aos paulistas. Este livro tem por titulo — *Insignes missioneros de la compañia de Iesus en la provincia del Paraguay.*

Casou segunda vez D. Catharina de Ribeira, estando viuva de seu 1º marido Antonio Preto, em S. Paulo, a 27 de Fevereiro de 1634, com Antonio Ribeiro de Moraes, que foi capitão-mór governador da capitania de S. Vicente, sem geração. Em titulo de Moraes, cap. III, § 2º, n. 3 — 1º. E falleceu a dita D. Catharina de Ribeira a 16 de Abril de 1677 (8).

§ 2º

2—2. Amador Bueno (filho do capitão-mor governador Amador Bueno) casou na matriz de S. Paulo, a 24 de Outubro de 1638 com Margarida de Mendonça (9) filha de Francisco de Mendonça, natural da ilha da Madeira, e de sua 2ª mulher Maria de Góes, que falleceu em Mogy das Cruzes (10), e seu marido falleceu em S. Paulo a 30 de Deezmbro de 1630 (11). Neta pela parte paterna de Domingos de Góes e de sua mulher Catharina de Mendonça, ambos naturaes da Madeira, de onde veio este casal, trazendo já o filho Francisco de Mendonça e a filha Isabel de Góes. Em titulo de Góes Mendonça. E pela materna neta de Domingos de Góes, que falleceu em S. Paulo em 1672, e de sua mulher Joanna Nunes, que falleceu em S. Paulo a 14 de Outubro de 1625 (12). Falleceu

---

(8) Lacuna.
(9) Irmã de Domingos de Mendonça casado com Maria da Cunha.
(10) Cartorio de orphãos de Mogi. Maço de investimentos, letra M.
(11) Orphãos de S. Paulo. Inventarios, letra F, m. 1.º, n. 40.
(12) Orphãos de S. Paulo. Inventarios, letra D, m. 1.º, e letra I, m. 3.

Amador Bueno a 23 de Março de 1683. E teve do seu matrimônio 5 filhos (13). E Margarida de Mendonça falleceu em S. Paulo a 17 de Janeiro de 1668 (14). E teve como já dissemos, 5 filhos

3—1. Maria Buena de Mendonça.
3—2. Bartholomeu Bueno de Mendonça.
3—3. Francisco Bueno de Mendonça.
3—4. Domingos Luiz Bueno.
3—5. Amador Bueno.

3—1. Maria Buena, que falleceu com testamento em 1709 (15), casou na matriz de S. Paulo com Balthazar da Costa Veiga, natural e cidadão de S. Paulo, que falleceu a 24 de Agosto de 1700, filho de Hieronimo da Veiga e de sua mulher Maria da Cunha. Em titulo de Prados, cap. V, § 1º, n. 3—3, com sua descendencia.

3—2. Bartholomeu Bueno de Mendonça, que em 1683 se achava no sertão, e não sabemos se n'elle falleceu solteiro ou já casado (16).

3—3. Francisco Bueno de Mendonça casou com Anna de Siqueira de Albuquerque, de cujo matrimonio foi filha Anna Buena de Albuquerque, mulher de José da Costa de Camargo. Em titulo de Camargos cap. I, § 11, n. 3—6.

3—4. Domingos Luiz Bueno falleceu na sua fazenda de Canduguá a 4 de Fevereiro de 1721, e foi sepultado na capella da ordem terceira do Carmo: foi casado com Josefa Paes (17). E teve 2 filhas, que foram Margarida Bueno, mulher de João Rosado Pires, e Anna Bueno, que em 1721, em que falleceu seu pai, era solteira.

3—5. Amador Bueno falleceu solteiro.

§ 3º

2—3. Antonio Bueno (filho do capitão-mor governador Amador Bueno, do cap. Lº) foi capitão e casou na matriz de S. Paulo a 6 de Fevereiro de 1639 com Maria de Amaral de S. Paio, filha de Paulo de Amaral, que foi ouvidor da capitania de S. Paulo, em cuja camara tomou posse a 11 de Dezembro de 1648 (18), e de sua mulher Magdalena Vidal. Falleceu Maria do Amaral de S. Paio a 8 de Dezembro de 1658 (19). E teve 13 filhos, que foram:

3 — 1. Maria Buena.
3 — 2. Anna Buena.
3 — 3. Marianna Buena de Amaral.

---

(13) Cart. de notas de S. Paulo. Maço de inventarios antigos, e de Amador Bueno.
(15) Supra, m. 3, letra M, n. 46.
(16) Viuvo (S. Leme.)
(17) Cart. da ouv. de S. Paulo. Maço de inventarios, letra D.
(18) Archivo da camara de S. Paulo, liv. de reg., capa de couro de veado, n. 3, tit. 1648, pag. 2.
(19) Cartorio de orphãos, de S. Paulo. M. 2 de inventarios, letra M.

3— 4. Bernarda Luiz.
3— 5. Antonio Bueno do Amaral.
3— 6. Miguel, baptizado a 11 de Outubro de 1648.
3— 7. Magdalena, baptizada a 30 de Dezembro de 1651.
3— 8. José, baptizado a 20 de Fevereiro de 1655.
3— 9. Anna Maria.
3—10. Isabel.
3—11. Maria Buena do Amaral.
3—12. Veronica.
3—13. Maria, falleceu de tenros annos.

3—1. Maria Buena foi casada com Gervásio da Motta da Victoria, e moradora no sitio de Canduguá, em cuja capella, chamada de Belém, que ao presente tempo já não existe; foi sepultada a dita Maria Buena a 27 de Dezembro de 1673 (20). E teve 5 filhos: 4—1. Bernardo, baptizado na matriz de S. Paulo a 17 de Fevereiro de 1658. 4—2. Maria Buena do Amaral, que foi casada com João Baptista Carrilho. 4—3. Anna. 4—4. Marianna. 4—5. Anna Maria.

3—2. Anna Buena, baptizada na matriz de S. Paulo a 12 de Dezembro de 1640: foi casada com Luiz Freire de Macedo, e teve filha unica chamada Maria.

3—3. Mariana Buena do Amaral, baptizada na matriz de S. Paulo a 5 de Janeiro de 1642, foi casada com Balthazar de Godoy de Mendonça. Em titulo de Godoys cap. I, § 8º.

3—4. Bernarda Luiz, foi baptizada a 7 de Abril de 1643.

3—5. Antonio Bueno do Amaral, baptizado a 3 de Setembro de 1647, e faleceu com testamento a 23 de Maio de 1680, e foi casado com Maria Ribeira, filha de Antonio Ribeiro Bayão, sem geração (21).

3—11. Maria Buena do Amaral foi casada na matriz de S. Paulo a 15 de Junho de 1699 com Francisco Paes da Silva, filho de Bartholomeu Simões de Abreu e de D. Isabel Paes da Silva, irmã direita do governador Fernando Dias Paes. Em titulo de Lemes, cap. V, § 5º, n. 3—6.

§ 4º

2—4. D. Isabel de Ribeira (filha do capitão-mor governador Amador Bueno, do cap. I): casou na matriz de S. Paulo a 13 de Junho de 1642, com Domingos da Silva dos Guimarães, natural de Macieira, termo da villa de Fonte Arcada (irmão direito de Gaspar da Silva dos Guimarães, cavalleiro da ordem de Christo, senhor da casa e morgado chamado do Captivo, que foi avô por parte paterna do Illm. monsenhor Estevão de Magalhães e Castro, da patriarchal de Lisboa, onde o conhecemos pelos annos de 1756), filho de Gaspar Fernandes, senhor do morgado do Captivo, e de

(20) Orphãos de S. Paulo. M. 2 de inventarios, letra M., n. 25.
(21) Cart. 1.º de notas de S. Paulo. Inventarios antigos o de Antonio Bueno.

sua mulher D. Maria Francisca de Castro, que foi filha de Gonçalo de Maçoulas e Castro. Gaspar Fernandes, o captivo, foi filho de Luiz ou Agostinho Fernandes de Azevedo, capitão-mor de Fonte Arcada, do bispado de Lamego. Em S. Paulo falleceu Domingos da Silva dos Guimarães em 1681, e sua mulher D. Isabel de Ribeira no 1º de Outubro de 1698 (22). E teve 8 filhos nascidos em S. Paulo.

3—1. Amador ..	Estes quatro falleceram em idade pueril, como consta do testamento de sua mãi D. Isabel de Ribeira acostado ao inventario, citado á margem.
3—2. Gaspar	
3—3. Antonio ..	
3—4. João	

3—5. Domingos da Silva Bueno.
3—6. D. Maria da Silva.
3—7. D. Isabel da Silva.
3—8. D. Bernarda da Silva, falleceu solteira.

3—5. Domingos da Silva Bueno, baptizado na matriz de S. Paulo a 9 de Fevereiro de 1660, seguiu os estudos de grammatica latina, e occupou todos os cargos da republica de S. Paulo. Quando passou a esta capitania, por ordem régia, Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, datada em 16 de Dezembro de 1696, e depois por outra de 27 de Janeiro de 1697, com 600$ de ajuda de custo em cada anno, além do soldo de general do Rio de Janeiro (23). Levantou dois de infantaria, um de ordenanças, do qual creou coronel a Domingos de Amores; e um outro de auxiliares, do qual foi seu 1.º mestre de campo Domingos da Silva Bueno; e ambas as patentes do coronel e do mestre de campo foram confirmadas por Sua Magestade. D'estes dois terços creados em S. Paulo deu conta o general, que os levantou, em carta de 29 de Maio de 1698, e obteve a real approvação por carta, firmada do real punho, de 20 de Outubro do mesmo anno (24).

Foi o mestre de campo Domingos da Silva Bueno um paulista adornado de muitos merecimentos, que o souberam conhecer, para os estimar, todos os ministros régios e governadores capitães-generaes, que no seu tempo vieram a S. Paulo. Teve grande tratamento e igual respeito. Nas occasiões do real serviço soube sempre dar acreditadas mostras de honrado vassallo, e por isso mereceu que o Sr. rei D. Pedro II lhe escrevesse uma carta de agradecimento, datada em 20 de Outubro de 1698, que contém honrosissimas expressões (25). Governando a praça de Santos Manoel Gomes Barbosa, appareceram na costa do sul seis náos e uma balandra de

(22) Cart. de orphãos de S. Paulo. M. 1.º de inventarios, letra D. n. 13, em 4º da letra L, n. 23.

(23) Secretaria do conselho ultramarino, livro de cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673, pag. 160 e 163.

(24) Secret. supra, livro citado, pag. 195.

(25) Secret. supra, livro citado, pag. 198.

francezes, que pretendiam invadir aquella villa: para defesa d'ella pediu soccorro ao mestre de campo Domingos da Silva Bueno, que com prompto ardor do seu zelo, e á custa totalmente da sua fazenda, marchou para a villa de Santos com todas as companhias auxiliares do seu terço, e alli se deteve desde 16 de Setembro até fins de Outubro de 1710, em que o inimigo desappareceu. Quando de S. Paulo se ausentou para as Minas-Geraes em 8 de Agosto de 1710 o capitão-general Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, deixou em seu lugar por governador interino da commissão ao mestre de campo Domingos da Silva Bueno (26).

Descobertas as Minas-Geraes em Sabarabuçú, passou a ellas, e foi o 1º guarda-mor que n'ellas concedeu e repartiu terras mineraes em 1701 (27). Voltou para a patria e tornou para as mesmas Minas em 1711, e alli se estabeleceu com numerosa escravatura, com cujos negros e fertilidade da sua lavra extrahiu muitas arrobas de ouro. Com esta opulencia se achava, quando a cidade do Rio de Janeiro foi invadida pelo poder de França. D'este reino sahiu a armada, composta de 16 naos de guerra e 2 de fogo, que conduziam mais de 4.000 homens, com o general Du-guay que vinha para emendar os erros do general Ducler, destruido em 1710, no dia 18 de Setembro, em que ficou prisioneiro; e depois de estar no collegio dos padres jesuitas foi passado para a fortaleza de S. Sebastião, e ultimamente se lhe facultou tomar uma casa, na qual passado algum tempo, amanheceu morto, sem se averiguar por quem, e nem o souberam os mesmos soldados que o guardavam.

D'esta armada e seu apresto houve noticia em Portugal, e o Sr. rei D. João V mandou sahir com presteza a frota, que aquelle anno estava para vir para o Rio de Janeiro, dobrando-lhe as naos de comboi, a gente e os petrechos militares; e por cabo d'ella a Gaspar da Costa de Athayde, que exercia o posto de mestre de campo do mar. Ao Rio de Janeiro chegou com presteza esta frota com 4 poderosas náos de guerra, bons navios, escolhidos cabos e soldados para a defesa da praça. D'ella era governador Francisco de Castro de Moraes (irmão direito do mestre de campo Gregorio de Castro e Moraes, que deixou no Rio de Janeiro, onde perdeu valorosamente a vida no dia 18 de Setembro de 1710 de uma bala do inimigo francez, nobre descendencia, pelo casamento de seu filho o coronel Mathias de Castro e Moraes (em titulo de Rendons, cap. Iº, § 5º), a quem chegou aviso dos Goytacazes a 20 de Agosto de 1711 de que na bahia Formosa se viram passar muitas com o rumo para a barra da cidade. E no dia 10 de Setembro se retificou o aviso mandado da cidade de Cabo-Frio. No dia seguinte, que se contavam 11 do oito mez, se cobriu o ar de densas nevoas, que cobriram os montes da Gavea, do Pão de Assucar, a ilha dos Paios, a barra e toda a circumferencia do golpho. E quando já depois do meio-dia foram divisadas as naos inimigas, estavam para

---

(26) Archivo da camara de S. Paulo, liv. de reg., tit. 1710. pag. 37 v.

(27) Cart. de orphãos de S. Paulo. M. 3º de inventarios, letra F. o de Francisco Rodrigues Machado.

dentro das fortalezas da barra. Entraram em seguida ordem, atravessando a enseada, dando uma e outra banda da sua artilharia ás nossas fortalezas, e ás 5 horas da tarde ficaram todas surtas na ponta das Baleas.

Devendo Gaspar da Costa de Atahyde metter as naos em linha, na defensa da marinha, as mandou marear para as livrar do inimigo; porém, achando mais prompto o perigo no baixo da Prainha e ponta da Misericordia, lhes mandou pôr fogo, com que arderam intempestiva e lastimosamente. N'aquella tarde, e nos tres seguintes dias, foram taes os echos da artilheria das naos inimigas e das nossas fortalezas, que em reciproco estrondo parecia arruinar-se o mundo, causando mais horroroso estampido o incendio da nossa casa da polvora na fortaleza de Villegagnon, em que acabaram desastradamente alguns capitães alentados e muitos soldados valorosos.

Toda esta fatalidade não bastou a entibiar o animo ardente dos naturaes do Rio de Janeiro; antes lhes serviu de estímulo; porque, vendo que os francezes assentavam artilharia no monte de S. Diogo, acudiu a ele o capitão Felix Madeira, que, matando alguns, fez prisioneiros outros. Bento do Amaral Coutinho, indo a defender a fortaleza de S. João, perdeu a vida, tirando-a a muitos inimigos; porém a infelicidade que estava destinada áquela cidade superou ao valor dos seus naturaes e moradores d'ella, que, vendo desanimado a Gaspar da Costa de Athayde, e que o que, vendo desanimado a Gaspar da Costa de Athayde, e que o governador Francisco de Castro e Moraes mandara cravar a artilheria da fortaleza da ilha das Cobras (posto em que ancoraram os navios), foram entendendo que por falta de quem os governasse era irremediavel a sua perdição. Assim succedeu, porque na noite do 5º dia da chegada dos inimigos lançaram estes tantos artificios de fogo, que, pegando no palacio e outras casas, infundiram nos moradores um panico terror tão intenso, que o governador e Gaspar da Costa assentaram retirar-se com a infantaria e deixarem a praça, e o fizeram assim elle, sem excepção de pessoa, tão confusamente, que, por salvarem as vidas, deixaram as riquezas que possuiam na cidade, sem lhes deter a fuga uma das mais horriveis noites de chuva e tempestade que se havia visto n'aquella provincia, ajudando ao furor natural dos elementos do vento e agua, excitados pelo tempo, o artificial estrondo do elemento do fogo disposto pelos homens!

Senhores da cidade, os francezes, que quando a occuparam já estava deserta, fortificaram os postos que lhes pareceram mais importantes, e se deram ao roubo, achando um despojo mais rico do que imaginaram, porque importou em muitos milhões o saque; e vendo que não tinham mais que recolher, capitularam com o governador Francisco de Castro de deixarem a cidade sem a demolir, por uma grossa somma de ouro, que depois veiu a ficar em 610,000 cruzados; e se abstiveram de obrar mais estragos, havendo experimentado n'elles a maior ruina o mosteiro de S. Bento, para cujo reparo gastaram os seus monges mais de 50,000 cruzados.

No mesmo dia de 11 de Setembro se expediu prompto aviso a Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador e capitão geral de S. Paulo, que se achava em Minas-Geraes. Este, com o ardor militar, zelo, e com a ventura de se achar geralmente venerado de todos os povos d'aquellas Minas, onde então residiam, estabelecidos com firmeza de lavras mineraes ricas, e abundantes a maior parte dos paulistas, pôde para logo juntar 3.000 homens armados, em cujo troço teve grande mão o mestre de campo Domingos da Silva Bueno, que por si só soube convocar um grande corpo de armas, com que á sua custa acompanhou em pessoa ao general Albuquerque, obrando com esta mesma imitação Domingos Dias da Silva, nobre cidadão e natural de S. Paulo (irmão direito de Alexandre da Silva Corrêa, que foi lente em Coimbra, e acabou conselheiro do Ultramar, substituindo o lugar de presidente d'elle depois da morte do conde de S. Vicente. Em titulo de Pires, cap. VI, § 4º, n. 3—2): a quem o general passara então patente de brigadeiro d'aquelle exercito, todo composto de paulistas e européos. E supposto que este soccorro trouxe as marchas de sol a sol, quando chegou ao Rio de Janeiro já estava ganhada e vencida a cidade. D'ella sahiram os francezes em 28 de Outubro do mesmo anno de 1711, tendo-se passado um anno, um mez e oito dias, que n'ella tinham sido vencidos pelos portuguezes habitadores, e naturaes d'ella, que agora, desprezando o dominio de Francisco de Castro e Moraes, obrigaram a Antonio de Albuquerque a encarregar-se do governo até ordem de Sua Magestade.

Recolheu-se o exercito para Minas-Geraes, de d'onde sahira, levando o mestre de campo Domingos da Silva Bueno e o brigadeiro Domingos Dias da Silva a gloria de se acreditarem honrados vassallos, com uma muito consideravel despeza que cada um fez, para sustentar e armar os soldados que trouxeram, e com que se recolheram para as mesmas Minas; sem que de antes, nem depois houvesse da fazenda real a menor despeza para este tão relevante serviço, que até o consumiu o tempo na lima do esquecimento.

Foi o mestre de Campo Domingos da Silva Bueno casado na cidade de S. Paulo com D. Isabel Barbosa de Aguiar e Silva, filha de Manoel Carvalho de Aguiar, natural de Ponte de Lima, e de sua mulher D. Potencia Leite da Silva, irmã inteira do governador Fernão Dias Paes. Em titulo de Lemes, cap. V., § 5º, n. 3—7: Falleceu D. Isabel Barbosa em S. Paulo a 21 de Março de 1714 (28). E teve 3 filhos.

4—1. Manoel Carvalho da Silva Bueno.
4—2. Domingos da Silva Bueno.
4—3. D. Potencia Isabel de Aguiar e Silva.

4—1. Manoel Carvalho da Silva Bueno, natural e cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica. Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, 1º governador e capitão-general que teve a capitania de S. Paulo, trouxe ordem do Sr. rei D. João V

(28) Orphãos de S. Paulo, M. 4 de inventario letra I, n. 40.

para crear 4 companhias de infantaria pagas, elegendo para capitães d'ellas aos paulistas de qualificada nobreza e de merecimentos para se empregarem no real serviço; e não esqueceu para capitão de uma das companhias Manoel Carvalho da Silva Bueno. Na patente que se lhe passou de capitão de infantaria, datada em S. Paulo, no 1º de Agosto de 1710, se expressa o seu merecimento como filho do mestre de campo Domingos da Silva Bueno, e neto de Amador Bueno (29). Depois passou a sargento-mor do terço dos auxiliares, do qual tinha sido seu pai o 1º mestre de campo, e n'este posto falleceu em 1725. Foi casado com D. Maria Barbosa Sotto-Maior, estando viuva do seu 1º marido, João Pires das Neves (30), sem geração.

4—2. Domingos da Silva Bueno, cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica. Por fallecimento de seu irmão supra passou a sargento-mór do terço dos auxiliares, que serviu até se ausentar para a capitania de Goyazes; e fez estabelecimento no arraial das Minas de Crixás, onde existe no estado de solteiro em que sempre quiz permanecer.

4—3. D. Potencia Isabel de Aguiar e Silva casou com João Freire de Almeida Castello Branco natural de Lisboa, filho de Sebastião de Freitas de Macedo, natural de villa de Almeirim, provedor e executor das contas do reino, e casa na côrte de Lisboa, cavalleiro professo na ordem de Christo, e de sua mulher D. Fellicianna Josefa de Almeida Castello Branco, natural de Lisboa, neto de João Freire de Almeida Castello Branco, que foi sargento-mor da praça do Estado do Maranhão, que governou 4 annos, senhor do morgado de Payan, junto a Carnide, e de sua mulher D. Brites de Almeida, natural de Lisboa, bisneto de Luiz Freire de Andrada natural de Abrantes, e de sua mulher D. Maria de Almeida Castello Branco senhora do morgado de Payan. Este João Freire de Almeida Castello Branco foi irmão de D. Maria de Almeida, D. Isabel Antonia de Almeida e D. Luzia de Almeida, religiosas no mosteiro de Santa Monica de Lisboa, e tambem de Martim Vaz de Almeida Castello Branco, que foi o herdeiro da casa e morgado de Payan, e pai de José de Almeida Castello Branco, que em 1757 passava de 40 anos de idade, com firme resolução de não tomar estado. Não tendo o dito successão, passava o morgado de Payan aos descendentes de seu tio direito João Freire de Almeida Castello Branco, cuja descendencia em S. Paulo se extinguiu no anno de 1758. Falleceu João Freire de Almeida Castello Branco em S. Paulo a 6 de Abril de 1723 (31). E teve filha unica D. Isabel Archangela do Pilar Almeida Castello Branco, que falleceu na villa de Parnaguá, sem geração, estando casada com o Dr. Matheus da Costa França, natural da mesma villa.

---

(29) Arch. da camara de S. Paulo, L. de reg. 1708, pag. 36.

(30) Cart. de not. de S. Paulo, M. de inventario, letra M.

(31) Cart, de orphãos de S. Paulo. M. 4º de inventarios, letra I, n. 1, e ouv. testamento de João Freire de Almeida Castelo Branco.

3—6. D. Maria da Silva (filha de D. Isabel de Ribeira, do § 4º) foi baptizada na matriz de S. Paulo a 23 de Dezembro de 1652, e falleceu em Santos a 11 de Fevereiro de 1682 (obitos de Santos, fl. 46). Foi casada com Gaspar Teixeira de Azevedo, natural do lugar do Adro, freguezia de Bayão, bispado do Porto. Foi capitão-mor governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo, cujo posto occupava pelos annos de 1697, como se vê de uma carta do Sr. rei D. Pedro, datada em 8 de Novembro do dito anno, para Arthur de Sá e Menezes informar sobre a queixa que lhe havia feito o capitão-mor governador Gaspar Teixeira de Azevedo (33). Foi provedor dos reaes quintos do ouro das minas de Parnaguá e das de Iguape, que agora no presente tempo se denominam por minas da Ribeira. N'este emprego entrou no anno de 1689, e n'elle existiu até o de 1696, como se vê das honrosissimas cartas que lhe escreveu o Sr. rei D. Pedro, firmadas todas pelo seu real punho, que se acham registradas no lugar citado á margem (34), e datadas em 13 de Outubro de 1690, 26 de Setembro de 1691, 17 de Outubro de 1692 e 13 de Dezembro de 1696. Além d'estas cartas recebeu outras de 8 de Novembro de 1697, de 19 de Novembro de 1696 e de 6 de Novembro de 1700, que se acham registradas no livro novo de reg. 1º das ordens reaes, no archivo da camara de São Paulo. Teve o seu estabelecimento na villa de Parnaguá, onde falleceu, estando segunda vez casado com D. Catharina Ramos, natural de Parnaguá. E na villa de Santos teve do seu primeiro matrimonio com D. Maria da Silva 5 filhos.

4—1. D. Catharina da Silva Teixeira.
4—2. D. Francisca da Silva Teixeira.
4—3. D. Isabel da Silva.
4—4. D. Maria da Silva.
4—5. Domingos Teixeira de Azevedo.

4—1. D. Catharina da Silva Teixeira, nasceu em Santos a 30 de Outubro de 1672, onde foi casada com Gaspar Leite Cesar, natural de Santa Marinha de Zezere, filho de Gaspar Dias e de sua mulher Luzia Camêlla; esta natural da dita freguezia de Santa Marinha, e aquelle da Torre de Souzada, freguezia de S. Anrio, do concelho de Arengos, bispado de Lamego. Neto pela parte paterna de Antonio Dias e de sua mulher Maria da Costa, naturaes da Torre de Souzada, e pela materna neto de Manoel Cardoso e de sua mulher Maria Camêlla, naturaes de Zezere, concelho de Bayão, bispado do Porto. Estes quatro avós eram lavradores principaes e nobres, que se serviam com criados e criadas, e que occuparam os cargos da republica dos seus concelhos, o que tudo constava por

(33) Secret. do Conselho Ultramarino, livro das cartas do Rio de Janeiro, 1673, pag. 176.

(34) Secret. dit. livro supra, tit. 1673, pags. 77, 85, 97; 160 e 176.

instrumento de *puritate sanguinis,* justificado por India e Mina em Lisboa pelo Dr. Belchior do Rego de Andrade. Foi Gaspar Leite pessoa de boa estimação, morador na villa de Santos, e da governança da terra, familiar do santo officio, e foi sargento-mor da fortaleza do Itapema d'aquella praça, com 40$ de soldo, e adornado de moraes virtudes, sendo a maior de todas a santo temor de Deus, com boa e ajustada consciencia, que o fizeram geralmente applaudido, estimado e venerado. E teve 12 filhos nascidos na praça de Santos.

5— 1. João Caetano Leite Cesar de Azevedo.
5— 2. Gaspar Leite.

5— 3. Fr. Caetano da Santa Gertrudes Leite 5— 4. Fr. José de Jesus Maria Leite	Monges de S. Bento.
5— 5. O padre Ignacio Xavier .... 5— 6. O padre Hieronimo Leite	Jesuitas.
5— 7. Francisco Xavier Julio.	
5— 8. D. Maria Xavier .... 5— 9. D. Gertrudes Maria .... 5—10. D. Escholastica de Jesus	Religiosas em Santa Clara do Porto.

5—11. D. Ursula, falleceu em tenra idade.
5—12. D. Isabel Caetana Leite de Azevedo.

5—1. João Caetano Leite Cesar de Azevedo, seguindo as letras, tomou o gráo de mestre em arte em S. Paulo. Foi presbytero-secular, comissario do santo officio, e vigario da vara na sua patria. Passou com o caracter de vigario da igreja da vara real das Minas do Cuyabá, vigario da vara, e visitador das ditas Minas por eleição, que fez da sua capacidade o Exm. bispo D. Fr. Antonio de Guadalupe. Alli falleceu, deixando uma bem merecida saudade a todos os povos pela urbana civilidade de que foi naturalmente ornado.

5—2. Gaspar Leite, fallecido em Cuyabá, estando casado com D. Luzia Leme. Sem geração. Em titulo de Campos, cap. III, § 1.º, n. 3—4.

5—3. Fr. Caetano de Santa Gertrudes Leite, foi monge benedictino, e ocupou o lugar de presidente do hospicio da villa de Santos, visitador, e D. Abbade do mosteiro da cidade de S. Paulo, em cujas occupações deu acreditadas mostras do seu grande zelo e moraes virtudes. Passou ao reino de Portugal embarcado na frota que sahiu do Rio de Janeiro em 4 de Maio de 1740, levando suas irmãs, que professaram no mosteiro de Santa Clara do Porto; e passando a tomar a benção a seu Revm. geral obteve honrosissimas estimações, e soube deixar bom nome entre os Revs. monges d'aquelle reino (35).

(35) Abbade de S. Paulo de 1748 a 1750.

5—4. Fr. José de Jesus Maria Leite, foi monge benedictino. Occupou muitos annos o peso de prelado, sendo presidente dos mosteiros das villas de Santos, Parnahiba, Jundiahy. Estando eleito D. abbade do mosteiro de São Paulo, e tendo passado a elle com o caracter de visitador, falleceu no dito mosteiro a 4 de Novembro de 1759. Foi religioso de estimada virtude, que a soube acreditar nos empregos, que teve de prelado.

5—5. O padre Ignacio Xavier, da companhia de Jesus da provincia do Brasil, passou para Roma no exterminio geral dos da sua sociedade.

5—6. O padre Hieronimo Leite, da companhia de Jesus, estando collegial no Rio de Janeiro, falleceu.

5—7. Francisco Xavier Julio, assentou praça de soldado infante do presidio da praça de Santos. Passando a Lisboa com licença acompanhando a suas irmãs, que ião para freiras de Santa Clara do Porto em 1740; seguiu no reino o real serviço; assentou praça no regimento da armada: voltou ao Brasil com licença para passar ás Minas do Cuyabá, falleceu em Mato-Grosso solteiro, em Fevereiro de 1762.

5—8. D. Maria Xavier, foi religiosa no mosteiro de Santa Clara do Porto, onde tomou o habito em 1740. Foi de vida exemplar, praticando em grao a virtude da caridade, porque, vivendo enferma e como entrevada, assim mesmo arrastando-se acudia ao côro e visitava as religiosas enfermas. Amou tanto a pobreza, que nunca teve casa propria. De tal sorte se entregou a Deus, que poz em mortal esquecimento a communicação de cartas com sua mãi, irmã e mais parentes, que tinha no Brasil. Em dia, que se celebrava no seu mosteiro as Dores de Nossa Senhora teve tal meditação, que cahiu em um accidente mortal: chamados medicos, julgaram ser o accidente extranatural; com elle passou 21 dias sem comer, nem beber. Estando n'este estado, purificando, como devemos suppôr, a sua alma, a entregou ao Nosso Redentor, seu verdadeiro Esposo. Depois de morta se conservou o cadaver flexivel e suave, inculcando signaes de que fora predestinada. Ditosa creatura, se foi ao ceo celebrar os despositorios com Jesus Christo.

5—9. D. Gertrudes Maria, entrou, religiosa no mosteiro de Santa Clara do Porto em 1740.

5—10. D. Escholastica de Jesus, entrou religiosa no mesmo mosteiro e anno.

5—11. D. Ursula, falleceu em tenra idade.

5—12. D. Isabel Caetana Leite de Azevedo, casou a 16 de Novembro de 1748 com Manoel Angelo Figueira e Aguiar, seu parente, filho do capitão Antonio Gonçalves Figueira. Em titulo de Gayos, n. 2, cap. I, § 1.°, e de sua mulher D. Isabel Ribeira. Em titulo de Lemes, cap. V, § 5°, n. 3—7. Falleceu D. Isabel Caetana Leite em Santos, a 2 de Janeiro de 1761: e tambem Manoel Angelo em 1770, e foi sargento-mór das ordenanças da

dita villa de Santos por patente passada a 18 de ....de 1763. Teve filha unica, que falleceu no berço. Sem geração.

4—2. D. Francisca da Silva Teixeira, baptizada a 11 de Setembro de 1674 (filha de D. Maria da Silva, do n. 3—6), foi casada com Manoel Carvalho de Aguiar, natural e cidadão de S. Paulo. Em titulo de Lemes, cap. V, § 5º, n. 37: e ahi a sua descendencia.

4—3. D. Isabel da Silva, baptizada em Santos a 26 de Maio de 1676, falleceu na dita villa estando casada com o capitão Francisco Tavares Cabral, filho do capitão-mor governador Gypriano Tavares e de sua mulher D. Anna de Siqueira e Mendonça. Em titulo de Lemes, cap. V, § 7º, n. 3—1: com sua descendencia.

4—4. D. Maria da Silva (filha de D. Maria da Silva e Gaspar Teixeira de Azevedo do n. 3—6), falleceu em São Paulo com testamento a 4 de Junho de 1727, estando casada com Estevão Fernandes Carneiro, natural da villa de Vianna do Minho, e um dos homens de grande cabedal na praça de Santos (36). Mereceu a honra de que o Sr. rei D. João V o elegesse para provedor da real casa da fundição do ouro, que o dito senhor mandava estabelecer na praça de Santos por carta sua de 4 de Outubro de 1704. Esta casa veiu a ficar sem effeito, e conservando-se sempre a que já havia em em S. Paulo. E teve filha unica nascida em Santos.

5—D. Anna Maria da Silva, casou duas vezes: a primeira a 23 de Abril de 1721 com Sebastião de Passos Dias, natural de Vianna do Minho, freguezia de Monserrate, que falleceu em Santos a 23 de Março de 1722. Era irmão direito de Miguel de Passos Dias, que casou na Bahia, onde se estabeleceu com grosso negocio, e teve alli dois filhos que ambos se doutoraram em Coimbra, e occuparam ambos a cadeira de deão d'aquella sé metropolitana, sendo successor um do outro. O 1º foi o Dr. José Ignacio de Passos, que tomou o capello em canones em Coimbra pelos annos de 1744, até 1745. O 2º foi o Dr. Custodio de Passos Dias. O dito Sebastião de Passos Dias, foi filho de Antonio de Passos e sua mulher Natalia Dias, naturaes da mesma villa de Vianna. E teve filha unica.

6—D. Maria Angela Eufrasia da Silva, nasceu na praça de Santos a 12 de Abril de 1722. (Falleceu em S. Paulo a 6 de julho de 1780, em bem differente estado do tempo passado, e fóra da companhia dos filhos que por justiça lhe tiraram a administração dos bens, que a sua prodigalidade ia dissipando (37). Casou a 25 de Agosto de 1739 com André Alves de Castro, natural da freguezia de São Cosme de Gondomar, bispado do Porto, filho de André Jorge de Crasto, e de sua mulher Catharina Jorge. Neto de Antonio Jorge de Crasto, e de sua mulher Maria Thomé da

---

(36) Residuos da ouv. de S. Paulo, maço de testamentos, o de D. Maria da Silva.

(37) Sobre as relações de D. Maria Angela Eufrasia da Silva com o linhagista, leiam-se a biographia de Pedro Taques e o testamento do autor da *Nobiliarchia* no tomo XX da Revista do Instituto Historico de S. Paulo, pags. *785 et pars e Pedro Taques e seu tempo* de nossa autoria. (A. de E. T.)

freguezia de S. Cosme, territorio da cidade do Porto. Poucos annos depois se passou André Alves a ser morador da cidade de S. Paulo e no collegio dos padres jesuitas fez profissão de freire cavalleiro da ordem de Christo por alvará de 5 de Fevereiro de 1743, registrado na chancellaria da ordem no livro folhas 396 por Antonio do Canto Velho Mascarenhas. O breve depois alvará de escudeiro fidalgo com acrescentamento a cavalleiro fidalgo com moradia competente a este foro, e paga segundo a ordenança. Tirou brasão de armas assignado em Lisboa a 13 de Abril de 1747 por Manoel Pereira da Silva, rei de armas, sendo escrivão da nobreza Hilario da Costa Barreiros Telles, que o registrou no livro 11º dos brasões a folhas 68; se passou o dito brasão por sentença do Dr. Manoel Pereira Barreto, desembargador da supplicação, corregedor do civel da corte no mesmo anno de 1747. Falleceu a 31 de Abril de 1752. Depositado o cadaver na Santa Casa de Misericordia, da qual tinha sido provedor, se trasladou com funeral pompa para a igreja do collegio dos jesuitas, onde jaz dentro do cruzeiro, sem campa. E teve dez filhos.

7— 1. Antonio Caetano.
7— 2. José Ignacio Alves de Carvalho e Silva de Ribeira.
7— 3. D. Maria Joaquina.
7— 4. D. Anna Maria.
7— 5. Joaquim Manoel.
7— 6. Manoel Joaquim.
7— 7. João Alves.
7— 8. D. Francisca Xavier.
7— 9. Maria Gertrudes.
7—7. Antonio Caetano Alves de Castro.
7—10. André Alves.

Segunda vez casou D. Anna Maria da Silva do n. 5, retro, estando viuva de seu primeiro marido Sebastião de Passos Dias, com o Dr. Bernardo Rodrigues do Valle, natural da villa de Tondella, provincia da Bahia, comarca de Vizeu. Foi juiz de fora da praça de Santos, e por se achar a cidade de S. Paulo sem ouvidor corregedor da comarca passou a servir este lugar, como juiz de fora do lugar mais vizinho. Ficando viuvo se embarcou para Portugal com todos os seus filhos na frota que sahiu do Rio de Janeiro em 4 de Maio de 1740. E teve 4 filhos nascidos na praça de Santos.

6—1. O Dr. Ignacio José Caetano do Valle: foi ouvidor em Beja em 1766, e................

6—2. O Dr. Alexandre Lucino do Valle: foi juiz de fóra da Atouguia, e em 1782 foi despachado para ir crear o lugar de ....

6—3. O Dr. Francisco Thomé ....

6—4. D. Marianna Alexandrina Violante da Silva, que, ficando herdeira do grande cabedal que lhe deixou seu tio direito o Rev. Dr. Alexandre Marques do Valle, adquirido nas igrejas que occupou

em Minas pelo bispado do Rio de Janeiro, casou em 1766 com Francisco de Abreu Castello-Branco de Figueiredo Pimentel, sargento-mór dos auxiliares da comarca de Vizeu.

4—5. Domingos Teixeira de Azevedo (filho de D. Maria da Silva do n. 3—6), baptizado na villa de Santos a 26 de Fevereiro de 1679, e casou na matriz da dita villa a 26 de Julho de 1712 com D. Anna de Siqueira e Mendonça, natural da mesma villa, filha de José Tavares de Siqueira. Em titulo de Lemes cap. V, § 7º, n. 3—1, seguindo ao n 4—3, e ahi a sua descendencia (38).

3—7. D. Isabel da Silva (filha de D. Isabel de Ribeira do § 4º), foi baptizada na matriz de S. Paulo a 25 de Dezembro de 1654. Casou duas vezes: a primeira com Domingos da Silva Monteiro, sargento-mor que foi da fortaleza do Itapema, com 40$ de soldo: segunda vez casou com Domingos de Crasto Corrêa, natural de Vianna do Minho, da nobre familia dos Pereiras, que falleceu em Santos a 10 de Julho de 1692 (obitos fl. 67). E teve do primeiro matrimonio filho unico, que foi Domingos da Silva Monteiro, que, estando provedor dos reaes quintos no Rio-Grande da navegação das minas do Cuyabá, falleceu sem geração, tendo sido casado com D. Margarida Carvalho da Silva, filha de Raphael Carvalho e de sua mulher D. Catharina de Siqueira de Mendonça. Em titulo de Lemes, cap. V., § 7º, n. 3—5. E do segundo matrimonio teve 4 filhos, que foram.

4—1. João Corrêa da Silva, casou nas Geraes com D. Maria de Moraes, natural de S. Paulo. Em titulo de Moraes cap. III, § 2º, n. 3—5 a n. 4—6 e seguintes (39).

4—2. D. Isabel de Ribeira da Silva Bueno, casou com Pedro Dias Raposo. Em titulo de Lemes, cap. V., § 5º, n. 3—6 a n. 4—3 e seguintes. Sem geração.

4—3. D. Ignez de Castro Corrêa, casou com Francisco Tavares Cabral, filho do capitão-mor governador Cypriano Tavares. Em titulo de Lemes, cap. V, § 7º, n. n. 3—1 à n. 4—5. Sem geração.

4—4. D. Maria da Silva, falleceu solteira em Santos.

§ 5º

2—5. D. Maria Bueno de Ribeira (filha do capitão-mor governador Amador Bueno do cap. Iº), casou na matriz de S. Paulo a 17 de Novembro de 1731 com o fidalgo D. João Matheus Rendon, natural da cidade da Coria em Hespanha, filho de D. Pedro Matheus Rendon, e da sua mulher D. Maria Clemente de Alarcão Cabeça de Vacca. Em titulo de Rendons n. 1º, cap. I., com sua descendencia.

---

(38) Paes de Frei Gaspar da Madre de Deus, vd. *Nobil.* 1056
(39) Lacuna do texto original.

§ 6º

2—6. D. Anna de Ribeira, casou com o fidalgo D. Francisco Rendon de Quebedo e Luna, irmão direito de D. João Matheus Rendon do paragrapho supra. Em titulo de Rendons, n. 2º, cap. II, com sua descendencia.

§ 7º

2—7. Diogo Bueno (filho do capitão-mor governador Amador Bueno), serviu os honrosos cargos da republica de S. Paulo, como cidadão d'ella, casou com Maria de Oliveira, natural de S. Paulo, filha do capitão Pedro Leme do Prado, e de sua segunda mulher D. Maria de Oliveira. Em titulo de Lemes, cap. I, § 4º, n. 3—1. Diogo Bueno falleceu em 1700, e sua mulher em Agosto de 1699 (40). E teve 12 filhos nascidos em S. Paulo.

3— 1. Manoel Bueno da Fonseca.
3— 2. Diogo Bueno.
3— 3. Paulo da Fonseca Bueno.
3— 4. Francisco Bueno Luiz da Fonseca.
3— 5. Bartholomeu Bueno Feio.
3— 6. Antonio Bueno da Fonseca.
3— 7. Hieronimo Bueno.
3— 8. D. Bernarda Luiz.
3— 9. D. Maria Bueno.
3—10. D. D. Ana de Ribeira.
3—11. D. Mariana Bueno.
3—12. D. Isabel Bueno. — Falleceu solteira.

3—1. Manoel Bueno da Fonseca, foi cidadão de São Paulo, de cuja republica serviu os honrosos cargos, e sempre teve as redeas do governo no civil e militar. Foi professo da ordem de Christo cujo padrão de tença se lhe passou em 20 de Dezembro de 1704, por mercê do Sr. rei D. João V (41). O alvará para se armar cavalleiro d'esta ordem traz esta honrosissima expressão: — por ser neto do meu muito honrado e leal vassallo Amador Bueno. — (42) Teve as qualidades que dispõem as definições da ordem, porque, como pessoa nobre por seus quatro avós, não necessitou de ser dispensado por consulta da mesa da consciencia e ordens, como consta do mesmo alvará por que foi admittido. Falleceu em 1722, praticando-se no seu enterramento aquellas honras funeraes que são indispensaveis aos militares. Jaz na

(40) Cart. de orphãos de S. Paulo, maço 1º de inventarios, letra D.

(41) Archivo da camara de S. Paulo, L. de Reg. 1708, pag. 15 v. p. 182.

(42) Vd. sobre este documento Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo 77, parte 2ª a pag. 480, communicação comprobatoria da sua authenticidade por Affonso D'E. Taunay. Vd. ainda Annaes do Archivo Nacional, XI, 91.

capella dos terceira do Carmo onde professou, e tinha sido prior d'ella.

Foi este paulista adornado de moraes virtudes, muita discrição, prudencia e affabilidade, com que conciliou uma total estimação e geral applauso não só dos seus nacionaes, como dos europeos moradores de S. Paulo; soube com paixão de vassalo honrado amar o real serviço, acreditando-se nas occasiões que teve para isso, fazendo-se glorioso desempenho, e fiel imitador do seu avô Amador Bueno, como foi no anno de 16..., em que sendo juiz ordinario fez executar a real ordem sobre a baixa do dinheiro, que tanta opposição encontrou nos homens mercadores e taverneiros, que conseguiram por tres vezes formar um corpo tumultuoso com armas, e foram á camara e intentaram matar aos officiaes d'ella, requerendo se não executasse a real ordem sem segunda determinação de Sua Magestade, porque ficavam todos perdidos com a tal baixa no dinheiro, o que se vê no livro das vereações titulos 1682 até 1713, fls. 139, 146 e 175. Teve bella presença com natural respeito, sem ares de soberba. Dos governadores e capitães-generaes que vieram governar a capitania de S. Paulo desde Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho até D. Pedro de Almeida conde de Assumar, teve de cada um d'elles por estimação e alto conceito; porque o reconheceram com os predicados para fiarem d'elle o governo interino da comarca de S. Paulo, quando d'ella se ausentavam para as Minas-Geraes, como consta no archivo da camara de S. Paulo no livro de registro, titulo 1710 pag. 78 e 176. Sendo necessario formar-se uma companhia dos reformados, teve patente de capitão e governador da dita companhia, de que abaixo daremos fiel cópia, passada por Arthur de Sá e Menezes (não deu a cópia). Já de antes tinha sido governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo (subordinada somente aos governadores geraes do Estado e cidade da Bahia) com patente de capitão-mor por mercê do Sr. rei D. João V, de que tomou posse na camara capital de S. Vicente em 6 de Junho de 1711. Os merecimentos que adquiriu, com o zelo que teve no real serviço, fizeram echo nos ouvidos do Sr. rei D. Pedro II, que lhe mandou escrever uma carta firmada do seu real punho, e datada em 20 de Outubro de 1698 (43), em que lhe louva as obrigações de honrado vassallo. Foi casado duas vezes, e de ambas sem geração. A primeira com D. Maria Leite irmão inteira do capitão Manoel de Carvalho de Aguiar. Em titulo de Lemes, cap. V, § 5º, ns. 3—7 a n. 4—4. A segunda com D. Anna Domingues, que era viuva de Manoel Cardoso de Almeida, filha do capitão Diogo Domingues e de sua mulher Maria Paes, naturaes de São Paulo. Este segundo casamento foi em Sorocaba a 3 de Março de 1685, e ella falleceu a 17 de Maio de 1741 (44). Sem geração.

---

(43) Secretaria do Conselho Ultramarino. L, das Cartas do Rio de Janeiro, titulo 1673, pag. usq. pag. 199.

(44) Rezid. eclesiastico testamentos letra A, maço 2.º de inventarios, letra P.

3—2. Diogo Bueno, foi religioso jesuita da provincia do Brasil, e professo do 4º voto, um dos maiores barretes que nas cadeiras de philosophia e theologia applaudiu a sua provincia, sendo maior que tudo a perfeição da vida religiosa pelas virtudes que soube praticar, que o constituiram objecto da consolação para a bem merecida saudade que a todos comprehendeu entre parentes e estranhos, quando chegou á patria a noticia do seu feliz transito pelos admiraveis signaes, que deu de predestinado.

3—3º Paulo da Fonseca Bueno, foi cidadão com as redeas sempre do governo da republica. Muitos annos occupou o pezado officio de juiz de orphãos depois de casado com D. Maria da Silveira, proprietaria do dito officio, como filha herdeira de Antonio Raposo da Silveira, cavalleiro professo da ordem de S. Thiago e cavalleiro fidalgo da casa real, que, tendo servido a el-rei no Estado da India, foi despachado para governar a capitania antiga de S. Vicente e S. Paulo com patente de capitão-mor, e foi tambem ouvidor da dita capitania. Em titulo de Raposos Silveiras. Falleceu o juiz de orphãos Paulo da Fonseca Bueno em S. Paulo em Junho de 1702 (45). E teve do seu matrimonio filha unica.

4—D. Maria da Silveira Bueno, que casou com José de Aguirre de Camargo, natural e cidadão de S. Paulo, onde repetidas vezes occupou os honrosos cargos da republica. Teve postos militares, e se acha em patente de tenente-coronel das ordenanças de S. Paulo, onde exerceu em 1767 com avançada idade de annos. Em titulo de Camargos, cap. IV, § 6º. Sem geração.

3—4. Francisco Bueno Luiz da Fonseca, cidadão de S. Paulo e da villa de Parnahyba, onde foi muitos annos morador, até passar-se para o sitio do Vuturuna, territorio das Minas do Rio das Mortes (diz o autor em nota, que este foi o cabeça da expulsão do syndicante, que aqui se deve relatar: acha-se descripta em titulo de Freitas. Foi casado com D. Maria Jorge Velho, natural de Parnahyba, filha do sargento-mor de batalhas Salvador Jorge Velho. Em titulo de Lemes, cap. V, § 5º, n. 3—2 a n. 4—1. E teve nascidos em Parnahyba.

4—1. D. Isabel Bueno da Fonseca, casou com Bartholomeu Bueno do Prado, capitão-mor adjudante das Minas do Jucuy. Foi governador da expedição, que por ordem regia, que fez executar o governador José Antonio Freire de Andrade contra os foragidos e salteadores, que passavam de 1.000 pretos da costa de Guiné, que ficaram inteiramente destruidos. Foi filho do capitão-mor Domingos Rodrigues do Prado. Em titulo de Prados. Falleceu em Janeiro de 1768; jaz sepultado na capella do Rosario, freguezia das Carrancas da comarca de S. João de El-Rei. E teve:

5—1. D. Maria Jorge Bueno, mulher de Manoel de Paiva e Silva, natural do Rio das Mortes.
5—3. Francisco Bueno do Prado.
5—4. D. Anna Gusmão Bueno.

4—2. Diogo Bueno da Fonseca, capitão de cavallos dos auxiliares e guarda-mor das Minas de Sant'Anna das Lavras do Funil. Casou com D. Joanna Baptista Bueno, filha do coronel Domingos Rodrigues da Fonseca e de D. Isabel Bueno de Moraes. Em titulo de........ (Consta de uma representação que fez em 1772 o guarda-mor Diogo Bueno, que havia 30 annos pouco mais ou menos que fora em companhia de seu pai, com grande risco de vida e despezas, a descubrir e povoar o sertão do Rio-Grande, Francisco Bueno da Fonseca, Salvador Jorge Bueno, e mais seis companheiros e parentes, e descubrira com effeito o dito sertão do Rio Grande abaixo, e Capivari, comarca do Rio das Mortes, e freguezia das Carrancas, onde elle era morador com bastante familia junto com os referidos, que todos alli assistiam e tinham povoado o dito sertão; e pediram todos por sesmarias desde a serra das Carrancas pelo ribeirão dos Tabuões abaixo, atravessando pela parte do poente do morro do Barreiro, fechando ao norte, e ao lugar chamado o Palmital, onde um d'elles tinha as suas roças, o que tudo poderia ser tres leguas, e assim lh'o concedeu José Antonio Freire de Andrade, governador das Minas, em 30 de Janeiro de 1753. Veiu a confirmar em 1773. Esta nota é da letra do Sr. João Pereira). E teve:

5— 1. Francisco Bueno da Fonseca.
5— 2. Diogo da Fonseca Bueno.
5— 3. João Raposo da Fonseca.
5— 4. D. Isabel Bueno de Moraes.
5— 5. Salvador Jorge Bueno.
5— 6. D. Joana Baptista Bueno
5— 6. D. Joanna Baptista Bueno.
5— 8. José Bueno da Fonseca.
5— 9. D. Maria Bueno da Fonseca.
5—10. Joaquim da Fonseca Bueno.
5—11. Valentim da Fonseca Bueno.
5—12. D. Agostinha Euleria Eufrasia Bueno.

4—3. Manoel Francisco Xavier Bueno, capitão de cavallos de auxiliares das Lavras do Funil. Casou primeira vez na freguezia de S. Roque, territorio da villa da Parnahyba com D. Lucrecia Leme da Fonseca, filha do coronel Domingos Rodrigues da Fonseca. Casou segunda vez com D. Maria de Almeida, filha de João de Almeida Pedroso, e de D. Gertrudes de Sampaio. Em titulo de Arrudas. E teve do primeiro matrimonio:

5— 1. Domingos Rodrigues da Fonseca.
5— 2. Bartholomeu Bueno da Fonseca.
5— 3. Estanisláo da Fonseca Leme.
5— 4. José Corrêa Bueno.
5— 5. João da Fonseca Bueno (46).

(46) Aliás Joanna.

5— 6. Amaro Bueno da Fonseca.
5— 7. Antonio Bueno da Fonseca.
5— 8. Francisco da Fonseca Bueno.
5— 9. Leandro Bueno da Fonseca.
5—10. D. Anna Corrêa Bueno de Moraes.
5—11. D. Ignacia da Fonseca Bueno.

E do segundo matrimonio teve:

5—12. Hieronimo.
5—13. D. Isabel.
5—14. D. Gertrudes.
5—15. Ignacio.
5—16. D. Joanna.
5—17. D. Francisca.

3—5. Bartholomeu Feio Bueno, falleceu solteiro na villa dos Campos de Guaytacazes do Rio de Janeiro.

3—6. Antonio Bueno . . . . } Falleceram solteiros.
3—7. Hieronimo Bueno . . }

3—8. D. Bernarda Luiz de Oliveira (filha de Diogo Bueno do § 7º), foi casada com João Franco Viegas, natural da villa de Portel, comarca de Evora (irmão inteiro de Lourenço Franco, de quem tratamos no § 8º, adiante), cidadão republicano de S. Paulo, que viuvando se retirou para o Rio de Janeiro, em cuja cidade se fez bem conhecido e recommendavel o seu nome pelos contratos que teve, sendo o de maior entidade o da pesca das baleas. Passou depois com avançada idade para Minas-Geraes, onde falleceu não há muitos annos; e sua mulher falleceu em 1683 (47). E teve 4 filhos:

4—1. D. Ursula Franca Bueno, casou com Bartholomeu da Rocha Pimentel, natural e cidadão de S. Paulo, morador na freguezia de S. João da Atibaya, filho de Pedro da Rocha Pimentel, natural e cidadão de S. Paulo, e de sua mulher Leonor Domingues de Camargo. Em titulo de Camargos, cap. VIII, § 3º, Sem descendencia.

4—2. D. Maria Franca de Oliveira, nasceu no 1º de Novembro de 1659. Casou com João de Camargo Pimentel natural e cidadão de São Paulo. Em Camargos, cap. IV, § 1º. Sem descendencia.

4—3. D. Anna Franca Bueno } Falleceram solteiros.
4—4. Diogo Bueno Viegas . }

3—9. D. Marianna Bueno (filha de Diogo Bueno, do § 7º), casou na matriz de S. Paulo a 15 de Abril de 1697 com João Carvalho da Silva, filho de Manoel Carvalho de Aguiar e D. Po-

tencia Leite. Em titulo de Lemes, cap. V, § 5º, n. 3—7. Extinguiu-se-lhe a geração porque falleceram todos os filhos.

3—10. D. Anna de Ribeira, casou com João de Moura Camello natural de .... falleceu em S. Paulo em 1699 (47). E teve 3 filhos.

4—1. Braz de Moura Bueno	Faleceram solteiros.
4—2. D. Isabel Mendes de Moura.	

4—3. D. Maria Bueno de Oliveira, casou duas vezes, primeiro com Francisco Bicudo Chassim, natural e cidadão de S. Paulo, filho de Gonçalo Simões Chassim. Em titulo de Chassins, cap. VIII. Segunda vez casou com João de Siqueira Preto, natural e cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica. Em titulo de Camargos, cap. II, § 5º, n. 3—5. Sem geração. E do primeiro matrimonio tem geração, em dito Chassins.

3—11. D. Marianna Bueno de Oliveira, falleceu em 1765 estando viuva de seu marido o capitão João Dias da Silva, natural e cidadão de S. Paulo, juiz de orphãos e provedor da real casa da fundição do ouro dos Quintos, irmão direito de Alexandre Corrêa da Silva, que foi lente em Coimbra, e acabou no conselho ultramarino. Em titulo de Pires, cap. VI, § 4º. Sem geração.

3—12. D. Isabel Bueno (filha ultima de Diogo Bueno do § 7º, retro), que, igualmente formosa, como discreta, foi uma das matronas do maior applauso e veneração no proprio ninho. Não quiz casar, e no estado celibato que elegeu acabou a vida em avançados annos.

§ 8º

2—9. D. Marianna Bueno (filha de Amador Bueno do cap. I), falleceu em S. Paulo a 24 de Março de 1687. Foi casada com Sebastião Preto Moreira, natural e cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos todos da republica: falleceu com testamento a 17 de Fevereiro de 1696 e foi sepultado na igreja do collegio dos padres jesuitas (48); foi filho de Innocencio Preto, natural de Portugal, cidadão de S. Paulo, onde tendo servido todos os cargos da republica foi ouvidor da capitania, de que tomou posse na camara capital da villa de S. Vicente no liv. tit. 1684, pag. 42, e de sua mulher Maria Moreira. Em titulo de Moreiras, n. 1, cap. V, onde tratamos d'este Innocencio Preto. E teve naturaes de S. Paulo 4 filhos:

(47) Orph. de S. Paulo, maço 1º de invent., letra B. pag. 26.

(48) Cart. de notas de S. Paulo, maço de invent. antigos, o de D. Marianna Bueno, sem testamento, e o de Sebastião Preto Moreira, letra S.

3—1. Innocencio Preto Moreira.
3—2. Maria Bueno.
3—3. Anna de Ribeira da Luz.
3—4. Bartholomeu Preto Moreira.

3—1. Innocencio Preto Moreira, nasceu a 16 de Fevereiro de 1653. Serviu os cargos da republica de S. Paulo como cidadão d'ella: falleceu com testamento em 1729 (49); e foi casado com Joanna Franca, filha de Lourenço Franco natural da villa de Portel, comarca da cidade de Evora, que falleceu em S. Paulo com testamento a 8 de Abril de 1700 (50), e de sua mulher Isabel da Costa Santa Maria, natural de S. Paulo, a qual foi filha de João da Costa, que falleceu com testamento a 22 de Abril de 1674 (51), e de sua mulher Joanna do Prado. O dito Lourenço Franco serviu os honrosos cargos da republica de S. Paulo e foi cidadão d'ella. Mereceu que o Sr. rei D. Pedro II lhe escrevesse uma carta firmada do seu real punho com data de 20 de Outubro de 1698, em que lhe agradece as demonstrações que teve de honrado e leal vassallo no seu real serviço em S. Paulo (Secretaria do conselho ultramarino, L, das cartas do Rio de Janeiro tit. 1673 pag. 199). O mesmo Lourenço Franco foi primo co-irmão, por parte de pai ou de mãi, de Manoel Lobo Franco, morador da villa de Santos de quem tratamos, adiante no n. 3—2; e foi irmão inteiro de João Franco Viegas, de quem temos tratado n'este cap. § 7º, n. 3—8. Passou Lourenço Franco ao Brasil servindo e seguindo o real serviço, cujos papeis deixou a seu filho João Franco Viegas para despachar com elles. No seu testamento supra indicado faz uma relação dos ditos serviços, os quaes conferem com as fés de officio e certidões d'elles, que são os seguintes: Em Mourão Villa Nova de Alfreno, em Monsaraz, serviu na companhia do capitão Luiz Espinolla: depois passou a Elvas com o capitão-general André de Albuquerque, e se achou na tomada do forte de Taleno em a batalha que houve na Ribeira do Guadianna. Depois passou a soccorrer Campo Maior. Veiu ao Brasil á cidade da Bahia, onde serviu no terço do Estrater na companhia do capitão Fernão Telles de Menezes, de quem foi alferes. Voltou ao reino, e serviu na companhia geral em posto de alferes do capitão de mar e guerra André Ferreira. Em tempo do general Pedro Jaques de Magalhães, quando se tomou Pernambuco, foi mandado com emprego de Sua Magestade ao mestre de campo general Francisco Barreto. Serviu n'esta guerra até se vencer a restauração de Pernambuco do poder do inimigo hollandez. Tornou a passar ao reino na companhia do mesmo capitão Fernão Telles de Menezes. Em Alemtejo serviu no posto de alferes do capitão João Gomes Catanha do terço de Manoel Velho da Fonseca; e o mesmo Lourenço Franco governou a dita companhia de Cata-

(49) Cart. de Orph. de S. Paulo, maço de invent., letra I., o de Innocencio Petro Moreira.
(50) Cart. supra, maço 1º, n. 3º, letra L.
(51) Cart. 2º de notas de S. Paulo, invent. de João da Costa.

nha todo o tempo que o exercito esteve em Badajós. Achou-se na batalha de S. Miguel sitio de Elvas com o general D. Sancho Manoel. Em Lisboa serviu no terço de Luiz Lourenço de Tavora. Voltou ao Brasil, e casou em S. Paulo, onde foi juiz ordinario, porém seu filho João Franco Viegas, a quem deixou por herdeiro de seus grandes serviços, deixou amortecer os merecimentos de seu pai: como paulista que era, contentando-se só com a gloria de ser filho de um pai que tanto se distinguiu no real serviço. E teve nove filhos nascidos em S. Paulo, que foram:

4—1. Lourenço Franco, casou com Francisca Machado Cardoso, filha de Francisco Machado e de Domingas Cardoso. Em titulo de Alvares Sousas, cap. II § 2º. Sem geração.

4—2. Ignacio Preto, que teve geração.

4—3. Sebastião Preto, existe solteiro em 1768, no bairro de Santa Anna.

4—4. João Bueno Caz.

4—5. Isabel Bueno, casou na matriz de S. Paulo a 23 de Abril de 1702 com Marcellino de Camargo e Aguirre, filho de Fernando de Aguirre e de sua mulher Isabel Ribeira. Em titulo de Camargos, cap. IV, § 6º. Sem geração.

4—6. Luzia Bueno, casou com Pedro da Cunha Lobo, natural e cidadão de S. Paulo, irmão de Salvador da Cunha Lobo e de Francisco da Cunha Lobo, que é pai de Fr. Thomé Marcellino Horta. Em titulo de Cunhas Gagos.

4—7. Francisca Bueno, falleceu a 8 de Agosto de 1730, casou duas vezes. A primeira com Henrique da Cunha Lobo, de quem teve um filho e duas filhas; a segunda com... Telles, de quem teve dois filhos e duas filhas.

4—8. Angela Bueno, falleceu com testamento em Jundiahy a 10 de Dezembro de 1727. Casou com José Ferreira, morador na dita villa, e teve dois filhos, João e Rita a qual falleceu solteira.

4—9. Maria Bueno foi casada com João de Mattos natural de S. Paulo, e teve filho unico Domingos Franco Bueno, casado com Escholastica Cordeiro.

3—2. D. Maria Bueno (filha de D. Marianna Bueno do § 8º), nasceu a 9 de Fevereiro de 1655, e casou em S. Paulo com Manoel Lobo Franco, que fez assento na villa de Santos, e era primo

co-irmão de Lourenço Francisco, de quem fallámos no n. 3—1. retro. Este Lobo foi filho de Francisco Franco, que teve o grão de licenciado, e de sua mulher Catharina Nunes, como se vê das sentenças *de genere* de seus filhos, netos e bisnetos na camara episcopal de S. Paulo e seu nobre cidadão; e depois de ter conseguido por carta de sesmaria dezoito leguas de terras de cultura no rio Mogy, no caminho para os Batataes, que tinha sido alojamento dos gentios em 1678, para estabelecimento de fazendas, unido com seu primo João Franco Viegas: tomou nova resolução, e se passou depois para a villa de Santos, onde se estabeleceu, tendo de antes dado estado a seus filhos, que foram nove:

4—1. Fr. Francisco Lobo, religioso franciscano, pregador e commissario dos terceiros na villa de Santos.

4—2. Fr. Sebastião dos Anjos, religioso franciscano, que falleceu na Bahia, indo alli tomar ordens.

4—3. O padre Diogo Bueno, clerigo, que foi coadjutor da igreja matriz de Santos.

4—4. Fr. Thomé Bueno, religioso carmelita da provincia do Rio de Janeiro. Este religioso correu as Indias de Hespanha, viajando pelas provincias da Assumpção do Paraguay, Búenos-Ayres, Tucuman, cidade do Prata, Chuquizaca, reino do Perú, cidade de Lima e Chile. Embarcou para Europa, e esteve nas cortes de Lisboa, Madrid, Florença, Milão, Napoles, Veneza e outras mais cortes, e ultimamente em Roma, onde teve o gosto de beijar o pé do Summo Pontifice. Recolheu-se á patria, e elegeu para seu descanço a aldea Maruhery do real padroado em São Paulo, por ser da administração dos religiosos carmelitas do convento d'essa cidade, e na soledade d'este sitio, feito superior missionario dos indios, acabou a vida.

4—5. João Franco Viegas Bueno, casou em S. Paulo com D. Francisca de Lira de Moraes. Em titulo de Moraes, cap. II, § 6º, n. 3—2 a n. 4—7. Sem geração.

4—6. Catharina de Ribeira, casou com João Francisco Vilella, da governança da villa de Santos, onde falleceu. E teve, nascidos em Santos, 7 filhos, que foram:

5—1. O M. Rev. Dr. Manoel Vilella Bueno, que acabou conego thesoureiro-mor da cathedral da cidade de S. Paulo, e falleceu na villa de Santos, jaz sepultado na igreja do collegio que foi dos jesuitas.

5—2. O Rev. presentado Fr. Pedro Vilella, carmelita, que jaz no seu convento de Santos.

5—3. O padre Francisco Vilella, vigario da igreja da Alaguna, e depois da vara de Santos, sua patria.

5—4. Maria Francisca Vilella, foi casada com Gonçalo Borges Chaves, de quem teve um filho, João, que falleceu de 11 mezes.

5—5. Ignez de Ribeira Vilella, casou com Manoel Francisco Lustosa, e teve filho unico o Rev.... Vilella, vigario da vara em Santos e visitador da marinha do sul até Parnaguá em 1765.

5—6. O Rev. padre-mestre e Dr. Fr. Manoel Vilella, que, passando á Roma, alli tomou o grao de doutor, e n'esse anno de 1769 visitador dos conventos de Santos, S. Paulo, Itú e Mogy.

5—7. Francisca de Ribeira Vilella, solteira.

4—7. Ignez Franca, foi casada com Manoel Antunes Vianna. E teve 4 filhos nascidos em Santos.

5—1. O padre-mestre Fr. Francisco Antunes, carmelita calçado.

5—2. O padre presentado Fr. Dio Antunes, carmelita calçado.

5—3. O padre presentado Fr. José Antunes, carmelita calçado.

5—4. Catharina Antunes, casada com Francisco Rodrigues Silva, da governança da praça de Santos, que ainda vive. E teve, nascidos em Santos:

6—1. O padre Francisco Rodrigues Silva, que falleceu estando com ordens de evangelho.

6—2. Marianna Rodrigues Silva, mulher de Francisco de Carvalho e Silva.

6—3. Maria Rodrigues, mulher de Francisco de Carvalho Guimarães.

6—4. Anna Rodrigues Silva.

6—5. O padre Diogo Rodrigues Silva, vigario da villa de S. Vicente.

4—8. Marianna Bueno (filha de Manoel Lobo Franco, do n. 3—2 retro), foi casada com Manoel Gonçalves de Araujo, e ambos falleceram na vila de Santos. E teve:

5—1. D. Antonio de Araujo, morador em Lisboa desde 1756: foi carmelita calçado da provincia do Rio de Janeiro, e passando á Roma se transitou para clerigo do Santo Espirito. Existe na mesma cidade em 1784.

5—2. O padre Francisco Bueno.

5—3. D. Felicia de Araujo, que casou em 1737 com o sargento-mor Claro Francisco Nogueira, que falleceu em Lisboa, deixando filhos nascidos em Santos, que são:

6—1. Anna Maria de Araujo.

6—2. Francisca Nogueira Bueno.

6—3. Maria Nogueira de Araujo.

6—4. Antonio de Araujo, habilitado para clerigo.

5—4. Bernardo de Araujo, da governança da villa de Santos, onde casou com D..... filha de Fernando Leite Guimarães, capitão de infantaria da praça de Santos, e de sua mulher D..... natural da ilha de S. Sebastião.

4—9. Rosa Maria Bueno (filha ultima de Manoel Lobo Franco, do n. 3—2), foi casada com Manoel Gomes Palheiros, natural de........ Vide camara episcopal de S. Paulo: autos *de genere* do padre Pedro Palheiros. E teve 8 filhos.

5—1. Anna Gomes Palheiros, casou com Constantino da Costa, cuja naturalidade consta na camara episcopal de S. Paulo nos autos *de genere* de seu filho unico Manoel da Costa, clerigo de S. Pedro, que acabou vigario de Ubatuba.

5—2. Manoel Gomes Palheiros, falleceu em S. Paulo, estando estudando philosophia.

5—3. Maria Bueno. Esta casada com o sargento-mór João Ferreira de Oliveira (falleceu em.....), natural de..... Republicano da villa de Santos, onde se acha estabelecido com casa de grosso negocio, e é a maior que tem ao presente tempo aquella villa: foi

creado sargento-mor das ordenanças de São Paulo, cuja patente confirmou Sua Magestade, e tem repetidas vezes servido os cargos da republica. Do seu matrimonio tem os os filhos seguintes:

6—1. Maria Ferreira de Oliveira, casada com o sargento-mór Antonio Ferreira.

6—2. Rita Maria Ferreira, casada com Francisco Xavier.

6—3. Gertrudes Maria Ferreira de Oliveira, casada com Manoel de Souza.

6—4. Quiteria Ferreira de Oliveira.

6—5. O Rev. Dr. João Ferreira de Oliveira, bacharel formado em canones em 1770. Existe conego da Sé de São Paulo.

5—4. Ursula Gomes Palheiros, casou com Antonio Martins.

5—5. João Maria Bueno.

5—6. Rosa Maria Bueno.

5—7. O padre Pedro Palheiros, clerigo de S. Pedro, falleceu estando vigario da villa de Ubatuba.

5—8. José Gomes Palheiros, foi soldado dragão de Goyazes.

3—3. Anna de Ribeira da Luz (filha de D. Marianna Bueno e de Sebastião Preto Moreira, § 8º), foi casada com Francisco Cubas de Mendonça, natural de S. Paulo e cidadão da sua republica, da nobre familia dos seus appellidos. Em titulo de Siqueiras Mendonças, cap. I, em sua descendencia.

3—4. O capitão Bartholomeu Preto Moreira, falleceu em 1698 (52); casou com Isabel da Silva (sobrinha do capitão Estevão da Cunha de Abreu), filha de..... Em titulo de Pires, cap. VI, § 4º, n. 3—8, e falleceu com testamento a 23 de Junho de 1718, estando já segunda vez casada com José de Camargo Pires (53). E teve 4 filhos.

4—1. Sebastião Preto.
4—2. Maria .....
4—3. Anna .....
} Falleceram solteiras.

---

(52) Orphãos de S. Paulo, maço 1º dos inventarios, letra B, n. 4.

(53) Cart. supra. maço 3º, letra I. n.32, e cuvidoria, test. o de D. Isabel da Silva.

4—4. Marianna Bueno, casou com José de Camargo Neves, nobre da cidade de S. Paulo, filho de José de Camargo Ortiz e de sua mulher Maria das Neves. Em titulo de Pires, cap. VI, § 2º, n. 3—7.

§ 9º

2—9. Francisco Bueno Luiz. Ultimo filho do cap. I

CAPITULO II.

1—2. Francisco Bueno (filho do castelhano Bartholomeu Bueno de Ribeira), foi cidadão de S. Paulo, que serviu os honrosos cargos da republica, casou em S. Paulo a 21 de Janeiro de 1630 com Philippa Vaz, filha unica de Francisco João Branco e de sua mulher Anna de Cerqueira; falleceu Francisco Bueno em 1638 e sua mulher a 7 de Janeiro de 1647. (Cart. de orphãos de S. Paulo, maço 1º de inventarios, letra F). Esta Anna de Cerqueira quando casou com Francisco João Branco era viuva de fulano de Paiva, de quem teve o filho Francisco de Paiva. O dito Branco foi homem nobre, como se vê nos autos de seu inventario pag. 8, que se acha no cartorio do segundo tabellião de S. Paulo no tit. unico de inventarios antigos, o de Francisco João Branco. Foi natural da villa de Setubal, de onde se passou para S. Paulo, com seus irmãos padre Antonio João Branco, presbytero de S. Pedro, e Manoel João Branco, do qual tratamos em titulo de Lemes cap. V, § 4º; falleceu o dito João Francisco Branco em S. Paulo com testamento a 7 de Setembro de 1647, como consta dos autos do inventario já referidos. E teve dois filhos:

Anna de Cerqueira, § 1º.
Bartholomeu Bueno, § 2º.

§ 1.º

2—1. Anna de Cerqueira casou com Hioronimo de Camargo, de quem tratamos em titulo de Camargos, cap. V, com uma descendencia.

§ 2.º

2—2. Bartholomeu Bueno, chamado por alcunha — Anhanguera —. Em titulo de Lemes cap. V, § 5.º, na descendência do n. 3—2, etc. casado com Isabel Cardoso.

CAPITULO III

1—2. Bartholomeu Bueno (filho do sevilhano) foi chamado o moço por differença de seu pai. Serviu os honrosos cargos da republica: casou duas vezes: a primeira com Agostinha Rodrigues, filha de Garcia Rodrigues Velho e de sua mulher Catharina Dias, sem geração, porque falleceu Agostinha Rodrigues com testamento a 16 de Maio de 1630, declarando n'elle quem foram seus pais, e que tivera um irmão religioso carmelita, e foi sua herdeira sua mãi Catharina Dias, que n'este anno de 1630 já estava viuva (cart. 1º de notas de S. Paulo, maço de inventarios antigos, o de Agostinha Rodrigues, mulher de Bartholomeu Bueno o moço). Casou segunda vez o dito Bartholomeu na matriz de S. Paulo a 8 de Janeiro de 1631 com Marianna de Camargo, a qual viuvando casou na mesma matriz no 1º de Agosto de 1638 com Francisco da Costa Valladares, capitão de infantaria, natural da freguezia de Quintos, territorio da cidade de Beja, e filho de Luiz de Mestre e Valladares, e de sua mulher Maria Lopes. Em titulo de Camargos capitulo VII, com sua descendencia.

CAPITULO IV

1 — 4. Hieronimo Bueno (filho do sevilhano, etc.), tendo servido os honrosos cargos da republica de S. Paulo, sua patria, penetrou o sertão do rio Paraguay dos dominios de Castella com o interesse de conquistar nações de gentios *Bakans,* etc.; sahiu por capitão-mor d'esta tropa, e com toda ella pereceu ás mãos do inimigo em 1644, como se vê no cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1º de inventarios, letra H. n. 5, o de Hieronimo Bueno. Estava casado com Clara Parenta, natural de S. Paulo, filha de Manoel Preto, natural de Portugal, e de sua mulher Agueda Rodrigues, fundadores da capella de Nossa Senhora do O'. Este dito Manoel Preto, e seus irmãos Innocencio Preto, Sebastião Preto, José Preto, vieram todos de Portugal com seus pais para S. Vicente (Cart. da prov. da fazenda real, L. 4º de Reg. de sesmar, n. 8, tit. 1633 até 1638, pag. 23), d'onde se passaram para S. Paulo. Manoel Preto se fez um dos maiores sertanistas na conquistas de indios gentios nos sertões do ria Paraná, Uvahú, e campanhas até o rio Uruguay e Tibagy. D'elle trata com odiosa penna D. Francisco Xarque de Andella no seu livro *Insignes Missioneros de la companía do Jesus de la provincia del Paraguay,* tom. 1º e tom. 2º. Agueda Rodrigues foi neta do leigo padre Dias, como tratamos na *Historia de Piratininga Paulistana.* E teve 5 filhos:

Maria Bueno .... § 1.º
Bartholomeu Bueno .... § 2.º
Hieronimo Bueno, o pé de pao ..... § 3.º
Isabel de Ribeira .... § 4.º
Messia Bueno de Ribeira .... § 5.º Falleceu solteira

Estátua de Manoel Preto, por Nicolau Rollo — *(Cortesia do Museu do Ipiranga)*

§ 1.º

2 — 1. Maria Bueno, casou-se na matriz de S. Paulo a 23 de Janeiro de 1642 com Lourenço de Siqueira de Mendonça, filha de Lourenço de Siqueira e de sua mulher Margarida Rodrigues, que foi irmã direita de Messia Rodrigues, mulher de João Pires, em titulo de Pires, cap. VI, irmão tambem de Francisco Rodrigues Velho, de Garcia Rodrigues Velho, e de Miguel Rodrigues Garcia, que todos foram filhos de Garcia Rodrigues e Catharina Dias, e netos de Isabel Velho e Garcia Rodrigues, que da cidade do Porto vieram já casados, trazendo filhos e filhas, e foram nobres povoadores das villas de S. Vicente, S. André da Borba do Campo, e de S. Paulo do Campo de Piratininga. Falleceu Lourenço de Siqueira de Mendonça a 20 de Maio de 1667. Em titulo de Siqueiras Mendonças, cap. I.

§ 2.º

2 — 2. Bartholomeu Bueno.

§ 3.º

2 — 3. Hieronimo Bueno, o pé de pao de alcunha por haver perdido uma perna, e trazer outra formada de pao. Fez varias entradas ao sertão, conquistou muitos gentios, e foi opulento, etc., falleceu solteiro, com testamento a 14 de Outubro de 1693. Cart. de orph. de S. Paulo, maço 1º de Inv. letra H., n. 2.

§ 4.º

2 — 4. Isabel de Ribeira, casou com José Ortiz de Camargo cidadão de S. Paulo, filho de Claudio Forquim, natural de França, e de sua terceira mulher Anna Maria de Camargo. Em titulo de Camargos, cap. VIII, § 2º, e sua descendencia.

§ 5.º

CAPITULO V

1 — 5. D. Maria de Ribeira (filha do sevilhano, etc.), foi casada com João Ferreira Pimental de Tavora, natural da villa de Alverca, comarca de Torres Vedras, filho de Vicente da Rocha Pimentel, e de sua mulher D. Messia Ferreira de Tavora, como constou por instrumento de *puritate et nobilitate probanda*, processada em Lisboa no juizo das justificações em Janeiro de 1686, sendo juiz de India e Mina o desembargador Domingos Marques Giraldes, a favor de Pedro da Rocha Pimentel, natural e cidadão de S. Paulo, filho do dito João Ferreira Pimentel de Tavora, cuja nobreza, por si, seus pais, e avós paternos e maternos, era qualificada; e que a conservaram sempre os ditos avós, tratando-se á

lei da nobreza com criados, cavallos, armas, etc. Em instrumento de Pedro da Rocha Pimentel se acha acostado aos autos de justificação que fez sua irmã D. Messia Ferreira de Tavora de *nobilitade et puritate sanguinis*, na ouvidoria de S. Paulo, e obteve sentença, pela qual foi julgada por irmã direita de Pedro da Rocha Pimentel e por filha legitima, etc., em 22 de Fevereiro de 1702, pelo desembargador Antonio Luiz Peleja, ouvidor geral e corregedor da comarca de S. Paulo, e foi escrivão dos autos João Soares Ribeira. João Ferreira Pimentel foi cidadão de S. Paulo, onde occupou todos os honrosos cargos da republica, com grande respeito, estimação e autoridade, que se diffundiu e derramou por todos os seus descendentes, que souberam sempre com honra e fidelidade acreditar este feliz destino, que se conserva inalteravel até o presente. E teve 2 filhos:

Pedro da Rocha Pimentel ..... § 1º
D. Messias Ferreira de Tavora.. § 2º

§ 1.º

2 — 1. Pedro da Rocha Pimentel, casou na matriz de S. Paulo a 20 de Maio de 1663 com Leonor Domingues de Camargo, filha de Claudio Forquim, francez. Em titulo de Camargos, cap. VIII, § 3º, sem descendencia.

§ 2.º

2 — 2. D. Messia Ferreira de Tavora, foi casada com o capitão Marcellino de Camargo. Em titulo de Camargos, cap. IV, sem descendencia.

CAPITULO VI

1 — 2. Messia de Ribeira (filha do sevilhano Bartholomeu Bueno de Ribeira).

CAPITULO VII

1 — 7. Isabel de Ribeira (filha ultima do sevilhano, etc), casou na matriz de S. Paulo a 3 de Agosto de 1637 com o capitão Francisco de Camargo. Sem geração. Em titulo de Camargos, cap. VII.

(54) Falando do autor dos *Insignes misioneros de la Compañia de Iesus en la provincia del Paraguai*, chama-lhe Pedro Taques *D. Francisco Xarque de Andela*, o que representa inexplicavel e prodigiosa cincada do linhagista historiador. Traz a folha de rosto da obra do escriptor hespanhol os seguintes dizeres: *Insignes misioneros* pelo "Doct. D. Francisco Xarque Deandela Catredral (sic) de Santa Maria de Albarrazin", etc. Nem se comprehende como P. Taques haja cahido em tão grosseiro quiproquo, a ponto de confundir titulos com os nomes se não trate de algum erro do copista dos originais do linhagista, que serviram á impressão de *Nobiliarchia*, o que é muito plausivel.
A. de E. T.

TAQUES POMPEOS

Cópia fiel do titulo de — Taques Pompeos — que fez Pedro Taques de Almeida Paes Leme pelos annos de 1763, e que se acha em poder do Illm. Sr. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho.

Francisco Taques Pompeo, natural de Brabante, dos Estados de Flandres, da nobilissima familia do seu appelido, passou a Portugal por causa do commercio, e fez assento na villa de Setubal, onde casou com D. Ignez Rodrigues, natural da mesma villa, e foram moradores no çapal da freguezia de S. Julião. Assim se vê dos autos *de genere* na camara patriachal de Lisboa, processados no anno de 1696 por parte de Pedro Taques de Almeida (Sendo juiz das justificações *de genere* o Dr. Manoel da Costa de Oliveira, prior da igreja de S. Christovão, desembargador da relação ecclesiastica, ouvidor da capella real em tempo do eminentíssimo D. Luiz de Sousa, cardeal e arcebispo de Lisboa). E se passou comissão ao Rev. vigario-geral da villa de Setubal o Dr. Ventura de Frias da Frota, em cujo cumprimento, precedendo informação do parocho, o Dr. João de Brito e Mello, prior da freguezia de S. Julião, se inqueriram as testemunhas seguintes: Domingos Alvares de Paiva, moço da camara de Sua Magestade; o capitão Antonio Borges Ferreira, Francisco da Cruz Vieira e Antonio Nogueira Homem, que todos depuzeram singularmente sobre a pureza e nobreza de sangue dos Taques Pompeos. D'estes autos se passou instrumento em 30 de Dezembro de 1697, pelo Dr. Manoel da Costa de Oliveira, sendo escrivão Bento Ferreira Feijó, que se remetteu á camara episcopal do Rio de Janeiro, por onde se tinha expedido a requisitoria para as deligencias *de genere* a favor de Pedro Taques de Almeida, natural da villa de S. Paulo (1).

Do matrimonio de Francisco Taques Pompeo e D. Ignez Rodrigues nasceram somente 2 filhos: D. Francisca Taques e Pedro Taques. D'este faremos abaixo menção, porque n'elle prin-

---

(1) Cart. da ouvidoria de S. Paulo. Autos civeis, letra P: os autores Pedro Taques Pires e outros; réo Agostinho Nogueira da Costa; e n'estes autos a requisitoria da guarda.

cipiou em S. Paulo esta familia de Taques. D. Francisca Taques em vida de seus pais foi casada em Setubal com Reinaldo João, fidalgo de Allemanha, que teve a honra de ser pagem do real estandarte de el-rei D. Sebastião. Achando-se em Setubal teve este allemão umas differenças com Fernão Velho, fidalgo da casa real, e temendo-se a morte ao dito allemão lhe segurou a vida por decreto o mesmo monarcha. Porém, Fernão Velho, que era cavalheiro portuguez, preoccupado mais dos estimulos do brio que attento ao respeito do real decreto, tirou a vida ao fidalgo allemão, fazendo-o expirar com duas balas, que lhe metteu pelo postigo da camara em que se achava muito descançado em sua casa. Esta culpa foi commettida publicamente, de dia, em Setubal. Informada a Magestade pelos echos da viuva D. Francisca Taques (que logo se poz em Lisboa para na piedade do monarcha achar a recta justiça contra o aggressor), o mandou prender; porém refugiou-se o reo no convento das freiras de Jesus da villa de Setubal. Procedeu a justiça com as costumadas providencias que em taes casos admitte a immunidade, porém sem effeito, porque as religiosas tinham occultado a Fernão Velho (explicamos pelo mesmo termo que se vê no instrumento d'este facto, processado em Setubal a favor de Pedro Taques, antes de vir para o Brasil) no inferno da atafona. Deu-se conta a el-rei, que, mandando as ordens com a potestade de principe soberano, não tiveram as freiras outro remedio que lançar para fora o delinquente, o qual, sendo preso e processado, foi finalmente na praça publica de Lisboa degolado em cadafalso, e depois esquartejado o cadaver. Em cumprimento da sentença lhe foram entulhadas de sal as suas casas em Setubal para memoria do caso. Com esta infelicidade não procreou D. Francisco Taques, como tudo consta do mesmo instrumento.

Pedro Taques (irmão unico de D. Francisca Taques) passou ao Brasil feito secretario d'este Estado, em companhia de D. Francisco de Sousa, setimo governador-geral do mesmo Estado em 1591. Depois de residir na cidade da Bahia até 1598, teve D. Francisco de Sousa ordem de el-rei Filippe de Castella para passar a S. Paulo a fazer entablar as novas minas de ouro, que já os paulistas Affonso Sardinha e Pedro Sardinha, seu filho, haviam descuberto em 1597 na serra de Jaguamimbaba (hoje se conhece pela nomenclatura de Mantiqueira), e na de Jaraguá e Vuturuna; e com effeito se achou D. Francisco de Sousa em S. Paulo em Novembro de 1599, e com elle o secretario Pedro Taques (2). Em julho de 1602 se recolheu de S. Paulo D. Francisco para o reino, d'onde voltou em 1609 feito governador e administrador-geral das minas de ouro e prata, descubertas e por descubrir, das tres capitanias do Espirito-Santo, do Rio de Janeiro e de S. Paulo, as quaes ficaram separadas da jurisdicção do governo geral da Bahia por provisão do rei

(2) Camara de S. Paulo nos quadernos, tit. 1598 e 1599 á fl.. e fl.. E

Filippe, passada em Lerma aos 15 de Julho de 1608. E trouxe a mercê de marquez das Minas, com 30,000 cruzados de juro e herdade, que depois se verificou em seu neto D. Francisco de Souza, terceiro conde do Prado e primeiro marquez das Minas por carta de 7 de Janeiro de 1670.

Trouxe mais D. Francisco de Sousa o poder de dar o foro de fidalgo da casa real e o dom para as mulheres a 4 pessoas, por alvará passado em Madrid a 2 de Janeiro de 1608; outro alvará para poder dar o foro de cavalleiro fidalgo a 100 pessoas, datado em Madrid a 2 de Janeiro de 1608; outro tambem, com a mesma data, para conferir 18 habitos da ordem de Christo; 12 com tença de 20$ e 6 com tença de 50$; outro alvará para dar a serventia dos officios vitalicios em nome da Magestade. E outros mais alvarás de diversas regalias, os quaes todos se acham registrados na camara de S. Paulo, liv. tit. 1607, desde fl. 30 até fl. 37. E dos mesmos ou da maior parte d'elles faz menção D. Antonio Caetano de Sousa, clerigo regular da Divina Providencia, no seu livro *Titulo dos Grandes de Portugal,* tratando do marquez das Minas.

Em S. Paulo casou Pedro Taques com D. Anna de Proença, natural de S. Paulo, filha de Antonio de Proença, moço da camara do infante D. Luiz, entre 213 moços da camara que teve o dito infante, que foi duque de Beja por mercê de seu pai el-rei D. Manoel (Torre do Tombo, liv. 5 dos mysticos, fl. 8 e fl. 29), e senhor das villas de Salvaterra, Covilhã, Serpa e Almada, e da cidade de Ceuta, em Africa (liv. 3º da chancellaria de el-rei D. João III, fl. 120). O dito Antonio de Proença occupou os empregos de que fazemos menção em titulo de Proenças, onde mostramos que fora casado na villa de Santos com D. Maria Castanho, cuja qualidade veja-se em dito titulo Proenças.

Pedro Taques falleceu em S. Paulo com muito avançada idade, tendo occupado todo o tempo no real serviço; porque, acabando o de secretario de Estado do Brasil em 1602, em que se recolheu para o reino D. Francisco de Sousa, serviu os cargos honrosos da republica. Voltando em 1609 D. Francisco de Sousa com os poderes de que já fizemos menção, deu a Pedro Taques o officio de juiz dos orphãos da villa de S. Paulo, vitalicio por provisão datada em 6 de Junho de 1609, que se acha registrada na camara de S. Paulo, liv. tit. registros de 1607 á fl. 22. Este, como fica dito, falleceu em S. Paulo com testamento a 26 de Outubro de 1644, como se vê nos autos de inventario de seus bens no cartorio 1º do tabellião de notas, maço de inventarios antigos, letra P, o de Pedro Taques, com testamento. N'elle declarou a sua naturalidade, seus empregos e os nomes de seus pais, que fora casado com D. Anna de Proença, de cujo matrimonio tivera 8 filhos de um e outro sexo, e declarou tambem as pessoas com quem tinha casado suas duas filhas, e de todos iremos fazendo menção, e foram elles:

Pedro Taques	Cap. 1º
Guilherme Pompeo de Almeida	Cap. 2º
Lourenço Castanho Taques	Cap. 3º
D. Sebastiana Taques	Cap. 4º
D. Marianna Pompeo	Cap. 5º
Antonio Pompeo de Almeida	Cap. 6º

CAPITULO I

1 — 1. Pedro Taques, estando casado com D. Potencia Leite (irmã direita do governador Fernão Dias Paes, que depois foi mulher de Manoel de Carvalho de Aguiar), teve umas differenças em 1640 com Fernando de Camargo, o primeiro d'este nome na familia do seu appellido, chamado o Tigre de alcunha, e, desembainhado ambos as espadas e adagas no pateo da matriz da villa de S. Paulo, se travou tão rija contenda, que, acudindo numeroso concurso a favor de um e outro partido, passou este desafio a combate de guerra viva. Baralhada a machina d'este tumulto, se offendiam uns aos outros, sem atinarem na tranquillidade, que em taes casos costuma ser todo o empenho dos que se põem na rua a atalhar qualquer pendencia. Esta teve principio á porta do templo, mas levados uns e outros do ardor da peleja, se continuou este estrondo, correndo as ruas até fechar-se esse vicioso circulo no mesmo lugar onde tivera origem o primeiro furor da paixão dos dois primeiros contendores. Grande foi a providencia occulta de Deus n'este lance, porque, sendo muitos os mortos n'aquelle desordenado rompimento, não perigaram os dois principaes combatentes, Pedro Taques e Fernando de Camargo. Serenou-se esta primeira tempestade, em que se dispararam tambem tiros de escopeta, que causaram as mortes que houve n'este conflicto. Passados tempos e já convalescidos das feridas os dois contrarios, existia um temor de novo combate, para o qual se convidavam intrepidos os parentes, alliados e amigos de um e outro partido, já n'este tempo declarados inimigos, sem mais causa para tanto desacerto, vingança e odio, que o indesculpavel estimulo de uma cega paixão. Em o anno de 1641 estando Pedro Taques em conversação com um amigo e tendo as costas para a porta travessa da matriz de S. Paulo, veiu á falsa fé Fernando de Camargo, e correu a adaga pelas costas de Pedro Taques, que para logo perdeu a vida a rigor do golpe, que abriu primeiro a vileza do animo, que a tyrannia do odio. Deixou do seu matrimonio um menino chamado Pedro, que em tenros annos voou para o céu (3).

---

(3) Cart. de orphãos do S. Paulo, maço 1º inventarios, letra P. n. 23, o de Pedro Taques em 1641.

CAPITULO II

1 — 2. Guilherme Pompêo de Almeida viveu abastado no territorio de S. Paulo, sendo um dos primeiros cavalheiros que na propria patria desfructava o maior respeito. Retirou-se mudando de domicilio para o territorio da villa de Parnahyba. Esta mesma prudente resolução seguiram outros parentes. Foi muito zeloso do bem commum, e das utilidades do serviço do monarcha; e tanto que as Magestades de el-rei D. João IV, Affonso VI, e D. Pedro II, sendo principe regente, o honraram com cartas firmadas do real pulso, não só quando vieram enviados a S. Paulo os administradores das Minas D. Rodrigo de Castello-Branco e Jorge Soares de Macedo em 1680, mas quando veio o governador D. Manoel Lobo em 1677; e é digna de memoria a que recebeu o dito Guilherme Pompêo de Almeida datada em 2 de Maio de 1682, recommendando-lhe désse ajuda e favor a Fr. Pedro de Sousa, que vinha a examinar as pedras de prata da serra de Byraçoyaba no territorio da villa de Sorocaba (4). Foi Guilherme Pompêo de Almeida capitão-mór da villa de Parnahyba por el-rei D. Pedro, sendo regente (5). Viveu abundante de cabedaes com grande tratamento e opulencia em sua casa. A copa de prata, que possuiu excedeu de 40 arrobas, porque, os antigos paulistas costumavam penetrar os vastissimos sertões do rio Paraguay, e atravessando suas serras, conquistando barbaros indios seus habitadores, chegavam ao reino do Perú e minas do Potosy, e se aproveitavam da riqueza de seus minas de prata, de que ennobreceram suas casas, com copa de muitas arrobas, de cuja grandeza ao presente tempo nada existe pela ambição de mineradores e governadores, que no decurso de 63 annos attrahiram a si esta grandeza, porque nenhum se recolheu para o reino, que não levasse boas arrobas. Fundou no territorio da villa de Parnahyba a capella de Nossa Senhora da Conceição em Vuturuna, e a dotou com liberal mão, constituindo-lhe um copioso patrimonio em dinheiro amoedado, escravos officiaes de varios officios, e todos com rendas para o exercicio de suas occupações. Adornou a capella com retabulo de talha toda dourada, e lhe deu ornamentos ricos para as festividades e outros de menos custo para semanarios com castiçaes de prata.

De tudo se lavrou escriptura pelo tabellião da villa da Parnahyba em 13 de Fevereiro de 1687; e que na sua descendencia se conservasse a administração da dita capella, sendo primeiro administrador da dita capella, o Rev. Dr. Guilherme, e por morte d'este Antonio de Godoy Moreira, seu genro, a quem succederia a sua descendencia. Instituiu por sua alma duas missas cada mez

(4) Secretaria do conselho Ultramarino, liv. de cart. tit. 1673 a fl. 2 e seg.
(5) Cart. da camara de S. Paulo, liv. de Reg. 1675 a fl. 105 v.

pelo patrimonio da dita capella, de que dariam conta os administradores d'ella.

Casou Guilherme Pompêo de Almeida em a matriz de S. Paulo a 21 de Agosto de 1639, com D. Maria de Lima Pedroso, filha de João Pedroso de Moraes e de sua mulher Maria de Lima. Em titulo de Moraes, cap. 3º. Jaz sepultado na capella-mor da matriz da Parnahyba em sepultura propria que n'ella tinha, como declarou no seu testamento com que falleceu.

Deixou 3 filhos:

2 — 1. Guilherme Pompêo d'Almeida. § 1.º
2 — 2. D. Maria de Lima e Moraes ... § 2.º
2 — 3. D. Anna de Lima e Moraes .... § 3.º

§ 1.º

2 — 1. Guilherme Pompêo d'Almeida foi o mimo de seus pais, como unico varão, e com os desejos de o verem bem instruido o mandaram para a cidade da Bahia aprender a lingua latina nos pateos do collegio dos jesuitas, onde se consumou excellente grammatico (6). Foi dotado de grande viveza de engenho e docilidade, sobre que sahia muito um natural respeito, que soube sempre conciliar dos estranhos, patricios e parentes. Abandonando ficar herdeiro do grande cabedal de seus pais, que intentaram n'este filho perpetuar a sua casa, teve vocação de ser religioso franciscano na provincia da Bahia, onde se achava, o que sendo communicado a seus pais, lhe atalharam com rogativas este religioso intento, e cedeu o filho ás supplicas paternaes, assentando ser presbytero secular. Estudou philosophia, e theologia, da qual teve o gráo de doutor por bulla pontificia. Foi tão amante das letras, que da grandeza e profuso de seu liberal animo tinham segura protecção os sujeitos bem instruidos na historia sacra e profana. Teve excellente livraria, que por sua morte encheram os seus livros as estantes do collegio de S. Paulo, a quem constituiu herdeiro da maior parte dos seus grandes cabedaes. Nasceu elle na villa da Parnahyba, em cuja matriz foi baptizado a 24 de Abril de 1656. Fez assento no sitio de Araçariguama, onde fundou a capella de N. S. da Conceição, a cujo mysterio teve cordial devoção, toda adornada de excellente talha dourada com muita magnificencia. Celebrava-se annualmente a festa da Senhora, a 8 de Dezembro, com um oitavario de festas de missas cantadas, Sacramento exposto, e sermão a varios santos da sua especial devoção, e se concluia o oitavario com um anniversario pelas almas do purgatorio com o officio

(6) Vd. sobre o Pe. Guilherme Pompêo "Um creso colonial" artigo em "Na era das bandeiras" de nossa autoria e tambem Basilio de Magalhães no tomo 17 da *Revista do Institutd Histórico de S. Paulo,* á pag. 509 e ainda D. Duarte Leopoldo Silva: *Parochia Araçariguama* (A. de E. T.)

de nove lições, missa cantada, e sermão para excitar a devoção dos fieis ouvintes. De S. Paulo concorria a maior parte da nobreza com os religiosos de maior autoridade, das quatro communidades, companhia de Jesus, Carmo, S. Bento e S. Francisco, e os clerigos da maior graduação. Era a casa do Dr. Guilherme Pompêo n'aquelles dias uma populosa villa, ou corte, pela assistencia e concurso dos hospedes. Para grandeza do tratamento da casa d'este heroe paulista basta saber-se, que fazia paramentar cem camas, cada uma com cortinado proprio, lençóes finos de bretanha guarnecidos de rendas, e com uma bacia de prata debaixo de cada uma das ditas cem camas, sem pedir nada emprestado. Tinha na entrada da sua fazenda da Araçariguama um portico, do qual até as casas mediava um plano de 500 passos, todo murado, cujo terreno servia de pateo á igreja ou capella da Conceição. N'este portão ficavam todos os criados dos hospedes, que alli se apeavam, largando esporas e outros trastes com que vinham de cavallo; e tudo ficava entregue a criados, escravos, que para este politico ministerio os tinha bem disciplinados. Entrava o hospede, ou fosse um, ou muitos em numero, e nunca mais nos dias que se demoravam, ainda que fossem os de uma semana, ou de um mez, não tinha tinha nenhum dos hospedes noticia alguma dos seus escravos, cavallos e trastes. Quando, porém, qualquer dos hospedes se despedia, ou fosse um, quinze, ou muitos ao mesmo tempo, chegando ao portão, cada um achava o seu cavallo com os mesmos jaezes, em que tinha vindo montado, as mesmas esporas, e os seus trastes todos, sem que a multidão da gente produzisse a menor confusão na advertencia d'aquelles criados, que para isto estavam destinados. Os cavallos recolhiam-se ás cavalhariças, onde tinham tido o bom penso de herva e milho (que é o que se dá diariamente no Brasil aos cavallos, principalmente na capital de S. Paulo; e tem feito ver a experiencia a utilidade que recebem d'esse alimento, que os faz mui briosos, alentados e capazes de aturarem, como aturam, jornadas de 200 leguas, sem haver um só dia de descanso). Esta advertencia era uma das acções de que os hospedes se aturdiam por observarem que nunca jámais entre a multidão de varias pessoas, que diariamente concorriam a visitar e obsequiar dias e dias ao Dr. Guilherme Pompêo de Almeida, se experimentava a menor falta, nem ainda uma só troca de trastes a trastes.

Foi tão profusa a mesa do Dr. Guilherme Pompêo, que n'ella as iguarias de varias viandas se praticava com tal advertencia, que se acabada a mesa, depois d'ella, passadas algumas horas, chegassem hospedes não houvesse para banqueteal-os a menor falta. Por esta razão estava a ucharia sempre prompta. A abundancia do trigo n'esta casa foi tanta, que todos os dias se cozia o pão, de sorte que para o seguinte já não servia o que tinha sobrado do antecedente. O vinho era primoroso, de uma grande vinha que com acerto se cultivava, e, supposto o consumo era sem miseria, sempre o vinho sobrava de anno a anno. Engrossou o seu

copioso cabedal com a fertilidade das Minas-Geraes, para as quaes mandando numerosa escravatura debaixo da administração de zelosos feitores, recebia todos os annos avultadas remessas de ouro. Soube distribuir este grande cabedal, mandando á corte de Lisboa reformar a prata, que em muitas arrobas herdou de seus pais, e posta em obra mais polida, teve a copa mais primorosa que nenhum outro seu nacional. Os moveis eram todos ricos e de primor. Distribuia consideravel somma de dinheiro em esmolas, e sustentava com liberal grandeza os seus correspondentes. Na curia romana teve excellente aceitação no honroso obsequio de alguns cardeaes, pelos quaes conseguiu as letras de bispo missionario, que chegaram a tempo que já estava enfermo, de que acabou a vida, servindo-lhe só para o tratamento de illustrissima, que na oração funebre que se recitou no collegio de Jesus da cidade de S. Paulo deu o orador ao cadaver exposto no mausoléo, que com funeral pompa lhe erigiu o mesmo collegio agradecido á beneficencia com que lhe deixou muita parte dos bens. A escravatura toda, terras de cultura, encapellou a sua capella de Nossa Senhora da Conceição de Araçariguama, e deixou ao collegio de S. Paulo, para lhe aproveitar seus rendimentos, cumprindo-se annualmente com a festa da Senhora, em 8 de Dezembro.

Teve o Rev. Pompêo a gloria de hospedar por muitos mezes a um bispo grego, que das Indias de Hespanha veiu ter a S. Paulo para na frota do Rio de Janeiro se passar para Lisboa. Depois hospedou ao padre Manoel de Sá, patriarcha da Ethiopia, que, vindo da India a Bahia, passou a S. Paulo em 1707, attrahido do nome do grande Guilherme Pompêo, a cuja conta correu, por noticias, que teve antecedentes da vinda do patriarcha, toda a despeza logo, que da Bahia chegou ao Rio de Janeiro onde o correspondente fez tratar ao patriarcha com toda a devida grandeza, com a qual embarcou para Santos, de onde passou a S. Paulo já conduzido pelo comboi de 100 indios, que todos carregados tinha mandado Pompêo para transitar dois dias de jornada até S. Paulo o dito patriarcha. Este prelado se confundiu de encontrar nas matas da villa de S. Paulo um varão tão bem instruido, que lhe não fazia falta a creação das cortes que Pompêo não tinha conseguido. Emfim do Rev. Dr. Pompêo toda a noticia será sempre diminuta, e duvidosa a expressão que se fez verdadeira pela ocular experiencia dos que alcançaram tanta magnificencia. Só em um legado ao collegio de S. Paulo, para moveis da sua igreja e de 5 altares, deixou de prata 14 arrobas em castiçaes, uns lisos para os dias semanarios, e outra ordem dos lavrados para os dias festivos, e 5 grandes alampadas todas de prata lavrada, além de pratos grandes de dar agua ás mãos, com jarros para o mesmo ministerio. Falleceu na villa de Parnahyba a 7 de Janeiro de 1713, e com marcha de 7 leguas foi conduzido o cadaver em um caixão coberto de velludo, que carregaram os seus parentes, com o acompanhamento de todo um povo d'aquella villa, onde elle tinha sido o verdadeiro pai da

pobreza, o amparo dos necessitados e o objecto da maior estimação. Por esta comprida estrada vieram tochas accesas acompanhando o cadaver, que veiu para o deposito do elevado mausoléo, que já no collegio se tinha formado. Estas exequias se celebraram com pompa funeral pelo agradecimento da grande herança que elle recebeu depois da morte do Dr. Pompêo; não contente com a liberal grandeza com que em vida lhe fizera largos donativos. Não consumirá o tempo o grande nome, que soube conciliar a docilidade sem alteração, a grandeza de animo sem notas de diminuição, a prudencia, a affabilidade, o amor e a caridade, que praticou até o fim da vida o heroe dos paulistas, o famoso, o saudoso e appetecido Guilherme Pompêo de Almeida, porque a memoria do seu nome durará sempre na noticia que se estabelece nos vindouros de uns para os outros. Não quiz que a campa do seu sepulchro tivesse mais armas que o breve epitaphio que lhe declarasse o nome. Jaz sepultado ao pé do altar de S. Francisco Xavier, que elle fundou; porém os padres do collegio de S. Paulo lhe mandaram abrir no mesmo marmore, que lhe serve de campa, o seguinte epitaphio:

Hoc jacet in tumulo Guilhelmus presbiter auro
Et genus, et magno nomine Pompeyus. (7)

2 — 2. D. Maria de Lima e Moraes, casou tres vezes, e de nenhuma teve fructo. A primeira com Antonio Bicudo de Brito, na matriz de Parnaguá, a 31 de Janeiro de 1667, capitão da gente da dita villa, filho de João Bicudo de Brito e de D. Anna Ribeira de Alvarenga. Em titulo de Alvarengas, cap. III, § 1º, n. 3 — 1: sem geração, e falleceu dito capitão Antonio Bicudo com testamento a 11 de Janeiro de 1687 (8). Segunda vez casou ella com o capitão-mór Pedro Dias Paes, filho do governador Fernão Dias Paes e de sua mulher D. Maria Garcia (9): sem geração, e falleceu dito capitão-mor em 1700. Casou terceira vez com Thomé Monteiro de Faria, natural da Bahia, familiar do santo officio e capitão-mor governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo, sem geração. Falleceu dita D. Maria de Lima em S. Paulo, com testamento, ao 1º de Fevereiro de 1711. Cart. do 2º tabellião de S. Paulo. Nota n. 16, tit. 1710, até 1713, pag. 57, testamento de D. Maria de Lima.

---

(7) Antonio Piza rectifica este epitaphio na sua memoria sobre *A Egreja do Collegio* na *Revista do Instituto Brasileiro* (tomo 59, pag. 125, da parte II), declarando que o copiou da lapide sepulcral: HOC IACET IN TUMULO GUILELMUS PRESBITER: AURO, ET GENERE ET MAGNO NOMINE POMPEIUS.

A. d'E T.

(8) Cart. de orphãos de Parnaguá, letra A, n. 337. Inventário do capitão Antonio Bicudo de Brito.

(9) Em título de Lemes, cap. v, § 5.º.

§ 3.º

2 — 3. D. Anna de Lima e Moraes, que no mesmo dia 31 de Janeiro de 1667, em que casou sua irmã D. Maria, casou com Antonio de Godoy Moreira, cidadão de S. Paulo, filho de João de Godoy Moreira e de sua mulher Euphemia da Costa Motta (10). Falleceu Antonio de Godoy Moreira com testamento a 15 de Julho de 1721, e já muitos annos antes tinha fallecido sua mulher D. Anna de Lima (11). E teve do seu matrimonio, como consta do testamento referido, 5 filhos, que são os que abaixo se seguem. Antonio de Godoy Moreira soube assignalar-se nas obrigações do seu nobre sangue. Vindo a S. Paulo em 1697 o Exm. Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, para adiantar os novos descubrimentos de minas de ouro, descubertas pelos paulistas Carlos Pedroso da Silveira e Bartholomeu Bueno de Siqueira pelos annos de 1695 no sertão de Sabarabuçú, que hoje se conhece por Minas-Geraes, ordenando-lhe Sua Magestade esta passagem, com 600$ mais em cada um anno por ajuda de custo, por carta de 27 de Janeiro de 1697 (Secretaria do conselho ultramarino, liv. de registro das cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673 á fl. 163), encarregou o dito Exm. Arthur de Sá de varias diligencias do real serviço; e por desempenhar n'ellas as obrigações de honrado e leal vassallo Antonio de Godoy Moreira mereceu, que el-rei D. Pedro II lhe mandasse agradecer por carta de 20 de Outubro de 1698, firmada do seu real pulso do theor seguinte (Secretaria do conselho ultramarino, liv. de registro das cartas, tit. 1673, de fl. 198 e seg.):

"Antonio de Godoy Moreira. — Eu el-rei vos envio muito saudar. Por haver sido informado pelo governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes, do zelo com que vos houvestes na expedição das ordens que tocavam ao meu serviço, que o dito governador para este effeito expediu, e a grande vontade com que vos achaveis em tudo o que vos recommendou, mostrando n'isto a boa lealdade de honrado vassallo: me pareceu por esta mandar-vos agradecer, e segurar-vos que tudo o que n'este particular obrastes me fica em lembrança para folgar de vos fazer toda a mercê quando trareis de vossos requerimentos. Escripta em Lisboa, aos 20 de Outubro de 1698 (Com rubrica de Sua Magestade)."

E teve 5 filhos: desta primeira mulher:

3 — 1. José de Godoy: falleceu solteiro.
3 — 2. D. Escholastica de Godoy.

---

(10) Em titulo de Godoys, cap. IV, § 12.
(11) Car. de orphãos de Parnaguá, letra A. n. 511. Inventario de Antonio de Godoy, e cart. 1.º de notas do tabellião de S. Paulo, maço de inventarios antigos, letra A, o de D. Anna de Lima.

3 — 3. João de Godoy de Almeida.
3 — 4. Guilherme de Godoy de Almeida.
3 — 5. Francisco de Godoy Moreira.

3 — 2. D. Escholastica de Godoy, casou duas vezes: a primeira com Bento do Amaral da Silva, a segunda com José Pinto Coelho de Mesquita. De ambos faremos distincta e clara menção.

1º casamento

Foi Bento do Amaral da Silva, natural da cidade do Rio de Janeiro, da nobre familia dos Amaraes Gurgeis d'aquella capitania, onde a sua distincção e nobreza é assás conhecida, e continua a sua descendencia em avultadas casas e senhores de engenho da dita cidade. Foi Bento do Amaral da Silva irmão inteiro de Fr. Antonio de Santa Clara, religioso franciscano, que na sua provincia do Rio de Janeiro não esquecera o seu nome pelos empregos que occupou no serviço da sua religião; e de Francisco do Amaral Gurgel, que foi capitão-mor governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo, em cujo governo succedeu ao capitão-mor governador José de Goes e Moraes, e tendo feito pleito e homenagem da dita capitania nas mãos do governador e capitão-general do Rio de Janeiro, tomou posse na camara capital da villa de S. Vicente. Irmão tambem de D. Isidora do Amaral, D. Martha do Amaral, D. Maria Josepha do Amaral, que todas tres foram freiras professas no convento de Santa Clara de Lisboa. Irmão tambem de D. Domingas do Amaral, que, casando no Rio de Janeiro, foi mãi de Fr. Luiz de Santa Rosa, que occupou o lugar de provincial dos franciscanos, em cujo emprego deixou bem estabelecido o seu nome na sua provincia, e foi tambem mãi de D. Antonia Maria do Amaral, mulher do tenente-coronel Salvador Vianna, de D. Helena de Jesus, mulher do sargento-mor, Filippe Soares Lousada, senhor de engenho no Rio de Janeiro, de D. Maria Antonia, mulher do capitão André de Sousa, de cujo matrimonio é filho o capitão Felix de Sousa Castro, professo da ordem de Christo e senhor de engenho, onde possuia 190 escravos.

Foi o sargento-mor Bento do Amaral da Silva filho do coronel José Nunes do Amaral, morador que foi na cidade do Rio de Janeiro, e de sua mulher D. Messia de Arão Gurgel (Vide se foi filha de Tacen Gurgel, o francez). Foi o dito Bento do Amaral sargento-mor no Rio de Janeiro, e foi ouvidor e corregedor da capitania de S. Paulo por ausencia do proprietario o desembargador João Saraiva de Carvalho. Teve grande tratamento igual ao fundo do seu cabedal. A sua casa foi servida com numerosa escravatura, criados mulatos, todos calçados, bons cavallos de estrebaria, ricos jaezes, excellentes moveis de prata e ouro, sendo bastantemente avultadas as baixellas de prata, cuja copa foi de muitas

arrobas. Tinha passado as Minas-Geraes no principio da grandeza e fertilidade do seu descobrimento, e se recolheu a S. Paulo com grosso cabedal, que o soube empregar em fazendas de cultura para o tratamento que teve de pessoa tão distincta. A sua fazenda foi no sitio de Emboaçaba, margens entre o rio Tieté e o dos Pinheiros. Todo o grande cabedal d'esta casa veiu a consumir-se com o tempo depois da morte de Bento do Amaral, não só pelo meio da divisão entre os muitos herdeiros que deixou, mas tambem pelo segundo casamento da viuva D. Escholastica, que acertando nas qualidades do nobre sangue do segundo marido, não lhe pôde atalhar os desconcertos do animo, de que faremos menção. Casou, pois, segunda vez com José Pinto, de distincta qualidade, como ramo da Illustre casa do Bom-Jardim, o qual falleceu em S. Paulo em bem contraria fortuna á opulencia que desfructou emquanto casado, porque, faltando-lhe a necessaria economia, consumiu o cabedal. Teve unico filho, que acabou de fallecer.

Teve D. Escholastica de Godoy do seu primeiro matrimonio com o sargento-mor Bento do Amaral da Silva (que falleceu a 21 de Junho de 1719. Cart. de orphãos de S. Paulo, maço 2.º de inventarios, letra B), nascidos em S. Paulo, 11 filhos.

4 — 1. José do Amaral.
4 — 2. Antonio Nunes do Amaral.
4 — 3. Francisco do Amaral.
4 — 4. Guilherme do Amaral da Silva.
4 — 5. Bento do Amaral Gurgel.
4 — 6. João do Amaral: falleceu solteiro.
4 — 7. D. Anna Maria do Amaral.
4 — 8. D. Messia Gurgel.
4 — 9. D. Escholastica do Amaral.
4 —10. D. Isidora do Amaral.
4 —11. D. Ignacia.

4 — 1. José do Amaral Gurgel, morador na villa de Itú, onde existe em 1764, e tem servido os honrosos cargos da republica, da qual, extinguindo-se o caracter de juiz de fora na pessoa do Dr. Theotonio da Silva Gusmão, foi José do Amaral o primeiro juiz ordinario. Está casado com D. Escholastica de Arruda. Em titulo de Arrudas, cap. I, § 4º, n. 2 — 10.

4 — 2. Antonio Nunes do Amaral, falleceu em Jundiahy. Sem geração.

4 — 3. Francisco do Amaral, falleceu solteiro na sua fazenda de Emboaçava.

4 — 4. Guilherme do Amaral da Silva, que existe na sua fazenda do rio Tieté, sitio de Piracicaba, e foi casado com Escholastica da Silva Missel, estando viuva do primeiro marido Alvaro Netto Bicudo. Em tituto de Pachecos Jorges, § 1º, n. 2 — 10.

4 — 5. Bento do Amaral Gurgel, que existe solteiro em 1764.

4 — 6. João do Amaral, que falleceu solteiro.

4 — 7. D. Ana Maria Gurgel do Amaral, que existe no estado de viuva de Ignacio Dias da Silva, de quem tratamos n'este titulo, cap. III, § 1º, n. 42. Com sua descendencia.

4 — 8. D. Messia Gurgel do Amaral, que existe casada com Manoel Bezerra Cavalcanti, natural da cidade de Olinda, filho de Miguel Bezerra de Vasconcellos e de Brigida de Figueiredo, e tem 2 filhos:

5 — 1. José Bezerra do Amaral Gurgel Cavalcanti, natural de S. Paulo.

5 — 2. D. Maria Josepha Bezerra do Amaral, que foi casada com José de Godoy Rohan.

4 — 9. D. Escholastica do Amaral, que falleceu nas minas do Maranhão, na capitania de Goyazes, para onde tinha passado com seu marido Paulo Carlos da França.

4 — 10. D. Isidora do Amaral, que foi casada com José Gonçalves Ribeiro, irmão inteiro de Sebastião do Prado Cortes, que em 1724 por testemunhas de maior excepção justificou a sua nobreza no cartorio do vigario da vara de S. Paulo, cujo lugar occupava o Rev. vigario João de Pontes, § 5.º

4 — 11. D. Ignacia, que falleceu sem geração, tendo sido casada com Aleixo Leme da Silva, que foi mestre de campo dos auxiliares do regimento de...

3 — 3. João de Godoy de Almeida (§ 3º,), falleceu na Parnahyba a 26 de Julho de 1727 (Cart. de orphãos de Parn., letra I, n. 555). Foi casado com D. Anna da Silva, natural da dita villa, viuva de Francisco Carvalho, capitão de infantaria pago. Em titulo de Godoys, cap. III, § 7º, n. 3 — 3. E teve filha unica:

4 — 1. Rita de Godoy de Almeida e Silva, que casou em Parnahyba com João de Mattos Raposo, natural da ilha de S. Miguel, villa de Agua de Páos. Protector e administrador da capella da Conceição de Vuturuna, filho de Domingos de Mattos Fernandes e sua mulher Maria Vieira. E teve em Parnahyba 10 filhos:

5 — 1. D. Anna da Silva. 5 — 2. D. Maria Paes. 5 — 3. D. Francisca de Salles, casada com Pedro Frazão de Brito, filho de Guilherme Pompêo de Brito. — D. Marianna Paes. D. Sebastiana Paes. — D. Maria, ainda menor em 1773. — Manoel Raposo. — José da Silva Paes. — Francisco de Godoy. — D. Eufemia, fallecida de tenros annos.

3 — 4. Guilherme de Godoy de Almeida (§ 3º), que um raio o matou no morro de Vuturuna, e acabou solteiro.

3 — 5. Francisco de Godoy Moreira. Foi capitão-mor nas Minas-Geraes, e foi morador da Casa-Branca, e tomou posse da administração dos bens da capella de Nossa Senhora da Conceição de Vuturana, da qual foi fundador e padroeiro o capitão-mor Guilherme Pompêo de Almeida, em 22 de Novembro de 1727; e lhe passou esta administração por morte de seu irmão João de Godoy de Almeida. (Cart. da ouvidoria de S. Paulo, maço dos titulos do residuo, letra F, Francisco de Godoy). Recolhido das Minas-Geraes, fez estabelecimento na villa de Mogy das Cruzes, onde casou com D. Maria Jorge. E teve:

4 — 1. Antonio Jorge de Godoy, morador na villa de Jundiahy, onde occupa o posto de sargento-mor, das ordenanças, a cujo cargo existem as tropas milicianas, depois da morte do capitão-mor Martinho da Silva Prado.

CAPITULO III

1 — 3. Lourenço Castanho Taques, casou com D. Maria de Lara, filha de D. Diogo de Lara, e de sua mulher Dona Magdalena Fernandes de Moraes Feijó (em titulo de Laras § 4º) na matriz de S. Paulo a 24 de Novembro de 1631. Este paulista se conservou sempre na patria, sem que o infeliz successo de seu irmão Pedro Taques, morto á falsa fé por Fernando de Camargo (cap. I), o obrigasse a seguir a mudança, que fizeram outros irmãos, porque o seu grande respeito, e força de armas o promptificava para pôr em cerco aos inimigos do partido contrario. Teve assento na mesma fazenda da Ribeira do Ypiranga, que tinha sido de seu pai Pedro Taques. Não lhe foi adversa a fortuna nos cabedaes, com que se fez opulento para conservar o respeito e o tratamento de pessôa potentada. Nas occasiões do real serviço sempre deu acreditadas mostras de honrado vassallo com liberal despeza da propria fazenda. Assim o praticou quando Salvador Corrêa de Sá e Benevides passou a S. Paulo feito administrador geral das minas de ouro e prata no anno de 1659, com o governo das tres capitanias do Espirito-Santo, Rio de Janeiro e S. Vicente e S. Paulo (camara de S. Paulo, liv. n. 4º, titulo 1658 á fls. 62 a 64), por ordem de el-rey D. João IV, datada em Lisboa a 7 de Junho de 1644 (archivo da camara de S. Paulo, liv. de registros capa de couro de veado, n. 2, titulo 1642 á fl. 60 e seg.) e, se dilatou pela capitania do Espirito-Santo, para onde passou primeiro a tratar do descobrimento das esmeraldas, tendo Lourenço Castanho a incomparavel honra de receber uma carta do monarcha firmada

do seu real pulso, em que lhe recommendava desse ajuda e favor ao administrador e governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides para ter effeito a diligencia, a que era enviado (12). Assim o fez; e conservando-se em S. Paulo até 1661 o dito governador e administrador geral dando execução ás diligencias, de que fora encarregado, obraram os officiaes da camara do Rio de Janeiro e povo d'aquella cidade em 1660 um attentado contra as pessoas de Thomé Corrêa de Alvarenga, governador da praça, do sargento-mor Martim Corrêa Vasques, do provedor da fazenda real, Pedro de Souza Pereira, prendendo a todos em uma fortaleza, e os depuzeram do governo, negando tambem inteiramente a obediencia ao governador-geral Salvador Corrêa de Sá. Este em S. Paulo se achava quando chegaram as noticias do insulto; e muito mais quando os mesmos officiaes da camára escreveram aos da de S. Paulo uma carta, de que abaixo daremos uma fiel cópia para instrucção d'este attentado. Logo se dispoz o governador geral a pôr-se a caminho e ir para o Rio de Janeiro socegar o tumulto e dar o merecido castigo aos cabeças e autores da sedição; mas reconhecendo o grave perigo de vida a que ia exposto, ou ao menos de ficar desautorisado, experimentando a violencia que costuma a produzir o desafogo da paixão, intentou Lourenço Castanho Taques com o seu grande respeito, a que se uniram gostosos os paulistas da primeira nobreza, atalhar este damno, supplicando com instancias de leal vassallo não quizesse sua senhoria pôr em tão evidente risco a vida e a autoridade. E porque o valor e constancia de Salvador Corrêa de Sá não admittiu a pratica, por julgar que não ficava bem deixando-se capacitar d'estas rogativas e residir em S. Paulo até a real resolução sobre materia de tanto peso, assentou Lourenço Castanho acompanhal-o com forças de armas até o Rio de Janeiro; mas nem este auxilio admittiu elle. Com este total desengano fomentou Lourenço Castanho que a nobreza se juntasse em corpo de união com o senado da camara para por carta e da parte de Sua Magestade se lhe ponderar a materia com esperanças de aceitar as ponderações que se lhe fizessem. Emfim aquelle cavalheiro reconheceu a lealdade dos paulistas, o seu animo, e o interesse que tinham da quietação publica em serviço do seu monarcha, e como já tinha mandado lançar bando a som de caixas no Rio de Janeiro, promettendo o perdão em nome de Sua Magestade aos delinquentes. assentou ir para Ilha Grande com o fundamento de ter alli em que occupar-se, e ser aquella villa uma das da capitania de S. Vicente e S. Paulo. Conhecido esse intento sempre lhe quizeram atalhar a resolução para se evitar algum novo attentado contra um tal governador de tres capitanias, de cujo zelo fiára tanto Sua Magestade quanto se conhecia da sua provisão. Isto assim ponderado se tomou em camara um assento, de que

(12) Secretaria do conselho ultramarino, no livro das cartas de el-rei D. João IV.

abaixo faremos menção. Passemos primeiro a ver o teor da carta dos officiaes da camara do Rio de Janeiro.

"São tantos os apertos, ou para melhor dizer as tyrannias, com que o mao governo de Salvador Corrêa de Sá e Benevides e seus parentes têm opprimido a toda esta capitania, que não podendo já supportal-os (por mais que o intentou), se resolveu a nobreza, clero, e povo, unanimes e conformes, a deitar de si a carga, com que já não podia, fiados na justificação ante os reaes pés de Sua Magestade das causas que tiveram e os moveram, em que se fundaram para depôr ao dito Salvador Corrêa de Sá e Benevides e a Thomé Corrêa de Alvarenga do governo em que, por sua ausencia, o deixou, tirando tambem do seu posto ao sargento-mor Martim Corrêa Vasques e ao provedor da fazenda Pedro de Souza Pereira (todos ficam presos na fortaleza d'esta cidade), pois a todos estes senhores reconhecia esta miseravel capitania, com outros parentes seus, por governadores d'ella, tratando só de seus accrescentamentos, e por muitas vias da nossa destruição, de que os moradores d'essa capitania, que a esta vêm com suas drogas, são bastantes testemunhas, pois experimentando o rigor com que se lhes tomavam e o mao pagamento que elles sostinham, acudindo-nos, como tão bons visinhos, com o ordinario sustento que aqui necessitamos, devendo ser differentemente correspondidos ao beneficio que nos fazem, como será d'aqui em diante, sendo Deus servido.

"Supposto isto, queremos com toda a verdade representar a Sua Magestade, entre outras cousas, o procedimento com que o administrador geral Pedro de Souza Pereira se tem havido n'ellas, em razão dos estanques que ha mandado fazer de aguas ardentes e vinho, e outras fazendas, para com ellas comprar ouro e mandar a Sua Magestade, a titulo de que é rendimento dos quintos, afim de ir sustentando o muito que tem promettido a Sua Magestade pretende tirar das sobreditas Minas. E tambem o que n'essa capitania se tem alcançado sobre o mineiro Jayme Commere, do qual corre por cá fama que fora violentamente morto, em respeito de haverem mandado a Sua Magestade, em nome do dito mineiro, alguns avisos fantasticos para se ir continuando com o engano sobredito. Pedimos a Vmcês. nos queiram mandar informação certa de todo sobredito, pois tambem vêm Vmcês. a fazer n'isto serviço a Sua Magestade, que tanto deseja saber com certeza o desengano d'estas Minas e de todo o procedimento d'ellas, fazendo tambem (e a nós se lhes parecer) aviso ao dito senhor, enviando-nos as cartas para por nossa via se lhe remetterem.

"Tambem pedimos nos queiram mandar informação certa, e, se puder ser, juridica, dos preços por que de 20 annos a esta parte se vende o sal n'essa capitania, e por cuja conta está carregado ou já todo ou parte delle: n'isto farão Vmcês. um grande serviço a este povo e a nós mercê, e com ella reconheceremos, para não faltarmos nunca com a mesma correspondencia, que com

razão o devemos fazer, visto a chegada visinhança com que estamos, não faltando a ella uns e outros.

"Guarde Deus a Vmcês. Rio de Janeiro, em camara, a 16 de Novembro de 1660 annos. Eu Jorge de Souza, escrivão da camara, a fiz escrever e subscrevi. — *Clemente Nogueira.* — *Fernando Falleiro Homem.* — *Simão Botelho de Almeida.* — *Diogo Lobo Pereira.*"

RESPOSTA DOS CAMARISTAS DE S. PAULO

"De 16 de Novembro é a carta que aqui recebemos de Vmcês., cujo cuidado presente sentimos grandemente, e muito mais as causas d'elle. Deus Nosso Senhor, que nos maiores trabalhos costuma dar, por meios mui suaves, alegres fins, se sirva concedel-o assim a este de Vmcês. para que lhe possamos dar o parabem, como agora o pezame dos seus enfados. A informação que Vmcês. nos pedem dos estancos, que o administrador das minas Pedro de Souza Pereira mandou fazer, de vinhos e aguas ardentes, não podemos satisfazer, porque n'esta villa nunca os poz, e se nas outras o fez por razão de que lhe ficavam ellas em via para a jornada das Minas e tão fora de mão como esta. As camaras d'ellas devem informar a Vmcês. n'este caso da verdade, que nós ignoramos.

"Emquanto á morte do mineiro Jayme Commere, supposto que a principio a fama, como em outras cousas, publicou fora violentado, todavia em contrario se praticou depois, e entre nós serve n'esta camara quem com curiosidade perguntou pelo successo a pessoas que foram presentes, as quaes lhe disseram que fóra a morte casualmente desastrada, porque, indo a mudar, com passo mais largo, o dito mineiro de uma outra pedra, por haver aotes e ruido, escorregara, e, cahindo, se despenhara na cata ou alta cova que se fazia; tambem d'isto podem ter mais plena noticia os que são visinhos ao lugar, onde succedeu o caso. Acerca do sal não temos noticia por cuja conta tem vindo á villa de Santos; os preços têm sido varios: os moradores da tal villa avisarão a Vmcês. d'esta materia. Em razão do general o Sr. Salvador Corrêa de Sá e Benevides, experimentamos tanto pelo contrario as mal fundadas queixas d'esse povo, que, todos os d'estas capitanias juntas, lhe não devessem parte do muito, que a essa estranham a novidade do successo a que Vmcês. devem acudir com o remedio para que Sua Magestade fique melhor servido, e nos não faltaremos á obrigação que temos de seus leaes vassallos.

"Guarde Deus a Vmcês. S. Paulo, em camara, aos 18 de Dezembro de 1660 annos. — *Antonio de Madureira Moraes.* — *Manoel Alves Preto.* — *Antonio Paes Leme.* — *João Vieira da Silva.*"

Resposta do general Salvador Corrêa á carta que lhe escreveu a nobreza de S. Paulo, com os prelados das religiões o Rev. D. abbade de S. Bento Fr. Hieronimo do Rosario, o prior do Carmo Fr. André de Santa Maria, o guardião de S. Francisco Fr. Gaspar de S. Innocencio, o vigario da igreja Domingos Gomes Albernaz; os camaristas Estevão Bayão Parente, Constantino de Savedra, Francisco Dias Leme, Manoel Cardoso e Paulo Gonçalves; os da primeira nobreza foram Lourenço Castanho Taques e seu filho Lourenço Castanho Taques, o moço, o capitão-mór Antonio Ribeiro de Moraes, D. Francisco de Lemos, João de Godoy Moreira, João Ortiz de Camargo, Hyeronimo de Camargo, Antonio Pires, D. Simão de Toledo Piza, Paulo da Fonseca Bueno, Antonio Lopes de Medeiros, Manoel Dias da Silva, Antonio do Canto de Mesquita, Antonio de Godoy Moreira, Estevão Fernandes Porto, Gabriel Barbosa de Lima, Estevão Gomes Cabral, Gaspar Maciel Aranha, Manoel Alves de Souza, e outros muitos paulistas de veneração e respeito, que constam do mesmo accordão á fl. 117 do livro de registros n. 4, tit. 1658 do archivo da camara de S. Paulo, onde se constam 58 pessoas assignadas:

"Conheço o zelo com que Vmcês. e mais ministros, camara, cidadãos e povo, tratam do serviço de Sua Magestade, como tão leaes vassallos seus: eu lhe representarei em todas as occasiões que se offerecerem do augmento d'estas capitanias e moradores d'ellas, e da minha parte fico com o devido agradecimento da mercê que me fazem em abonar as minhas acções; supposto hão sido com o desejo de acertar, as vezes não são agradecidas.

"A Vmcês. lhes é presente o que tenho obrado, e que me não fica que fazer por esta banda do sul; e não é justo que estando no derradeiro quartel da vida me fique n'esta villa tratando de conveniencias proprias, quando posso occupar o tempo nas do serviço de Sua Magestade, indo-me chegando á cidade do Rio de Janeiro a dar calor á obra dos galeões que alli está começada, porque considero que os moradores, á vista do bando que já mandei lançar e lhes dava modo do bom governo, accommodando-me ás suas desconfianças, espero obrem como leaes vassallos, conhecendo que a minha tenção não é mais que conservar a jurisdição real; que, supposto com a ajuda de Vmcês. e d'esta capitania e zelo dos moradores d'ella no serviço real, podia eu tratar do castigo, me conformo antes em obrar em materias de povo, com toda a prudencia, até resolução de Sua Magestade, para com ella obrar o que me mandar. Espero que n'esta occasião e em todas as mais que se offerecerem do serviço de Sua Magestade, e por me fazerem mercê, os ache com a mesma vontade que em esta occasião experimento. S. Paulo, 2 de Março de 1661. — *Salvador Corrêa de Sá e Benevides.*"

Não se aquietou o ardor do zelo de Lourenço Castanho Taques, desejando sempre acredital-o no real serviço. Por este motivo, achando-se com disciplina militar na guerra contra barbaros indios e pratico conhecimento dos sertões, que havia penetrado na conquista de varias nações dos mesmos indios, tendo recebido uma carta do principe regente o infante D. Pedro, datada em 23 de Fevereiro de 1674 (13), sobre o descobrimento de minas de ouro e prata, para cuja diligencia tinha já partido Fernando Dias Paes, com patente de governador da gente da sua leva ou tropa (de que no titulo de Dias Paes fazemos menção), tomou Lourenço Castanho a si, pelos seus cabedaes e força do corpo de armas, penetrar o sertão de barbaros indios *Cataguazes*, e entrou para esta conquista com patente de governador, com jurisdicção e poder correspondente ao caracter da sua patente (14), largando a serventia do officio de juiz de orphãos, que occupava por provisão de mercê vitalicia, como tinha sido seu pai Pedro Taques (15). E conseguiu o primeiro conhecimento, que depois veiu a produzir a fertilidade das minas de ouro, chamadas no principio do seu descubrimento Cataguazes, e depois, estendendo-se em muitas leguas de distancia, mas no mesmo sertão, os novos descobrimentos, vieram estas Minas a ficar conhecidas com a nomenclatura de geraes, em que se conservam.

Recolhido das conquistas dos *Cataguazes* o governador Lourenço Castanho Taques, quebradas já as forças por avançada idade de annos, pouco tempo lhe durou a vida, que a perdeu a 5 de Março de 1677. No seu testamento determinou que no jazigo proprio, que seu pai Pedro Taques tinha na igreja dos Carmelitas, fosse sepultado: n'elle descansam as suas cinzas em sepultura rasa, sem campa que lhe declare o nome. Sua mulher D. Maria de Lara já era fallecida em 8 de Dezembro de 1670 (16). E teve 10 filhos, que foram nascidos e baptizados em S. Paulo.

2 — 1. Lourenço Castanho Taques, o moço. § 1º
2 — 2. Francisco de Almeida .... § 2º
2 — 3. Pedro Taques de Almeida .... § 3º
2 — 4. Thomé de Lara e Moraes .... § 4º
2 — 5. Diogo de Lara e Moraes .... § 5º
2 — 6. Antonio de Almeida .... § 6º
2 — 7. José Pompeu de Almeida .... § 7º
2 — 8. D. Anna de Proença .... § 8º
2 — 9. D. Branca de Almeida .... § 9º
Bisavó-m. 2 — 10. D. Maria de Lara .... § 10º

---

(3) Secret. do conc. ultramarino, livro de cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673, á fl. 2 v. e segu.

(14) Cart. da proved. da fazenda real de Santos, liv. 5.º de registros, á fl.

(15) Cart. da cam. de S. Paulo, liv. de registros, capa de olandilha n. 8, anno de 1662, á fl. 67 v.

(16) Cart. de orphãos de S. Paulo, maço 1.º, letra I. Inventario de Lourenço Castanho Taques n. 6.

§ 1º

2 — 1. Lourenço Castanho Taques foi chamado moço por differença de seu pai do mesmo nome e appellidos, e igualmente com o ser da natureza herdou os espiritos de ardor e zelo pela utilidade publica da patria e do real serviço. Serviu os honrosos cargos da republica de São Paulo, onde foi juiz ordinario e de orphãos, cujo pesado cargo occupou muitos annos com utilidade dos pupilos; porque aos que eram de inferior condição recolhia, quando desamparados, á sua paternal providencia, mandando-os ensinar a ler e escrever, e officios mecanicos, para ficarem com elles estabelecidos. Foi muito estimado e respeitado geralmente de todos os moradores de S. Paulo, porque o seu grande respeito se adornava das virtudes da beneficencia, docilidade e compaixão. Não havia differença ainda entre os mais poderosos que Lourenço Castanho não vencesse em harmonia e amizade. A sua casa era de numerosa escravatura, com lugar destinado para o lavor das officinas, em que trabalhavam os mestres e officiaes de varios officios, seus escravos, de que percebia os lucros dos salarios que ganhavam. Além das virtudes moraes praticava aquellas que adornam a um bom catholico temente a Deus. Na educação dos filhos, que foram muitos, excedeu muito pelos dictames e maximas catholicas em que os instruia, não se esquecendo do tratamento de cavalheiros com que cada filho varão se portava, tendo cavallos de estrebaria, distinctos uns dos outros, para cada filho, e os criados escravos mulatos (vulgo *pagens* no Brasil) que os serviam, reconhecendo estes o dominio do senhorio para a obediencia a cada um de seus senhores.

Quando se achou em S. Paulo o Exm. Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, de quem fizemos menção no cap. II d'este titulo, o hospedou Lourenço Castanho Taques, em cujo animo e zelo achou este general uma efficaz prova do amor, da honra e lealdade de bom vassallo; algumas ordens lhe incumbiu, e na execução d'ellas se fez elle merecedor de que Arthur de Sá informasse a Sua Magestade el-rei D. Pedro, que por carta de 20 de Outubro de 1698, firmada de seu real pulso, lhe escreveu o seguinte:

"Lourenço Castanho Taques. — Eu el-rei vos envio muito saudar. Por ser informado pelo governador e capitão-general do Rio de Janeiro Arthur de Sá e Menezes do zelo com que vos houvestes na expedição das ordens que tocavam a meu serviço, que o dito governador para este effeito expediu, e a grande vontade com que vos achaveis em tudo que vos recommendou, mostrando n'isto a boa lealdade de honrado vassallo, me pareceu por esta mandar-vos agradecer, e segurar-vos que tudo o que n'este particular obrastes me fica em lembrança, para folgar de vos fazer toda a mercê quando trateis de vossos requerimentos. Escripta em

Lisboa aos 20 de Outubro de 1698. — Com rubrica de Sua Magestade."

Esta mesma cópia fica lançada no cap. II, § 3.º d'este titulo, quando tratámos de Antonio de Godoy Moreira. O mesmo monarcha escreveu tambem esta mesma carta a outros paulistas, como veremos quem elles foram quando tratarmos de cada um d'elles, conforme o titulo a que pertencem; e se acham todas lançadas no registro da secretaria ultramarina no livro das cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673, desde fl. 198 até fl. 199, sendo primeira a que se escreveu a Lourenço Castanho Taques.

Depois de ter casado os filhos e dotado as filhas, vendo-se já sem as pensões de os manter, como d'antes, quando juntos os conservava debaixo do patrio poder, de tal sorte praticou a virtude da caridade com a pobreza dos fieis, que durando-lhe a vida em avultada idade de annos, admiraram a sua decadencia os mesmos que reconheceram-lhe os cabedaes. Onde apurou o resto da sua grandeza foi na fundação e construcção do recolhimento de Santa Thereza, que emprehendeu por dictames do Exm. e Revm. D. José de Barros de Alarcão, primeiro bispo do Rio de Janeiro, passando de visita a S. Paulo, onde fez assento muitos annos e travou amizade com Lourenço Castanho, que lhe deveu honrosissimas demonstrações. O destino d'esta obra foi deixar para a posteridade um excellente commodo para as suas netas e mais descendentes, que quizessem abraçar o instituto da matriarcha Santa Thereza, cuja vocação se deu ao recolhimento, com a bem nascida esperança de que a real grandeza o passasse a convento professo; e com este bem projectado intento se construiu já a obra com tal formalidade que não necessitasse de reforma para a sua apertada clausura. Mancommunou-se elle com seu irmão o capitão-mor e alcaide-mor Pedro Taques de Almeida, o qual, concorrendo com dinheiro, ficou sobre elle a despeza da erecção e formatura de todo o recolhimento, principiando-se a fundamentar os alicerces para as paredes; para estas madeiras e ferragens concorreu só Lourenço Castanho e muito; apenas o sitio, que se via occupado de duas moradas de casas pertencentes a Manoel Vieira Barros, não custou dinheiro, porque este, com liberal mão, entregou tudo para se fundar o dito recolhimento. Acabou-se este, com os dormitorios, cerca, igreja, coro e tudo o mais em sua ultima perfeição, com muito custo, correndo a direcção do risco pela idéa do Exm. bispo, a quem se deu a gloria de fundador e protector no anno de 168... em que entraram, com solemne festividade de missa cantada, sermão e sacramento exposto, para recolhidas do mesmo recolhimento tres filhas de Manoel Vieira Barros, tomando o habito de Santa Thereza. Este recolhimento ainda existe sem profissão solemne (porque, mortos os fundadores, faltou o respeito que lhe solicitasse a graça de passar a convento), conservando-se, porém, n'elle algumas recolhidas, que, para chorar peccados e segurarem a salvação, de propria vocação se clausuraram, alimentadas

do pequeno patrimonio que tem a casa, supprindo a de seus pais e parentes com muita gente do necessario sustento, para o qual resplandesceu sempre a caridade dos fieis. N'este estado o achou o primeiro bispo de S. Paulo em 7 de Dezembro de 1746, em que fez a sua publica entrada o Exm. e Revm. D. Bernardo Rodrigues Nogueira, cuja alta esphera, zelo, economia, actividade, rectidão e governo o farão sempre suspirado objecto da saudade que nos deixou a sua exemplar vida, que acabou no dia 7 de Novembro de 1748, com irreparavel perda no *augmento* que se perpetuava nas direcções do seu pastoral governo. Este santo prelado dictou uma instrucção para servir como de regra ás suas amadas ovelhas, esposas de Jesus-Christo, no recolhimento de Santa Thereza, que ainda hoje se conserva tão inalteravel, como se fora dado pelo summo pastor. Dando conta o Exm. bispo do Rio de Janeiro á camara de S. Paulo para se extinguir o recolhimento, visto não ser professo e não ter recolhidas em 1718, mandou Sua Magestade por ordem de 26 de Dezembro do mesmo anno, expedida ao dito bispo, fizesse conservar o dito recolhimento de Santa Thereza de S. Paulo. E por ordem de 3 de Setembro de 1745 tomou Sua Magestade debaixo da sua real protecção o dito recolhimento (Secret. ultramarina, liv. 1º das cartas de S. Paulo, fl...). Não passamos a mais por nos termos já afastado muito da genealogia que seguimos.

Voltando o discurso a Lourenço Castanho Taques, foi este casado com D. Maria de Araujo, natural de S. Paulo, que na pia da sua igreja matriz a recebeu Deus a 20 de Agosto de 1645, filha de Luiz Pedroso de Barros, capitão que foi de infantaria paga na restauração de Pernambuco, e de sua mulher D. Leonor de Siqueira Goes Araujo, da cidade da Bahia, irmã inteira de João de Goes de Araujo, que foi desembargador da relação de sua patria, e n'ella juiz do civel, pelos annos de 1666. Em titulo de Pedrosos Barros, cap. III. Falleceu Lourenço Castanho Taques com evidentes signaes de predestinado e geral sentimento de todo um povo, em S. Paulo, sua patria, em Dezembro de 1708 (Cart. 1º de notas de S. Paulo, masso de inventarios antigos, letra L, o de Lourenço Castanho Taques). E teve do seu matrimonio 11 filhos, todos naturaes da mesma cidade, que foram:

3 — 1. Lourenço Castanho Taques.
3 — 2. Maximiano de Goes e Araujo.
3 — 3. Luiz Pedroso de Barros.
3 — 4. José Pompeo Castanho.
3 — 5. D. Leonor de Siqueira.
3 — 6. D. Angela de Siqueira.
3 — 7. D. Maria de Araujo.
3 — 8. D. Ignacia de Goes.
3 — 9. D. Thereza de Goes.
3 — 10. Antonio Pompeo Taques.
3 — 11. D. Maria de Lara.

3 — 1. Lourenço Castanho Taques, que foi verdadeiro herdeiro das virtudes de seu pai do mesmo nome. Casou com D. Anna de Arruda (Em titulo de Arrudas, cap. I, § 1º e seg.), filha de Francisco de Arruda Sá, da Ribeira-Grande da ilha de S. Miguel, e de sua mulher D. Maria de Quadros. Em titulo de Arrudas com sua descendencia.

3 — 2. Maximiano de Goes e Araujo, casou com D. Maria de Arruda na villa de Parnahyba a 13 de Janeiro de 1695, filha de Sebastião de Arruda Botelho e de sua mulher D. Isabel de Quadros. Em titulo de Arrudas, cap. II, § 9º, com sua descendencia.

3 — 3. Luiz Pedroso de Barros, que falleceu a 30 de Abril de 1731, sargento-mor do regimento dos auxiliares da villa de Parnahyba; teve mercê de el-rei D. João V de um habito de Christo, com tença effectiva de 50$ pagos no almoxarifado da fazenda real da praça de Santos, o que se verificou por renuncia em seu sobrinho direito o mestre de campo Manoel Dias da Silva, de quem fazemos menção n'este cap. III, n. 2 — 3, de Pedro Taques de Almeida. Foi casado com D. Agostinha Rodrigues, sem geração. Em titulo de Jorges Velhos.

3 — 4. José Pompeo Castanho, que foi casado com D. Isabel de S. Paio, filha de André de S. Paio e Arruda e de sua mulher D. Anna de Quadros. Em titulo de Arrudas, cap. III, § 7. Sem geração. Fez assento na villa de Itú e estabelecimento de boas fazendas de cultura; e porque não tiveram filhos fizeram liberal doação dos seus bens (que foi de 6:000$) ao convento do Carmo da mesma villa, por escriptura na nota do tabellião da dita villa, em 1740, tendo antes d'ella dotado a tres sobrinhas com 800$ a cada uma e uma morada de casas.

3 — 5. D. Leonor de Siqueira, que foi casada com Domingos Dias da Silva, natural e cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica e foi juiz ordinario. Foi este paulista intrepido, liberal e muito amante do real serviço, á imitação de seu irmão direito Alexandre da Silva Corrêa, que, depois de lente da universidade de Coimbra, onde a sua grande litteratura será sempre applaudida pela sua *Postilha*, que dictou sôbre a lei Gallus, fl. de.... passou para a casa da supplicação e acabou conselheiro do Ultramar. Em titulo de Pires, cap. VI. Casou dito Domingos Dias da Silva na matriz de S. Paulo a 12 de Fevereiro de 1684. Estabeleceu-se na opulenta fazenda chamada Ajuhâ, com grandes culturas, e passando para as Minas-Geraes, estando n'ellas muito opulento pela abundancia do ouro que extrahiam os seus escravos; chegando a noticia de que a cidade do Rio de Janeiro estava invadida pelo poder do inimigo francez, para soccorrer a esta praça marchou Domingos Dias da Silva com um troço de soldados á sua custa, em cujo serviço gastou avultado cabedal; porque tanto na sahida, como na residencia e regresso, sustentou sempre com liberdade o troço todo; e então se lhe conferiu a patente de brigadeiro

d'aquelle exercito por Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador e capitão-general do Rio de Janeiro e S. Paulo, e d'este cavalheiro recebeu distinctas estimações, porque, como zeloso do real serviço, sabia conhecer os cavalheiros de S. Paulo que n'elle se faziam distinctos. Deixando nas Minas-Geraes a sua numerosa escravatura entregue á administração de seu filho Manoel Dias da Silva, se recolheu a descansar de tantas fadigas a S. Paulo, sua patria, onde não gosou muitos annos da tranquillidade dos povoados, porque acabou a vida a 22 de Março de 1719 (Cart. de orphãos de S. Paulo, maço 1º, letra D. Inventario do brigadeiro Domingos Dias da Silva). E teve do seu matrimonio 2 filhos, naturaes de S. Paulo.

4—1. Manoel Dias da Silva.
4—2. Ignacio Dias da Silva.

4—1. Manoel Dias da Silva, cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica e o de juiz ordinario e orphãos em 1729. Foi mestre de campo dos auxiliares das minas do Cuyabá por patente do Exm. Rodrigo Cesar de Menezes. A mercê do habito de Christo, com 50$ de tença effectiva feita a seu tio o sargento-mór Luiz Pedroso de Barros, n'elle se verificou com a grandeza que se nota no padrão da tença, em que Sua Magestade declarou que os venceria desde o dia que lhe tinha feito a mercê do habito, que antes de o pôr aos peitos tinha percebido mais de tres titulos de tença. Estando em minas de Goyaz estabelecido com lavras mineraes e numerosa escravatura em 1736 (achava-se n'este tempo a praça da Colonia do Sacramento posta em assedio pelas tropas castelhanas, debaixo do commando de D. Miguel de Salcedo, governador da provincia de Buenos-Ayres), se publicou a real ordem, pela qual a magestade de el-rei D. João V deu a conhecer o muito que seria do seu real agrado que os seus vassallos paulistas invadissem as Indias de Hespanha pelas povoações da provincia de Paraguay, em cima da serra. Bastou este leve aceno para que o mestre de campo Manoel Dias da Silva projectasse que, passando com um corpo de armas de soldados, escolhidos pela experiencia do valor da sua disciplina, a demandar as povoações da Vacaria, faria um particular serviço ao real agrado, destruindo as ditas povoações para evitar-se a que a força d'esta gente não emprehendesse dar subitamente sôbre as minas da Villa-Real do Cuyabá, sendo-lhes muito facil a resolução d'esta idéa por terem na abundancia dos gados vaccuns das campanhas chamadas Vacaria todo o sustento para qualquer grosso pé de exercito. Como para Manoel Dias da Silva pôr em execução este intento precisava atravessar o vasto sertão, que medêa entre o rio Camapoã, da navegação do Cuyabá, e Villa-Boa de Goyazes (todo habitado de innumeraveis aldêas dos bravos e barbaros indios da nação *Cayapó*), não foi a sua resolução apoiada dos melhores sertanistas, com os quaes

conferiu a materia, porque demandava de uma força grande para sustentar na marcha os repetidos assaltos d'esta potencia Cayapó, que é formidavel no tal sertão. Porém Manoel Dias da Silva, que só media pelo valor proprio o dos estranhos, não desistiu da acção; e, reforçando mais corpo com que se achava, que não passava então de 80 armas, intrepido se metteu a cortar rumo a demandar o sitio de Camapoã, atravessando o vasto sertão que tinha para passar. Consistia tambem a difficuldade no temor de não acertar com o sitio de Camapoã por falta de geographia, cuja sciencia totalmente ignorava, bem como todos os antigos paulistas, que sem outro adjutorio mais do que o rumo do nascente ao poente, a que lhes servia de verdadeira agulha o sol, penetraram a maior parte dos incultos sertões da America, conquistando nações barbaras, de cujos indios se serviam, como administradores seus, pelo beneficio de os terem desentranhado do paganismo para o gremio da igreja. Assim succedeu a Manoel Dias, que, com trez mezes de jornada, chegou a salvamento ao sitio de Camapoã, que frexou tão direito que foi sahir afastado da sua tranqueira meio quarto de legua.

N'este sitio deu descanso á tropa, que nos tres mezes se sustentara da providencia da boca da arma; e conseguindo o necessario ocio, já bem guarnecidos os seus soldados de todo o necessário, se pôz em marcha para as campanhas da Vacaria. Chegou a estas, e, correndo-as até grande distancia, estranhou a novidade de faltarem os gados, que n'ellas sempre existiram em numerosa multidão e inutilidade. Avizinhou-se mais á serra, e para logo descubriu a cautela dos castelhanos. Tinham estes retirado aquellas indiziveis manadas de gados e bestas cavallares para os ferteis campos de cima da serra, só para que os moradores das minas do Cuyabá se não vissem a utilisar de tão bellas manadas, quando fossemos atacados dos mesmos castelhanos e nos achassemos em qualquer aperto de sitio. Discorrendo ou penetrando mais as campanhas para a parte do Paraguay encontrou com uma franca estrada, e o abarracamento em que, haveria um mez (até pela figura dos ranchos e cinzas do fogão conheciam os sertanistas, pouco mais ou menos, o tempo que tinha passado depois que n'aquelle sitio estivera alguma tropa), tinham alli estado os castelhanos, e pela configuração do terreno que occupava o centro do abarracamento se conheceu que a barraca era de commandante de patente grande, como a de mestre de campo, de quem os castelhanos costumam fiar as suas tropas na provincia de Paraguay e outras. Pela estacaria, que circulava em grande peripherio o abarracamento, via-se que o numero dos cavallos que n'ella se atavam excedia ao de 800. Este grande corpo na retirada tinha feito abrir a franca estrada que encontrou Manoel Dias da Silva.

Pôz este em consulta o movimento que lhe occorreu, e, approvando-lhe a temeridade os da sua comitiva, dispôz as escoltas, que fez emboscar em diversos postos da mata por onde seguia aquella

estrada, ficando elle com o resto dos soldado sem sitio, de d'onde, avançando de tropel ficasse completa a victoria que esperava alcançar pela sua premeditada idéa. Era esta que, ganhando distancias certo numero de soldados bem montados e avistando aos castelhanos, voltassem costas, como fugindo, e d'este modo os trouxessem enganados para perecerem todos nas emboscadas referidas, e ficando nós senhores da cavalhada pudessemos dar com toda a força das nossas armas a acabar o inimigo. Foi Deus servido que já os castelhanos estavam totalmente recolhidos ás suas povoações, porque do contrario ou pereceria, ficaria prisioneira toda a tropa do mestre de campo Manoel Dias da Silva, e quando nada ficaria rota uma guerra em tempo que a que na Colonia se sustentava por assedio era com o systema de carta coberta, que é a maxima que costuma praticar o gabinete de Castella sobre a praça da Colonia, por algumas vezes posta já em sitio.

No regresso encontrou o mestre de campo Manoel Dias da Silva com o effeito d'aquelle grande corpo, que, não contente com a retirada dos gados e cavallos da Vacaria, deixou um padrão de pedra lavrada, em forma de cruz, posta ao alto, a que servia de base outra pedra em figura triangular, de seis palmos de alto, com proporcionada grossura á altura do padrão; n'elle estavam abertas as letras do idioma castelhano, que diziam: "Viva el-rei de Castella, senhor dos dominios d'estas campanhas." Não tinha o mestre de campo instrumentos para deitar abaixo aquelle padrão, e por isso mandou cavar a terra á roda até que, faltando-lhe esta e perdendo a machina o equilibrio, veio abaixo, fazendo-se em tres pedaços. Conseguido com facilidade este intento faz elle conduzir aquelles pedaços para diversos sitios, e sepultar cada um d'elles em altas covas dentro das matas. Do madeiro mais grosso e menos corruptivel mandou lavrar em quatro faces uma cruz, em que lhe gravou as letras no idioma portuguez, que diziam: "Viva o muito alto e muito poderoso rei de Portugal D. João V, senhor dos dominios d'este sertão da Vacaria."

Recolheu-se o mestre de campo Manoel Dias da Silva pelo mesmo sertão ao Cuyabá, onde então era ouvidor d'aquellas minas o Dr. João Gonçalves Pereira, a quem, dando conta do successo, se juntou com officiaes da camara e os republicanos d'ella, em cuja presença deu elle conta do que tinha examinado e obrado. D'isto formou-se um assento nos livros d'aquelle senado, onde então se discorreu sobre o evidente risco em que estavam as minas do Cuyabá de serem invadidas pelos castelhanos, ainda que já este mesmo temor tinha ponderado a Sua Magestade Vasco Fernandes Cesar, vice-rei do Estado da Bahia, em carta de 20 de Junho de 1721, avisando que os paulistas haviam descuberto minas de ouro no sertão do Cuyabá, o que dava grande ciume aos padres da companhia de Jesus dos dominios da Hespanha (Secretaria do conselho ultramarino, no maço das cartas de 1721). Expediram-se as cartas para o general da capitania, o conde de Sarzedas Antonio

Luiz de Tavora, e para os camaristas da cidade de S. Paulo. Estes, recebendo as cartas e estando ausente o general em Goyazes, convocaram os cidadãos em acto de camara, e presidiu o ouvidor e corregedor o Dr. João Rodrigues Campello, e lidas as cartas dos camaristas do Cuyabá, do ouvidor e do mestre de campo, ponderada a materia e attendidas as razões que expendeu o capitão Bartholomeu Paes de Abreu, com a sua grande intelligencia, sobre a mesma materia, concordaram todos que se devia pôr em execução a abertura de um caminho de terra, pelo qual se pudesse a qualquer tempo soccorrer o Cuyabá com tropas e gente de cavallo, o que não admittia a navegação dos rios, a qual podia ser impedida pelos castelhanos, subindo em lanchões desde a cidade do Paraguay até á barra do rio dos Porrudos, que vai ter ao porto geral do desembarque, e d'elle por terra meia legua até o Cuyabá. Que para a factura d'este caminho havia uma fiança de 50 tt.ºº (assim está escripto, que entendo ser 50,000 cruzados, como certamente é), celebrada por Manoel Gonçalves de Aguiar, Sebastião Fernandes do Rego e Antonio Gonçalves Tigre, cada um por si e um por todos, a favor de Manoel Homem Godinho, quando no anno de 1722 ajustou a factura d'este caminho com o governador e capitão-general o Exm. Rodrigo Cesar de Menezes, por cuja causa não vinha a gastar a fazenda real um só real pela factura d'este caminho (17). D'este accordão se lavrou termo em 17 de Agosto de 1737, que se remetteu ao mestre de campo João dos Santos Ala, governador da praça de Santos e interino da comarca pela ausencia do general d'ella o conde de Sarzedas. Nada teve effeito, porque o prejudicado Manoel Gonçalves de Aguiar soube atalhar o damno que lhe ameaçava a bolsa, repartindo liberal certos cartuxos de moedas por pessoa, que cala a prudencia o nome por lhes evitar a vileza da injuria. Deu-se conta a Sua Magestade pelo conselho ultramarino em 1733, e na secretaria d'elle se acham estas representações no maço do dito anno, e tambem na camara de S. Paulo, no livro grande, capa de pasta negra, que serviu de registros, titulo de 1726 até 1740, fl. 118 até fl. 120, o que diffusamente trataremos no corpo da historia de S. Paulo, se Deus quizer dar-nos vida para este trabalho que intentamos tomar, sem forças de talento para a sua execução.

Sua Magestade mandou ao Dr. João Gonçalves Pereira, ouvidor de Cuyabá, que informasse, tirando um summario de testemunhas sobre a materia da representação, que se lhe tinha feito da acção que obrara na Vacaria Manoel Dias da Silva: assim executou aquelle activo mineiro. O certo é que em 1738 mereceu o mestre de campo os votos de alguns conselheiros do conselho ultramarino para governador de Cuyabá, com 4 ttºº de soldo, e vindo a informar sôbre a materia e caminho, que Manoel Dias se offereceu a

(17) Esta determinação approvou Sua Magestade, como se vê da sua real ordem de 7 de Outubro de 1722, expedida ao dito Cesar. Secretaria ultramarina, liv. 4.º das cartas, tit. 1720, á fl...

el-rei fazer á sua custa para o Cuyabá, a Gomes Freire de Andrada, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, por ordem que se lhe expediu pelo mesmo conselho de 9 de Setembro de 1739 (18), não sabemos por que occulto destino se pôz silencio n'ella. Parece que os paulistas contrahiram um novo peccado original para não serem jámais bem vistos, e ser a fazenda real a prejudicada só para que elles não tenham o premio.

Nas minas do Cuyabá ficou existindo o mestre de campo Manoel Dias da Silva, querendo do jornal dos seus escravos emendar o estrago da grande despeza a que o obrigou o seu zelo e leal intento. N'ellas estava sendo juiz ordinario quando falleceu o Dr. ouvidor Manoel Antunes Nogueira (19), cujo lugar substituiu na forma da ordenação do reino. Das suas grandes providencias, logo que tomou posse, para vedar a extracção dos diamantes no rio Paraguay, descuberto pouco tempo antes da morte do antecessor, serão perpetuas testemunhas, que proclamem o seu ardente zelo, as cartas de agradecimento que lhe escreveu o governador e capitão-general, que então tinha em 1749 o governo da capitania de Cuyabá e Goyazes, o Exm. Gomes Freire de Andrada, que acabou digno conde de Bobadella, que se acham registradas todas nos livros da camara do Cuyabá. Succedeu-lhe o Dr. ouvidor João Antonio Vaz Morilhas (20), que, por se afastar da virtude de limpeza de mãos, como lhe deixava exemplos a distincta honra do seu antecessor, cahiu em desaccordos taes, que, antes de lhe chegar sucessor, foi deposto do lugar pela *admiravel rectidão* do Exm. D. Antonio Rolim de Moura, primeiro governador e capitão-general d'aquella capitania (que depois foi conde de Azambuja, tenente-general, general da Estremadura na corte, presidente do conselho da fazenda e conselheiro do conselho de guerra em cujos postos falleceu a... de... de 1782). E ficando esperando o dito Morilhas pela sua residencia, na qual entendia sahir canonisado, como é regra geral em todos os ministros da America, antes de lhe chegar este santelmo sahiu preso, e, sequestrados os bens, foi conduzido do Cuyabá para Matto-Grosso, e d'alli para o Pará, e, finalmente, para o reino, onde mereceria o premio ou castigo, con-

---

(18) Secretaria ultramarina, liv. 1.º de cartas de Minas, 1726, á fl. 236.

(19) O Dr. ouvidor Manoel Antunes Nogueira falleceu em Abril em quinta-feira santa de 1748, em cujo dia pegou na vara de ouvidor o mestre de campo Manoel Dias da Silva, como juiz mais velho, e contra o mesmo quis fazer ouvidor ao segundo juiz o coronel Manoel Antunes Belem de Andrade uma mameluca que foi presa e ficou criminosa na devassa que tirou o mesmo ouvidor pela lei *Historia do Cuyabá, anno* 1749.

(20) O Dr. João Antonio Vaz Morilhas chegou ao Cuyabá em 1740 e tomou posse a 30 de Novembro do dito anno. Para a deposição d'este ministro houve ordem expressa de el-rei, a quem déra parte D. Antonio Rolim de Moura, que lhe havia concebido entranhavel odio. E' certo que não exercitou o lugar desde certo tempo por ordem do dito general, que falleceu em caminho, devia ser suspenso aquele ministro. Ele não foi na verdade muito limpo de mãos; porém D. Antonio foi incansavel no seu odio e vingança por causas que ainda lembram aos antigos do Cuyabá. Vide a Historia d'estas minas que tenho. (Esta nota deve ser de Ordonhes A. de E. T.)

forme os seus bons serviços. Em 1752 falleceu o mestre de campo Manoel Dias da Silva, distante da villa do Cuyabá dois dias de jornada, para cujo retiro o fez conduzir o estrondo de tantas injustiças, que via praticadas na dita villa em damno de todos. Foi casado na matriz de S. Paulo com sua prima em terceiro grão de consanguinidade duplicado (em cujo impedimento foram dispensados pelo Exm. bispo D. Fr. Antonio de Guadalupe) D. Thereza Paes da Silva, filha do capitão Bartholomeu Paes de Abreu e de sua mulher D. Leonor de Siqueira Paes, de quem fazemos menção n'este mesmo § 2º. E teve d'este matrimonio dois filhos naturaes de S. Paulo.

5—1. D. Anna Leonor, falleceu solteira.

5—2. Alexandre da Silva Corrêa, falleceu na flor dos seus annos.

4—2. Ignacio Dias da Silva (filho do brigadeiro Domingos Dias da Silva e D. Leonor de Siqueira), foi de gentil presença, docil e affavel genio, com cujas virtudes soube merecer geral estimação, não só dos parentes, mas dos estranhos. Na arte de andar a cavallo excedeu a todos os do seu tempo e ainda aos do passado, e sabia na ultima perfeição todo o manejo da cavallaria, e foi de tantas forças que com ella executava a cavallo algumas acções, em as quaes não achava quem o competisse. Na violencia da carreira se debruçava pelo lado direito ou esquerdo a levantar do chão qualquer cousa que se lhe destinava em qualquer baliza, e n'isto mesmo era a execução do brinquedo com tanta destreza e airoso garbo, que sempre conseguia os applausos dos circumstantes. (O autor continúa a fazer varias descripções a este respeito). Nas grandes e magnificas festas de escaramuças, sertilhas, canas e encontroadas, que se executaram com liberal despeza em applauso de ter cantado missa nova o Rev. Eusebio de Barros Leite (filho da matrona D. Maria Leite de Mesquita, viuva de Pedro Vaz de Barros, um dos cavalheiros mais potentados entre os seus nacionaes paulistas, e de quem fazemos larga menção em titulo de Pedrosos Barros, § 2º, e no de Mesquita) levou Ignacio Dias da Silva em todas as tres tardes sempre os premios de louvor entre os muitos e destros cavalleiros d'aquella funcção, da qual foi elle o primeiro mantenedor e guia nas escaramuças. Sempre gozou Ignacio Dias das delicias e tranquilidade da patria, sem vêr a cara á aspereza dos sertões, porque quando seu pai Domingos Dias da Silva se ausentou para as Minas-Geraes ficou elle governando a casa, em companhia de sua mãi D. Leonor de Siqueira, que na educação dos filhos mereceu os applausos da matrona a mais advertida e ajuizada. Seus pais o casaram, com aquella discreta eleição de sua nobreza, com D. Anna Maria do Amaral Gurgel, e se receberam na matriz de S. Paulo a 30 de Janeiro de 1719 (ainda vive ella em 1763), a qual era sua prima em quarto grao de consangui-

nidade, em que foram dispensados, filha do sargento-mor Bento do Amaral da Silva e de D. Escholastica de Godoy. Poucos annos se gozaram, porque na flor d'elles falleceu Ignacio Dias da Silva, com geral sentimento dos que o conheciam, deixando d'este amoroso vinculo tres filhos, para cuja educação não fez falta a vida do pai pelos cuidados de D. Anna Maria do Amaral, que rejeitou varios casamentos que se lhe propuzeram, não querendo dar padrasto a seus filhos, que foram:

5—1. Bento do Amaral da Silva.
5—2. Domingos Dias do Amaral da Silva, falleceu solteiro.
5—3. Ignacio Dias da Silva, casou nos Curraes da Bahia. Falleceu com geração.

5—1. Bento do Amaral da Silva, cidadão de S. Paulo, que, não só na imagem, mas até nas prendas, foi verdadeiro retrato de seu pai. Excedeu a todos do seu tempo na arte de andar a cavallo, obrando com airosa gentileza as mesmas destrezas, que seu defunto pai soube executar melhor que todos. Era tão destemido que passou a ser temerario, porque montava o mais manhoso cavallo sem perder o assento da sella, nem a recta positura do corpo, nem as estribeiras; e quando apeiava já o cavallo estava manso e sem os defeitos de corcovear. Foi tão destro n'esta arte, que, estando em S. Paulo D. Antonio Rolim de Moura esperando monção para embarcar para o Cuyabá, a tomar posse de governador e capitão general d'aquellas minas, e hospedado no collegio dos jesuitas, confessou que lhe causava admiração vêr um tão excellente e airoso cavalleiro, que, sem as lições das picarias da Europa, merecia o louvor que muitos, dentro da mesma corte de Lisboa, instruidos por excellentes mestres e muito peritos, não executavam o que Bento do Amaral fazia; e quando este sahia de passeio a cavallo occupava aquelle as janellas emquanto elle atravessava o pateo do dito collegio. Estando servindo de juiz ordinario de S. Paulo em 1752, que tinha sahido na eleição de Pellouro, andando de ronda com os officiaes de justiça na noite do dia 29 de Março, encontrou-se com Manoel Soares (era este um regulo facinoroso que, tendo culpas de graves delictos commetidos na comarca, havia vindo da villa de Guaratinguetá com o diabolico intento de matar ao Dr. José Luiz de Brito, que occupava o lugar de ouvidor-geral e corregedor da comarca de S. Paulo, de que, tendo avisos, o dito corregedor vivia acautelado, sem sahir á rua, e por terror panico lhe não applicava as providencias para prender-se este aggressor de mortes e outros insultos), o qual, sendo conhecido dos da ronda, em que, além dos officiais de justiça, andavam quatro soldados inferiores e varios homens, se puzeram em vergonhosa retirada no mesmo ponto em que o juiz ordinario, sem armas que a temeridade do seu valor e ardor dos annos, que só eram 33, deu um accelerado passo a lançar a mão ao criminoso, o qual tendo uma pistola debaixo do capote, lh'a disparou, penetrando-lhe o vasio, de

cujo mortal golpe cahiu morto immediatamente, ficando assim livre o delinquente, que muito a seu salvo se pôde escapar pelo desamparo em que todos os da ronda deixaram ao juiz ordinario, e desappareceu da cidade, posto que logo se teve noticia do lugar onde vivia occulto, sem que o corregedor tivesse estimulo para lhe solicitar a prisão até pagar por sentença da justiça em uma forca os seus delictos. Foi esta morte tão sentida como era estimada a vida de Bento do Amaral da Silva; porém morreu quem morreu, e a lima do tempo tudo consome, e só lamenta os estragos da ruina quem participa do golpe para chorar os effeitos d'elle, como até hoje, com viva dor, chora a viuva sua mulher o desamparo dos tenros filhos que lhe ficaram. Estava casado com D. Catharina Alvares Fidalgo, filha de José Alvares Fidalgo, cidadão de S. Paulo e natural da villa de Freixo de Espada á Cinta, e de sua mulher D. Maria Leite da Silva. Em titulo de Dias Paes. E teve seis filhos, naturaes de S. Paulo.

6 — 1. Fr. Ignacio do Amaral, carmelita calçado; e professou no convento de S. Paulo a 20 de Julho de 1760.

6 — 2. D. Anna Maria do Amaral e Silva.
6 — 3. João Leite do Amaral.
6 — 4. D. Brites Leonisa do Amaral.
6 — 5. O. Mathildes Policena do Amaral.
6 — 6. D. Maria Emilia do Amaral.

3 — 6. D. Angela de Siqueira. Foi casada com Manoel do Rego Cabral. *Em titulo de Arrudas, cap. I,* § 5º. Com sua descendencia.

3 — 7. D. Maria de Araujo. Foi casada com José de Sá e Arruda. *Em titulo de Arrudas, cap. I,* § 7º. Com sua descendencia.

3 — 8. D. Ignacia de Godoy. Foi casada na matriz de S. Paulo a 9 de Janeiro de 1695 com José de Barros Bicudo Leme, filho de Antonio Bicudo Leme e de sua mulher Luzia Machado. Falleceu o dito José de Barros em Parnahyba a 20 de Agosto de 1714. Cart. de Parnahyba n. 466, inventario de José de Barros Bicudo. *Em titulo de Bicudos,* cap. I, n. 4 — 11. E teve oito filhos.

4 — 1. Antonio Bicudo de Barros.
4 — 2. Lourenço Castanho de Barros.
4 — 3. Braz Teves Leme.
4 — 4. João de Almeida Pedroso, o ruivo.
4 — 5. Bento de Barros Bicudo.
4 — 6. D. Ignacia de Góes.
4 — 7. D. Maria de Araujo.
4 — 8. D. Escholastica Bicudo.

4 — 1. Antonio Bicudo de Barros, natural de Araçariguama, casou na matriz de Itú com D. Josepha de Arruda, filha de Pedro Dias Leite e de sua mulher D. Antonia de Arruda. *Em titulo de Botelhos,* cap. I, § 4.º, n. 2 — 9. Com sua descendencia.

4 — 2. Lourenço Castanho de Barros. Falleceu solteiro no sertão dos Curraes da Bahia.

4 — 3. Braz Teves Leme. Falleceu de tenra idade em Itú, sua patria.

4 — 4. João de Almeida Pedroso, chamado o ruivo, natural de S. Paulo, casou na matriz da Penha de Araçariguama com D. Gertrudes Ribeiro, filha de André de São Paio Botelho, natural da villa de Parnahyba, e de sua mulher D. Maria Leite da Escada, filha de Manoel Corrêa Penteado e de D. Beatriz de Barros, acima já nomeados. E teve 12 filhos.

5 — 1. Ignacio de Almeida Pedroso.
5 — 2. João de Almeida.
5 — 3. André de São Paio.
5 — 4. Joaquim de Almeida.
5 — 5. Alexandre de Almeida.
5 — 6. Pedro de Almeida.
5 — 7. D. Maria de Almeida, mulher de Manoel Francisco Bueno, filho de Francisco Bueno Luiz e de D. Maria Jorge, e natural de Parnahyba.
5 — 8. D. Isabel de Almeida.
5 — 9. D. Anna Maria, natural de Sorocaba, casou em Itú com Antonio Ribeiro da Silva, natural de Pitanguy, filho de Antonio Ribeiro da Silva, natural de Barcellos, e de sua mulher Catharina Bueno. E teve tres filhos: Manoel, Maria Josepha e Josepha Maria.
5 — 10. D. Maria...
5 — 11. D. Gertrudes...
5 — 12. D. Antonia... etc.

4 — 5. Bento de Barros Bicudo, natural da Penha de Araçariguama, casou em Itú com Maria Garcia, natural d'esta villa, filha de Antonio Garcia Borba e de sua mulher Rosa de Campos. *Em titulo de Campos,* cap. VIII, § 5º, n. 3 — 5. E tem quatro filhos que são: *José de Barros, Mario, Rosa, Ignácia.*

4 — 6. D. Ignacia de Góes, natural de Araçariguama, em cuja freguezia casou com André de São Paio Botelho estando viuvo de D. Maria Leite da Escada, já referida. E tem tres filhos.

5 — 1. José de São Paio Góes, casou com Anna de Campos, filha de Pedro Dias Ferraz e Maria Paes.
5 — 2. Bernardo de São Paio Barros, clerigo de São Pedro.
5 — 3. Elias de São Paio Castanho, que falleceu em Sorocaba em 1765.

4 — 7. D. Maria de Araujo, natural de Penha de Araçariguama, onde casou com Paschoal Leite Paes, natural de Parnahyba, já referidos em titulo de Buenos. E teve:

5 — 1. D. Maria Jorge, casou na Vuturuna com o capitão-mór Domingos Rodrigues do Prado, filho de Domingos Rodrigues do Prado. *Em titulo de Buenos, cap. VIII*, na descendencia do capitão-mór Bartholomeu Bueno da Silva, descubridor das minas dos Goyazes.

4 — 8. D. Escholastica Bicudo, natural de Araçariguama, casou com José de Arruda Sá, natural da villa de Itú, filho de de Francisco de Arruda Sá e de D. Anna de Proença. Em titulo de Botelhos, cap. II, § 1º. E teve dez filhos:

5 — 1. Francisco de Arruda.
5 — 2. José Bicudo.
5 — 3. Matheus de Arruda.
5 — 4. Antonio Bicudo.
5 — 5. Ignacio Bicudo.
5 — 6. Vito de Arruda.
5 — 7. D. Maria Bicuda, casou em Itú com Francisco Xavier Ferraz, filha de Pedro Dias Ferraz e de Maria Paes de Campos.
5 — 8. Ignacia Bicuda.
5 — 9. D. Angela.
5 —10. D. Isabel.

3 — 9. D. Theresa de Araujo (filha de Lourenço Castanho Taques e D. Maria de Araujo), foi casada com João Barbosa Pires, natural e cidadão de S. Paulo, filho de Diogo Barbosa Rego e de sua mulher Maria Rodrigues. *Em titulo de Pires*, cap. V., § 9º. Com suas ascendencias. E teve sete filhos, naturaes da cidade de S. Paulo.

4 — 1. João Barbosa Lara.
4 — 2. Diogo Barbosa Lara
4 — 3. Francisco de Almeida Taques.
4 — 4. D. Maria de Araujo.
4 — 5. D. Gertrudes de Araujo.
4 — 6. D. Leonor de Siqueira.
4 — 7. D. Angela de Siqueira.

4 — 1. João Barbosa Lara teve patente de sargento-mór. Falleceu na comarca de Villa-B'oa de Goyazes, na sua lavra mineral do sitio da Anta: foi casado primeira vez com sua prima D. Isabel Ribeira de Alvarenga. Sem geração. Segunda vez casou em S. Paulo com sua parenta D. Joanna de Toledo Canto, filha de João de Toledo e de sua segunda mulher D. Anna do Canto de Mesquita. *Em titulo de Toledos*, cap. I, segundo matrimonio. *Em titulo de Pires*, cap. VI, § 5º, n. 4 — 5. Deixou geração. E teve duas filhas:

5 — 1. D... que casou na sé de S. Paulo em 1747 com seu parente José Jacinto Flores, filho de José de Góes Cardoso e D. Maria de Almeida (d'este capitulo e§ 9º).

5 — 2. D. Rita de Toledo casou em Goyazes com Balthazar de Godoy Bueno e Gusmão, guarda-mor das minas de Villa-Boa, filho do capitão-mor Bartholomeu Bueno da Silva. E teve sete filhos, nascidos na freguezia do Senhor Bom-Jesus das Minas da Anta.

4 — 2. Diogo Barbosa Lara, está casado com...

4 — 3. Francisco de Almeida Taques, vulgarmente chamado o *gentil-homem,* casou e não deixou geração.

4 — 4. D. Maria de Araujo, casou com João Preto de Moraes, irmão inteiro de Antonio de Moraes, que foi protector e administrador por herança da capella de Nossa Senhora do O', filhos de...

4 — 5. D. Gertrudes. Falleceu solteira.

4 — 6. D. Leonor. Falleceu solteira.

4 — 7. D. Anna de Siqueira e Araujo, casou com Domingos Gomes Albernaz na sé de S. Paulo.

3 — 10. Antonio Pompeo Taques, ainda vive em 1763 no arraial e freguezia da Anta, termo de Villa-Boa de Goyazes. Foi verdadeiro herdeiro da liberalidade de seu pai Lourenço Castanho Taques, posto que praticada com contrario effeito, por que a sua total beneficencia tem servido de ruina á herança de seus filhos por se haver reduzido ao estado de pobreza, comparando-se o tempo passado ao presente. Na arte de cavallaria logrou a singularidade entre os da sua mesma idade, e basta saber-se que ainda nos avançados annos que conta (que já excedem aos de 80) não tem perdido a firmeza do assento da sella e estribos, conservando um airoso garbo, sem que a velhice lhe tenha roubado as forças para lhe destruir a compostura. Entre os irmãos foi o de mais gentil presença, a que se uniu a viveza; e com esta carta de recommendação encontrou sempre no paiz estranho as estimações de todos e amizade de seus iguaes. Estes merecimentos, com o concurso inseparavel do ser da natureza, pela qualidade do nobre sangue que em muitos costados lhe anima as veias em grao de illustre, o adoptaram para o casamento de *D. Maria das Neves,* que então era o maior nos Curraes da Bahia. Esta senhora estava viuva do primeiro marido, que por não ter filhos a deixou herdeira de um grosso cabedal, que formava o fundo d'aquelle monte, assim em dinheiro cunhado, como em moveis de ouro e copa de prata com muitas arrobas, sendo patrimonio da mesma casa quatro fazendas de gados vaccuns e bestas cavallares, cujo rendimento annual era copioso. Os irmãos d'esta senhora, que igualmente eram ricos e abundantes como a irmã, o capitão-mor *Manoel Affonso Gaia,* que foi casado na cidade da Bahia, *Miguel Gonçalves Figueira* e *João Gonçalves Figueira,* todos estabelecidos em grossas fazendas de gados e eguas, tratavam a Antonio Pompeo Taques com particular veneração e

amizade, e unidos convenceram a irmã, já então quinquagenaria, a despoza-lo, o que com efeito se verificou. Passados alguns annos falleceu D. Maria das Neves sem geração e sem testamento, e com sua morte se poz em divisão aquelle grande fundo, posto que já mais diminuido pela profusão com que elle se tratava e lustre que ostentava dentro do mesmo sertão dos Curraes da Bahia, chamado do Rio de S. Francisco.

Os curraes da Bahia, ainda que era paiz fertil, de grande opulencia, concurso de negocio e de outras muitas utilidades que possuia emulou a Antonio Pompeo Taques a deixar as grossas fazendas que possuia e retirar-se a S. Paulo, sua patria, vendendo indiscretamente as ditas fazendas fiadas. Porém passou-se d'alli a gozar do estrondoso concurso que havia attrahido a grandeza das Minas-Geraes no tempo do descubrimento da villa de Pitanguy, onde fez assento e ostentou os desperdicios do animo e do seu fidalgo tratamento. Casou sem mais conveniencia de dote que a eleição dos merecimentos, que adornavam a nobreza de D. Escholastica (filha de José Rodrigues Betimk e de sua mulher Mariana Bueno), uma das mais formosas senhoras d'aquelle tempo em a villa de Pitanguy, onde residiam seus pais. Passados annos e enfraquecidas as minas da sua primeira opulencia, recolheu-se a sua patria com suas cunhadas e mais familia. Estas extraordinarias despezas estragaram o grande cabedal que possuiu Antonio Pompeo Taques, que hoje lamenta a sua falta por não poder exercitar o seu generoso animo, sempre costumado a não contentar-se com pouco. Agora, sim, pode a diferença dos tempos e a sua já muito avançada idade contê-lo para se acommodar aos limitados rendimentos, que percebe de uma lavra que tem no arraial da Anta, onde podemos dizer que vive sepultado aquelle mesmo que algum dia foi nas Minas-Geraes, Curraes da Bahia e na cidade, côrte do Estado do Brasil, muito applaudido. Do matrimonio de Antonio Pompeo Taques ha filhos, que ignoramos pela distancia em que residem.

3 — 11. D. Maria de Lara (filha de Lourenço Castanho Taques), foi casada com *João Gonçalves Figueira* (irmão do capitão-mor Manoel Affonso Gaia, de quem fallamos no numero antecedente), natural da villa de Santos e cidadão de S. Paulo, onde, occupando os cargos da republica, foi juiz ordinario de orphãos em 17... e superintedente regente das minas de Paranapanema por provisão de Rodrigo Cesar de Menezes, governador e capitão-general de S. Paulo. *Em titulo de Arrudas*, cap. I, § 3º, n. 3 — 10. E teve filhos, naturaes de S. Paulo.

4 — 1. João Gonçalves de Almeida, que existe. Casou com sua prima D. Maria de Almeida, e foram dispensados em terceiro grao de consanguinidade. *Em titulo de Arrudas*, cap. I, já referido.

4 — 2. Lourenço Castanho Figueira, que, estando nas suas fazendas do Rio de S. Francisco, falleceu solteiro.

4 — 3. O padre Manoel Affonso Gaia, do habito de S. Pedro. Falleceu na flor dos seus annos, com igual sentimento dos que conheciam a sua capacidade, brandura, liberalidade e letras.

4 — 4. Antonio Gonçalves Lara, que, passando para as fazendas dos Curraes da Bahia, Rio de S. Francisco, alli casou com D. Maria de Lara, sua sobrinha. *Em titulo de Arrudas*, cap. I, § 1º, n. 2 — 6 e seg.

4 — 5. D. Maria das Neves, nome que lhe puzeram seus pais em memoria de outra de quem fallámos no n. 3 — 10. Casou em S. Paulo com Agostinho da Costa Nogueira, cidadão de S. Paulo, de onde passaram para o Rio de S. Francisco e existem em 1763. Sem geração.

§ 2º

2 — 2. O padre Francisco de Almeida Lara (filho do governador Lourenço Castanho Taques e D. Maria de Lara), passou á côrte de Lisboa a tomar ordens, na falta de bispo no Rio de Janeiro, que ainda n'aquelle tempo o não tinha, por ter sido o primeiro D. José de Barros de Alarcão em 1681, como se vê na secretaria do conselho ultramarino no livro das cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673, á fl. 28, na ordem de 18 de Novembro de 1681, expedida para a consignação das congruas da cathedral do Rio de Janeiro. Foi o padre Almeida doutor e protonotario apostolico por bulla do SS. Papa Clemente... com uso de habito prelaticio, e teve grão de doutor, como se vê da attestação que em 23 de Novembro de 1681 passou em S. Paulo, dos serviços que fez, o governador Fernão Dias Paes, a qual se acha no cartorio do tabellião do Rio de Janeiro, nos serviços do dito Fernão Dias, nas notas em 1703. Voltou para S. Paulo, sua patria, onde viveu com decente tratamento dos seus bens patrimoniaes. Jaz sepultado na capella-mor dos padres jesuitas, com quem teve sempre boa amizade, e a cujo collegio deixou seus moveis e livraria.

§ 3º

2 — 3. Pedro Taques de Almeida (filho do governador Lourenço Castanho Taques), cidadão de S. Paulo, onde occupou todos os cargos da republica. Pelos grandes serviços feitos á corôa, á custa sempre da sua fazenda, el-rei D. Pedro o tomou por fidalgo da sua casa, com o fôro e moradia de cavalleiro fidalgo, que era o que tinha seu bisavô Antonio Rodrigues de Almeida, como temos referido *em titulo de Proenças*. Foi capitão da fortaleza de Vera-Cruz do sitio de Itapema da praça de Santos, com 40$ de soldo por anno (almoxarifado da fazenda real de Santos, no quaderno dos filhos da folha até o anno de 1680), e passou a provedor e contador da fazenda real da capitania de S. Paulo, juiz da alfan-

dega e vedor da gente de guerra da mesma praça, com 80$ de ordenado (cartorio da provedoria da fazenda da praça de Santos). Foi capitão-mor governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo por patente régia, com 80$ de soldo, como se vê da folha secular da provedoria de Santos, dos annos 1684, 85, 86 e 87. E tendo tomado posse na camara da villa de S. Vicente, cabeça da comarca, e estando governando a capitania em que tinha succedido a Diogo Pinto do Rego, para continuar mais no dito governo houve segunda provisão, datada em 5 de Outubro de 1684. Camara de S. Paulo, livro de registros, 1675, fl. 130 v. Teve jurisdição para prover postos militares, como se lê das suas patentes; e em seu nome se passaram as provisões seguintes: uma de provedor e contador da fazenda real da capitania, passada a Gaspar Gonçalves de Araujo, e outro de ouvidor e corregedor da comarca de S. Vicente e S. Paulo a D. Simão de Toledo Piza, e outras muitas, que todas se acham registradas na comarca de S. Paulo no livro de registros, tit. 1675, de fl. 137 v. até fl. 166. Foi alcaide-mor, administrador geral das aldeas do real padroado por mercê da rainha da Grã-Bretanha a Sra. D. Catharina, infanta de Portugal, estando regente d'este reino, por carta de 13 de Setembro de 1704 (21). Foi o capitão-mor Pedro Taques um dos paulistas do maior respeito e veneração; assim o conheceu a patria até o seu fallecimento. Dos seus grandes merecimentos foi informada a magestade de el-rei D. Pedro II, que se dignou honral-o com uma carta datada em 20 de Outubro de 1698, firmada do seu real pulso, cujo theor é o mesmo que deixámos na cópia da que recebeu seu irmão Lourenço Castanho Taques no n. 2 — 1, que por isso aqui não repetimos. Da sua honra e lealdade foi tanta a confiança e conceito, que mereceu ao Sr. rei D. João V, que bastou só uma conta que lhe deu Pedro Taques de Almeida sôbre os procedimentos do desembargador João Saraiva de Carvalho, ouvidor-geral e corregedor da comarca de S. Paulo, para, sem mais outra informação, ordenar Sua Magestade se não reconhecesse o dito desembargador por ouvidor, de que para maior instrução pomos abaixo a cópia da real ordem (22).

Dando conta a Sua Magestade de que já estava muito velho, e tão cheio de achaques, que, por não poder montar a cavallo, não visitava as aldêas, e faltavam as necessarias providencias da sua presença para se conservar illeso o real serviço, foi o mesmo senhor servido mandar-lhe dizer, por carta firmada do seu real pulso, que ordenava nomeasse pessoa ou pessoas que entendesse eram capazes de lhe succeder no governo e administração geral das aldêas do seu real padroado (23). Esta incomparavel honra soube alcançar o capitão-mor Pedro Taques de Almeida pelos merecimentos do grande zelo, que tinha acreditado sempre no serviço do principe soberano em uma seguida serie de annos, consumidos todos no real serviço, sem o menor descuido que arruinasse o bem merecido

(21) Camara de S. Paulo, liv. 1.º das reaes á fl. 15 v.

(22) Cartorio da camara de S. Paulo, liv. 1.º das reaes ordens, á fl. 17 v.

(23) Secretaria do Conselho ultramarino, no livro das cartas de 1701, à fl...

conceito que soube adquirir. Por isso não se aproveitou da liberdade de eleger pessoa ou pessas para o pesado serviço de administrador das aldêas do real padroado, porque até soube cortar pelo interesse proprio, deixando de nomear a seu filho José de Góes e Moraes, que já n'este tempo tinha dado reconhecidas mostras do seu zelo em serviços do seu monarcha, quando occupara os empregos, dos quaes em seu lugar faremos menção no n. 3 — 3. Reconhecendo com larga experiencia, que as aldêas do real padroado só ficavam bem administradas tendo cada uma d'ellas superior missionario, que com jurisdição parochial lhes administrasse os sacramentos, e para algumas disposições do economico e politico governo da mesma aldea houvesse um capitão-mor, um sargento-mor e alguns capitães dos mesmos indios, ficando todos debaixo da jurisdição dos ministros de justiça, que já então havia em S. Paulo ouvidor e corregedor, que era o desembargador Antonio Luiz Peleja, que foi o primeiro que creou ouvidoria separada da do Rio de Janeiro, conservando-se na provedoria da fazenda a mesma congrua destinada em 25$ aos padres superiores para guizamento das igrejas, de vinho e hostias, que já se tinha conferido de antes por real ordem de 28 de Janeiro de 1701 (24).

Deu conta do seu arbitrio, que, achando inteiramente a real approvação, mostrou o effeito esta verdade. Para logo mandou Sua Magestade expedir as suas reaes resoluções; e ficaram as aldêas com a nova forma de administração que havia apontado a seu administrador geral. Aos RRevs. monges de S. Bento se entregou a aldea de Nossa Senhora do Monserrate do sitio dos Pinheiros, a de Maruyry aos RRevs. carmelitas calçados, a de S. Miguel aos RRevs. capuchinhos, a da Escada e a de S. João na marinha do sul aos mesmos capuchinhos; os quaes poem na aldea um religioso, que se chama superior e exercia todas as funções parochiaes, e são devassados nas visitas que fazem os seus prelados. Os capitães-mores, etc., são feitos pelos governadores, a quem estão sujeitos as mesmas aldeas; e a estes officiaes recorrem os superiores, como auxilio secular, para serem castigados os indios que não obedecem ás admoestações catholicas do seu parocho, etc.

CÓPIA DA CARTA DE EL-REI D. PEDRO II, ESCRITA AOS OFFICIAES DA CAMARA DE S. PAULO SOBRE A CONTA QUE LHE HAVIA DADO PEDRO TAQUES DE ALMEIDA A RESPEITO DO OUVIDOR-GERAL O DESEMBARGADOR JOÃO SARAIVA DE CARVALHO.

"Officiaes da camara da villa de S. Paulo. — Eu el-rei vos envio muito saudar. Havendo visto a conta que me deu Pedro Taques de Almeida sobre a incapacidade de Bento do Amaral da Silva, a quem o ouvidor-geral João Soares de Carvalho deixou em

(24) Secretaria ultramarina. Consultas, maço do anno 1701.

seu lugar, ausentando-se para o Rio de Janeiro por ser um homem criminoso; me pareceu ordenar-vos, como por esta faço, lhe não obedeçais, nem ao mesmo ouvidor-geral proprietario se tornar a entrar na correição. E porque o mesmo Pedro Taques me representou a grande perturbação que causou n'esse povo as moedas falsas que se acharam nessa capitania vos ordeno que n'este particular procedais com aquella diligencia e cuidado que pede materia tão importante. Escripta em Lisboa a 3 de Abril de 1709. — Com rubrica de Sua Magestade."

Nunca a inveja soube conter-se nos limites do soffrimento sem romper no desafogo de alguma barbara tyrania. Não tinham os inimigos do capitão-mor Pedro Taques de Almeida liberdade para lhe não concederem a distincta qualidade de sua reconhecida nobreza hereditaria de uma seguida serie de avós paternos e maternos, entre os quaes se não descobria algum que tivesse claudicado com facto de mecanismo, porque todos, sem discrepancia, tinham tido os honrosos empregos do real serviço. Para os fazer persuadir melhor disto mesmo e lhes tirar a liberdade de poderem empregar as suas malevolencias na pureza do seu nobre sangue, requereu no juizo ecclesiastico as diligencias de genere pelos costados dos seus quatro avós, e por elle se expediram cartas requisitorias, uma ao Exm. e Revm. bispo da Guarda, que então era D. Rodrigo Moura Telles, para se inquirir da pureza de sangue de Antonio de Proença, moço da camara que tinha sido do infante D. Luiz, e natural da villa de Belmonte, como temos mostrado em titulo de Proenças; outra para o Exm. e Revm. arcebispo de Lisboa sobre a pureza de Pedro Taques, natural da villa de Setubal, de que já fizemos menção no principio d'este titulo; outra para o Exm. bispo de Çamora, no reino de Castella, a velha, para o exame da pureza de D. Diogo de Lara, de que temos feito menção no titulo d'este illustre appellido, e illustre avô materno do dito capitão-mor Pedro Taques, e outra finalmente, sobre Balthazar de Moraes de Antas, fidalgo da casa real, natural da villa de Mogadouro. Depois foi julgado o dito capitão-mór por varias sentenças proferidas pelos dignos vigarios geraes e juizes das justificações de genere do bispado da cidade do Rio de Janeiro, em cuja camara episcopal, e hoje tambem na do bispado de S. Paulo, existem os autos originaes.

Foi fundador de um jazigo para si e seus herdeiros na capella da ordem terceira do Carmo da cidade de S. Paulo, em todo o pavimento da casa da via-sacra, que á custa da sua fazenda fez construir, collocando n'ella, em altar de talha, a sagrada imagem de um santo crucifixo, com o titulo do Senhor Bom Jesus da Boa-Morte. Emquanto sua vida, fazia celebrar n'este altar todas as sextas-feiras de cada semana uma missa, antes da qual se corria o véo que encobria a sagrada imagem, havendo n'este acto ductos de incenso e na missa o mesmo; e no dia 3 de Maio havia missa cantada com musica. Fundou mais no mosteiro de S. Bento da cidade de S. Paulo um altar adornado de talha, toda dourada, em que collocou uma excellente imagem da Senhora, com o titulo da

Conceição; e a 8 de Dezembro se lhe fazia a festa de missa cantada, sermão e sacramento exposto no altar-mor da mesma igreja. Alguns annos antes de fallecer Pedro Taques de Almeida fez o seu testamento, em cujas pias disposições se está conhecendo o pio e religioso animo d'este cavalheiro, e as grandes virtudes de que foi adornado. Calculando o seu cabedal (já bastantemente diminuido em mais de 30... pelo emprestimo que havia feito á razão de juro, sem mais segurança que o conceito que lhe mereceram a verdade dos devedores, os quaes, cahindo em pobreza, com ella se perderam os dinheiros que deviam), soube dispôr e deixar pios legados, que ainda hoje se executam e se executaram, de oito capellas de missas de 320 réis, a festa de 3 de Maio acima referida, e da Senhora da Conceição no mosteiro de S. Bento, com a mesma solemnidade com que em vida do fundador se praticava. (O pavimento todo d'esse altar, que é colateral ao pé do arco da capella-mor da parte da epistola, ficou pertencendo por escriptura de transacção ao fundador, para seu jazigo e dos seus legitimos descendentes, *in perpetum.*) Determina que a administração da sua terça ande sempre na sua descendencia depois da morte de seu filho José de Góes e Moraes, a quem instituiu testamenteiro, com o premio de 50$ em cada anno, com a obrigação de fazer cumprir todas as mais pensões testamentarias, de que daria conta no residuo secular da correição da cidade de S. Paulo, a cujo ministro e seu escrivão destinou premio annual pelo trabalho annual de tomarem a conta ao administrador da sua terça, e até n'esta advertencia e politica economica quiz estabelecer uma firme acção de justiça aos corregedores d'esta cidade, aos quaes servisse de estimulo, primeiro que a obrigação do seu ministerio, a lembrança do instituidor no premio que lhes destinou. Importou esta terça em 7:000$, que, postos e estabelecidos em juros, sirvam os rendimentos d'estes para a satisfação das despezas determinadas, acautelando que os residuos d'este lucro se unissem sempre ao capital, para que, quando d'elle houvesse alguma quebra, não se experimentasse diminuição no todo. Antes de dispôr o seu testamento havia o capitão-mór governador Pedro Taques, de commum accordo com sua mulher, mandado estabelecer no reino de Portugal uma missa quotidiana. *Falleceu a 4 de Agosto de 1724,* e se mandou sepultar no seu jazigo ao pé do altar do Senhor Bom-Jesus da Boa-Morte, em cuja campa estavam abertas as armas dos Taques, Proenças Laras e Moraes, em quatro quarteis dentro de um escudo na forma que lhe foram illuminadas no brasão, que tirou em Lisboa por sentença do Dr. Gonçalo da Cunha Villas-Boas, desembargador da casa da supplicação, em 5 de Julho de 1707 (25).

Pelo desembargador Antonio Luiz Peleja, ouvidor-geral e corregedor da comarca de S. Paulo, obteve sentença em 16 de Maio de 1702 o capitão-mór governador Pedro Taques, proferida pelo merecimento dos autos semelhante á sua fidalguia hereditaria de

(25) Camara de S. Paulo, livro de registros, tit. 1721, á fl. 15.

seus ascendentes; e porque n'estes autos de *puritate et nobilitate probanda* juntou os instrumentos de Balthazar de Moraes de Antas, seu bisavô, processados em a villa de Mogadouro em 1567 (fazemos delle menção em titulo de Moraes), foi elle julgado por este costado de Moraes Antas por legitimo setimo neto de Mendo Affonso de Antas, senhor donatario e alcaide-mor da villa de Vimioso, como consta dos ditos instrumentos. E dos livros genealogicos, entre os quaes tem toda a primazia a obra do conde D. Pedro, consta o mesmo que se lê nos instrumentos de Balthazar de Moraes de Antas, que veio casar em S. Paulo em 1580, como temos referido em *titulo de Moraes.* (Cartorio da ouvidoria geral de S. Paulo, maço... letra P, autos de justificação do capitão-mor Pedro Taques de Almeida em 1702.)

Casou o capitão-mor Pedro Taques de Almeida com *D. Angela de Siqueira,* que nasceu em S. Paulo e se baptizou na sua matriz no 1º de Junho de 1648, filha de Luiz Pedroso de Barros, capitão de infanteria de peças hespanholas na restauração de Pernambuco, e de sua mulher D. Leonor de Siqueira (*em titulo de Pedrosos Barros, cap. III*), a qual falleceu em S. Paulo a 9 de Outubro de 1703, e mandou sepultar na igreja dos jesuitas (26). Estava D. Angela de Siqueira, viuva de seu primeiro marido Sebastião Fernandes Corrêa, segundo provedor e contador proprietario da fazenda real da capitania de S. Vicente e S. Paulo. *Em titulo de Freitas,* § 1.º Falleceu D. Angela de Siqueira com testamento em 1728 (27). E teve do seu matrimonio varios filhos, que, por fallecerem solteiros, já d'elles não fizeram menção os pais nos seus testamentos, e só dos que se criaram, que foram oito, todos naturaes de S. Paulo.

3—1. José de Góes e Moraes.
3—2. D. Appollonia de Araujo.
3—3. D. Branca de Almeida Taques.
3—4. D. Maria de Araujo.
3—5. D. Leonor de Siqueira Paes.
3—6. D. Thereza de Araujo.
3—7. D. Catharina de Siqueira Taques.
3—8. D. Angela de Siqueira Taques.

3—1. José de Góes e Moraes, cidadão de S. Paulo onde serviu os cargos da sua republica e duas vezes de juiz ordinario. Foi creado sargento-mór da comarca de S. Paulo, com 80$ de soldo por anno, pagos no almoxarifado da fazenda real da praça de Santos por mercê de el-rei D. João V, e succedeu por fallecimento do sargento-mor Manoel Lopes de Medeiros (Cartorio da provedoria--mór da fazenda real do Estado do Brasil, livro de registros das patentes para os filhos da folha secular, e provedoria da fazenda

(26) Ouvidoria de S. Paulo, testamento de D. Leonor de Siqueira. Cartorio de orphãos, inventario letra L, maço 1.º, n. 31.

(27) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2.º de inventarios, o do capitão-mór Pedro Taques, e appenso o de D. Angela de Siqueira.

real da praça de Santos nas folhas seculares desde 1704 para diante). Passou a capitão-mor governador da capitania de S. Paulo e de S. Vicente, em cuja camara, como de cabeça de comarca, tomou posse aos... de... de 17... e por ser esta patente o melhor documento da grande honra e zelo do real serviço de José de Góes e Moraes damos a cópia d'ella no fim d'este numero. Passando a viver dos interesses que convidavam as grandezas do ouro, que extrahiam os escravos nas Minas-Geraes, n'ellas se fez tão opulento em cabedaes, que, recolhido á patria, não teve no seu tempo quem o igualasse no tratamento, porque de cavallos da melhor fama e bondade tinha muitos, e todos bons em actual cavalharice, e tão briosos que nem para beber agua sahiam para fóra sem antolhos e cabeções. Adornou a sua casa de ricos e excellentes moveis, e grande copa de prata. Teve muitos mulatos escravos, e tão claros na côr que competiam com os brancos n'este accidente, e todos bem vestidos da libré da casa o serviam, e acompanhavam de pé e de cavallo.

Discorrendo que para firme estabelecimento da sua casa era bem advertida idéia comprar ao Exm. marquez de Cascaes cincoenta leguas de costa das cem de que era senhor donatario na capitania de S. Vicente, que as possuia com todas as villas, que se achavam fundadas desde o tempo do primeiro donatario Martim Affonso de Sousa (a quem a real grandeza de el-rei D. João III havia feito doação por carta passada em Evora a 20 de Janeiro de 1535, sendo seu escrivão da puridade o bispo D. Miguel da Silva, pela qual se mostra esta liberal doação; e principiam as primeiras cincoenta e cinco leguas de treze leguas ao norte de Cabo-Frio, e acabam no rio de Curupacê; e as quarenta e cinco leguas começam do rio de S. Vicente e acabam doze leguas ao sul da ilha de Cananéa. Estas cem leguas de costas comprehendem todas as ilhas até dez leguas ao mar, com todo o sertão e terra firme que lhe ficar fazendo fundo, até onde for terras e conquistas da Magestade que fez esta doação a Martim Affonso de juro herdade para sempre), communicou este intento a seu pai o capitão-mor Pedro Taques de Almeida, a quem sempre professou uma profunda obediencia, e conseguindo a paternal approvação pôz em effeito o projectado interesse.

Por seus procuradores em Lisboa se ajustou a venda das cincoenta leguas com o marquez de Cascaes D. Luiz Alvares de Tayde Castro Noronha e Sousa, de que na primeira frota do Rio de Janeiro do anno de 1710 vieram os avisos; e, indo o dinheiro no regresso da mesma frota a tempo de celebrar-se a venda, houve quem ponderasse a el-rei D. João V a utilidade que se seguia á sua real coroa ficarem a ella encorporadas as cincoenta leguas, que o marquez vendia a José de Góes. Esta advertencia veio a reduzir todo o ajuste a nenhum effeito, porque Sua Magestade mandou dar ao marquez de Cascaes 45.000 cruzados pelas cincoenta leguas, e ficou José de Góes mallogrando um intento o mais util e honroso, que podia lucrar para augmento e estabelecimento de uma das maiores casas no Brasil. Celebrou-se a escriptura com o procura-

dor da coroa em 19 de Setembro de 1711 na nota de Manuel Baracho, tabellião em Lisboa, e n'ella repetidas vezes se faz menção de que as ditas cincoenta leguas tinha elle marquez ajustado em titulo de venda com José de Góes e Moraes (Camara de S. Paulo, livro de registros, tit. 1708 á fl. 59 v., a escriptura de venda de cincoenta leguas que fez o marquez de Cascaes á real coroa). Mallogrou-se a compra, como temos referido, e perdeu-se tambem o grande cabedal que se tinha remettido á corte para esta negociação, porque empregando-se em fazendas para por negocio se distribuirem em partidas do Rio de Janeiro, e, embarcadas todas em um navio, foi este no mar roubado do francez Pexelingue; mas este infeliz successo não arruinou o fundo dos grandes cabedaes que então possuia José de Góes, que, no desengano da pretendida compra das cincoenta leguas da capitania de S. Vicente e S. Paulo, passou a fundamentar o patrimonio de sua casa em ferteis fazendas de gados vaccuns e manadas de eguas nos campos geraes, chamados de Coritiba, para se utilisar dos seus grandes rendimentos na extracção das boiadas. Com effeito não lhe sahiu errada esta bem advertida resolução, por ter mostrado a experiencia que no Brasil são os curraes de gados e cavalgaduras o verdadeiro estabelecimento para a conservação das casas. Ficou senhor das fazendas, que se denominam e conhecem com os titulos de S. João, dos Carlos, e S. Bento.

Foi dotado de claro juizo, grande comprehensão e discrição. O conde de Assumar D. Pedro de Almeida, general de S. Paulo e Minas, lhe mandou passar em 1718 patente de guarda-mor das minas de Paranapanema, e foi o primeiro que teve as ditas minas (Secretaria de S. Paulo, na do Rio de Janeiro no registro de D. Pedro de 1718). Teve natural docilidade a que soube unir a urbanidade, sem diminuição do respeito que sempre gozou, ainda em avançados annos, porque chegou a 92, acabando a vida no de 1763, a 20 de agosto, com testamento, no qual com humildade pediu que sem pompa funeral fosse sepultado na capella da ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo, onde, irmão professo, tinha jazigo proprio, em que descansam suas cinzas, sem campa nem epitaphio que aos fieis lembre o nome d'este cavalheiro, que na patria soube conservar, com applauso e geral obsequio, todo o louvor. Foi casado em 21 de Outubro de 1714 com *D. Anna de Ribeira Leite*, filha de sua prima co-irmã D. Maria de Lara Leite (tendo precedido a dispensa de tão apertado impedimento), de quem fazemos menção no n. 3 — 1 do § 6.º d'este cap. III. E teve cinco filhos nacionaes de S. Paulo.

4—1. D. Angela Maria de Ribeira e Moraes, falleceu solteira.
4—2. D. Leonor Thereza de Ribeira Góes Moraes.
4—3. D. Maria de Lara Leite.
4—4. João Raposo da Fonseca e Moraes.
4—5. D. Escholastica Jacintha de Ribeira Góes e Moraes.

4—2. D. Leonor Thereza de Ribeira Góes e Moraes, que existe e foi casada aos... de... de 17... com Manoel Antunes Belem de Andrade, professo da ordem de Christo (irmão inteiro de Francisco Marques de Andrade e Silva, professo da ordem de Christo e proprietario do officio de secretario da universidade de Coimbra, que se conserva em seu sobrinho Miguel Carlos da Motta e Silva, doutor em leis, professo na ordem de Christo, etc., que é irmão inteiro do padre-mestre Dr. Fr... D. abbade-geral da ordem de S. Bernardo, esmoler-mór de Sua Magestade, etc., em 1783), natural de Lisboa, freguezia de...

Quando chegou a S. Paulo Manoel Antunes Belem de Andrade, desfructando os applausos que lhe conciliavam os merecimentos de seu tio o eminentissimo cardeal D. João da Motta e Silva, como primo-irmão de sua mãi D. Filippa (sei que era parente remoto), foi com muita distinção estimado do Exm. conde de Sarzedas, governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, e com este exemplo se adiantava a lisonja de todos para outros obsequios, a que fazia grande concurso a publica demonstração que se observava em o ouvidor-geral Dr. João Rodrigues Campello, em cuja companhia tinha chegado a S. Paulo, e na mesma se conservava. Sempre a dependencia foi mãi que soube gerar na officina da lisonja os primeiros applausos, emquanto a sua productiva causa ou o tempo a não diminua, ou desengano a não destroe. Realçava para o conceito as circunstancias das recommendações, que do Rio de Janeiro soube adiantar para S. Paulo o Exm. bispo D. Fr. Antonio de Guadalupe. Estes merecimentos lavraram para logo na eleição dos estranhos um perfeito genro do capitão-mor José de Góes; e tomaram as vozes tanta força que se effectuou o casamento. Foi Manoel Antunes Belem cidadão de S. Paulo, e, servindo os cargos da sua republica, foi juiz ordinario em 1738 e o segundo juiz de orphãos triennal da mesma cidade depois da lei de... de... de 173... O conde general o constituiu regente e superintendente das minas de Apiahy, com patente de sargento-mor, em que se não conservou muito tempo por abandonar a vida do mato, que não soube soffrer. Passou a coronel do regimento das ordenanças da cidade de S. Paulo por patente de D. Luiz Mascarenhas, governador e capitão-general, passada a... em cujo posto passou para as minas do Cuyabá, onde falleceu, deixando cinco filhos nacionaes de S. Paulo.

5—1. Fr. Manoel Joaquim, religioso de S. Francisco na provincia da Bahia. Existe em 1783.

5—2. Fr. Felisberto Antonio da Conceição Lara e Moraes, monge benedictino. Existe em 1783. Foi sempre estimado na sua religião em S. Paulo pelas qualidades de excellente orador, zelo em promover os interesses do seu convento e pelo respeito que todos lhe tributam. É igualmente louvado e estimado dos seculares pelos seus talentos, civilidade, libera-

lidade e grandeza de animo, e pelas bellas obras poeticas com que mimosêa aos amigos, que a isso o obrigam com rogos.

5—3. Fr. Reginaldo Octavio Ribeira e Andrade, religioso carmelita calçado da provincia do Rio de Janeiro. Existe em 1783 em Lisboa feito presidente do hospicio que tem a dita provincia n'esta cidade, e é procurador-geral d'ella, succedendo n'este cargo em Setembro do dito anno de 1783 ao padre-mestre Dr. Fr. Salvador de Santa Rosa Machado, natural de Taubaté. Leu theologia no convento de S. Paulo em 1772, e, vindo para o do Rio, n'elle existiu até vir para Lisboa em Março de 1782, e lá alcançou do pontifice o grao de doutor de *tibi quoque*, e é excellente orador, virtuoso, com uma rara habilidade para tudo, a que une uma natural graça, com que faz estimada a sua convivencia.

5—4. D. Onistalda Mathildes da Penha de França, que existe solteira. É dotada de excellentes dotes do espírito, tal como é sua mãi.

5—5. José de Góes e Moraes. Assistindo com os tios e primos-irmãos em Coimbra, formou-se em canones, e o Illm. Sr. João Pereira, em cuja casa esteve em Lisboa, o fez despachar ouvidor do Sabará, cousa que fez uma grande novidade, não só pela qualidade do lugar, mas por ser o primeiro que ia servir, cujo cargo occupou até 1775, em que por calumnias, que lhe excitou a inveja, veio preso, e foi solto e julgado innocente, restituidos os seus bens logo depois da morte d'el-rei D. José em 1777. *Casou em* 1779 *no mez de... com...*

4—3. D. Maria de Lara Leite, que existe casada com seu primo em terceiro grao de consanguinidade José de Góes e Siqueira (28), natural da villa de Itú, cidade de S. Paulo, onde serviu os cargos da sua republica. Foi juiz ordinario em 1760; foi fiscal da real casa da fundição da mesma cidade, e d'ella thesoureiro dos reaes quintos até o tempo que se aboliu a dita casa, por arbitrio do Exm. conde de Bobadella, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, a cuja capitania está sujeita a de S. Paulo desde 1749 (em 1765 foi para alli por governador e capitão-general D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, a quem succedeu em 1775 Martim Lopes Lobo de Saldanha, fazendo a sua entrada a 13 de Junho do dito anno, em que se mandou recolher para o reino a D. Luiz Mascarenhas, que a governava; e se crearam duas distinctas capitanias, uma em Matto-Grosso do Cuyabá, outra em Villa-Boa de Goyazes, cujas minas descubriram á sua custa os paulistas: Paschoal Moreira Cabral as do Cuyabá em 1719, e as dos Goyazes Bartholomeu da Silva e seu genro João Leite da Silva Ortiz em 1725. Estando José de Góes servindo de guarda-mor das terras mineraes da cidade de S. Paulo e seu termo, passou de

(28) Em titulo de Arrudas, cap. II, § 9.º, é *n'este de Taques, cap. III,* § 1.º *n.* 3 — 2. Vide Maximiano de Góes e Araujo a pag. 91.

casa mudada para o patrio leito, onde se tem estabelecido senhor de engenho de assucares. Existe em 1783 feito mestre de campo do terceiro auxiliar de... em cujo posto o promoveu o general Martim Lopes na mesma occasião em que proveu outros postos de graduação nos paulistas benemeritos, para o que levou ordem expressa e grandes recommendações de emendar a pessima conducta que a este respeito tinha praticado o seu antecessor o morgado de Matheus, que por semelhantes causas e mais por esta estava no desagrado do ministerio. E tem um filho, natural de S. Paulo.

5—1. José de Góes e Moraes. Fazendo o pai toda a diligencia para que seguisse os estudos, o seu desinquieto e vivo genio, repugnante á applicação séria das sciencias, venceu o gosto paternal. Mas mostrou o seu engenho, actividade e industria no cuidado que poz, ainda com poucos annos, em ajudar a seu pai em promover os interesses da sua casa.

4—4. João Raposo da Fonseca e Moraes, existe solteiro em minas de Matto-Grosso. Do posto de sargento-mor commandante das ordenanças de Villa-Bella, no qual se conservou bastantes annos, passou ao de capitão-mór do mesmo corpo em 1789.

4—5. D. Escholastica Jacintha de Ribeira Góes e Moraes. Casou em S. Paulo com *Francisco Pinto do Rego,* natural da praça de Santos, cidadão de S. Paulo, cavalleiro fidalgo da casa real por alvará de 16 de Fevereiro de 1750, registrado no livro 19 da matricula á fl. 224 em Lisboa. Foi coronel do regimento dos auxiliares das villas de Mogy e Jacarehy por patente de 15 de Outubro de 1737, registrada na secretaria do governo da capitania de S. Paulo, filho de *André Cursino de Mattos,* natural da villa de Cascaes (que acabou capitão de infantaria da guarnição da praça de Santos por patente de 16 de Fevereiro de 1720 de el-rei D. João V, registrada no livro 1º da vedoria da praça de Santos á fl. 93 v.), e de sua mulher *D. Anna Pinto do Rego,* natural da mesma praça, neto por parte paterna de José Monteiro de Mattos Cortez, cavalleiro fidalgo da casa real (filho de Antonio Monteiro de Mattos), que foi governador da praça de Santos, com patente de mestre de campo, passada pelos annos de 1703, e veiu render a Jorge Soares de Macedo; e de sua primeira mulher D. V... Neto pela parte materna de *Diogo Pinto do Rego,* natural da cidade de Lisboa, freguezia da Magdalena, que, militando em Portugal, serviu nas fronteiras com grande reputação até o posto de capitão de infantaria, e foi despachado por el-rei D. Pedro II com patente (em 2 de Janeiro de 1677) de capitão-mor governador da capitania de S. Paulo e S. Vicente, em cuja camara tomou posse; e de sua mulher D. Maria de Brito e Silva, natural da praça de Santos (irmã inteira de Francisco de Brito Peixoto, capitão-mor, fundador e povoador da villa da Alaguna na costa do sul, á custa dos seus grandes cabedais (Secretaria ultramarina, livro 3º das cartas, á

fl.... carta de 6 de Fevereiro de 1714), e mereceu honrosissimas cartas firmadas pelo real pulso, que são dignas de ser lidas pelas expressões que contêm, e se acham na secretaria ultramarina, por cujo conselho correram os requerimentos para os premios d'estes admiraveis serviços do mestre de campo de auxiliares da cidade de S. Paulo Diogo Pinto do Rego, e proprietario de escrivão da ouvidoria geral e correição da mesma cidade, que é irmão inteiro do coronel Francisco Pinto do Rego). Por seu avô o dito capitão--mór governador Diogo Pinto do Rego, é bisneto de Antonio Pinto do Rego, natural de Lisboa, freguezia da Magdalena (irmão inteiro de Luiz Pinto do Rego, que foi capitão dos privilegiados em Lisboa, das sete casas, almoxarife e juiz dos direitos reaes das tres casas), e de sua mulher D. Isabel do Rego, natural de Lisboa, freguezia de S. Christovão. Ter-neto de Manoel Paes da Costa, natural de Lisboa, freguezia da Magdalena, que foi capitão-mor governador no reino de Angola, e de sua mulher D. Francisca do Rego Pinto. Por sua bis-avó a dita Isabel do Rego ter-neto de Paulo Rodrigues Brandão e de sua mulher Catharina Paes, ambos de Lisboa, freguezia de S. Christovão. O capitão-mor governador Diogo Pinto do Rego tirou em Lisboa instrumento de sua qualificada nobreza pelos costados de seus avós paternos e maternos, dos quaes temos relatado os nomes, naturalidades e empregos; e se acha registrado na camara de S. Paulo em 5 de Outubro d'este anno de 1763 no livro dos registros das ordens reaes de fl. 99 v. até fl. 103 pelo escrivão João da Silva Machado. Por sua avó materna D. Maria de Brito Silva é bis-neto de Domingos de Brito Peixoto, natural da villa de Santos (irmão inteiro de Gaspar de Brito Peixoto, que fez assento na villa de Parnahyba, onde procreou familia por legitimo matrimonio de D. Maria da Silva, que foi mulher de Paschoal Leite Paes, irmão inteiro do governador das esmeraldas e seu descobridor Fernão Dias Paes e de Sebastião de Brito, que falleceu na Bahia, em casa do parente o senhor da Torre), que pelos seus grandes merecimentos e zelo do real serviço teve a honra de receber uma carta de el-rei D. Pedro, datada a 2 de Maio de 1682 (29) recommendando-lhe ajudasse a Fr. Pedro de Sousa nas diligencias e exames das minas de prata a que era mandado, acompanhando ao dito religioso á serra de Hybirassóyaba, termo da villa de Sorocaba, e de sua mulher D. Anna da Guerra, que foi irmã inteira de Pedro da Guerra Leme, que, estabelecendo-se na fazenda do Cubatão, teve tal respeito, que o seu nome não consumirá a lima do tempo; e tambem ao mesmo Guerra escreveu el-rei D. Pedro no dito anno de 1682 para ajudar ao sobredito Fr. Pedro de Sousa, como se vê no livro acima citado do conselho ultramarino. Ter-neto de *Francisco Rodrigues da Guerra*, natural da villa de Castello de Vide, cidadão de S. Paulo, e de sua mulher D. Lucrecia Leme. *Em titulo de Guerras* ou em *titulo de Lemes*, cap. I Estando a praça da Colonia em assedio pelos castelhanos em 1737 se confiou de Francisco Pinto do Rego o conduzir uma recruta de soldados e mantimentos, que executou, embarcando-se em Santos com excessi-

va despeza da sua fazenda, entregando em Santa Catharina a recruta de soldados e o mais que levava. O coronel Francisco Pinto do Rego falleceu a 15 de Março de 1775, abreviando-lhe a morte o sentimento que lhe causou a morte de sua mulher, que tinha fallecido no antecedente anno de 1774 a... do mez de Maio. Esta senhora ainda conservou até sua morte o rosto talvez o mais bello que se achava na cidade de S. Paulo, a que unia uma grande discrição e juizo.

E teve (prescindindo dos que em tenra idade falleceram) seis filhos, todos nascidos em S. Paulo.

5—1. D. Anna Esmeria, casou em S. Paulo em 1770.

5—2. José Joaquim Monteiro de Mattos, clerigo de S. Pedro.

5—3. D. Maria da Annunciação, existe solteira. Casou.

5—4. Joaquim José Pinto do Rego. Foi promovido a capitão de cavallos dos voluntarios reaes, sendo um dos quatro capitães que por ordem régia, que para isso levou Martim Lopes Lobo de Saldanha, elegeu este, e que á sua custa pôz a companhia que lhe competia; e existe assim em 1783. Casou.

5—5. D. Joaquina Euphrasia. Recolhida no recolhimento de Santa Theresa.

5—6. D. Jacintha Angelica, existe solteira. Casou com...

3—2. D. Appolonia de Araujo (filha do capitão-mor Pedro Taques de Almeida), foi casada a 12 de Fevereiro de 1695 com Martinho de Oliveira Leitão, natural da villa de Santos. *Em titulo de Oliveira Leitão.* Sem geração.

3—3. D. Branca de Almeida (idem), foi casada a 13 de Fevereiro de 1695, um dias depois do casamento de sua irmã D. Appollonia de Araujo, com Antonio Pinto Guedes, natural e cidadão de S. Paulo. *Em titulo de Pintos Guedes,* § 1.º E teve unica filha, que foi

4—1. D. Isabel Ribeira de Alvarenga, que casou duas vezes, sem geração, a primeira com Sebastião Pinheiro (*em titulo de Raposos Tavares,* cap. III); a segunda com seu primo João Barbosa Lara, de quem fazemos menção n'este cap. III § 1º, n. 3—9.

3—4. D. Maria de Araujo, que foi casada com D. Francisco Matheus Rendon, natural e cidadão de S. Paulo. *Em titulo de Rendons,* cap. I, § 1º, n. 3—5, com sua descendencia. E teve seis filhos nascidos em S. Paulo.

(29) Secretaria ultramarina, livro de cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673, fl. 30.

4—1. Pedro Taques de Almeida.
4—2. D. Francisco Taques Rendon.
4—3. D. Maria de Araujo da Ascensão.
4—4. D. Angela de Siqueira Rendon.
4—5. D. Ignacia Francisca Rendon de Araujo.
4—6. D. Custodia Paes de Araujo Rendon. (30)

4—1. Pedro Taques de Almeida, que, sendo oppositor muitos annos na universidade de Coimbra, n'ella soube estabelecer um perpetuo louvor pelo merecimento da litteratura, com que se fez estimado entre os oppositores do seu tempo. Nas ostentações de 1735 obteve honrosissimas informações dos vogaes; porém podendo mais que o merecimento proprio o respeito alheio ficou preterido, assim como muitos outros benemeritos oppositores que se seguiam depois d'elle, sendo Taques o mais antigo entre todos (O autor se estende muito nos seus elogios e nas circumstancias que houveram; a substancia do mais é o seguinte). Veio o Dr. Taques a Lisboa, fallou ao primeiro ministro de Estado o cardeal da Motta, que o recebeu benignamente e lhe deu boas esperanças. Sendo, porém, despachado outro para a cadeira que lhe pertencia por patrocinio de Fr. Gaspar Moscoso, representou esta injustiça ao dito cardeal, que, instruido da magoada queixa que lhe assistia, assegurou-lhe, que Sua Magestade lhe conferia a mercê de beca para a Bahia; que a aceitasse, beijando a mão a Sua Magestade pela mercê. Porém Pedro Taques, que já se achava com avançados annos, reflectindo bem n'esta materia, achou que era melhor o asylo de uma religião. Assim destinou o ceo, porque no mesmo dia em que Sua Eminencia lhe havia segurado a mercê da beca recebeu pelo correio uma honrosissima carta do Revm. D. abbade-geral de Tibaens, em que lhe offerecia a illustre cogula do patriarcha S. Bento. Abraçou este acaso o Dr. Taques, e por não faltar á politica foi se despedir de Sua Eminencia, que, com apparencias de sentimento, lhe quiz voltar a resolução. Immediatamente pediu para Tibaens, onde recebeu o habito, e depois de professo e ordenado logo de presbytero foi mandado residir no mosteiro de S. Bento da Saude da côrte de Lisboa. N'elle passou alguns annos como sacrificio da sua obediencia, porque a sua austera e bem religiosa vida se não acommodava com o estrondo da grandeza d'aquelles claustros. Pediu e conseguiu o Rev. Dr. Fr. Pedro da Conceição Taques a mudança para Tibaens, onde se lhe conferiu o pesado ministerio de pedagogo dos noviços. No tempo de oppositor em Coimbra foi admittido para familiar da santa inquisição de Lisboa, na qual obteve sentença para se lhe passar a carta pelos annos de 1745 ou 46. Foi creado familiar a 8 de Março de 1748. Já n'este tempo estava religioso benedictino, e se duvidou n'aquelle tribunal passar-se carta de familiar a quem já estava enclausurado, e devia ser esta a de commissario ou a de qualificador.

(30) Repete-se em Rendons esta filiação. Vide pags. 860 e 1182.

4—2. D. Francisco Taques Rendon, que, aproveitando os estudos de grammatica latina e philosophia, em S. Paulo, no mesmo tempo de seu irmão Pedro Taques de Almeida, poz em desprezo o progresso das letras por querer fazer fiel companhia a seu pai D. Francisco Matheus Rendon, que então assistia nas Minas-Geraes. Recolhido para S. Paulo, sua patria, desfructou n'ella as estimações que lhe conciliavam as qualidades não só do sangue, mas tambem as das suas prendas, entre as quaes mereceu os applausos na arte de andar a cavallo, além da bella figura que tinha. Foi destro no tirar das lanças e igualmente nas escaramuças, para cujo exercicio o convidava a naturalidade do genio, por força da qual nunca reparou em preço para deixar de possuir bons e excellentes cavallos. Trajou sempre com luzimento, acompanhado de criados escravos, mulatos claros. Nunca admittiu pratica de casamento, até que, considerando com mais reflexão nos perigos da alma no estado de solteiro, o venceram as rogativas de sua mãi, que foi de uma vida escrupulosa e penitente. Casou, com acerto da eleição, com sua prima *D. Maria de Almeida Lara,* que n'aquelle tempo era uma das senhoras que na freguezia da Penha da Araçariguama merecia os applausos de mais formosa e dotada de grandes virtudes, a que fazia para merecimento de pretendida, concurso grande e dote que seus pais lhe destinavam. Venceu-se D. Francisco, e, conseguida a dispensação do parentesco, casou com sua prima a dita *D. Maria de Almeida Lara.* Sem geração.

4—3. D. Maria de Araujo da Ascensão, que, elegendo o estado celibato, falleceu de bexigas com avançada idade de annos no de 1762.

4—4. D. Angela de Siqueira Rendon de Quevedo; foi casada com o capitão-mór regente das minas de Paranapanema Diogo de Toledo Lara; e para contrahir o matrimonio foram dispensados do impedimento de ser elle primo em segundo gráo de consanguinidade com sua sogra D. Maria de Araujo. *N'este cap. III,* § 1º, trataremos com maior relação d'este cavalheiro, que falleceu a 20 de Janeiro de 1742, sobrevivendo-lhe muitos annos sua mulher D. Angela de Siqueira, que falleceu a 24 de Setembro de 1764, segunda-feira, pelas 6 horas da tarde, dia da Senhora das Mercês, de quem era summamente devota, quasi repentinamente de um ataque do peito, que tinha tido principio tres dias antes pelos excessos que obrára na assistencia sem interrupção, que fez de dia e de noite a sua amada filha D. Maria Thereza de Araujo e Lara em uma maligna que lhe atacou fortemente, da qual veiu a fallecer tres dias depois de sua mãi, sem saber uma da outra, ainda que as suspeitas que uma e outra teve do perigo ou da morte da qual não via presente contribuiram muito para aggravar-se mais a molestia, principalmente da mãi, que ouviu soar a campainha e as vozes dos que acompanhavam o Sagrado Viatico para a filha, e esta por ler no semblante das irmãs, e mais parentes que a assistiam, a dor que, a seu pezar, queriam disfarçar. Foi esta a scena a mais compungivel que se póde considerar, e que nunca esquecerá aos

que foram d'ella testemunhas. Foi D. Angela de Siqueira tão virtuosa e tão escrupulosa em tudo o que podia prejudicar a sua pura consciencia, que passou a ser excessiva; basta dizer-se que dispendia tudo quanto tinha em esmolas, que procurava occultar com grande cuidado; e continuamente estava a mandar dizer missas pelas almas dos dizimeiros, a quem ella pagava os dizimos das suas fazendas (em S. Paulo andam por contratadores que os arrematam á fazenda real, a quem pertence por direito de padroado) por lhe ficar o escrupulo de que haveria alguma falta, sendo aliás ella tão exacta; e por isso sempre occultava isto de seu filho o Rev. Dr. Antonio de Toledo, que procurava socegar-lhe ou tirar-lhe semelhantes escrupulos. E teve cinco filhos naturaes de S. Paulo.

5—1. Antonio de Toledo Lara.
5—2. D. Maria Thereza de Araujo Lara.
5—3. D. Anna de Toledo Lara Rendon.
5—4. D. Escholastica de Toledo Rendon de Alarcão e Luna.
5—5. D. Ursula Maria das Virgens de Toledo Rendon.

5—1. Antonio de Toledo Lara, que, aproveitando o seu bello engenho e viveza de discurso, sempre com prudente recolhimento, desde o estado da infancia, soube adiantar-se nos estudos de philosophia em que tomou o grao de mestre em artes, e passou a consummar-se na sagrada theologia, em que não reconheceu superioridade de conhecimento d'ella em outro algum do seu tempo. Ordenou-se de presbytero.

5—2. D. Maria Thereza de Araujo e Lara, que falleceu a 27 de Setembro de 1764 em uma quinta-feira, ás Ave-Marias, e jaz sepultada na capella-mór da sua ordem terceira da Senhora do Carmo. Foi casada com Agostinho Delgado e Arouche, guarda-mór das minas de ouro da villa de Parnahyba, e que tem servido os cargos da republica de S. Paulo, filho de Francisco Nabo Freire, sargento-mór dos auxiliares da villa de Santo Antonio de Guaratinguetá, comarca de S. Paulo, e de D. Anna Pires de Barros. *Em titulo de Chassim,* cap. VI, § 2.º E teve onze filhos naturaes de S. Paulo, exceptuando o primeiro que falleceu de tenros annos.

6— 1. D. Anna Thereza de Araujo Rendon.
6— 2. Francisco Leandro de Toledo Rendon.
6— 3. D. Caetana Antonia.
6— 4. Diogo de Toledo Lara Ordonhes.
6— 5. D. Pulcheria Leocadia de Toledo Rendon.
6— 6. José Arouche de Toledo.
6— 7. D. Maria Rosa.
6— 8. Francisco Joaquim de Toledo Arouche.
6— 9. D. Gertrudes Genebra.
6—10. D. Joaquina.
6—11. D. Rudezinha.

6—1. D. Anna Thereza de Araujo Rendon. Nasceu a...

6—2. Francisco Leandro de Toledo Rendon, baptizado a 29 de Março de 1750. Estudou em S. Paulo grammatica latina, philosophia e theologia, e foi para Coimbra com seus dois irmãos em 1774, e formou-se em leis em 1779. Habilitou-se pelo desembargo do paço em... de 1781 e teve a... de... Foi despachado para ouvidor-geral da comarca de Parnaguá a 2 de Abril de 1783 pela consulta que fez o desembargo do paço em Novembro de 1782.

6—3. D. Caetana Antonia.

6—4. Diogo de Toledo Lara Ordonhes, cujo nome lhe puzeram seus pais em memoria de seu avô o capitão-mor Diogo de Toledo Lara, cuja saudosa memoria sempre foi e ha de ser respeitada de todos aquelles que, habitando por herança na mesma antiga casa em que elle e seus antepassados sempre viveram, devem por honra sustentar o mesmo lustre que antigamente tinha. Nasceu a 16 de Dezembro de 1752, e foi baptizado a 21 do dito mez e anno por seu tio o M. R. Conego Antonio de Toledo Lara (31).

6—5. José Arouche de Toledo, baptizou-se na sé da cidade de S. Paulo a 22 de Março de 1756. Desde os seus primeiros annos mostrou uma excellente indole, viveza de engenho e actividade em tudo que emprehendia fazer, não se embaraçando com inconvenientes de pouca entidade. Estudou com facilidade a grammatica latina, e já n'esse tempo tinha uma propensão natural para a poesia, que a cultivava com bom successo antes de vir para Coimbra, onde não lhe permittiam lembrasse mais d'ella os rigores dos estudos. Veiu para Coimbra em 1774 em companhia dos seus dois irmãos, e formou-se no anno de 1779 em leis, em cujo quinquennio foi exactissimo e assiduo no seu estudo em que fez progressos, tendo o dom de clareza nos seus argumentos, etc. Leu no desembargo do paço a... de Novembro de 1780. E conhecendo as demoras que têm os despachos, e que eram tres irmãos a gastar em Lisboa, não lhe soffrendo o seu genio estar ocioso, e sem augmentar, como elle dizia, os interesses da sua casa, embarcou para o Rio de Janeiro a 29 de Dezembro do dito anno. Chegou a S. Paulo, onde foi recebido com geral contentamento dos parentes e estranhos, e muito mais das tias, irmãos, pai e tio.

5—3. D. Anna de Toledo Lara Rendon.

5—4. D. Escholastica de Toledo Rendon.

5—5. D. Ursula Maria das Virgens de Toledo Rendon.

4—5. D. Ignacia Francisca Xavier Rendon, viveu no estado celibato que elegeu, e falleceu a... de... de 176., com bem avançados annos.

4—6. D. Custodia Paes de Araujo Rendon, que existe (em 1783). Foi casada com *Simão de Toledo e Almeida*, para o que foram dispensados por ser o contrahente sobrinho em terceiro gráo de consanguinidade de sua esposa D. Custodia, porque elle era filho de Floriano de Toledo Piza e de sua mulher D. Antonia de

(31) Livro dos baptismos da Sé de S. Paulo a fl. 6.

Medeiros Cabral, a qual é prima direita em segundo grão com D. Custodia. *Em titulo de Rendon* ou *em titulo de Toledos.* Foi Simão de Toledo e Almeida natural e cidadão de S. Paulo, onde foi creado capitão de infantaria em Outubro de 1762 para marchar de socorro (com mais tres companhias que se crearam no mesmo tempo, com o numero de duzentos soldados, todos paulistas assim como eram os seus officiaes) para as fronteiras do Rio-Pardo, da parte do norte do Rio-Grande de S. Pedro do Sul, que estavam expostas á invasão do inimigo castelhano pelas guerras que sustentava Portugal nas suas fronteiras contra o mesmo, que tinha invadido pela provincia de Traz os Montes, e já a praça da Colonia estava dominada por D. Pedro Ceballos, general de Buenos-Ayres, por força da infidelidade com que se portou o governador da mesma praça Vicente da Silva da Fonseca. Chegou ao Rio-Pardo o capitão Toledo com a sua e mais companhias, e acharam aos d'aquella fortaleza bastantemente receiosos por haverem os castelhanos em o espaço de seis dias construido uma fortaleza, em cuja bateria estavam cavalgadas seis peças de grosso calibre, e d'ella era governador D. Antonio Catani. Constava o presidio de uma companhia de tropas regulares e de dois mil indios. Ponderando-se em uma facção gloriosa ás nossas armas e de grande credito ao valor paulistano, temerariamente, mas com feliz successo, poz em pratica a idéia projectada. Entre os quatro capitães paulistas mostrava-se o mais intrépido Miguel Pedroso Leite, porque antes de occupar o posto de capitão da infantaria, em que foi creado, havia resistido aos incommodos e aspereza do dilatado sertão do reino dos barbaros indios *Cayapós* na capitania de Goyazes, debaixo do comando de João de Godoy Pinto e Silveira, capitão-mór da conquista d'esta brava nação por sucessor de Antonio Pires de Campos, coronel d'ella com quem se havia ajustado a dita conquista pelo premio de um habito de Christo, com 50$ de tença, e de propriedade o officio de escrivão da ouvidoria e correição das minas de Goyazes por ordem de 8 de Maio de 1746, expedida pelo conselho ultramarino a D. Luiz Mascarenhas, capitão-general de S. Paulo e Minas. E como experimentado sertanista o capitão Miguel Pedroso, cingindo a patrona cinta em lugar de banda, e empunhando um facão em lugar de bastão, se poz na frente dos duzentos soldados paulistas a abrir picada por uma seguida mata, até vencer a sahida no lugar da fortaleza inimiga, deixando a estrada capaz para a retirada. Assentou-se que ella fosse accommettida por assalto, de madrugada, e que o capitão Francisco Pinto Bandeira, filho natural de Francisco de Brito Peixoto, natural de S. Paulo, capitão-mór e povoador da villa da Alaguna, e seu filho Raphael Pinto Bandeira, que na guerra de 1775 e annos seguintes se fez tão celebre e bem fallado na corte, merecendo de el-rei D. José I grandes honras de foro, tenças e o posto de coronel, independente de subordinação aos governadores, etc., commandasse as companhias de cavallos, para este no mesmo ponto do assalto correr a companhia inimiga e fazer reconduzir para o Rio Pardo os gados vaccuns, bestas cavallares e muares, que com abundancia

tinham os inimigos, e que o capitão Miguel Pedroso commandasse a infantaria. Chegada a hora premeditada, com valorosa resolução, no maior silencio da madrugada, avançaram por assalto a fortaleza, sendo os primeiros que a entram o dito capitão Pedroso e o capitão João de Siqueira Barbosa, e o seu tenente Cypriano Cardoso de Barros, e tambem Bento da Gama Chassim, natural da cidade de S. Paulo, que (sem ser praça) se introduziu como soldado particular, o qual então se achava no Rio-Pardo por conta de commercio. Não esperava o inimigo esta briosa resolução dos portuguezes, que em breve tempo conseguiram destruil-lo com morte de muitos. A indiada não supportou muitas descargas dos nossos arcabuzes, vendo o estrago que elles faziam, e se poz todo aquelle apparatoso corpo em vergonhosa fugida, á qual seguiu o governador Catani, com a unica camisa com que se levantara da cama ao estrondo e echo das armas, a tempo que já na fortaleza tudo era confusão e mortandade. Aprisionaram-se varios officiaes de graduação e entre elles dois padres jesuitas, que eram artilheiros, os quaes em breves dias falleceram, posto já no Rio-Pardo, por conta de uma bala que recebêram no conflicto. N'este foi tão grande a felicidade da nossa parte que não morreu um só soldado.

Conduzidos os prisioneiros ao Rio-Pardo (que foram um mestre de campo, um tenente, um forriel e o tal jesuita artilheiro de roupeta), tambem a elle chegou com igual successo de fortuna o capitão Francisco Pinto Bandeira, com mais de cinco mil cavallos e nove mil rezes. Rendida a fortaleza, não foi pequeno o saque, que constava de muita prata e alfaias, de que se aproveitaram inteiramente os soldados dragões do terceiro do capitão Francisco Pinto Bandeira, que chegaram depois de rendida a fortaleza. D'ella se conduziram as seis peças de artilheria, todos os arcabuzes, os barris grandes de polvora e as balas, que tambem foram muitas. Chegados ao Rio-Pardo foram recebidos do commadante governador com todas as demonstrações de contentamento que o feliz successo requeria, sendo reconhecido que o instrumento da victoria fôra a resolução e temeridade do capitão Miguel Pedroso Leite (32).

Do Rio-Pardo foram mandados conduzir os prisioneiros para a praça do Rio-Grande, que então governava o coronel-governador Ignacio Eloy de Madureira, pelo capitão Simão de Toledo e Almeida, com toda a sua companhia. Chegando alli fez entrega dos prisioneiros, que depois foram mandados para o Rio de Janeiro, onde chegaram para padrão do valor de uns soldados bisonhos, sem arte nem disciplina militar, porque, apenas se formaram as companhias em S. Paulo em Outubro de 1762, logo no mesmo mez embarcaram para Santa Catharina, de onde marcharam a pé até o Rio-Pardo, e d'alli emprehenderam e conseguiram a acção referida, quiça por-

(32) Esta narração a fez depois muito prolixa e mais circumstancias pelas novas informações, *que tirou em titulo de Rendons,* pela qual emendo algumas coisas d'esta. (Nota de Ordonhes?)

que o mesmo ardor da lealdade do real serviço lhes deu toda a sciencia pratica e valor para a felicidade que conseguiram, sendo certo que para se vencer o rompimento da dilatada meta trabalharam todos os soldados como robustos escravos, e se sustentaram de mel de abelhas e de raizes de páos de digestão (como sempre costumavam os antigos paulistas), a que chamam *guaribá*, por não terem levado o necessario sustento, e não lhes ser permittido matar caça para não serem sentidos pelo écho das armas.

No mesmo ponto que o capitão Simão de Toledo de Almeida fez entrega dos prisioneiros foi mandado com sua companhia pelo governador Ignacio Eloy Madureira assistir ao coronel Thomaz Luiz Osorio, que guardava o passo da angustura de Castilhos, em cuja fortaleza se achava com o regimento dos dragões e muita infantaria, com que formava um pé de exercito de mais de novecentos soldados. Treme a mão para narrar a vileza de espirito que mostrou este grande corpo quando viu allucinado o seu governador Osorio, que, avistando o exercito inimigo e na sua frente o general D. Pedro Ceballos, sem acção da menor resistencia, fielmente lhe entregou o passo, pelo qual entrou o inimigo, acompanhado já de trezentos dragões nossos, que se passaram para o seu campo, com o triumpho de não ser preciso o menor movimento das armas para a victoria. N'este desaccordo e infeliz lance se não foi entrega occulta, como receiamos, por ser difficultosa a crença para manchar a honra de um soldado tão distincto como Thomaz Luiz Osorio; porém se os effeitos costumam acreditar as suas causas não bastará a falta de credulidade a lavar a mancha de que se não livra aquelle coronel. Ele e todos os officiaes e soldados ficaram prisioneiros, e por culpa da fraqueza do dito Osorio tambem fez companhia aos prisioneiros o capitão Simão de Toledo e Almeida, e com elle seu filho o alferes Francisco Xavier Matheus Rendon e o tenente Antonio Castanho de Moraes Antas, seu primo, sendo maior a affronta e injuria do que este destino, a com que os seus nacionaes paulistas (por arbitrio nescio) lhe accusam a frouxidão de não terem, primeiro que o inimigo entrasse, morto ao seu coronel Osorio, e se defendesse á custa de todas as vidas aquella angustura porque se assim dictasse o valor cabia no tempo que se disputasse a entrada, o serem soccorridos, e ficar em todo ou em parte destruido o inimigo, que apenas appareceu com novecentos homens de tropas regulares, e tudo o mais era apparato de um corpo de indiada, que não chega a supportar a segunda carga, que se não ponha logo em ligeira fuga, como de antes se verificou na fortaleza que renderam os paulistas, em que havia dois mil indios de guarnição. E d'esta entrada se seguiram os mais desastres, porque o governador Ignacio Eloy de Madureira foi o primeiro que se pôz em vergonhosa fugida, passando para a parte do norte logo que soube que o inimigo tinha penetrado a salvamento a angustura de Castilhos, deixando em total desamparo os povos habitadores do Rio-Grande da parte do sul, que inteiramente ficaram dominando os castelhanos, depois de terem assolado e destruido todas as

grandes manadas de eguas, cavallos, mulas, machos e gados vaccuns, de que haviam ferteis estancias fundadas pelos portuguezes vassallos de Portugal (33). O dito coronel Thomaz Luiz Osorio foi enforcado em Lisboa, e o capitão Simão de Toledo e Almeida e seu filho estiveram presos no Limoeiro, e tendo-os o conselho de guerra julgado livres e innocentes em 1768, o pai morreu ainda antes de ser julgado innocente e de sahir do Limoeiro no anno de 1766 e o filho morreu já andando solto no de 1768. E teve dois filhos naturaes de S. Paulo.

5 — 1. Francisco Xavier Matheus Rendon, que seu pai offereceu para o real serviço e foi seu alferes na expedição do Rio-Pardo, e teve o infeliz sucesso já referido.

5 — 2. D. Quiteria Rendon de Toledo. Existe casada com Francisco Feliz Corrêa de Toledo, seu parente, com quem casou em 1769.

3 — 5. D. Leonor de Siqueira Paes (filha do capitão-mór Pedro Taques de Almeida), que falleceu em 1774 no mez de... Foi casada a 17 de Setembro de 1701 com Bartholomeu Paes de Abreu, natural da ilha de S. Sebastião (irmão inteiro de João Leite da Silva Ortiz, conquistador e descobridor das minas de ouro no sertão dos barbaros indios da nação *Goyazes* em 1725. *Em titulo de Lemes*, cap. V, § 5º, n. 3 — 6 e seg.) e cidadão de S. Paulo onde serviu os honrosos cargos da republica. Em 1705 foi juiz ordinario N'esta occupação deu acreditadas provas do amor da justiça, zelo e honra d'ella, defendendo a jurisdicção real contravertida dos ministros eclesiasticos, por cuja causa supportou adversidade entre povos ignorantes d'aquelles procedimentos, porque usando-se da formidavel espada da santa igreja (não deve ser desembainhada como effeito da paixão e capricho da teima, mas sim como producto da mesma rectidão e merecido castigo da contumacia do rebelde desobediente) foi excommungado pelo Dr. André de Baruel, vigario da vara da villa de S. Paulo. Teve origem a causa no caso seguinte. Estava presidindo em acto de camara o dito juiz ordinario, quando soou o estrondo echo de um bacamarte, que junto

(33) Achava-se em Castilhos o capitão João Alves Ferreira, commandante da fortaleza de S. Miguel, por instancias d'este convocou a conselho o coronel Osorio todos os officiaes de patente que alli se achavam na fortaleza a tempo que o inimigo estava proximo do passo de Castilhos. Votando o capitão Simão de Toledo, rompeu dizendo que elle era um soldado bisonho, sem experiencia nem disciplina militar; que sahira de S. Paulo, sua patria, sem mais interesse que o real serviço, no qual se achava com seu filho alferes Rendon e o tenente Luiz Castanho Navarro de Moraes, seu primo; que se havia de acabar, com injuria rendidos dentro de uma fortaleza, abrindo-se as portas d'ella ao inimigo, se sahisse a disputar-lhe a entrada emquanto era tempo, e que havia forças para formar-se um luzido corpo de tropas; e que, morrendo na campanha elle, seu filho e seu primo com seus soldados patricios conseguiram a gloria do real serviço. Estas expressões communicou em S. Paulo o dito capitão João Alves Ferreira, que, depois de estar prisioneiro na cidade de Cordova, pôde livrar-se, retirando-se fugitivo a S. Paulo,

á cadea, para a parte do pateo do Carmo, tinha disparado um mameluco (assim chamam no Brasil e Indias de Hespanha aos filhos do homem branco com mulher *carijó*), chamado Mathias, e morto a um europeu. Acudiu promptamente o juiz ordinario com seus officiaes, e não desamparando o sitio e lugar do delicto o agressor da morte, ou porque se fiava em uma pistola que tinha armada na mão, ou porque a mesma culpa lhe prendia os passos, chegou-se a elle primeiro que todos o juiz ordinario, contra quem não permittiu Deus que pegasse fogo na escorva a arma que o facinoroso quiz disparar; e lançando-lhe as mãos ao pescoço lhe arrancou a pistola a tempo que chegaram os officiaes de justiça. No mesmo lugar se lhe lançou uma corrente de ferro, na qual, sendo conduzido para a cadêa, ao passar o preso pela porta da igreja do recolhimento de Santa Theresa, pôde agarrar-se ao ferrolho da dita porta, clamando que lhe valesse a immunidade da igreja. Observou o juiz ordinario e com elle toda a mais gente que tinha concorrido, que a corrente não sahira das mãos dos officiaes de justiça; e mandou que conduzissem o preso á cadêa. D'esta resolução tomou grande escandalo o tal vigario da vara, e para logo declarou excommungado ao juiz ordinario, que, aconselhado que elle procedia *ad ulteriora,* não cedeu aos dictames da sua paixão.

Augmentou-se o escandalo, e o Dr. Baruel soube representar o facto com tão diversas cores ao Exm. bispo D. Francisco de S. Hieronymo, segundo bispo da cidade do Rio de Janeiro, onde então se achava, que este se preoccupou inteiramente para apoiar ao vigario-geral um procedimento que a doutrina dos doutores e pratica do reino lhe não facultava. Aggravando-se-lhe mais as censuras pela constancia com que supportava os procedimentos; pretenderam que largasse a vara, procedendo-se de barrete a novo juiz porém Bartholomeu Paes de Abreu tinha sequito grande de respeito que obviava a resolução de outros, que seguiam a partido contrario, e nunca jámais largou a vara, e com ella continuou na administração da justiça. Vista esta causa em largo processo na relação do Estado do Brasil, passaram-se as cartas rogatorias a favor da parte por quem se tinha tomado o assento; porém o Dr. vigario da vara, por ordem já do seu prelado, não quiz cumprir o assento. Não havia ministro regio a quem se recorresse, na fórma das ordens régias, para o procedimento que ellas em tal caso determinam. Corria o tempo e não cedia o ecclesiastico de fulminar censuras sobre censuras, porque chegando a quaresma, e desobrigando-se do preceito o juiz censurado, apresentou a seu parocho certidão de se haver confessado e commungado na igreja dos padres jesuitas, que nunca lhe impediram o ingresso e o admittiam os sacramentos da penitencia; porém esta doutrina foi declarada pelo mesmo prelado por erronea, como proposição condemnada pelo papa Innocencio... contra o padre Dianna.

Repetia cartas escreveu do proprio pulso o Exm. bispo a Bartholomeu Paes de Abreu, e na ultima lhe declarou que emquanto não cedesse com humildade de filho obediente á santa madre igreja,

pedindo absolvição, estivesse certo que lhe não valeriam os recursos, em cujo direito fundava as esperanças de ser absolvido; dizia-lhe *per formalia*: "E empenharei a propria mitra até á Santa Sé Apostolica." Porém o juiz ordinario, aconselhado de que os procedimentos eram uma seguida serie de attentados, resolveu-se a recorrer a Sua Magestade. Ao mesmo senhor deu tambem conta o capitão-mór Pedro Taques de Almeida dos excessos praticados contra seu genro Bartholomeu Paes, e mereceu n'esta occasião a incomparavel honra de que Sua Magestade lhe mandasse escrever carta firmada de seu real pulso, avisando-o de que pelo conselho ultramarino se expediam as vias ao Rev. bispo para mandar levantar as censuras a seu genro. Este foi o juiz que serenou a tempestade. Sua Magestade dizia na sua carta ao bispo que, tomado o assento a favor da parte e passadas as cartas, devia o ecclesiastico cumpril-as, e no entanto mandar ao reino se entendesse que na relação da Bahia fôra mal tomado o assento, o que tambem podia praticar a mesma parte, e que lhe estranhava não ter mandado logo cumprir, como era obrigado. Não menos de quatro vias se expediram; e o agente em Lisboa foi tão activo, que remetteu a terceira e quarta via ao capitão-mór Pedro Taques para atalhar que o bispo puzesse em silencio a primeira e segunda, tendo vindo ao dito capitão-mór as ditas cartas em termos de se lhe poder fechar á obrêa. Foi para logo restituido o juiz ordinario á sua tranquilidade, e conseguida esta largou a vara, que passou aos que sahiram no Pellouro, que se não tinha aberto até então, sendo já passados dois anos. N'esta causa se consumiu bem cabedal, porque já tocava em pontos de honra e capricho pelos incidentes que foram occorrendo; porém valeu de muito o bom nome que estabeleceu entre naturaes e estranhos o capitão-mór Pedro Taques de Almeida no tempo que foi governador das capitanias de S. Vicente e S. Paulo.

Estavam os moradores d'aquellas capitanias desejosos de serem governados por governador positivo, e não por capitães-móres governadores subordinados á capitania do Rio de Janeiro, e representando em 4 de Março de 1698 a Sua Magestade, os fundamentos não foram por então attendidos, como se vê da real resolução de 31 de Outubro do mesmo anno (Secretaria ultramarina livro de cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673, á fl. 206). Correu o tempo e vieram a conseguir o mesmo que se lhes tinha denegado. Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (no anno de 1667 esteve governador e capitão-general do Maranhão, como se vê na secretaria ultramarina, livro das cartas e ordens, tit. 1673, á fl. 376) foi o primeiro governador e capitão-general que Sua Magestade concedeu a capitania de S. Paulo, mandando-o passar do Rio de Janeiro, onde era governador por ordem de 9 de Novembro de 1709. E por ordem de 28 de Outubro de 1712 teve o general permissão para crear duas capitanias pagas de cincoenta soldados cada uma em pessoas da primeira nobreza de S. Paulo, conforme os seus merecimentos, de que teria assento na vedoria da praça de Santos, a que seriam sujeitas as ditas companhias em qualquer occasião de

necessidade, conservando-se o mais tempo para respeito e guarda dos generaes de S. Paulo (dita secretaria, titulo 1712). E reconhecendo o dito general a qualidade da nobreza, e merecimentos adquiridos no real serviço de Bartholomeu Paes de Abreu o creou pela faculdade régia que para isso tinha, capitão de infantaria paga; e na patente se relatam as acções e serviços que o dito capitão tinha obrado á custa da sua fazenda, e riscos de vida em utilidade da real corôa.

Passados alguns annos deu Bartholomeu Paes baixa á praça de capitão, por querer a sua liberdade para intentar maior serviço para augmento da real fazenda e utilidade de sua casa. Da idéa que tinha concebido fez representação a Sua Magestade na carta seguinte:

"Senhor. — Do porto de Santos até o da Alaguna, ultima povoação da comarca d'esta cidade de S. Paulo, fazem ser cento e vinte leguas pela costa do mar, e se acham nove villas, que ha muitos annos estão povoadas, sendo entre todas a mais avultada a de Santos pelo commercio dos moradores de serra acima. Da povoação da Alaguna para a parte do sul serão sessenta leguas até o Rio-Grande todo o deserto e costa lavada, sem porto mais que o da barra do mesmo Rio-Grande, que é para sumacas e outras embarcações pequenas. Adiante da Alaguna buscam as serranias da costa o interior do sertão, e abeiram campos ás praias até o Rio-Grande, que se estendem a confinar com a cidade do Sacramento da nova Colonia, que ainda estão por povoar, e só habitadas estas terras de gentios barbaros; e será a distancia de cento e cincoenta leguas da Alaguna até a Colonia. Toda esta campanha do Rio-Grande para diante produz gados vaccuns e cavalgaduras em muita quantidade, sem mais utilidade para a real corôa de Vossa Magestade que alguma coirama fabricada na mesma Colonia; e se não póde conseguir maiores conveniencias com a sahida d'estes animaes por falta de caminho de terra, que pela costa não permitem as serranias, mattas e bahias de mar; e só terá lugar esta extracção abrindo-se caminho pelo interior do sertão, vindo-se do Rio-Grande a demandar a comarca d'esta cidade, que poderão ser cento e oitenta leguas, mais ou menos. D'esta diligencia segue-se povoarem-se as terras e augmentar-se a real fazenda no contrato dos dizimos, no dos direitos dos mesmos animaes extraidos; no das passagens dos rios que ficaram pelo sertão dentro; descubrirem-se minas de ouro ou prata, ou pedras preciosas, que todo este vão do sertão ainda em si occulta; e a experiencia nos tem mostrado com as minas de ouro dos *Cataguazes*, que, em poucos annos do seu descobrimento, se acham tão augmentadas, como já divididas em tres grandes comarcas, sem mais provimentos de gado e bestas que os que se extrahem dos curraes da Bahia, e sobretudo reduzir-se a multidão dos gentios barbaros ao gremio da igreja, e ter Vossa Magestade n'esta redução muitos milhares de novos vassallos. Acho-me com talentos e cabedaes para, com forças de um avultado corpo de armas, fazer entrada ao Rio-Grande sem a menor despeza da fazenda real,

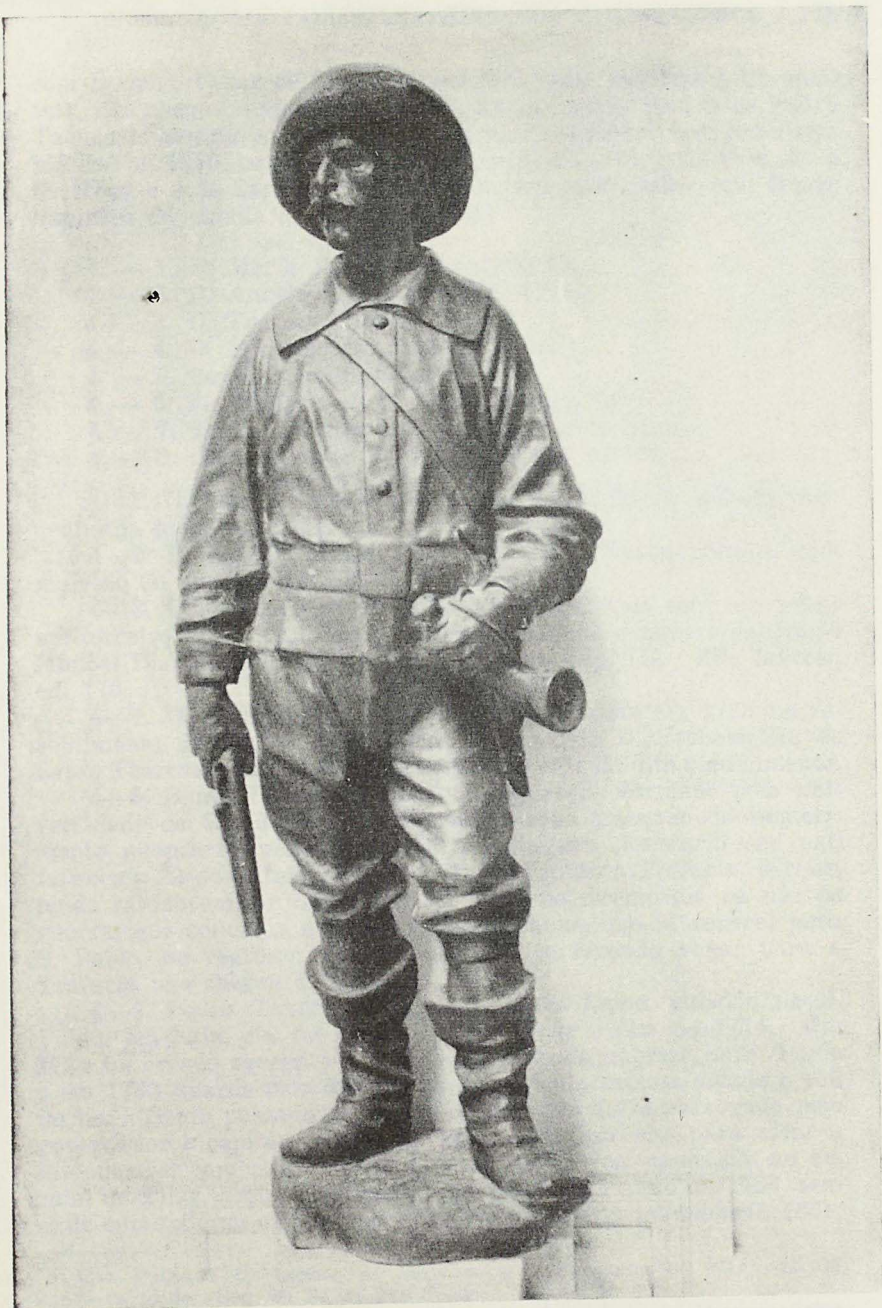
talar aquelle vasto sertão e abrir caminho pelo centro delle, demandando o rumo da comarca de S. Paulo, tendo por premio d'este particular serviço, á custa da minha fazenda e riscos de vida, as mercês seguintes: ser donatario de quarenta leguas de terra, abeirando o Rio-Grande, vinte para a parte do norte e vinte para a parte do sul, medidas por costa, com todo o sertão que se achar pertencer a Vossa Magestade, de juro herdade para sempre, com um padrão de 200$, estabelecido na passagem do Rio-Grande, sendo capitão-mór d'aquellas campanhas. Os primeiros nove annos livres de direitos os animaes que extrahir por mim ou socios meus; ser guarda-mor geral de quaesquer minas que se descubrissem nas vertentes do Rio-Grande e serras annexas, com os mesmos ordenados que se conferiu ao guarda-mor das Minas-Geraes de S. Paulo. Para poder merecer estas e as mais honras com que a grandeza de Vossa Magestade costuma engrandecer, honrar e premiar os seus vassallos, constará de meu zelo pelos papeis de serviços, que com esta offereço no conselho ultramarino, dos quaes se verifica o augmento que tenho dado á fazenda real de Vossa Magestade n'esta capitania, com muitos mil cruzados nos contratos dos dizimos; e n'esta cidade, sendo juiz ordinario no anno de 1705, me oppuz a defender a jurisdição real, contravertida pelos ministros ecclesiasticos, com muito risco da minha vida e despezas de fazenda; sustentei a causa perto de dois annos, vexado com censuras e exposto a motins entre povos ignorantes d'aquelles procedimentos, sendo o meu sempre interessado n'este, e nas mais occasiões ser vassallo zeloso do serviço de Vossa Magestade, que mandará o que for servido.

"A' real pessoa de Vossa Magestade guarde Deus, como todos os vassallos havemos mister. S. Paulo, 23 de Maio de 1720. Aos reaes pés de Vossa Magestade. — *Bartholomeu Paes de Abreu.*"

Chegou a frota ao Rio de Janeiro, e n'ella não teve o capitão Bartholomeu Paes a menor solução do seu requerimento. N'este tempo estavam já descubertas as minas de ouro de Cuyabá por Pascoal Moreira Cabral, natural de S. Paulo, que foi áquelle inculto sertão, seguindo d'este povoado pelo rio Anhamby, hoje conhecido pela nomenclatura de Tieté até ás novas minas. O conde de Assumar D. Pedro de Almeida, então governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, que se achava nas Geraes, reconhecendo que as novas minas do Cuyabá não podiam ser dilatado estabelecimento, dependendo o commercio das monções de anno a anno pela navegação dos rios, e era utilissimo conseguir-se caminho de terra, não duvidou em nome de Sua Magestade ajustar a factura do caminho de terra com Gabriel Antunes Maciel, nacional de São Paulo, com grande pratica d'aquelles sertões, conferindo-lhe por premio varias mercês, de que lhe mandou passar provisão; porém Gabriel Antunes n'esse mesmo anno de 1720 seguiu a navegação e se recolheu ao Cuyabá, deixando infructuosa a esperança do caminho ajustado á sua custa, porque para conseguil-o era necessario muito dinheiro. O capitão Bartholomeu Paes de Abreu, que sempre meditava em que fazer algum particular serviço á coroa e á utilidade publica, persuadido de que

se puzera em desprezo a sua representação, que já referimos, propôz em camara (supposta a ausencia do general em Minas-Geraes) que queria á sua custa abrir o caminho de terra para o Cuyabá, dando-lhe principio pelo morro de Hybyticatú do termo da villa de Sorocaba; e, sendo-lhe approvada a resolução se dispôz para o rompimento da campanha, para cujo serviço entrou com força de armas e bons trabalhadores, ajustando-se e taxando-se na mesma camara o salario de 4$ por mez a cada indio dos que pediu para a factura do caminho. Sahiu de S. Paulo para o sertão do Cuyabá em 1721, e, tendo chegado com picada á altura do Rio-Grande, deixando tres feitorias de plantas de milho, feijão e outros legumes, e em uma d'ellas duzentos e cincoenta bois para se sustentar a tropa, voltou a S. Paulo com a noticia de ter chegado Rodrigo Cesar de Menezes, governador e capitão-general (que tinha sido despachado em lugar de Pedro Alvares Cabral, que se havia escusado d'este governo ao tempo de fazer o pleito de homenagem pela capitania que vinha governar) da capitania de S. Paulo (Secretaria ultramarina, liv. 4º das cartas, tit. 1720 usque 1723, nas ordens de 28 de Fevereiro, 31 de Março, 1º e 10 abril, todas do anno de 1721). Trouxe o general Cesar ordem para ajustar com o capitão Bartholomeu Paes de Abreu a abertura do caminho do Rio-Grande de S. Pedro do Sul para que se tinha offerecido; e foi este serviço muito recommendado ao dito Cesar por haver haver o ministerio penetrado que este era o meio do estabelecimento das terras desde o Rio-Grande até a Colonia do Sacramento, ficando d'esta sorte segura a corôa de Portugal d'estes dominios antes que os castelhanos se estabelecessem nas mesmas terras, que até então as defendia à custa de todas as forças o capitão-mor povoador e fundador da Alaguna Francisco de Brito Peixoto (pag. 57). Porém Rodrigo Cesar, que, quando chegou a S. Paulo, achou ausente a Bartholomeu Paes no sertão do Cuyabá, teve tempo de palpar outros animos sobre a pretenção d'este, e achou disposto o orgulho de um Sebastião Fernandes do Rego, sujeito de diabolicos enredos (descubriu depois o tempo os venenosos effeitos d'este simulado vassallo, que, estando provedor da casa da fundição em 1728 por provimento do dito Cesar, teve o atreviemnto de tirar o ouro e metter chumbo nos mesmos cunhetes, que do Cuyabá tinha remetido o dito Cesar com oito arrobas de ouro de quintos, cujos caixotes os recebeu e recolheu em sua casa o dito Sebastião Fernandes, de onde foram em conducta de guarda militar, na fórma do estylo, para o Rio de Janeiro, e d'ahi para Lisboa, onde se achou a troca do chumbo miudo por ouro, de cujo attentado devassando-se foi logo preso e confiscado o dito Sebastião Fernandes do Rego, que, passados annos foi mandado recolher á côrte, de onde com a lima dos mesmos annos e astucias diabolicas, de que era dominado, teve idéa para voltar a S. Paulo na frota de 1739, com um grosso commercio de fazendas seccas, que saccou aos estrangeiros Pedagache e Blan; mas quando em Lisboa se deu no engano, e se passaram as ordens para prisão e confiscação dos bens do dito Fernandes, já este estava morto, e só teve lugar a

execução nos seus bens) para preocupar a Rodrigo Cesar, de que podia conseguir o mesmo intento sem os avultados premios que Sua Magestade, por sua real grandeza, mandava conferir ao capitão Bartholomeu Paes de Abreu. D'isto seguiu-se guardar o general silencio a este respeito, e tão somente conferir a materia com o dito capitão, lendo-lhe a sua representação e perguntando-lhe se ainda estaria do mesmo animo, e achando-lhe o mesmo ardor não fallar-lhe mais n'isto. O capitão Bartholomeu Paes de Abreu não só ficou excluido da abertura do caminho do Rio-Grande do Sul, mas tambem da do sertão do Cuyabá, a que já tinha dado principio tão adiantado; porque no anno de 1722 se ajustou a factura d'elle a Manoel Godinho, de quem era socio o dito Sebastião Fernandes do Rego e Manoel Gonçalves de Aguiar (tambem não teve effeito por occulta Providencia Divina; e Cesar, para emendar o erro da primeira eleição, de que já tinha dado conta a Sua Magestade, ajustou-o com o sargento-mór Luiz Pedroso de Barros, com a mercê de um habito de Christo, com tença effectiva de 50$ por anno, que depois se verificou em seu sobrinho o mestre de campo Manoel Dias da Silva, como referimos, pag. 21), de que se lavrou escriptura de obrigação e fiança pelo dito Godinho (Secretaria de S. Paulo, anno de 1722, e secretaria ultramarina, liv. 4º das cartas, tit. 1720 usq. 1723, nas ordens expedidas a Pedro Alvares Cabral em 1721 e a Rodrigo Cesar de Menezes em 1722). Ficaram inuteis, finalmente, as grandes despezas que tinha feito o capitão Paes. Porém assim mesmo não se aquietou o ardor do seu zelo, porque, tendo mallogrado a maior parte dos seus cabedaes, sempre consumidos no real serviço, quiz de uma vez apurar o resto. Voltou-se para a empreza do novo descubrimento e conquista do inculto sertão dos barbaros indios da nação *Goyazes*, ficando igualmente socio nas despezas, como nos futuros premios, com seu irmão João Leite da Silva Ortiz e seu primo Bartholomeu Bueno da Silva, que, á custa de uma muito avultada somma de dinheiro, trabalhos, incommodos da vida e riscos d'ella de tres annos e tres meses de conquistas, conseguiram o descubrimento das opulentas e ferteis minas de ouro, chamadas hoje de Villa-Boa de Goyazes (em que já Sua Magestade creou nova capitania por resolução de 9 de Maio de 1748, expedida aos officiaes da camara de S. Paulo, e com a mesma data a Gomes Freire de Andrade, governador e capitão-general do Rio de Janeiro; e foi o primeiro governador de Goyazes D. Marcos de Noronha, de que tomou posse em Setembro de 1749, e no seguinte teve a mercê de conde dos Arcos), de que temos succintamente tratado em titulo de Buenos, cap. II, § 2º, n. 3 — 1, Bartholomeu Bueno da Silva.

Desde 1727 em que principiou a perceber o real erario o dizimo dos quintos do ouro das ditas minas de Goyazes até o 1º de Janeiro de 1738, em que acabou a vida de enfermidade de bexigas em S. Paulo o capitão Bartholomeu Paes de Abreu (seguindo sempre na côrte o seu requerimento, por si e seus socios, para serem encartados no direito dos rios do caminho de Goyazes, de que Sua Magestade lhes tinha feito mercê por ajuste celebrado por ordem sua

Estátua de Francisco de Brito Peixoto, por Nicolau Rollo — *(Cortesia do Museu do Ipiranga)*

com Rodrigo Cesar de Menezes, por tres vidas sujeitas á lei mental), não chegou a vêr o premio dos seus serviços (seu filho Pedro Taques conseguiu pouco antes da sua morte, que por isso ficou sem effeito em 1776, como logo veremos no n. 4 — 6). Os rios são o de Mogy e o de Sapucahy. Deixou do seu matrimonio oito filhos, naturaes da cidade de S. Paulo. (34)

4 — 1. D. Maria Paes Leme da Silva.
4 — 2. D. Angela Maria Paes da Silva.
4 — 3. D. Thereza Paes da Silva.
4 — 4. D. Escholastica Paes da Silva.
4 — 5. Bento Paes da Silva.
4 — 6. Pedro Taques de Almeida Paes Leme.
4 — 7. D. Leonor Caetana de Escobar e Silva.
4 — 8. Antonio Paes da Silva Lara e Abreu.

4—1. D. Maria Paes Leme da Silva. Falleceu solteira com avançada idade em 1750.

4—2. D. Angela Maria Paes da Silva. Existe solteira com mais de 76 annos em 1783.

4—3. D.Thereza Paes da Silva, que foi casada com seu primo em terceiro grao duplicado de consanguinidade o mestre de campo Manoel Dias da Silva, n. 4 — 1, § 1º d'este cap. III. Ella falleceu em 176...

4—4. D. Escholastica Paes da Silva. Existe em 1783 no recolhimento de Santa Thereza com o nome de D. Escholastica de Santa Theresa, e tem sido muitas vezes regente do dito recolhimento.

4—5. Bento Paes da Silva, que depois de formado pela universidade de Coimbra, e estando em Lisboa tratando do requeri mento e encarteamento dos rios, de que era donatario seu pai, falleceu a 22 de Outubro de 1738 afogado junto a Trafaria, porque, tendo sahido em um barco a despedir-se no mesmo dia na náo de guerra, que conduzia a D. Luiz Mascarenhas, que ia general para S. Paulo, no regresso espertou o vento, e fazendo vogar para a Trafaria não chegou á terra.

4—6. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, cidadão de S. Paulo, em cuja pia foi baptizado no 1º de Julho de 1714. Em 1734 foi creado sargento-mór do regimento da nobreza de S. Paulo e em 1763 guarda-mór das minas de ouro da mesma cidade e seu termo. Tendo passado ás minas de Goyazes foi encarregado pelo governador e capitão-general D. Marcos de Noronha para crear a intendencia, com missão para a cobrança da real capitação no arraial do Pilar, comprehendendo o de Crixás, no anno de 1750, sem mais outro algum official que o ajudasse na dita intendencia (35).

---

(34) Falleceu D. Leonor de Siqueira a 1 de junho de 1774 com 93 annos de idade (Reg. da Sé de São Paulo). (A. de E. T.).

(35) Nomeado sargento-mor do regimento das Minas de Paranapanema e Apiahy por patente de 28 de Outubro de 1737, confirmada por outra de 25 de Fevereiro de 1739. Nomeado escrivão da camara de S. Paulo a 14 de Fevereiro de 1747. (A. de E. T.).

Nos dois annos que serviu a Sua Magestade por se abolir a real capitação n'aquellas minas em 1752 desempenhou o conceito que tinham formado do seu activo zelo, dando de augmento em dois annos acima de 20,000 oitavas, fazendo-se argumento do tempo em que de antes estava a cobrança da capitação a cargo dos juizes ordinarios e seu escrivão, o que consta melhor dos livros na provedoria e intendencia geral da Villa-Boa de Goyazes. No mesmo tempo serviu em ambos arraiaes das minas do Pilar e de Crixás de provedor commissario das fazendas dos defuntos e ausentes (36).

Casou na cidade de S. Paulo a 31 de Janeiro de 1735 com *D. Maria Euphrasia de Castro Lomba,* natural da mesma cidade, filha de Gregorio de Castro Esteves, natural da villa de Vianna do Minho, freguezia de Monserrate, capitão do regimento de cavallaria das minas de Villa-Boa, creado por D. Luiz Mascarenhas por ordem régia, e de sua mulher Catharina Velloso, natural da mesma cidade, irmã inteira do Rev. Manoel Velloso Vieira, clerigo secular; e do M. R. padre-mestre Fr. Bento da Annunciação, religioso do patriarcha S. Francisco da provincia do Rio de Janeiro. *Em titulo de Alvares Sousas.* E teve seis filhos, dos quaes falleceram tres em tenra idade, e dos mais faremos abaixo menção. Falleceu D. Maria Euphrasia a 20 de Agosto de 1757, e jaz sepultada debaixo do Arco da capella dos terceiros de S. Francisco da cidade de S. Paulo.

Casou segunda vez no Rio de Janeiro a 10 de Maio de 1761 com *D. Anna Felizarda Xavier da Silva,* que falleceu sem geração em S. Paulo a 25 de Dezembro de 1762, e jaz na capella-mor da igreja do convento do Carmo da dita cidade (37).

Os tres filhos que lhe ficaram do primeiro matrimonio foram:

5—1. Fr. Joaquim Antonio Taques, baptizado em S. Paulo a 5 de Setembro de 1747. Tomou o habito de carmelita calçado a 4 de Dezembro de 1762 no convento de S. Paulo. Tinha tantos talentos, que foi eleito mestre de philosophia ainda em corista e a leu em S. Paulo, e falleceu no Rio de Janeiro, já presbytero, com grande sentimento dos seus religiosos, que n'elle esperavam um grande credito á religião.

5—2. Balduino Abagaro Taques de Moraes, nasceu em Villa-Boa de Goyazes, em cuja matriz foi baptizado a 27 de Outubro de 1749. Falleceu em S. Paulo em 1773. Foi bem instruido nas bellas-letras e estudou philosophia no curso que leu seu irmão.

---

(36) Cargos occupados por Pedro Taques em Goyaz: Escrivão Fiscal da Intendencia Commissario do Pilar, a 30 de Janeiro de 1750; Escrivão da Guarda Moria de Crixás, Pilar, Guarinos e Papuan a 9 de Fevereiro de 1752; Tabellião no Pilar a 16 de Junho de 1752; escrivão da guardamoria de Pilar e Papuan a 25 de Julho de 1752 e de Outubro de 1753 (1.º livro de previsões da Capitania de Goyaz que serviu de 1729 a 1757). (A. de E. T.).

(37) Falleceu esta senhora de parto e era filha de André Francisco Xavier de Siqueira, escrivão da Real Fazenda no Rio de Janeiro e D. Rosa Maria de Jesus. Nascera em Ouro Preto, freguezia de N. S. do Rosário (A. de E. T.).

5—3. D. Emilia Flavia da Conceição Taques de Moraes, nasceu no arraial das minas do Pilar da comarca de Villa-Boa a 8 de Dezembro de 1750. Existe em 1783. Falleceu solteira em S. Paulo em 1791 (38).

3—6. D. Thereza de Araujo (filha do capitão-mór governador Pedro Taques de Almeida). Foi senhora de grande juizo, respeito e formosura. Falleceu solteira com 72 annos de idade, de enfermidade de bexigas no ano de 1762.

3—7. D. Catharina de Siqueira Taques, falleceu solteira em 1745.

3—8. D. Angela de Siqueira, falleceu em 177...

2—4. Thomé de Lara de Almeida (filho do governador Lourenço Castanho Taques) cidadão de S. Paulo. Passados alguns annos deixou os lares patrios, e fez estabelecimento na villa de Sorocaba, da qual foi capitão-mor, e loco-tenente do donatario da capitania de Itanhaem da Conceição e conde da ilha do Principe.

El-rei D. Pedro o honrou com uma carta firmada do seu real pulso, datada a 20 de Outubro de 1638, que contém as mesmas expressões da que receberam seus irmãos Pedro Taques de Almeida e Lourenço Castanho Taques, cuja cópia vai n'este capitulo § 1.º Teve sempre um grande respeito igual aos merecimentos da sua distincta honra e louvaveis procedimentos. A' sua casa foi abundante com grande tratamento. Praticou liberalmente a virtude da caridade com a pobreza de Sorocaba. Fugiu sempre, e conseguiu não ser occupado nos cargos da republica. Deveu grande veneração aos generaes Arthur de Sá e Menezes, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho e D. Braz Balthazar da Silveira, que a todos hospedou com muita profusão quando passaram áquella villa attrahidos das dependencias do real serviço. O mesmo praticou com os ministros que passaram á dita villa em correição.

Casou duas vezes: a primeira em S. Paulo com D. Maria de Almeida Pimentel, onde foi baptizada a 4 de Outubro de 1648, filha unica do capitão Antonio de Almeida Pimentel, e de sua mulher D. Lucrecia Pedrosa de Barros. *Em titulo de Pedrosos Barros* cap. 8.º. A segunda vez casou com D. Maria de Campos, de quem fazemos menção *em titulo de Campos.*

---

(38) Do seu primeiro matrimonio teve Pedro Taques seis filhos como em seu testamento declara. Em 1757 viviam ainda uma filha, Anna, então na primeira infancia e um menor, Pedro, que falleceu a 25 de Dezembro de 1761 com sete annos. Falleceu Balduino Abagaro em S. Paulo a 30 de Março de 1773.

Casou-se Pedro Taques pela terceira vez, em S. Paulo com D. Ignacia Maria da Assumpção e Silva em 1769, a 6 de Julho. Era D. Ignacia filha de Vicente Ferreira de Jesus e Appolonia Maria Vieira e nascera em 1750. Deste matrimonio deixou quatro filhas: Catharina Angelica, Leonor, Rita Maria e Mathilde Aurelia. (A. de E. T.).

Do primeiro matrimonio teve onze filhos naturaes da villa de Sorocaba:

3— 1. Fernando Paes de Barros.
3— 2. Antonio de Almeida Lara.
3— 3. José Pompeo Ordonho.
3— 4. D. Lucrecia Pedrosa de Barros.
3— 5. D. Maria de Almeida Lara.
3— 8. D. Ignacia de Almeida.
3— 7. D. Branca de Almeida.
3— 8. D. Francisca de Almeida.
3— 9. D. Ignacia de Almeida.
3—10. D. Luzia Leme.
3—11. D. Maria de Almeida Lara Pimentel.

E do segundo matrimonio teve mais cinco:

3—12. Lourenço Castanho de Campos.
3—13. Francisco Cardoso de Almeida Campos.
3—14. Thomé de Lara Campos.
3—15. D. Gertrudes de Campos.
3—16. D. Maria de Campos.

3— 1. Fernando Paes de Barros foi casado com Joanna Garcia, filha de André Domingues Vidigal, e de sua mulher Anna Barbosa, natural da villa de Sorocaba. E teve tres filhos:

4 — 1. João Paes de Barros, existe solteiro em 1772 em Sorocaba.
4 — 2. Hieronimo Paes de Barros, foi para Viamão, onde casou.
4 — 3. Thomé de Almeida Paes, existe na villa da Faxina. Casou em Sorocaba com Bernarda Raposo da Silveira sua parenta; filha de Estevão Raposo da Silveira, e de sua mulher D. Thomazia de Almeida, *vide n. 3—11 annexo 4—8.*

3—2. Antonio de Almeida Lara, que com mulher e filhos passou a morar á Goyazes, casado com D. Custodia Paes, filha de José Rodrigues Betim, e de sua mulher Marianna Bueno, em que fallámos já no § 1º d'este capitulo no n. 3—10, no segundo casamento de Antonio Pompêo Taques. E teve oito filhos:

4 — 1. José Betim.
4 — 2. Thomé de Lara.
4 — 3. Bento de Lara.
4 — 4. Luiz de Almeida.
4 — 5. D. Maria de Almeida.
4 — 6. D. Anna Maria.
4 — 7. D. Luzia de Almeida.
4 — 8. D. Gertrudes de Lara.

3—3. José Pompêo Ordonho, foi casado com D. Roza de S. Paio, filha de André de S. Paio de Arruda, e de sua mulher D. Anna de Quadros. *Em titulo de Arrudas* cap. 3º § 6º com sua descendencia.

3—4. D. Lucrecia Pedrosa de Barros, foi casada com Fernando Dias Falcão, natural da villa de Parnahyba. Este paulista com os honrosos estimulos do sangue que lhe animava as veias soube desempenhar as obrigações da sua nobre qualidade. Fez-se muito distincto nas occasiões do real serviço, em que foi empregado até fallecer. Na villa de Sorocaba foi capitão da infantaria das ordenanças tres annos, e passou a sargento-mor do mesmo regimento por nomeação dos officiaes da camara onde tinha servido de juiz ordinário e de orphãos varias vezes. Depois passou a capitão-mor da dita villa, em que soube dar acreditadas mostras da sua grande capacidade nos nove annos que occupou o pesado cargo de capitão-mor, conseguindo um geral louvor pelos affectos de prudencia e affabilidade de que foi dotado. No fim d'ellas se ausentou para as Minas Geraes, donde foi mandado por D. Braz Balthazar da Silveira, governador e capitão-general de S. Paulo, a crear a villa de Pitangui, cujo arraial se fornecia de criminosos, turbulentos e regulos. Fernando Dias Falcão com o grande respeito, e muita bondade que tinha, convenceu com maximas prudentes, pôr em socego e quietação os sediciosos animos d'aquelles moradores. Levantou-se pelourinho, e creou-se a villa, da qual elle foi o primeiro juiz ordinario e de orphãos, e provedor da fazenda real, e dos defuntos e ausentes, que tudo executou com os seus costumados acertos. Tudo se vê melhor na sua patente de capitão-mor regente datada em 27 de Março de 1724, registrada no liv. 1º de registro geral á fl. 145 da secretaria de S. Paulo.

Recolhido para desfrutar em companhia de sua esposa e filhos dos seus cabedaes e ferteis fazendas de lavoura, que fazia cultivar por numerosa escravatura na villa de Sorocaba, foi para o sertão do Cuyabá, cujas minas havia descuberto o coronel Paschoal Moreira Cabral, natural de S. Paulo, pelos annos de 1720 (39). Os povos, que já se achavam n'ellas, sem forma alguma de governo civil, ou militar, reconhecendo os venenosos effeitos que costumam produzir a falta de disciplina economica, todos a uma voz o elegeram para cabo maior d'aquellas novas minas por termo feito em 6 de Janeiro de 1721. Recolheu-se para S. Paulo em 1723 assim que ao Cuyabá chegou a noticia de que já havia governador e capitão-general na pessoa de Rodrigo Cesar de Menezes. Trouxe o primeiro ouro dos reaes quintos, que foi o numero de novecentos e quarenta e duas oitavas e meia, que o mesmo Falcão tinha cobrado. Foi recebido do general Cesar com os applausos, que adquiriam os seus grandes merecimentos, e que sabia o dito Cesar praticar com as pessoas benemeritas. O coronel Sebastião da Rocha Pitta no seu livro *America Portugueza* pag. 643 faz menção honrosa dos merecimentos do capitão-mor Fernando Dias Falcão.

---

(39) O descobrimento foi em 1719.

Como el-rei D. João V havia concedido ao general Cesar a mercê de nomear e conceder em seu real nome (até doze pessoas) um habito de Christo com 50$ de tença effectiva, pagos no almoxarifado da provedoria da fazenda da mesma capitania de S. Paulo, foi Fernando Dias Falcão um dos dignos d'esta honra, que elle a não viu verificada, porque, sendo necessario tratar-se dos alvarás pela mesa da consciencia e ordens em Lisboa, cuidou mais em conseguir as forças e os cabedaes no real serviço do que em adiantar a sua casa, e pôr corrente a mercê do habito. A rogos do mesmo general Cesar voltou Fernando Dias para as minas do Cuyabá com patente de capitão-mor regente d'ellas datada em S. Paulo a 27 de Março de 1724 (retro). Correndo os annos, quando foi no de 1726 passou para o Cuyabá o mesmo Cesar, e chegando em fins do dito anno logo occupou a Fernando Dias Falcão em provedor da fazenda real e quintos por provisão datada no Cuyabá a 5 de Dezembro de 1726, registrada no liv. 2º de registro geral á fl. 103, e tomou posse e juramento a 6 do dito mez. D'esta patente de capitão-mor regente do Cuyabá, e da provisão de provedor da fazenda real e quintos se conhece e consta tudo quanto referimos dos merecimentos de Fernando Dias Falcão.

Foi este, como já dissemos, natural da villa de Parnahyba e filho de *Antonio de Almeida Cabral,* natural de S. Paulo (que falleceu na Parnahyba, em 1669), e de sua mulher *D. Maria da Silva Falcão,* natural de S. Paulo (que falleceu na Parnahyba com testamento a 6 de Outubro de 1674) (40). Neto por parte paterna de Luiz Leme, e de sua mulher Anna Cabral (41), e bis-neto de Antão de Leme (em *titulo de Lemes* cap. II § 5.º) : e pela materna foi neto de Francisco da Fonseca Falcão, natural da freguezia de Nossa Senhora das Neves, termo da cidade de Ponte Delgada da ilha de S. Miguel; e de sua Mulher D. Maria da Silva, com quem casou no 1º de Maio de 1634 na matriz de S. Paulo. Este dito Francisco da Fonseca Falcão foi filho de Antonio Lopes da Fonseca, e de sua mulher Maria Alves; e foi professo na ordem de Christo, e capitão-mor governador e alcaide-mor da capitania de S. Vicente e S. Paulo (42) (Vide isto muito melhor em titulo de Proenças Abreus cap. III). E sua mulher *D. Maria da Silva* foi filha de *Pedro da Silva,* e de sua mulher *Luzia Sardinha,* a qual foi filha do afamado paulista *Affonso Sardinha,* primeiro descobridor das minas de ouro em todo o Estado do Brasil em S. Paulo nas serras de Iaguamimbaba, que agora se chama Mantaguyra; na de Jaraguá, termo de S. Paulo; na de Vuturuna, termo da villa de Parnahyba; e na de Hybiraçoyaba, termo de Sorocaba. Este Affonso Sardinha, terceiro avô de Fernando Dias Falcão, fez muitos serviços á sua custa á real coroa, não só com os descobrimentos de minas de ouro já no

(40) Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 208.

(41) Livro dos baptizados da Sé de S. Paulo em 29 de Março de 1643, que se baptizou Antonio de Almeida Cabral.

(42) Camara de S. Paulo livro de registro n. 2.º capa de couro de veado titulo 1642 pag 39 v.

anno de 1590, mas tambem quando foi capitão da gente de S. Paulo para reger e governar, de que teve patente datada em 29 de Abril de 1592 por Jorge Corrêa, moço da camara, capitão-mor governador, e ouvidor da capitania de S. Vicente e S. Paulo em qual se vê os muitos e grandes serviços que havia feito a Sua Magestade (camara de S. Paulo liv. de registro tit. 1583 pag. 26 v.). Este Affonso Sardinha fez fabricar dois egenhos de ferro, em que se fundia excellentemente ferro, e com muita abundancia. dos quaes ainda no presente tempo existe no serro de Hybiraçoyaba uma muito grande bigorna, que a todos accusa e recorda a certeza d'aquella fabrica (falleceu no tempo do morgado de Matheus, e continuou por pouco tempo). Em 1606 era provedor e administrador d'estas minas Diogo de Quadros por ordem regia, como se vê na camara de S. Paulo no caderno de vereações tit. 1606 pag. 18.

N'esta mesma serra de minas de ferro descobriu Affonso Sardinha as de ouro e prata; de sorte que, tendo d'isto inteira informação D. Francisco de Sousa, governador e capitão-general do Estado do Brasil, passou em 1599 da cidade da Bahia por ordem regia para a villa de S. Paulo, onde constituiu capitão a Diogo Gonçalves Laço em Julho de 1601; e n'esta provisão se declara que o descobridor fora Affonso Sardinho (camara de S. Paulo tit. 1600 pag. 36). Porém muito tempo antes havia o mesmo general provido ao dito Laço em capitão das minas de ouro e prata com 500 cruzados de soldo por provisão do 1.º de Outubro de 1599, como se vê na dita camara, e dito caderno tit. 1598 pag. 46. E já em 1602 era fallecido o dito capitão Laço, e os 200$ do seu ordenado conferiu o mesmo D. Francisco de Sousa ao neto do dito Laço, que tambem se chamava Diogo Gonçalves Laço, por provisão datada em S. Paulo a 8 de Maio de 1602. (Camara caderno tit. 1600 pag. 44).

Affonso Sardinha contentou-se se com a gloria do real serviço, fazendo os descobrimentos dos tres metaes, ouro, prata e ferro, tudo á sua custa. Até os engenhos para se fundir o ferro entregou a Sua Magestade. Porém correndo os annos houveram mais engenhos; porque os de el-rei administrava Diogo de Quadros como provedor. E em 1609 ainda existia o dito Quadros com esta administração, como se vê na camara de S. Paulo no caderno de vereações do anno de 1607 pag. 23 e 23 1., d'onde consta que os ditos engenhos foram de Affonso Sardinha, que os dera a Sua Magestade por lhe fazer este serviço etc. Em 1629 falleceu em S. Paulo Francisco Lopes Pinto, cavalleiro fidalgo da casa real, professo na ordem de Christo; e no seu testamento declarou que era senhor de um engenho de ferro, cuja metade vendera por preço de tres mil cruzados a D. Antonio de Sousa, filho de D. Francisco de Sousa, governador e capitão-general que fora do Estado do Brasil (43). Porém ao presente tempo não existe mais certeza, que a do sitio onde as pedras de ferro são em grande

(43) Cartorio de orphãos de S. Paulo, inventarios, letra F.

abundancia. E por falta de quem anime o corpo da pobre capitania de S. Paulo (que foi a que deu tantas minas de ouro, e pedras preciosas á real coroa pelos seus nacionaes paulistas, que ainda continuam nos mesmos descobrimentos ao presente) estão muitos haveres debaixo da terra, podendo existir patentes para augmento do real erario, etc.

Teve o capitão-mór Fernando Dias Falcão dez filhos naturaes todos da villa de Sorocaba:

4— 1. Antonio de Almeida Falcão.
4— 2. Francisco de Almeida Falcão.
4— 3. Thomé de Lara Falcão.
4— 4. José Paes Falcão.
4— 5. D. Thomazia de Almeida.
4— 6. D. Gertrudes de Almeida.
4— 7. Pedro Taques de Almeida. Falleceu solteiro no Cuyabá.
4— 8. Antonio.
4— 9. Raymundo.
4—10. Fernando.

4—1. Antonio de Almeida Falcão soube imitar o mesmo ardor de espirito de seu pai, acompanhando-o nas conquistas dos barbaros indios, fazendo muitas entradas ao sertão do Rio-Grande, e Pardo para a parte que confina com a provincia do Paraguay de Hespanha. Serviu na patria os honrosos cargos da sua republica; e passando ás minas de Cuyabá penetrou aquelles sertões em serviços da real coroa, com intento de novos descobrimentos de minas de ouro á sua custa. Com esta disciplina se fez bastantemente experimentado na agreste vida que soffreu os sertanistas. Teve patente de mestre de campo, em cujo posto foi creado por Rodrigo Cesal de Menezes general da capitania de S. Paulo e Minas em 1726, pelos grandes merecimentos que n'este reconheceu. Em 1726, procedendo-se na cobrança dos reaes quintos pelo provedor da fazenda Jacintho Barbosa Lopes se ausentaram fugitivos do Cuyabá o capitão Bento Gomes de Oliveira com vinte e tantos escravos com seis homens brancos da sua comitiva, tomando o sertão dos Morros, distante d'alli mais de sessenta leguas, Para cobrança e segurança dos reaes quintos se valeu o provedor do capitão-mor regente Fernando Dias Falcão, que reconhecendo as circunstancias honrosas e perigosas d'esta facção, nomeou para ella a seu filho Antonio de Almeida Falcão, que escoltado de 12 soldados e de seus proprios escravos, tudo á sua custa, e acompanhado do capitão Salvador Martins Bonilha com 6 escravos seus armados, se pôz em seguimento dos transgressores, que foram finalmente presos, estando já muito entranhados por aquelles incultos sertões, e foram conduzidos á cadea d'aquelles minas.

Estando já bem avançado em annos, gozando da doce companhia de sua esposa e dos abundantes fructos que annualmente recolhia da sua fazenda de Sorocaba, foi inquietado para ainda

empregar o resto dos annos no real serviço em 1753. Era preciso que os paulistas descobrissem navegação, que fosse dar ao sertão que medea entre o Rio-Grande e a villa do Carumatim da cidade do Paraguay, nas Indias de Hespanha, para que os marcos, que se haviam de conduzir para serem assentados no lugar chamado as *Sete Quédas* do mesmo Rio-Grande pudessem vir ao dito lugar. Para esta expedição havia Gomes Freire de Andrada, mestre de campo general, e commissario plenipotenciario da coroa fidelissima de Portugal (tendo por seu conferente para a divisão da America Meridional o marquez de Valdelirios) nomeado por cabo de uma partida ao sargento-mor José Custodio, que, sahindo das campanhas do Jacuhy, tinha chegado a salvamento á villa de Corumatim, e não podia penetrar o sertão, que lhe fazia frente, e se devia atravessar para seguir-se a navegação de alguns dos rios, que sepultam as suas aguas no Grande. Consistia toda a difficuldade na certeza de ser o dito sertão habitado de indios barbaros, entre os quaes eram os mais temidos por mais valorosos os da nação *Montezes*, de cujos assaltos estavam os castelhanos bem castigados; e se temia que o mesmo estrago experimentassem as armas dos nossos soldados, sem disciplina para pelejarem com semelhante inimigo. Mandou Gomes Freire recommendar esta expedição ao respeito do Exm. bispo D. Fr. Antonio da Madre de Deus Galvão quanto para vencer os animos dos paulistas, que se descobrissem com pratico conhecimento de taes sertões; e para tambem formar o troço dos soldados paulistas para esta empreza ordenou ao coronel Ignacio Eloy de Madureira, que tambem era governador da praça de Santos, passasse a S. Paulo a tratar d'esta importantissima recruta, sem a qual ficava frustrada a passagem dos Maraes desde a cidade do Paraguay até o lugar das Sete Quedas no Rio-Grande.

Foi lembrado com igual informação de todos o mestre de campo Antonio de Almeida Falcão para desempenho d'esta facção, e sendo convidado por carta do real serviço promptamente veio a S. Paulo, onde o governador Eloy e o bispo souberam representar-lhe o muito que obrava em serviço de Sua Magestade aceitando o commando da expedição. Não reparou elle nem nas indispensaveis despezas a que sem remedio o encaminhava esta empreza, nem nos muitos annos de idade, que já contava setenta e cinco, que devia ser o maior obstaculo para se eximir do convite; porém reconhecendo a necessidade que havia de paulistas, com pratica de sertões, e de semelhantes guerras, se entregou ao sacrificio. Deu-se-lhe para adjunto a João Raposo da Fonseca Leme, tão cheio de honra, como de nobreza pelo sangue, que em diversos costados lhe animava as vêas com estimulos para o desempenho do real serviço, á imitação dos seus avós, que tanto se distinguiram na America pelos augmentos da real coroa. Com a presteza possivel se formou o corpo de oitenta soldados de escopetas, que entregues ao cabo principal da expedição, o mestre de campo Antonio de Almeida Falcão embarcaram todos em canoas no porto da freguezia de Nossa Senhora

Mãi dos Homens do sitio de Araraitaguaba. Rodaram pelo rio Tieté, e chegando onde este se mette no Grande seguiram a corrente d'este até o lugar das Sete Quedas, onde se haviam pôr os marcos da divisão. Como observaram as barras de alguns rios que da parte do sertão do Corumatim, e cidade do Paraguay correm a metter-se no Rio-Grande, elegeu o mestre de campo um rio a que os antigos paulistas puzeram o nome de Camambaya. Por elle acima navegaram muitos dias, e dando em outros rios acertaram subir por um, que lhes deu porto para o desembarque no sitio chamado o Estreito dos Guaicurús. Saltaram para terra, e confiados no valor das armas, e na constancia de tolerar a fome por falta de mantimentos que não podiam conduzir pelo sertão dentro, o penetraram com tanta felicidade, que, fazendo picada por uma mata de quinze leguas, vencido isto deram em campanhas rasas, onde em poucas leguas existe a villa de Corumatim, em que se achava a partida do sargento-mor José Custodio. Celebrou-se esta chegada com muito contentamento de um e outro commandante. O sargento-mor fez conduzir os marcos, e todos em uma nova tropa vieram embarcar no mesmo passo, onde os paulistas tinham desembarcado. Chegaram ao lugar e sitio destinado para a divisão nos tratados, e firmados os marcos se despediram os commandantes seguindo em retrogrado para Corumatim o sargento-mor José Custodio, a quem acompanhou voluntario João Raposo da Fonseca, ambicioso de querer empregar-se na guerra contra os indios das missões do Uruguay, que disputavam a entrada dos dois commissarios das duas coroas catholica e fidelissima; e para S. Paulo se recolheu Falcão, que chegou com feliz successo com todos os seus soldados. O premio d'esta acção foi o louvor, que então se lhe deu, e recolheu-se a sua casa na villa de Sorocaba, onde poucos annos durou, porque acabou a vida no de 1755. Foi casado com *D. Gertrudes de Arruda,* filha de Paschoal de Arruda Botelho. *Em ttitulo de Arrudas* cap. 2º § 4º e ahi a sua descendencia.

4—2. Francisco de Almeida Falcão, depois de servir os honrosos cargos da republica da villa de Sorocaba, acabou em patente de sargento-mor do regimento das ordenanças da mesma villa. Foi casado com D. Escholastica de Arruda, filha de Paschoal de Arruda Botelho. *Em titulo de Arrudas* cap. 2º § 6º com a sua descendencia.

4—3. Thomé de Lara Falcão. Foi sargento-mor, e foi casado com D. Joanna Garcia, filha de Gabriel Antunes Maciel, e de sua mulher Hieronima de Almeida. *Em titulo de Carvoeiros* cap. 1º do segundo matrimonio n. 2—8.

4—4. José Paes Falcão, que existe em 1764 nas minas do Cuyabá na sua opulenta fazenda chamada dos Cocaes com lavras mineraes, em que occupa duzentos escravos proprios. É capitão das ordenanças, e um dos paulistas do maior merecimento pelas virtudes moraes, de que é adornado. A sua fazenda tem uma excellente capella com vocação de S. José, na qual se celebra o sacrificio da missa, e os Sacramentos á sua numerosa escravatura cujas casas formam uma formosa povoação, e tão grande que pa-

rece villa. É verdadeiro imitador de seus nobilissimos ascendentes não só no ardor, estimulo do real serviço, como na caridade praticada com os pobres, que se valem do seu piedoso animo. Tem servido os cargos da republica d'aquellas minas sempre com geral louvor, que lhe adquirem a sua affabilidade, rectidão, etc.

O Exm. D. Antonio Rolim de Moura quando passou governador e capitão-general d'aquella nova capitania, já separada da antiga de S. Paulo em 1750, entre as pessoas de maior merecimento soube estimar a José Paes Falcão, de sorte que, estando ausente do Cuyabá, com actual residencia na Villa Bella de Matto-Grosso, que o mesmo general fundou por ordem régia, mediando a distancia de mais de 12 dias de jornada, não perde o gosto, que tem de corresponder-se com José Paes Falcão por cartas, o qual foi o mais prompto em soccorrèl-o com um troço de trinta soldados armados á sua custa, e escravos seus, que eram mineiros (cujos jornaes perdidos se avaliam em mais de seis mil oitavas), quando o dito conde general no anno de 1762 se viu obrigado a desalojar o inimigo castelhano que se tinham fortificado em uma fortaleza, que construiram no rio Guaporé para impedirem o commercio que se fazia do Pará ao Matto-Grosso. Não obstante a grande despeza que fez quando promptificou o socorro, e a cessão dos lucros que tem dos seus escravos, está actualmente n'este anno de 1764 guardando á sua custa um passo, no qual conserva gente armada com forças capazes de resistirem ao inimigo, no que tudo nenhum outro vassallo o tem igualado, por ser avaliada esta despeza em uma muito avultada somma de mil cruzados.

Está José Paes Falcão casado com D. Antonia Rodrigues das Neves, filha de Pedro Rodrigues Neves, natural de Lisboa (irmão inteiro de Francisco Rodrigues Neves, que foi coronel em um dos regimentos de Lisboa, e passou a governador de Angola, ou S. Thomé), e de sua mulher Antonia de Leme, a qual foi filha de José Barbosa Leme (filha de D. Lucrecia Pedrosa, mulher de Thomaz Mendes Barbosa; *em titulo de Cerqueiras* § 5º n. 3—3. E tambem irmão de D. Maria de Jesus, mulher de João Lourenço Corim, no mesmo titulo), e de sua mulher Francisca Corrêa, a qual foi filha de Lourenço Corrêa de Araujo e de sua mulher Maria Pereira, moradores que foram da villa de Itú.

4—5. D. Thomazia de Almeida. Foi casada com Paschoal de Arruda Botelho, natural da Villa de Itú, filho de Sebastião de Arruda Botelho. *Em titulo de Arrudas,* cap. 2º §.º com sua descendencia.

4—6. D. Gertrudes de Almeida, que ainda vive (44). Foi casada com Mathias de Madureira Calheiros, natural de S. Paulo (irmão inteiro dº R. Francisco Alves Calheiros clerigo secular), que serviu de capitão das ordenanças da villa de Sorocaba.

---

(44) Cartorio da Ouvidoria da cidade de S. Paulo, autos civeis D. Gertrudes d'Almeida e seus filhos, autores, contra João de Almeida Leite, réo, anno de 1757.

5—7. O padre Vito de Madureira Calheiros, clerigo secular, que passando para as minas do Cuyabá pereceu ás mãos do gentio *Payaguá*, que ha muitos annos costuma invadir de assalto aos que de S. Paulo passam para o Cuyabá, seguindo os rios da navegação.

5—2. Antonio de Madureira Calheiros, que existe casado com Isabel Maria do Espirito Santo de Camargo, natural de Acuthia, filha de Matheus Lopes de Camargo, e de sua mulher Maria Paes da Silva. Este Matheus Lopes foi filho do coronel Estevão Lopes de Camargo e de sua mulher Isabel Paes de Siqueira, natural de S. Paulo, a qual foi filha de Matheus de Siqueira Mendonça, natural e cidadão de S. Paulo, e de sua mulher D. Antonia Paes, natural da ilha de S. Sebastião, que era viuva de Salvador de Oliveira. *Em titulo de Camargos*, cap. 1º § 1º n. 3—1 e seg.

5—3. Claudio de Madureira Calheiros. Existe casado com D. Angela de Siqueira, natural da villa de Itú, filha de João da Costa Aranha. *Em titulo de Arruda*, cap. 1º § 5º n. 2—10. E tem tres filhos.

5—4. Gregorio Dias da Silva, existe solteiro em Cuyabá em 1764. Falleceu em Matto-Grosso solteiro.

5—5. Mathias da Madureira Calheiros, falleceu solteiro em 1766.

5—6. D. Gertrudes de Madureira, solteira.

5—7. D. Hieronima de Madureira, solteira.

5—8. D. Maria de Madureira, que foi casada com Salvador Domingues Barbosa por alcunha o Coimbra, natural de Sorocaba.

5—9. D. Isabel de Madureira, casou com José Pires de Arruda. *Em titulo de Arrudas* cap... §...

5—10. D. Thomazia de Almeida. Existe casada com Francisco Rodrigues Penteado, natural e cidadão de S. Paulo. *Em titulo de Penteados*, cap. 7º § 2º com sua descendencia.

3—5. D. Maria de Almeida Lara (filha do capitão-mór Thomé de Lara). Foi casada com Antonio Rodrigues Penteado natural da villa de Parnahyba. *Em titulo de Penteados*, cap. 2º. Do seu matrimonio nasceram onze filhos naturaes de Sorocaba:

4—1. Francisco Rodrigues Penteado.

4—2. Thomé de Lara, que casou com Martha de Arruda, filha de Francisco de Arruda, e de sua mulher Anna de Proença. *Em titulo de Arrudas* capitulo...

4—3. Amaro Rodrigues Penteado, casou com Francisca de Arruda, natural de Itú. *Em titulo de Arrudas*.

4—4. José Rodrigues Penteado, casou com Maria de Almeida. *Em titulo de Arrudas*, caç. 1º § 8.º.

4—5. Clara de Miranda, casada com Sebastião de Arruda Botelho. *Em titulo de Arrudas*, capitulo...

4—6. Maria de Almeida Pimentel, casada com Miguel de Arruda Botelho. *Arrudas*, capitulo...

4—7. Ignacia de Almeida, casou com Antonio de S. Paio. *Em titulo de Arrudas*, capitulo...

4—8. Andreza Leite de Almeida. Casou com Fernando de Almeida Leme, natural da villa da ilha de S. Sebastião, filha de

Francisco de Almeida Cabral, e de sua mulher D. Maria de Cassere. (*Em titulo de Moreiras*, cap. 3º § 4º n. 3—4), natural da cidade do Rio de Janeiro, que foi irmã inteira de João da Veiga Coutinho, conego que foi da Sé da dita cidade, e fundador da capella do Senhor Bom Jesus do Perdão, que hoje é freguezia de S. José dos Pinhaes, termo da villa de Curitiba. Neto pela parte materna de Manoel Fernandes Cassere, e de sua mulher D. Maria de Sousa Coutinho, da nobre familia de Botafogos do Rio de Janeiro. E pela paterna de Luiz Leme, e de sua mulher Anna Cabral, de quem temos tratado na ascendencia do capitão-mor Fernando Dias Falcão n. 3—4. E teve quatro filhos naturaes de Sorocaba:

5—1. José de Almeida Leme. Existe capitão-mor da villa de Sorocaba por eleição dos officiaes da camara, e carta patente do conde de Bobadella, general do Rio e S. Paulo, casado com D. Maria Egypciaca de Moura, irmã inteira do padre Pedro Domingues Paes, clerigo, e do Rev. Fr. João Paes, carmelita calçado. E teve dez filhos:

6—1. Fernando de Almeida Leme.

6—2. O padre Pedro Domingues Paes. Seguiu os estudos de philosophia e theologia em S. Paulo, em que se fez muito habil. Veiu ordenar-se a Lisboa em 1770, e em 1781 foi collado na igreja da villa de Paranaguá.

6—3. José de Almeida Leme.

6—4. D. Escholastica de Almeida Paes, mulher de Francisco Manoel Fiuza, natural da villa de Ponte de Lima capitão de cavallos dos auxiliares da villa de Sorocaba, filho de José Luiz da Guerra e de sua mulher Rosa Maria Fiuza.

6—5 a 6—10. Antonio, Bartholomeu, João, Francisco, Luiz, Luciano.

5—2. João de Almeida Leite. Existe juiz ordinario por eleição de Pelouro em 1764, guarda-mor das terras minerais da villa de Sorocaba.

5—3. D. Maria de Almeida Leite. Existe viuva de Luiz Teixeira da Silva, natural da cidade do Porto, freguezia de S. Ignez, irmã inteira do M. R. Fr. Ramiro da Predestinação, religioso benedictino, que foi presidente do mosteiro da villa de Sorocaba, filho de Paulo Teixeira de Andrade, e de sua mulher Maria de Vasconcellos. E teve unico filho (45):

6—1. O padre José Teixeira de Almeida Leme. Foi graduado em philosophia, falleceu Lazarino em 1771.

---

(45) Camara episcopal de S. Paulo, auto de genere de José Teixeira em 1755.

5—4. Francisco Paes de Almeida, existe casado com D. Antonia Pacheco de Arruda, filha de Antonio Ferraz de Arruda, e de sua mulher D. Maria Pacheco. *Em titulo de Arrudas,* n. 1 cap. 1º § 2.º.

4—9. Potencia Leite de Almeida, casou com João de Arruda, natural da villa de Itú. *Em titulo de Arrudas,* capitulo §...

4—10. Antonia de Almeida. Casou com Bartholomêo Bueno da Silva, filho de Antonio Bicudo da Silva natural da Parnahyba e de sua mulher Bernarda Ortiz de Camargo, natural de S. Paulo. Neto paterno de *Bartholomêo Bueno,* natural de Parnahyba e de sua mulher. *Em titulo de Lemes,* capitulo... E teve nove filhos naturaes de Sorocaba:

Antonio, José, João, Amaro, Gonçalo, Maria, Isabel, Escholastica, Anna, todos com appellidos de Buenos.

3—6. D. Sebastiana de Almeida (filha do capitão-mór Thomé de Lara). Casou com João Bicudo de Proença, natural de Parnahyba, filho do capitão *Paulo de Proença de Abreu,* e de sua mulher Maria Bicudo de Brito (46). *Em titulo de Bicudos.* E teve dez filhos naturaes de Sorocaba:

4— 1. Sebastião Bicudo de Almeida.
4— 2. Thomé de Lara Taques.
4— 3. José Pedroso. Falleceu casado com Maria Pontes.
4— 4. Francisco de Almeida.
4— 6. Maria de Almeida Pimentel.
4— 7. Maria de Almeida Taques.
4— 8. Joanna de Almeida.
4— 9. João de Almeida.
4—10. João Paes de Proença.

3—7. D. Branca de Almeida. Casou com Amaro Domingues Vidigal, natural de Sorocaba, filho de Braz Domingues Vidigal e de sua mulher Isabel Pedrosa (47). E teve dez filhos naturaes de Sorocaba:

4— 1. O padre Braz de Almeida. Falleceu afogado no rio dos Pinheiros.
4— 2. Thomé de Lara Vidigal, casou em Sorocaba. Sem geração.
4— 3. Lourenço Castanho Vidigal, casou em Sorocaba com filha de Gaspar Cubas Ferreira, de Itú. Sem geração.

---

(46) Cartorio de orphãos de Parnahyba. Inventario letra P. n. 261, o de Paulo de Proença.

(47) Camara episcopal de S. Paulo, auto de genere de Braz de Almeida.

4— 4. Geraldo Domingues Vidigal, casou em Sorocaba.
4— 5. Pedro Taques de Almeida.
4— 6. Miguel de Almeida.
4— 7. João de Almeida.
4— 8. Antonio de Almeida.
4— 9. Joanna de Almeida.
4—10. Maria de Almeida.

3—8. D. Francisca de Almeida. Casou com Antonio de Proença de Abreu, natural de Parnahyba, filho do capitão Paulo de Proença de Abreu, e de sua mulher Maria Bicudo de Brito; de que tratámos já no numero 3—6. E teve naturaes de Sorocaba, oito filhos:

4—1. Thomé de Lara de Abreu, casado com D. Maria de Almeida, filha de Luiz Castanho de Almeida, e de sua mulher D. Isabel Paes. *Em titulo de Laras,* § 7.º.

4—2. Antonio Pedroso. Casado com Isabel Soares, filha de Domingos Soares Paes, e de sua mulher Maria Leite da Silva.

4—3. Hieronimo de Almeida. Casado com Leonarda de Moura, filha de José Francisco, e de sua mulher Gertrudes de Moura.

4—4. Lourenço Castanho, casou com D. Theresa Diniz Ponce de Leon, irmã inteira do padre José Ponce Diniz, legitimos descendentes por linha recta sem quebra de bastardia de D. Gabriel Ponce de Leon, e de sua mulher D. Maria de Toralis; elle natural da cidade real de Guairá, provincia do Paraguay da coroa de Castella, filho legitimo do capitão Barnabé Contreras, e de sua mulher D. Violante de Gusmão: o que tudo consta do testamento com que falleceu em Parnahyba o dito D. Gabriel Ponce a 7 de Outubro de 1655, que se acha acostado aos autos de inventarios de orphãos da dita villa, letra G. n. 128. E camara episcopal de S. Paulo, auto de genere de José Ponce Diniz, letra I.

4—5. Anna de Proença de Almeida. Casou com Sebastião Monteiro de Carvalho, europeo.

4—6. Isabel de Proença. Casada em Sorocaba com Francisco Paes de Mendonça, natural do Algarve.

4—7. D. Lucrecia de Almeida. Casou com José de Barros Lima, que foi capitão-mor de Sorocaba, intendente e super-intendente, com jurisdição no civel e crime das minas de Parnampanema, natural da villa de Vianna, filho de Antonio Martins de Barros, e de sua mulher Francisca de Lima, ambos da dita villa. E teve dez filhos em Sorocaba.

5—1. João de Lima e Abreu, nobre cidadão de Sorocaba, onde tem servido de juiz ordinario, duas vezes até Janeiro de 1773, e foi juiz de orphãos trienal. Casado em Sorocaba com

Antonia Paes de Camargo, filha de Matheus de Camargo e Siqueira. *Em titulo de Camargos*, cap. 1,º. E tem até 1773 nove filhos que são:

José, Antonio, Francisco, Lucrecia, Mario, Maria, Maria, Anna e *Euflabia*. Esta descendencia de D. Lucrecia é de letra estranha, mas emendada pelo autor).

5—2. Hieronimo José de Lima. Casou em Sorocaba com Maria Leite de S. Paio, sua parenta, filha de Antonio Rodrigues de S. Paio, descendente de D. Maria de Almeida Lara, retro em n. 3—5. Sem geração.

5—3. Vicente, que nasceu mudo e falleceu solteiro.
5—4. José de Lima Barros, solteiro em 1772.
5—5. Miguel de Lima Barros, idem.
5—6. Antonio de Lima Barros, idem.

5—7. D. Maria Bernarda de Lima. Casou em Sorocaba, com José de Camargo Paes, filho de Matheus de Camargo, supra n. 6—1.

5—8. D. Ursula de Almeida Lima. Casada com José Pereira da Silva, natural das Geraes, da familia do Dr. Salvador Pereira da Silva, ouvidor e corregedor da comarca de S. Paulo. Sem geração.

5— 9. Anna de Almeida Lima, solteira.
5—10. Francisca de Almeida Lima, solteira.

4— 8. Francisca de Almeida (filha ultima de D. Francisca de Almeida supra). Casou com Bento Soares.

3—9. D. Ignacia de Almeida (filha do capitão-mor Thomé de Lara). Casou com Antonio Bicudo de Almeida, natural da Parnahyba. *Em titulo de Bicudos*. E teve quatro filhos:
4—1. Maria de Almeida Pimentel.
4—2. Thomaz de Almeida.
4—3. Anna de Almeida.
4—4. Escholastica de Almeida.

3—10. D. Luzia Leme. Foi casada com o coronel João Antunes Maciel, provedor que foi da real fazenda nas minas do Cuyabá. Dos grandes serviços que este paulista fez á real coroa, todos á custa da propria fazenda, e riscos da vida, constam no conselho ultramarino, por onde foram consultados em 1755, e subindo esta consulta á real presença sahiu despachada com a mercê de um habito de Christo com 40$ de tença, e a propriedade dos officios de tabellião do judicial e notas da villa do Itú, e de escrivão da camara da mesma villa, além da tença de 400$, durante a vida da viuva D. Maria Paes de Jesus, sua segunda mulher. O coronel João Antunes Maciel foi filho de João Antunes Maciel, e de sua

mulher Joanna Garcia. *Em titulo de Carvoeiros*, cap. 1º do segundo matrimonio de Antonio Lourenço, n. 2—8 ao n. 3—1. E teve naturaes de Sorocaba dois filhos:

4—1. Miguel Antunes Carrasco, que teve o infeliz destino de perder a vida ás mãos do barbaro gentio *Payaguá*, na mesma occasião em que com muitos outros tambem pereceu o desembargador Antonio Alvares Lanha Peixoto, que de ouvidor do Cuyabá se recolhia para S. Paulo na mesma monção. E o gentio levou muitas arrobas de ouro, que, sem conhecer o seu valor, as foi entregar aos castelhanos da cidade do Paraguay, com os quaes têm estes indios commercio.

4—2. D. Joanna Garcia, que foi casada com José Vieira Castanho, natural de S. Paulo, onde tem geração. *Em titulo de Machados Castanhos.*

3—11. D. Maria de Almeida Pimentel e Lara, que ainda existe n'este anno de 1764. Foi casada com Francisco Paes de Almeida Cabral, e de sua mulher D. Maria de Cacere, irmã direita do conego João da Veiga Coutinho, retro no n. 3—5, e teve naturaes de Sorocaba nove filhos:

4—1. Carlos Raphael de Almeida.

4—2. Francisco Paes de Almeida. Deixou o seu nome acreditado quando passou de soccorro a militar com as tropas de que era general o conde de Bobadella na divisão dos dominios portuguezes e hespanhóes, de que era commissario plenipotenciario. Está casado com Josepha de Moura, filha de Bernardino de Moura, tenente-coronel que foi do regimento de Sorocaba, provedor dos reaes quintos, super-intendente e intendente da real capitação das minas de Paranapanema, e de sua mulher D. Gertrudes Paes. (Camara episcopal de S. Paulo, autos de genere do padre Francisco de Moura, 1760.)

4—3. D. Maria Paes de Almeida. Casou com Gabriel Antunes.

4—4. D. Isabel Maria de Almeida. Casou com João de Sousa Maciel. Sem geração.

4—5. D. Francisca Paes de Almeida. Casou com João de Macedo e Faro. Sem geração.

4—6. D. Bernarda de Almeida. Casou com João Vieira da Silva, natural da freguezia de S. Jorge de Lima de Selheiro termo de Guimarães. Tomou juramento de familiar do santo officio em S. Paulo a 7 de Janeiro de 1766 por carta passada em Lisboa a 16 de Janeiro de 1764, registrada no livro 18 a 19 do dito mez pelo secretario André Cursino de Figueiredo. Foi capitão das ordenanças da freguezia de Araritaguaba, do regimento de Itú, e provedor do registro do ouro das minas do Cuyabá na mesma Araritaguaba; filho de Mathias Vaz e de sua mulher Antonia da Silva (auto de genere do padre Thomé Vieira e Fernando Vieira na camara episcopal de S. Paulo). E tem sete filhos naturaes de Sorocaba:

5—1. O padre Thomé Vieira de Almeida Lara, que em 1764 estava vigario das minas de Apiahy. Existia em 1792 em um sitio rio abaixo da freguezia de Araritaguaba.

5—2. O padre Fernando Vieira da Silva.

5—3. Francisco da Silva Guimarães.

5—4. João de Almeida da Silva.

5—5. D. Joanna da Silva e Almeida, casada com João Alves de Araujo, natural da freguezia de S. Payo de Moreira dos Conegos, termo da villa de Guimarães, filho de Domingos Alves e de sua mulher Marianna Vieira, ambos da mesma freguezia.

5—6. D. Marianna da Silva.

5—7. D. Anna da Silva Lara.

4—7. D. Isabel Maria da Assumpção. Está casada com Vicente dos Santos Chaves, natural da villa de Santos (irmão inteiro do M. R. Fr. Luiz do Nascimento, religioso franciscano, que foi guardião na ilha de S. Sebastião), filho de João Fernandes Chaves, natural da villa de Chaves, e de sua mulher Maria Machado, natural de S. Paulo; neto por parte materna de Thomaz Ferreira, natural do Rio de Janeiro, e de sua mulher Hieronima Fernandes, natural de S. Paulo; e pela parte paterna neto de Domingos Fernandes e de sua mulher Isabel Gonçalves, ambos do lugar de Ciara-Velha, termo da villa de Chaves. *Em titulo de Machados Castanhos,* cap. IV, § 1º. E teve onze filhos:

5— 1. Luiz dos Santos.
5— 2. José dos Santos.
5— 3. João dos Santos.
5— 4. Francisco.
5— 5. Maria.
5— 6. Joanna.
5— 7. Anna.
5— 8. Isabel.
5— 9. Escholastica.
5—10. Cordula.
5—11. Flora.

4— 8. D. Thomazia de Almeida Lara. Foi casada com Estevão Raposo da Silveira. *Em titulo de Raposos Silveiras, cap. III.* E teve duas filhas:

5—1. D. Bernarda Raposo da Silveira, que casou com Thomé de Alvarenga, e foram dispensados no impedimento de consanguinidade. *Vide retro n. 3— a n. 4—3.*

5—2. D. Maria Raposo da Silveira, casou em Sorocaba com Antonio...

4—9. D. Angela Paes de Almeida, casada com José Loureiro da Silva, natural de Valengo, freguezia de S. Mamede. *Em titulo de Arrudas*, cap. II, § 1º, n. 3—1, por ser irmão do sargento-mor Antonio Loureiro da Silva. E teve cinco filhos, naturaes de Sorocaba:

5—1. Francisco.
5—2. Maria.
5—3. Anna.
5—4. Isabel Maria.
5—5. Gertrudes.

Segundo casamento do capitão-mór Thomé de Lara e Almeida, pag. 88.

3—12. Lourenço Castanho de Campos, falleceu solteiro em Cuyabá.

3—13. Francisco Cardoso de Almeida Campos, falleceu solteiro em Sorocaba.

3—14. Thomé de Lara Campos. Existe na sua fazenda em Araritaguaba, e tem servido os honrosos cargos da republica de Itú, onde deu acreditadas mostras da sua rectidão, prudencia, etc. Está casado com D. Maria de Almeida, filha de João de... e de sua mulher Maria Soares de Godoy.

3—15. D. Gertrudes de Almeida Campos. Casou duas vezes: a primeira com *Lourenço Leme da Silva,* que, por culpas que lhe accumulou a inveja de um Sebastião Fernandes do Rego, morreu degolado em alto cadafalso na Bahia. Sem geração. Segunda vez casou D. Gertrudes de Almeida Campos com Antonio João de Medeiros (irmão inteiro de D. Antonia de Medeiros Cabral, mulher de Floriano de Toledo Piza; n'este capitulo, § 3º, n. 3—9, e em *titulo de Rendons*, cap. I, § 1º, n. 3—6 a n. 4—2), que falleceu em Cuyabá. Sem geração.

3—16. D. Maria de Campos, foi casada com João de Godoy, natural de Itú. Sem geração.

§ 5º

2—5. Diogo de Lara e Moraes, cidadão de S. Paulo, passou a viver na cidade do Rio de Janeiro a occupar o emprego de commissario da junta das fragatas de el-rei, em que soube estabelecer tal nome, que sendo passados muitos annos ainda existe plausivel memoria da sua recta administração, honra e zelo. Foi casado em S. Paulo com D. Isabel de Godoy, filha de João de Godoy Moreira e Eufemia da Costa Motta. *Em titulo de Godoy,* cap. 4º § 11, com sua descendencia.

§ 6°

2—6. Antonio de Almeida (filho de Lourenço Castanho e D. Maria de Lara), cidadão de São Paulo, fez estabelecimento e assento no sitio de Araçariguama, termo da villa da Parnahyba, em cuja republica serviu de juiz ordinario e orphãos, e n'ella teve grande respeito e igual veneração. Casou em S. Paulo com D. Potencia Leite do Prado, que depois foi casada com Sebastião Pinheiro Raposo, filha de Paschoal Leite de Miranda e D. Anna de Ribeira. *Em titulo de Mirandas,* cap. 3°, § 1°. Falleceu D. Potencia Leite com testamento a 30 de Outubro de 1709. (Cartorio de orphãos de Parnahyba, maço de inventarios n. 446.) E teve 2 filhos naturaes de S. Paulo:

3—1. D. Maria de Lara.
3—2. D. Anna de Ribeira Leite.

3—1. D. Maria de Lara foi uma das matronas do maior respeito, que veneraram a patria: teve claro juizo, excellente advertência e affavel genio. Tolerou os contratempos da adversa fortuna nos ultimos annos da sua avançada idade com virtuosa resignação e soffrimento; porque, tendo sido a sua casa uma das maiores na abundância dos cabedaes de muito ouro, de muita prata, de muita escravatura, a falta dos bens em prazos, como na Europa, lhe roubou a grandeza em que se viu tão opulenta; porque o mesmo tempo lhe foi consumindo os cabedaes na opulencia do tratamento. Foi casada com *João Raposo da Fonseca Leme,* irmão inteiro de Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, que na ausencia de Rodrigo Cesar de Menezes, governador e general de S. Paulo, para o Cuyabá em 1727, ficou governador interino da mesma capitania de S. Paulo: *Em titulo de Raposos Tavares* § 4°. João Raposo da Fonseca falleceu em 1703. (Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 421.) E D. Maria de Lara Leite falleceu em 1757, e jaz na capella dos terceiros do Carmo de S. Paulo dentro do arco ao pé de presbyterio da parte do Evangelho. E teve dois filhos:

4—1. D. Anna de Ribeira Leite, que foi casada com seu tio o capitão-mór José de Goes e Moraes, como temos tratado n'este capitulo 3° § 3°, com sua descendencia.

4—2. Antonio de Almeida Lara, que acompanhando a seu padrasto Sebastião Pinheiro, encontrou com elle no Rio das Contas tanta cópia de ouro em pó, e bruto de folhetas, que se avaliou a grandeza em muitos quintaes de arrobas. D'este descobrimento tratámos em titulo de *Raposos Tavares* § 2°, e seu infeliz successo, Antonio de Almeida Lara, por se apartar do padrasto na derrota que levava para a cidade da Bahia, só por querer vir a S. Paulo ver sua mãi, para depois ir encorporar-se com aquelle, embarcando para a Bahia: gozou da vida que havia de perder pela horrosa conjuração que estava formada e se verificou na de Sebastião Pinheiro, que a perdeu no mesmo sertão da Bahia. Estando em S. Paulo Antonio

de Almeida que tinha levado à sua mãi duas arrobas de ouro, e tinha deixado em poder do padrasto mais de oito arrobas, teve esta infausta noticia da mortandade que fizeram os aggressores, que levaram todo o grosso cabedal de quintaes de ouro. Foi isto um grande golpe para sua mãi, que viu cortadas as esperanças que tinha elle de passar com seu cabedal a Portugal, e alli tomar estado, e estabelecer-se.

Descobertas as minas do Cuyabá, foi para ellas Antonio de Almeida Lara, onde ainda encontrou propicia a fortuna, porque, estando na sua fazenda assás populosa da Chapada, n'ella viveu com o maior respeito, que outro algum nacional ou europeo o competiu. Gastou cabedaes grandes no serviço del-rei, de que na comarca d'aquella villa do Cuyabá existem os documentos. O seu tratamento foi sempre igual á sua distincta qualidade; porque em tempo que para ir ao Cuyabá um cavallo se conduzia embarcado em canoa, desde o porto de Ararytaguaba até as minas, e por isso se reputavam por preço exorbitantes, Antonio de Almeida os possuia muito bons. Foi prodigo: actualmente tinha a sua casa cheia de hospedes, amigos, parentes e estranhos, no que consumia grande somma de ouro; porque no Cuyabá sempre os viveres custaram excessivos preços; e basta para prova que houve anno, em que um um frasco de vinho custava dez oitavas de ouro, que em dinheiro são 15$000. Emfim, as grandes despezas que elle fazia, fez com que na decadencia das ditas minas viesse a reduzir-se a empenhos taes que, deparando-lhe a fortuna o acerto que encontrou por casualidade, lhe não utilisou tanta grandeza. Montado em um formoso bruto muito valente, indo de jornada para o novo descobrimento de Matto-Grosso, de repente tropeçou o cavallo, e se foi abaixo. Estranhou a novidade o cavalleiro por ter experiencia das forças d'aquelle animal, e, saccando-se da sella, e examinando em terra a causa da violenta quéda, achou um escondido thesouro de ouro bruto; porque o cavallo havia posto o casco de uma mão em cima de uma aguda folheta, que já estava na superficie da terra. N'aquelle mesmo lugar estava toda a grandeza de folhetas não pequenas; de sorte que alli logo chegaram os escravos, que vinham na marcha, e dentro da tarde d'aquelle dia se extrahiram algumas arrobas de ouro, de cujo Batatal (assim se ficou chamando, por serem as suas folhetas semelhantes a este legume) veiu em breve tempo a extrair acima de onze arrobas todo de folhetas.

Recolhido para o Cuyabá e fazenda da Chapada, mandou affixar cartazes, em que avisava a todos a quem fosse devedor viessem, ou mandassem receber as quantias de que eram credores. Assim se verificou admirando aos povos o animo d'este paulista, que, vivendo tão empenhado, gostosos lhe fiavam os commerciantes tudo quanto mandava buscar a suas casas. Logrou de grande respeito, que lhe conciliaram, não só as suas bellas qualidades e tratamento, mas os importantes empregos que occupou, e acabou estando justo para casar com sua prima D. Leonor, filha de Thimoteo Corrêa de Góes,

terceiro provedor e contador proprietario da fazenda real, se desvaneceu este intento pela demora que teve no Cuyabá, onde falleceu.

O brigadeiro Antonio de Almeida Lara foi de muita autoridade no Cuyabá. Foi eleito juntamente com o capitão-mor Antonio José de Mello para almotacel na erecção da villa do Cuyabá ao 1º de Janeiro de 1727, tendo elle o posto de tenente-coronel. Em 1729 já era brigadeiro, e foi eleito juiz mais velho da mesma villa.

Foi-lhe passada patente de regente e governador militar d'aquellas minas, pelo general de S. Paulo Antonio da Silva Caldeira Pimentel, e n'esta qualidade mandou publicar muitos bandos em diversos tempos, como consta tudo do L. 2º de registros da camara do Cuyabá, fl. 14, fl. 36 e para diante. E tambem do L. 1º registros a fl. 21, e do das vereanças, fl. 2, etc.

3—2. D. Anna de Ribeira Leite. Foi casada com Antonio Pedroso de Barros. *Em titulo de Mesquitas,* § 8º. E teve filha unica:

4—1. D. Potencia Leite de Barros, que sendo casada com o sargento-mór Bento de Toledo Castelhanos falleceu sem geração. *Em titulo de Toledos,* cap. 1º, no 2º matrimonio de João de Toledo com D. Anna do Canto de Mesquita.

§ 7º

2—7. O padre José Pompêo de Almeida, clerigo secular. Foi á corte de Lisboa tomar ordens por falta de bispo, que ainda então não havia no Rio de Janeiro. Esse padre se afastou inteiramente da urbana civilidade que praticavam seus irmãos. Teve genio desconfiado e altivo: vivia na opulencia dos bens patrimoniaes, e sempre retirado. N'este desconcerto lavrou o seu principio, posto que n'elle mereceu a contricção para alcançar a divina misericordia, como piamente cremos. Estando em S. Paulo o 1º bispo do Rio de Janeiro D. José de Barros de Alarcão, capacitando-se o padre Pompêo que nem ao prelado devia tributar obediencia, até ao ponto de romper no temerario desafogo de que S. Ex. não era capaz de o ter subdito, não aceitou as suas suaves admoestações; e finalmente nem attendeu ás fraternaes rogativas com que o mesmo piedoso prelado o chamava ao seu agrado, quando soube da tenção do padre Pompêo, que tambem desprezou os repetidos conselhos, e grandes instancias, que lhe faziam os seus dois irmãos Lourenço Castanho Taques e Pedro Taques de Almeida, e mais parentes, para o apartarem de tão errada e perigosa resolução. Porque intentava passar-se ás Indias de Hespanha, seguindo a navegação do rio Tietê até dar ao Rio Grande, e por elle abaixo até tomar a barra de outro rio, que vai acabar em terras do estreito do barbaro gentio *Cavalleiro,* e d'alli fazer tranzito até á cidade do Paraguay. Levado pois dos impulsos da sua arrogancia, foi promptificar canoas, mantimentos, polvora, bala, cães de caça, pilotos e praticos da navegação dos rios pelas difficultosas cachoeiras que

tinha de passar; e embarcou finalmente na sua frota de canoas sem mais amigos, nem parente algum, e só com os seus escravos e alguns *Carijós,* seus administrados que serviam de pilotos, praticos e remeiros. Distante de S. Paulo, com viagem de mais de 60 dias, tomou uma ilha, das muitas que tem o Rio Grande, e em cada uma das quaes habitam feras, como são onças pardas e tigres; posto que tambem têm muita caça, como são: porcos, antas e veados. N'ella se achava, quando por occulta Providencia Divina se uniu a gente de toda aquella comitiva em um só voto; e, dispostas as cousas para a funesta resolução, fugiram todos nas mesmas canoas, levando os cães; de sorte que, quando accordou o padre Pompeu, se achou só em uma ilha, da qual de nenhum modo podia sacar-se. Conjectura-se que viveu por muitos dias, por ter o sustento nas frutas agrestes de uma grande arvore chamada jatobá; e porque tambem quando, passados annos, se observou uma quasi valla na superficie da terra do comprimento de 40 palmos, que se entendeu formara o continuo passeio, que tinha o dito padre todo o tempo que lhe durou a triste vida. O certo é que podemos considerar que o padre Pompêo, posto n'esta triste situação, perto de acabar ou ao rigor de alguma fera ou de fome, faria grandes actos de contricção para alcançar a divina misericordia, que lhe deparou ministro para o confessar na hora da morte. O caso refere o autor da *Vida do padre Belchior de Pontes* da companhia de Jesus, no cap. 29, fl. 181 e seguintes, que nós aqui contamos da mesma forma. O veneravel padre Belchior de Pontes, que foi varão de candura innocente, adornado de heroicas virtudes, que constam do livro da sua vida, impresso em Lisboa em 1751, residia superior de uma das aldeas do collegio de S. Paulo. Em um dia vindo o dito padre para o collegio acompanhado de alguns indios, chegando a uma pequena matta ou bosque, junto ao rio de Pinheiros, se apeou do cavallo em que vinha montado, e disse aos seus indios que alli o esperassem. Metteu-se no bosque, e tardando muito na saida d'elle, temeram os indios não tivesse acontecido algum repentino accidente ao seu superior. Penetraram a espessura toda, e não encontrando n'ella o padre clamaram a vozes, chamando-o; e, depois de sahirem ao campo e não avistando a quem buscavam, capacitaram-se que o padre já vinha adiantado, porque muitas vezes para andar a pé fazia d'estas vindas. Chegaram os indios ao collegio, e não achando n'elle o padre Belchior de Pontes, informaram aos padres do acontecido. Não causou cuidado algum a relação dos indios, porque das virtudes de Pontes havia já grandes provas entre os seus religiosos e estranhos, e esperavam que logo chegasse. Assim succedeu: chegou o padre Pontes arrimado ao seu bordão e muito socegado. Perguntou-lhe o reitor de d'onde vinha, pois que os indios tanto se tinham adiantado. Respondeu sinceramente que tinha ido ao sertão do Rio Grande confessar ao padre José Pompêo; que, desamparado de toda a sua comitiva em uma ilha acabava sem confissão. Passaram-se alguns tempos, e correu a voz da morte do padre Pompêo; e o padre reitor mandou

ao padre Pontes que fosse consolar aos irmãos do morto, que lamentavam semelhante infelicidade. Assim o fez o dito padre, procurando ao capitão-mor Pedro Taques de Almeida e a Lourenço Castanho Taques, aos quaes consolou com a certeza que lhes deu de que o padre Pompêo ainda que desamparado, morrera confessado, e contricto de suas culpas. Depois chegando uma tropa a examinar aquella ilha (tinha sahido de S. Paulo a conquistar gentios), acharam ao pé de uma grossa e corpulenta arvore de jatobá um breviario sobre o altar feito de varas, e junto ao mesmo altar uma sepultura pouco funda, mas bem povoada de ossos. Registrando-se mais aquelle lugar, viram na casca de um pao este letreiro: "Aqui jaz enterrado o padre José Pompêo, confessado pelo padre Pontes." Este foi o infeliz ou venturoso fim que teve o soberbo e desconfiado genio do padre Pompêo pelos annos de 1681.

§ 8º

2—8. D. Anna de Proença (filha de Lourenço Castanho Taques e D. Maria de Lara). Casou duas vezes. Primeiro, com Pedro Dias Leite, irmão inteiro do governador Fernando Dias Paes. *Em titulo de Lemes,* cap. 5º. E segunda vez casou em Parnahyba, com Manoel de Brito Nogueira, natural da cidade de Lisboa (filho de Pedro Frazão de Brito, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher D. Antonia Cabral) que falleceu em Parnahyba a 19 de Dezembro de 1693, com testamento em que declarou a sua naturalidade, e quem foram seus pais, e tambem expressou que o dito seu pai fora commendador da ordem de Christo (Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 452). E Pedro Dias Leite falleceu em S. Paulo com testamento a 16 de Março de 1658 (Cartorio de orphãos de S. Paulo letra P, maço 1º de inventarios, n. 13). Do primeiro matrimonio teve quatro filhos, do segundo dois:

1º Matrimonio

3—1. D. Maria Leite da Silva.
3—2. D. Anna de Proença.
3—3. D. Francisca Taques de Proença. Falleceu solteira.

2º Matrimonio

3—5. Pedro Frazão de Brito.
3—6. D. Thereza de Brito Cabral.

3—1. D. Maria Leite da Silva, natural da villa de Parnahyba. Foi casada duas vezes: primeiro com Antonio Pedroso de Barros, que no baptismo se lhe pôz o nome de Salvador; filho de Antonio

de Barros e de D. Maria Pires de Medeiros. *Em titulo de Pedrosos Barros* cap. 2º § 2º. — Segunda vez casou com o coronel Garcia Rodrigues Velho, que foi irmão de D. Maria Garcia, mulher do governador Fernando Dias Paes Leme. *Em titulo de Betim*, cap. 2º. Do 1º matrimonio teve uma filha:

4—1. D. Maria Pires da Silva, casou com Nuno de Campos. *Em titulo de Campos*, cap. 7º com sua descendencia.

E do 2º matrimonio teve tres filhos naturaes da villa de S. João de Atibaya:

4—2. José Rodrigues da Silva, que falleceu nas Geraes. Sendo casado á força de armas por ser apanhado com certa menina, teve o cruel animo de afogal-a em um atoleiro.

4—3. D. Isabel de Proença, que foi casada com Francisco de Oliveira Vargas, natural do Rio de Janeiro, sem geração.

4—4. D. Maria Leite de Jesus. Existe beata no recolhimento de Santa Thereza, a quem fez doação dos seus bens, com mais de 84 annos de idade.

3—2. D. Anna de Proença. Foi moradora na sua fazenda chamada da Lapa, nas margens do rio Tietê, onde falleceu, e foi casada com Estevão Forquim Francez, natural de S. Paulo, filho de Estevão Forquim, cap. unico, § 2º. E teve sete filhos naturaes de S. Paulo:

4—1. D. Maria Leite Proença. Falleceu nas minas da Meia Ponte. Casou em S. Paulo com Braz Lopes de Miranda, e teve uma filha, D...... que existe casada com Gregorio da Silva Bayão, nas mesmas minas.

4—2. D. Theresa Leite, que existe em 1763. Casou com João da Silva Leme.

4—3. Pedro Dias Leite, que foi casado com D. Isabel de Sá e Moraes, filha de Manoel de Sá, professo e commendador da ordem de Christo, e D. Anna de Moraes Navarro. *Em titulo de Moraes.* Sem geração.

4—4. Francisco Leite, que falleceu solteiro.

4—5. Claudio Forquim Leite, que falleceu em Sorocaba em Janeiro de 1764. Casou com Barbara de Arruda, filha de Paschoal de Arruda Botelho. *Em titulo de Arrudas*, cap. 2º § 5º com sua descendencia.

4—6. Antonio Leite Proença.

4—7. Bernardo Forquim dos Santos. Falleceu em 1755 (Cartorio de Parnahyba, inventario n. 684 de Bernardo Forquim). Casou em Parnahyba com Maria do O. de Lara, filha de Braz de Almeida Lara, e de sua mulher Paschoa do Rego que falleceu com testamento no 1º de Setembro de 1716, natural de Parnahyba, e filha de Bento do Rego Barregão, e de sua mulher Maria de Oliveira Diniz, como consta do testamento da dita Paschoa do Rego no cartorio da ouvidoria de S. Paulo, testamentos dos residuos, letra P.. E teve sete filhos:

5—1. Paschoa Leite Forquim, casou com Carlos Pedroso de Araujo, natural de S. Vicente, filho do capitão José de Araujo Guimarães. *Em titulo de Perosos Barros*, cap. 6º § 1º n. 32.

5—2. D. Anna de Proença Leite.
5—3. Maria de Lara Leite.
5—4. Francisco Leite Forquim.
5—5. Claudio Forquim.
5—6. D. Escholastica Leite (Cega).
5—7. Bernardo Forquim Leite.

3—5. Pedro Frazão de Brito, que com patente de D. Braz Balthasar da Silveira, confirmada por el-rei foi capitão-mor regente das minas do Ribeirão do Carmo, para onde sahiu de Parnahyba, onde teve sempre as redeas do governo, e fez assento na villa do Ribeirão do Carmo, onde pelo seu grande prestimo e tratamento de cavalheiro tão distincto logrou grande respeito. Foram-lhe propicias as ditas minas. N'estas falleceu com testamento a 14 de Fevereiro de 1722. (Cartorio de orphãos de Parnahyba, maço de inventarios, o do capitão-mor Pedro Frazão de Brito, n. 537). Foi casado com D. Isabel Bueno da Silva, filha de Simão Bueno da Silva e de sua mulher Catharina Pedrosa. *Em titulo de Buenos*, cap. 2º § 2º. E teve sete filhos naturaes de Parnahyba:

4—1. Guilherme Pompêo de Brito, que existe em 1763, casado com Joanna de Marins, natural de Parnahyba, filha de Paulo de Aguiar Lara, natural da villa de S. Vicente, e de sua mulher Maria de Brito Silva. Neto por parte paterna de Manoel Aguiar de Marins, e de sua mulher Catharina de Lara. E pela materna de Gaspar de Brito Silva, natural da Villa de Santos, e de sua segunda mulher Joanna de Almeida Neves. *Em titulo de Almeidas Neves*. (Cartorio de orphãos de Parnahyba, maço de inventarios n. 510. Paulo de Aguiar Lara. E n. 422, inventario de Gaspar de Brito Silva). Sem geração.

4—2. Francisco de Brito Xavier, falleceu solteiro.

4—3. Pedro Frazão de Brito. Casou na freguezia de Mogy-Guassú, em 1740, com Isabel da Fonseca, natural de Mogy das Cruzes, filha de Manoel Dias Delgado, e de Leonor Jorge Moreira, natural de Taubaté, e elle natural de Mogy das Cruzes. Neta materna de Juliana Antunes Cardoso, e de Sebastião da Fonseca Pinto, natural de Mogy. *Em titulo de Godoy*. E tem nove filhos naturaes de Magy-Guassú.

4—4. Manoel de Brito Nogueira.

4—5. Simão Bueno da Silva, falleceu nas campanhas do Rio-Grande de S. Pedro do Sul.

4—6. D. Anna de Proença. Existe casada com Isidoro Pinto de Godoy. *Em titulo de Godoy*, cap....

4—7. D. Thereza Bueno da Silva, moradora na freguezia de Mogy-Mirim, casada com Antonio da Silva Fortes.

3—6. D. Thereza de Brito. Foi casada com Manoel de Moraes Siqueira, irmão inteiro do padre João de Moraes Navarro. *Em titulo de Moraes*, cap. 2º § 8º n. 3—5, com sua descendencia.

§ 9º

2—9. D. Branca de Almeida (filha de Lourenço Castanho Taques), falleceu em São Paulo com testamento a 7 de Janeiro de 1714. Foi casada com *João Pires Rodrigues,* cidadão e natural de S. Paulo, onde serviu todos os cargos da republica. Foi paulista de muita veneração, chamado por antonomazia — *Pai da Patria* — pelo grande zelo que mostrou sempre pelos interesses do bem publico d'ella. Foi filho de João Pires, protector dos padres Jesuitas para serem restituidos aos seus collegios de S. Paulo e Santos pelos annos de 1653, que até então se conservaram fóra d'elles depois de expulsos em Junho de 1640, cuja noticia tratamos na *Historia de S. Paulo.* Falleceu João Pires Rodrigues com testamento a 20 de Agosto de 1708. Foi sepultado no seu jazigo da capella mor do collegio de S. Paulo, que foi concedido a seu pai João Pires para si e todos os seus descendentes pelo padre geral Hyeronimo Richrt em Outubro de 1658. *Em titulo de Pires,* cap. 6º. E teve do seu matrimonio 12 filhos, como consta dos testamentos e inventarios que se acham no cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 4º, letra I, inventario de João Rodrigues, maço 1º, letra B, inventario de D. Branca de Almeida:

3— 1. Lourenço Pires.
3— 2. João Pires Rodrigues.
3— 3. Francisco de Almeida Lara.
3— 4. Pedro Taques Pires.
3— 5. José Pires de Almeida.
3— 6. Salvador Pires de Almeida.
3— 7. D. Anna de Proença.
3— 8. D. Maria de Lara.
3— 9. D. Francisca de Almeida.
3—10. D. Mecia Rodrigues.
3—11. D. Isabel de Almeida.
3—12. D. Anna Maria de Almeida.

3— 1. Lourenço Pires, falleceu solteiro.

3— 2. João Pires Rodrigues, cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da sua republica. Foi adornado de virtudes moraes, sendo a da affabilidade e caridade a em que mais resplandecia. Foi muito temente a Deus, e soube praticar em todo o tempo da sua vida uma inteira verdade, sem a menor discrepancia nos seus negocios, porque a sua palavra sempre foi firme. Casou em S. Paulo a 17 de Fevereiro de 1700, com Isabel Buena, natural de S. Paulo, filha de Bartholomeu Bueno, e de sua mulher Isabel de Freitas. *Em titulo de Camargos,* cap. 7º § 1º n. 3—4. Falleceu em Goyazes. Teve oito filhos naturaes da freguezia do Juquiry:

4—1. Francisco Pires. Existe em 1764, solteiro, no Serro do Frio.

4—2. Bento Pires. Falleceu e deixou uma filha.

4—3. João Pires. Solteiro.

4—4. Bartholomeu Bueno. Falleceu solteiro.

4—5. Manoel Bueno. Solteiro.

4—6. Antonio Bueno de Almeida. Solteiro.

4—7. D. Maria Bueno. Falleceu solteira.

4—8. D. Escholastica Bueno. Falleceu solteira.

3—3. Francisco de Almeida Lara, cidadão de S. Paulo e na villa de Itú, onde fez assento. Foi bem conhecido pelo ardor do genio em castigar os seus escravos e doutrinar os filhos, por cujo rigor foi tratado com a alcunha de *Caga-fogo*. Porém quanto foi acre para os castigos familiares, tanto mais foi docil para a civilidade do trato; conservou respeito sem a nota de soberbia, porque soube unir os dois extremos de soberania e affabilidade. Avançado já em annos passou para as minas de Paracatú, que foram as de maior grandeza que se descobriram no sertão que fica entre o de Goyazes e o das Geraes. Alli consumiu bom cabedal em exercitar muitos actos de caridade, e alli falleceu, estando casado em Itú com D. Maria Leme, natural da mesma villa, filha de *Francisco Leme da Silva* (48) e de sua mulher D. Isabel de Anhaya, ambos naturaes da dita villa, onde falleceu ella com testamento a 2 de Dezembro de 1712. Neta por parte paterna de Domingos Leme da Silva, que teve fazenda em Jagoapuraba, e de sua mulher Francisca Cardoso. *Em titulo de Carvoeiros*, cap. 1º § 2º do 2º matrimonio de Antonio Lourenço. E pela parte materna neta de Sebastião Pedroso Bayão, natural de S. Paulo, e de sua mulher Florencia Corrêa, a qual foi filha de Serafino Corrêa, natural da villa de Guimarães, e de sua mulher Isabel de Anhaya. *Em titulo de Anhayas*. E teve cinco filhos naturaes de Itú:

4—1. Francisco de Almeida Lara, que existe, casado na villa de Itú com Isabel de Arruda. *Em titulo de Arrudas*, cap. 2º § 1º n 2—10.

4—2. João Pires de Almeida. Falleceu em Goyazes.

4—3. D. Branca de Almeida, existe viuva de Carlos de Araujo Gomes. Sem geração.

4—4. José Pires, que existe em 1767, morador no Serro do Frio, casado com D.....

4—5. D. Isabel, que falleceu solteira em 1771.

3—4. Pedro Taques Pires, cidadão de S. Paulo onde serviu reptidas vezes os cargos da republica. Falleceu com testamento em S. Paulo a 9 de Março de 1760. Foi verdadeiro herdeiro das moraes virtudes de seu pai, e avô João Pires Rodrigues; de tal sorte que até soube merecer com geral applauso dos moradores de

(48) *Em titulo de Lemes*, cap. 2.º § 6 n. 3 — 3

S. Paulo o cognome de — Pai da Patria —, que inteiramente soube desempenhar em todas as occasiões do bem publico d'ella. Foi de animo constante para se não deixar vencer dos effeitos da lisonja ou do temor contra as materias do real serviço e do bem commum da patria, que na verdade muito lhe mereceu. Em 1737 soube com honrosa resolução desempenhar o conceito, que tinha adquirido de verdadeiro cidadão, quando á custa de um grande tropel, que lhe urdiu o odio e a injustiça, soffreu constante a injuria de uma prisão, alhea do seu grande merecimento pela iniquidade da sua causa. Teve esta origem no desaforo da vingança pela liberdade e desembaraço com que embargou no dito anno a posse dos officiaes que, para servirem na camara da mesma cidade, tinham sahido de barrete, contra toda a disposição do regio alvará, concedido por privilegio ás duas familias de Pires e Camargos da dita cidade, onde o dito alvará é a lei que se observa para a factura das eleições triennaes e as de barrete. Fundou-se o direito da causa de embargo (porém a repugnancia foi melindroso escrupulo, não sei de que accidente de mecanismo, contra um dos officiaes eleitos), pelo despotismo com que o Dr. João Rodrigues Campelo ouvidor e corregedor da comarca havia procedido na eleição de barrete com total atrevimento de não observar o regio alvará, que n'esta occasião foi posto em total desprezo; porque o corregedor mancommunado com os da sua parcialidade fez corpo de união para que os votos superassem aos do partido da familia de Pires e Camargos. Com effeito sahiram por vereadores de barrete Bartholomêo de Freitas Esmeraldo, moço fidalgo e professo da ordem de Christo, André Alves de Castro, cavalleiro fidalgo e professo da ordem de Christo. e Francisco Pinheiro e Cepeda. Como todos estes não eram das familias dos Pires ou dos Camargos, nem ainda por alliança de casamentos, pugnou pelo cumprimento do real alvará Pedro Taques Pires. Posta a questão da duvida em tela judiciaria, foram rejeitados os embargos, e Taques interpôz aggravo para a relação do Estado. Antes de decidida a causa procedeu por meio extraordinario o mestre de campo João dos Santos Ala, governador da praça de Santos (então interino da comarca de S. Paulo, pela ausencia do general d'ella o conde de Sarzedas) a favor das duas familias prejudicadas, em observancia do mesmo alvará d'el-rei D. Pedro II. Confirmado por el-rei D. João V, que determina a todos os governadores e generaes o façam guardar inviolavelmente. Como o estrepido das armas jamais conseguiu boa harmonia, com a suavidade das letras, temeram os vereadores (que já tinham tomado posse) o effeito de uma prisão, no que já lhes não podia valer o corregedor, e por isso se refugiaram a lugar sagrado. Sustentava Pedro Taques Pires constantemente os embargos, porém, prevalecendo a vingança contra a razão, formaram-lhe taes culpas os parciaes do corregedor, que foi preso o innocente Pedro Taques. D'ellas se livrou, e obteve sentença de absolvição quando já a lima do tempo tinha consumido as memorias que accenderam o fogo na officina da maldade. Porque chegado a S. Paulo Gomes Freire

de Andrada em Novembro de 1737, que ia tomar posse d'aquelle governo por morte do conde de Sarzedas, e informado da innocencia de Pedro Taques Pires, foi o instrumento para que se serenasse esta tempestade. No mesmo tempo chegou a sentença da remuneração do Estado que restituia aos seus cargos os tres vereadores, que ainda serviram os mezes de Novembro e Dezembro d'aquelle anno de 1737.

Pedro Taques serviu de juiz ordinario repetidas vezes, e sahiu eleito pela conformidade dos votos juiz de orphãos triennal da mesma cidade, sua patria; porém, pesando na balança da sua boa consciencia o onus d'este officio, achou que era menos o desprezo da vaidade que o desvanecimento da occupação; e com este conhecimento se eximiu de ficar responsavel a tantos encargos. Casou com *Maria de Arruda,* que falleceu com testamento a 29 de Janeiro de 1721: (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 6º de inventarios, letra M.) filha de Francisco de Arruda sá. *Em titulo de Arrudas,* cap. 1º § 8º, com sua descendencia.

3—5. José Pires de Almeida, cidadão de S. Paulo, onde serviu os honrosos cargos da republica. Foi um dos capitães de cavallos do regimento auxililar de minas de Villa-Boa de Goyazes, que creou D. Luiz Mascarenhas, governador e capitão-general de S. Paulo quando passou áquellas minas a fundar e levantar villa. Passou para a grandeza das minas de Paracatú, onde não lhe foi menos favoravel a fortuna. E por acompanhar a sua filha D. Branca, mulher do capitão *Felisberto Caldeira Brant,* passou para o Serro do Frio, cujos diamantes havia arrematado por contrato de Sèxenio dito Caldeira (que depois de tanta grandeza e de fazer uma figura extraordinária em Minas Geraes acabou pobre em Lisboa, depois de uma dilatada prisão); falleceu no mesmo Serro para onde tinha feito conduzir sua mulher *D. Maria de Arruda,* com quem casou na matriz de S. Paulo ao 1.º de Julho de 1709; filha de João de Macedo. *Em titulo de Arruda,* cap. 1º § 6º n. 23, com sua descendencia. Note-se porem que o assento d'este casamento nos livros da matriz de S. Paulo se acha formado com erro conhecido por engano do Rev. parocho, que o formou; porque, devendo declarar a D. Maria de Arruda por filha de João Macedo, e de sua mulher D. Francisco de Godoy e Gusmão, diz o assento ibi "filha de Balthazar de Godoy e de sua mulher D. Victoria Barbosa", o que foi e é erro que reconhecemos, porque estes não foram os pais de D. Maria de Arruda, mas sim seus avós por parte materna.

3—6. Salvador Pires de Almeida, cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica. Foi casado com D. Anna de Toledo Canto. Sem geração. *Em titulo de Toledos,* cap. 1º do 1º matrimonio.

3—7. D. Anna de Proença, que falleceu com testamento a 10 de Maio de 1712 (cartorio de orphãos de S. Paulo, maço, 4º de inventarias letra M.): foi casada com João Gago Paes, natural e cidadão de S. Paulo, onde falleceu com testamento a 29 de Feve-

reiro de 1728 (49) ; filho de Antonio Paes (que serviu na comarca de S. Paulo em 1660, como se vê no livro de registros n. 4, tit. 1658, fl. 106 e seguintes) e de sua mulher Anna da Cunha, que falleceu em 1675. (Inventarios, letra A. n. 203.) *Em titulo de Prados,* cap. 5º § 9º. *em titulo de Cunha Gagos,* cap. 5º § 9º n. 3—1. O dito João Gago Paes se estabeleceu na sua fazenda com engenho de cannas, Arujá, junto a Bomsuccesso, cujo sitio passou a seu genro Vicente Pimenta de Abreu, que o vendeu a Manoel de Moraes Franco, que fallecendo em Guarulhos, se rematou em praça por Manoel Barbosa de Antas, em 1770. E teve 12 filhos:

4—1. João Gago Paes.

4—2. João Pompêo Paes, casou em Itú.

4—3. Theodoro Paes, que falleceu leso do juizo.

4—4. Francisco Xavier Paes. Casou com D. Maria de Campos. *Em titulo de Campos,* cap. 3º § 1º n. 33.

4—5. Antonio Paes de Almeida.

4—6. D. Maria de Almeida, que casou na matriz de S. Paulo a 21 de Fevereiro de 1700 com José de Góes Cardoso, filho de Manoel de Góes, e de sua mulher Maria da Luz Cardoso. *Em titulo de Carvoeiros,* cap. 1º § 11 n. 3—2. E teve 6 filhos:

5—1. Angelo de Góes Cardoso, que falleceu de bexiga indo para Coimbra.

5—2. José Jacintho Flôres. Casou em S. Paulo em 1747 com D. Anna do Couto de Toledo.

5—3. D. Anna de Almeida, que foi casada com Luiz Cardoso Osorio. Sem geração.

5—4. D. Joanna de Almeida Góes, mulher de Manoel de Araujo de S. Paio. E teve 6 filhos:

6—1. Manoel de Araujo de S. Paio.

6—2. D. Anna de Araujo.

6—3. D. Maria.

6—4. D. Joanna.

6—5. D. Genoveva.

6—6. D. Francisca.

5—5. D. Angela de Góes, foi casada com o capitão Pedro Bernardes Caminha, do lugar de Paredes do Rio de Traz os Montes, e filho de Gregorio Bernardes Caminha, e de sua mulher..... O dito capitão das ordenanças de S. João de El-Rei falleceu em S. José do Rio das Mortes, onde teve 8 filhos.

6—1. O padre José Bernardes de Góes.

6—2. Marçal Bernardes de Góes. Foi para Mato-Grosso em 1767.

6—3. Constantino Bernardes de Góes.

---

(49) Cartorio de orfãos de S. Paulo, maço 5.º, letra I.

6—4. D. Anna Maria Bernardes de Góes. Esta casou com Francisco Pinto Rodrigues, morador em S. José do Rio das Mortes, e juiz ordinario em 1768, natural de.....

6—5. D. Maria Bernardes de Almeida. Esta casou com Domingos Gonçalves de Góes, natural da villa de S. José do Rio das Mortes, filho de.....

6—6. D. Barbara Maria Bernardes.

6—7. D. Marianna Bernardes.

6—8. Pedro Bernardes de Góes.

5—6. D. Maria da Luz Cardoso. Casou com *Caetano* ou *Estanisláu de Toledo Piza,* filho do capitão-mor D. Simão de Toledo, *neste* cap. 3° § 9° n. 3—9 *a n.* 4—8. E teve dois filhos:

6—1. O Reverendo Simão de Toledo Rodovalho. Foi por visitador das minas de Mato-Grosso, vigario da vara e da igreja em 1768, em que tomou posse, e logo falleceu antes de se aproveitar d'aquelle muito rendoso ministerio.

6—2. José de Toledo Piza. Existia em Ararytaguaba em 1792. Casou, e tinha filhos.

4—7. D. Maria Paes de Almeida, que foi casada com Vicente Pimenta de Abreu, natural da villa de Mogy das Cruzes, irmão do capitão Manoel Pimenta de Abreu. Ella falleceu com testamento na dita villa a 5 de Outubro de 1743, e teve quatro filhos: (Orphãos de Mogy, letra M):

5—1. Ignacia.

5—2. João.

5—3. Anna.

5—4. Vicente.

4—8. D. Branca de Almeida, que falleceu com testamento, sem geração; e foi casada com seu parente Lourenço Castanho. (Cartorio do 1° tabellião de S. Paulo, maço de inventarios.)

4— 9. D. Anna da Cunha.

4—10. D. Angela Paes.

4—11. D. Escholastica Paes.

3— 8. D. Maria de Lara, falleceu solteira.

3— 9. D. Francisca de Almeida. Foi casada com Dom Simão de Toledo. *Em titulo de Toledos* (cap. 3°, § 1°). Foi natural e cidadão de S. Paulo, em 1687 (camara de S. Paulo, livro de registros, tit. 1675 á pag. 162), e foi capitão-mor governador da mesma capitania de S. Paulo e S. Vicente, e muitos annos juiz de orphãos. Gozou um grande respeito e estimação como cavalheiro tão distincto. Falleceu em S. Paulo e sua mulher tambem, a qual foi sepultada na igreja dos jesuitas no jazigo que tinha proprio para seu pai João Pires Rodrigues. Do seu matrimonio nasceram em S. Paulo oito filhos:

4—1. Floriano de Toledo Piza.

4—2. Estanisláo de Toledo Piza, casou com......

4—3. Bento de Toledo Castelhanos.

4—4. D. Marianna de Toledo Piza, casou com Antonio José de Camargo, filho do coronel Estevão Lopes de Camargo e de D. Isabel Paz de Siqueira. (*Titulo Camargos*, cap. 1º § 2º n. 3—1 a n. 4—8.)

4—5. D. Bernarda de Toledo Piza solteira.

4—6. D. Branca de Toledo Piza, casou com Gregorio Garcêz da Cunha, irmão de Aleixo Garcêz da Cunha.

4—7. D. Anna de Toledo Piza, falleceu solteira.

4—8. Caetano de Toledo, no n.º retro 5—6.

4—9. D. Maria Pedroza de Toledo, casou com Gonçalves Simões Chassim, filho de Pedro Gonçalves Meira e D. Maria Simões Chassim, natural de Parnahyba.

4—1. Floriano de Toledo Piza, existe em 1766, cidadão de S. Paulo, de cuja republica tem servido seus honrosos cargos. Está casado com D. Antonia de Medeiros Cabral, filha de *Manoel Lopes de Medeiros*, cidadão de S. Paulo, de cuja comarca foi sargento-mór com 80$000 réis de soldo, por carta patente de Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão-general do Rio de Janeiro e S. Paulo, que dando conta a Sua Magestade d'este provimento na pessoa de Manoel Lopes de Medeiros, foi o dito senhor servido cinfirmar-lhe a patente por carta de 12 de Novembro de 1700, como se vê na secretaria do ultramar (livro das cartas do Rio de Janeiro, anno de 1673, a fl. 270, e cartorio da provedoria da fazenda de Santos, livro de reg. a fl.. . . .) Este paulista foi cheio de tanta honra como de espiritos para o zelo da utilidade e bem commum da patria, sendo igualmente efficaz para o real serviço, por cujo merecimentos conseguiu a incomparavel honra de receber uma carta firmada pelo real pulso d'el-rei D. Pedro, com data de 20 de Outubro de 1698, na qual Sua Magestade lhe louva o zelo com que se houvera na expedição das ordens que lhe expedira o governador Arthur de Sá, que lhe manda agradecer por esta carta segurando-lhe que tudo que tinha obrado lhe ficava em lembrança para folgar de lhe fazer toda a mercê, quando tratasse dos seus requerimentos e de sua mulher D. Maria Moreira Cabral, irmã inteira de D. Francisco Mathêos Rendon, de quem tratamos n'este capitulo. E *em titulo de Rendon*, n. 1º, cap. 1º § 6.º E teve 8 filhos:

5—1. Simão de Toledo Almeida, casado com D. Custodia Paes, das quaes tratamos *n'este capitulo* § 3º n. 4—6.

5—2. D. Maria Angela da Luz de Toledo. Existe viuva de seu marido Angelo Xavier do Prado, natural de Mogy das Cruzes, que falleceu em S. Paulo, em 1768. Irmão inteiro do M. R. Faustino Xavier do Prado, conego da Sé de S. Paulo, que pelas suas virtudes e outros merecimentos passou sempre occupado nos empregos de pastor de almas em varias igrejas, e foi visitador de uma grande parte do bispado, filho de Francisco de Borja Xavier, que, nascendo no mar, foi baptizado no Rio de Janeiro, para onde vieram seus pais, e de sua mulher D. Maria do Prado, natural de Mogy das Cruzes. Neto por parte paterna de Pedro de Barros,

sargento-mór do regimento de artilheria do presidio do Rio de Janeiro, que acabou governador da fortaleza de S. João do mesmo presidio, e de sua mulher D. Josepha Rodrigues, naturaes da villa da Gaya da cidade do Porto. E pela parte materna, neto de Salvador do Prado. (*Em titulo de Prados,* cap. 8º § 1º n. 3—1 e seguintes.) E teve filho unico:

6—1. José Joaquim Xavier de Toledo.

5—3. D. Anna Maria de Toledo. Em S. Paulo, casada com o sargento-mór Patricio da Silva Chaves, natural de Minas-Geraes, filho do sargento-mór João Gonçalves Chaves, e de sua mulher D. Michaela da Silva, uma das casas da maior opulencia e tratamento que teve a capitania das Geraes. Tem 2 filhos.

5—4. D. Ignacia Maria de Jesus, casou em S. Paulo com Antonio de Freitas Toledo, seu parente, cidadão de S. Paulo, filho de Francisco de Freitas de Toledo (irmão inteiro do capitão-mor governador D. Simão de Toledo Piza). *Em titulo de Toledos,* cap. 3º, § 7º. E teve 10 filhos.

5—5. Manoel Joaquim de Toledo. Existe casado com D. Maria Forquim de Almeida, e se receberam na freguezia de Ararytaguaba, filha de José de Almeida, natural da cidade do Porto, e de sua mulher Maria Forquim da Luz, da cidade de S. Paulo. *Em titulo de Forquins,* cap. 1º. E tem 4 filhos.

5—6. José Floriano, que falleceu afogado no rio Tieté em 1763, solteiro.

5—7. Antonio João de Toledo, casado em a matriz de Mogy das Cruzes com D. Angela Maria de Jesus, filha do capitão de ordenanças Marcellino Corrêa de Mattos, e de sua mulher D. Maria Rodrigues Froes, natural da mesma villa, e por ella neta do coronel Pedro Rodrigues Froes, familiar do Santo Officio da inquisição de Lisboa, e de sua mulher D. Isabel Barbosa de Moraes, que falleceu na villa de Mogy a 20 de Abril de 1742. *Em titulo de Moraes,* cap. 2º, § 6º n. 3 — 3 e seguintes.

5—8. D. Ursula Maria das Virgens (filha ultima de Floriano de Toledo, n. 4—1), existe solteira.

3—19. D. Mecia Rodrigues, foi casada em S. Paulo a 31 de Junho de 1695 com *Antonio de Godoy Moreira Mendonça,* filho de *Belchior de Godoy* e de sua mulher *Catharina de Mendonça. Em titulo de Godoy,* cap. § 3. E teve 4 filhos naturaes de S. Paulo:

4—1. João Pires de Godoy.

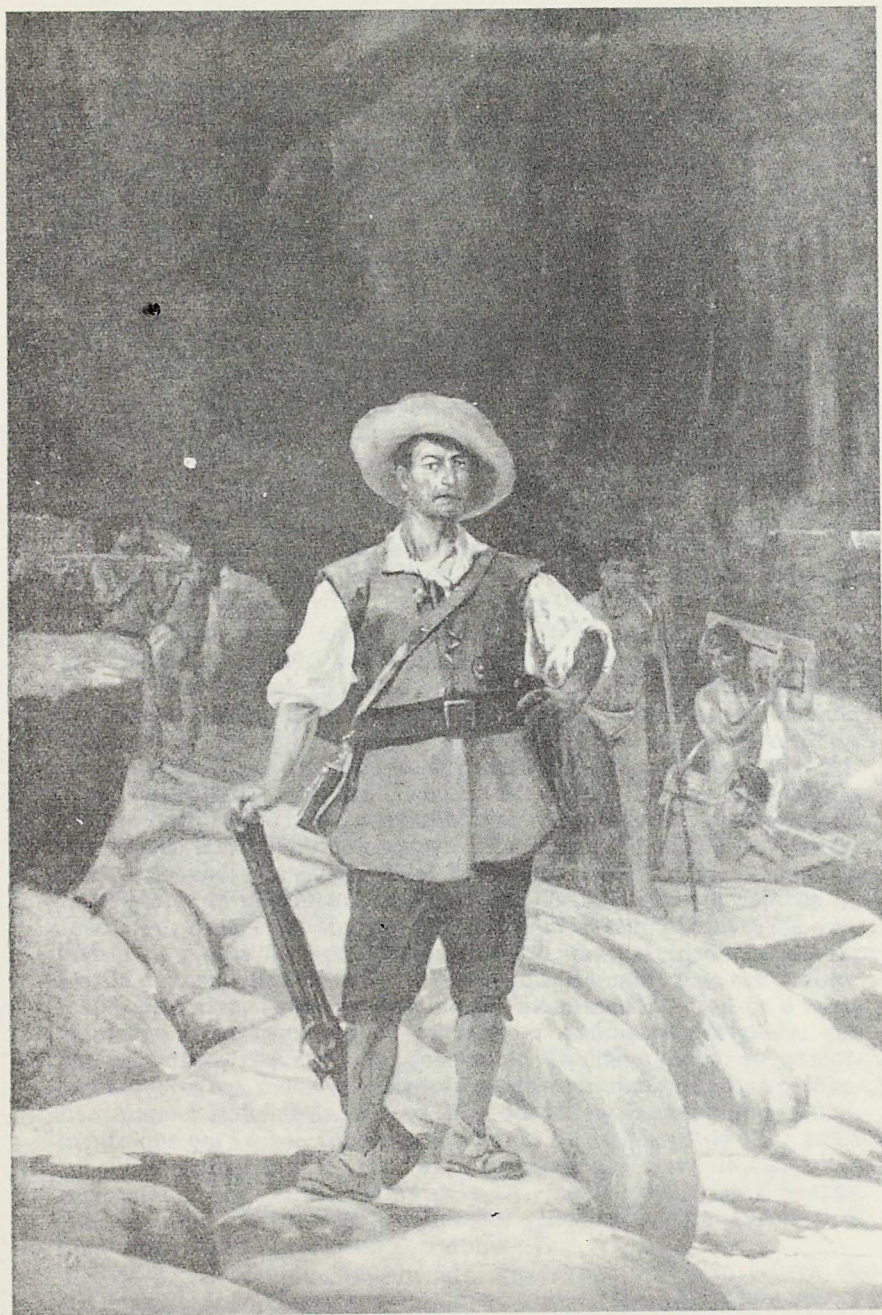
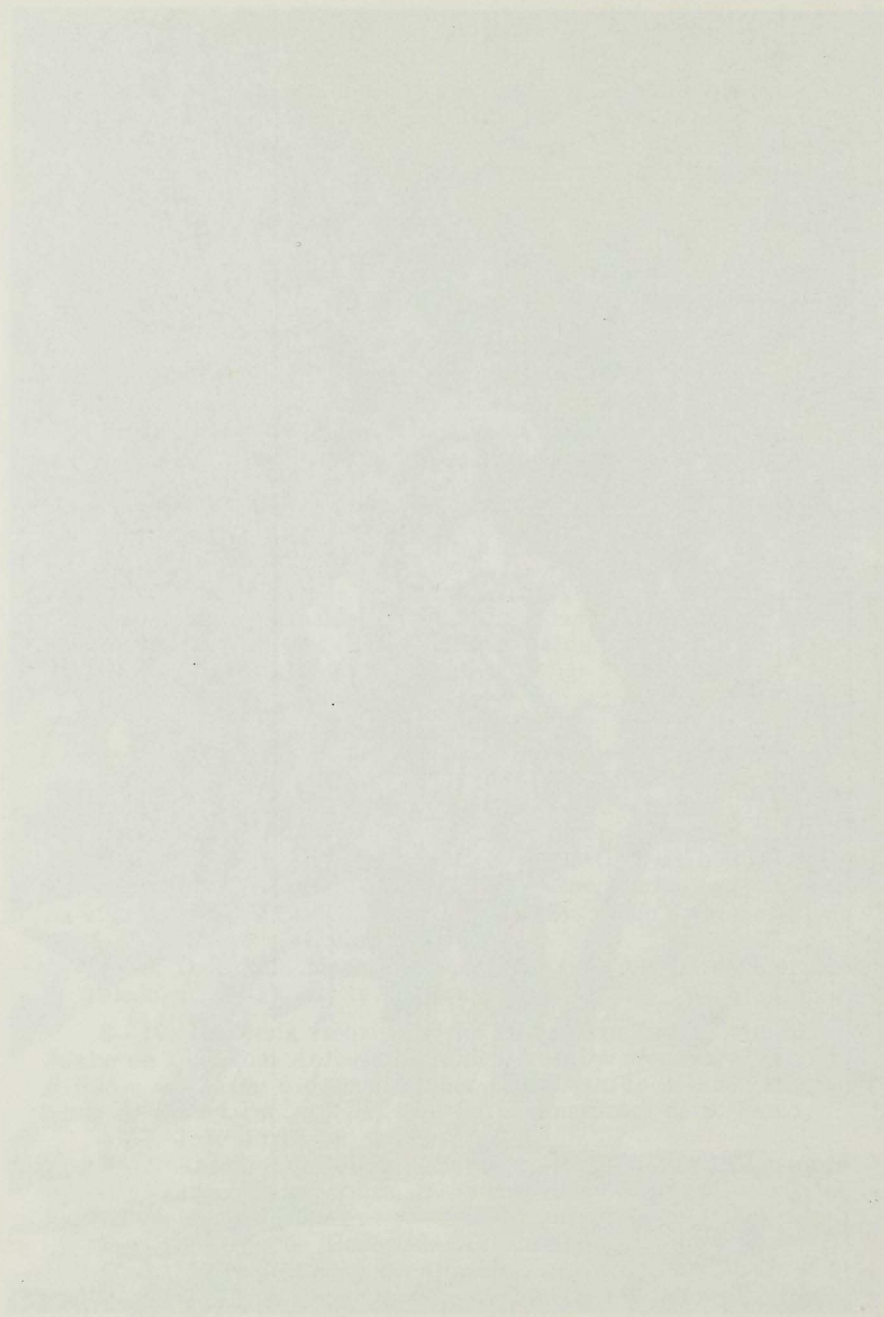
4—2. Antonio de Godoy, morador da villa de Mogy, onde serviu os cargos da republica, casou com *Joanna Simôa Rodrigues,* natural de Mogy. E teve:

5—1. Antonio de Godoy de Almeida.

5—2. Maria de Godoy de Almeida.

5—3. Isabel de Godoy de Almeida, mulher de Manoel Adorno, natural de Mogy.

5—4. ....

4—3. José Pires de Godoy, alferes da companhia de Jacarehy.

Ciclo da caça ao índio, Um Bandeirante, por Henrique Bernardelli — *(Cortesia do Museu do Ipiranga).*

4—4. Maria de Godoy, foi casada com Manoel Pimenta de Abreu, natural de Mogy, onde foi capitão, e com os seus soldados e officiaes subalternos sahiu de socorro á sua custa, sustentando a companhia toda, para a villa de Santos, em tempo que o francez tinha tomado o Rio de Janeiro. Foi da governança d'aquella republica, onde sempre teve o primeiro voto. Foi filho de ....

E teve 7 filhos naturaes de Mogy:

5— 1. Antonio Pires.
5— 2. Vicente Pimenta de Abreu.
5— 3. Anna Paz de Almeida, natural de Jacarehy.
5— 4. Maria de Godoy de Almeida.
5— 5. Isabel de Almeida.
5— 6. Anna Pires de Almeida.
5— 7. Archangela Pimenta.

3—11. Isabel de Almeida, que na matriz de S. Paulo a 23 de Abril de 1702 casou com Manoel de Góes Cardoso, sem geração. *Em titulo de Carvoeiros*, cap. 1º § 11.

3—12. D. Anna Maria de Almeida (filha ultima de D. Branca de Almeida, pag. 170), casou na matriz de S. Paulo a 10 de Agosto de 1709 com Thomé Alvares, natural da cidade de Evora, e cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica, e foi juiz ordinario e de orphãos; filho de Miguel Alvares, de Evora, da freguezia de Nossa Senhora de Machado, e de sua mulher Anna Pereira, natural da villa de Evoramonte. Este Thomé Alvares foi capitão de infantaria da companhia do regimento dos auxiliares da nobreza de S. Paulo, que occupou pelos annos de 1707. Foi irmão inteiro do padre pregador Frei Francisco de S. Thomaz, religioso franciscano da provincia dos Algarves. Neto por parte paterna de João Gonçalves e de sua mulher Brites Visagre, naturaes da freguezia de Nossa Senhora de Machado, termo da cidade de Evora. E pela materna neto de Antonio Fernandes Ramalho e de sua mulher Isabel de Paiva, naturaes da villa de Evoramonte. Consta o referido de um instrumento de *puritate et nobilitate probanda*, que por parte, e a requerimento do capitão Thomé Alvares, se processou em 1707 na cidade de Evora, sendo escrivão dos autos o tabelião Manoel Botelho de Mattos, que dos ditos autos passou instrumento que em Lisboa foi reconhecido em 24 de Março de 1707 pelos tabelliães Antonio da Costa Pereira e Manoel Gomes de Carvalho, e se passou por India e Mina pelo Dr. Manoel de Freitas Soares, juiz de India e Mina das justificações ultramarinas em Lisboa. E teve unica filha natural de S. Paulo:

4—1. D. Josepha de Almeida, que existe em 1783, viuva de seu marido João Gonçalves, de quem fizemos menção *n'este cap.* § 1º pag. 39. No grao de impedimento de affinidade em que se achava João Gonçalves Figueira foi dispensado para contrahir o matrimonio, do qual nasceram em S. Paulo 3 filhos:

5—1. Pedro de Almeida Lara, falleceu solteiro em um naufragio que fez uma sumaca, em que ia embarcado do Rio de Janeiro para Santos.

5—2. Thomé de Almeida Lara, que em 1762 foi creado alferes da companhia do capitão João de Siqueira Barbosa, para o regimento de infantaria do Rio-Pardo, na mesma occasião, que se formou a recruta das quatro companhias paulistas com 200 homens. *Vide n'este* cap. § 3º n. 4 — 6: Passou a alferes de dragões pela promoção de 1764.

5—3. D. Anna do Pilar, que em S. Paulo casou com João de Godoy Pinto da Silveira, natural e cidadão da mesma cidade, filho de Francisco de Godoy Preto e de sua primeira mulher D. Anna Maria da Silveira.

Descobrindo no sertão inculto entre o rio das Almas e o de Calhamares as ferteis minas, que tomaram o nome, que ainda hoje conservam, do Pilar, foi d'ellas guarda-mor; estando de antes capitão de cavallos do regimento auxiliar das minas de Goyazes, por patente de D. Luiz Mascarenhas, governador e capitão-general da capitania de S. Paulo e Minas do Cuyabá e Goyazes em 1740. Existe em posto de capitão-mor conquistador dos barbaros indios *Cayapós,* em cujo emprego succedeu a Antonio Pires de Campos, debaixo das mesmas régias mercês de habito de Christo com tença de 50$ réis, e officio de escrivão da ouvidoria da Villa Boa de Goyazes em propriedade. Tem-se feito bem conhecido pelo destimido animo de que se reveste para castigo dos gentios, que d'antes infeccionavam o continente d'aquellas minas, e sua comprida estrada. Mas fez-se suspender esta conquista por nova ordem, o que bastou para os mesmos barbaros repetirem com maior excesso os insultos de tantos incendios e mortes que têm executado. Agora em 1763 tornou a vir ordem de Sua Magestade para se conquistar este inimigo á força de armas, visto serem incapazes de reducção por meio da suavidade de paz, que como brutos indomitos não admitem.

§ 10

2—10. D. Maria de Lara (filha de Lourenço Castanho Taques e de D. Maria de Lara), foi casada com João de Toledo Castelhanos, natural e cidadão de S. Paulo. *Em titulo de Toledos,* cap. 1º, onde tratamos do illustre sangue d'este cavalheiro paulista pelos costados paternos, que vão acabar á casa de Alva de Tormes em Castella que são duques e condes de Oropeja. E teve nascidos em S. Paulo 7 filhos:

3—1. D. João de Toledo e Castelhanos.
3—2. Lourenço de Toledo Taques.
3—3. Diogo de Toledo Lara.
3—4. Simão de Toledo Castelhanos, *em* Prados pagina 94.
3—5. D. Maria de Lara, falleceu solteira.
3—6. Ignacio, falleceu religioso carmelita calçado.
3—7. D. Thereza do Prado Castelhanos.

Cópia de alguns papeis avulsos da geração do capitão-mór D. João de Toledo Piza, n. 3 — 1. (E' letra estranha e emendada por Pedro Taques).

4— 1. Anna Ferreira de Toledo.
4— 2. D. Branca de Toledo.
4— 3. D. Joanna de Toledo.
4— 4. D. Angela de Toledo.
4— 4. D. Francisco de Piza.
4— 6. D. João de Piza Toledo.
4— 7. Antonio de Toledo.
4— 8. D. Ignacia de Piza.
4— 9. D. Thereza de Toledo.
4—10. D. Maria de Lara de Toledo.
4—11. D. Maria Phenix.

4—1. D. Anna Ferreira de Toledo, casada com Salvador Corrêa Bocarro, natural de Taubaté, que foi guarda-mor das minas da Campanha do Rio-Verde de Santo Antonio de Val de Piedade, filho de Serafino Corrêa e de Branca Raposo. E teve 10 filhos:

5—1. Salvador Corrêa de Toledo, que em 1749 tomou a medalha de familiar do Santo Officio: existe solteiro em 1773.

5—2. D. Branca Theresa de Toledo, existe viuva de Domingos Gonçalves Vianna, natural d'esta villa, filho de Domingos Alves Ferreira e de D. Serafina de ...... E teve seis filhos nascidos na freguezia de Santo Antonio de Val de Piedade:

6—1. Domingos Gonçalves Vianna.

6—2. Antonio de Araujo de Toledo. Existe em S. Paulo.

6—3. Francisco Leonel Gonçalves. Falleceu em S. Paulo a 20 de Junho de 1773, e jaz em Santa Thereza.

6—4. D. Maria de Toledo, casada com Francisco Ignacio, natural da villa da Covilhã.

6—5. Luzia Joaquina de Toledo, casada com Francisco Lopes da Silva, natural do Rio de Janeiro.

6—6. D. Isabel Leonor de Toledo, solteira.

5—3. João de Toledo Castro.

5—4. D. Custodia do Sacramento, casada na freguezia de Santo Antonio com Manoel de Souza da Silveira, natural da ilha do Fayal, primo direito do padre João de Mattos da Silveira. Elle falleceu em 1769, e teve 2 filhos.

5—5. D. Anna Joaquina de Toledo, casou na Freguezia da Campanha com Mathias Ferreira de Sampaio, natural do Rio de Janeiro, que falleceu em 1772. E teve dez filhos:

6— 1. Maria Ferreira de Toledo.
6— 2. Theodoro Rangel de Toledo.
6— 3. Anna Ignacia.
6— 4. Bernardo Ferreira.
6— 5. Ursula.
6— 6. Thomasia, falleceu menina.

6— 7. Francisca.
6— 8. Antonio.
6— 9. José, falleceu menino.
6—10. Joaquina, falleceu menina.
5— 6. Maria Nazareth, solteira.
5— 7. Francisco Felix Corrêa. Depois de correr varias fortunas por suas extravagancias, casou finalmente em S. Paulo com D. Quiteria Rendon, filha de Simão de Toledo e D. Custodia Paes. Assentou praça em tempo de Martim Lopes de Sousa.
5—8. Andreza de Castanho Moreira, solteira.
5—9. Branca Zeferina de Toledo, solteira.
5—10. Anna Ursula de Alvarenga, solteira, todas em 1773.

4—2. Branca de Toledo, casada com Francisco Xavier da Silva, natural de Portugal. E teve onze filhos:
5—1. D. Luiza de Toledo, solteira.
5—2. D. Maria Rosa, casada com Manoel Teixeira Ribeiro, natural de Portugal. Deixou geração.
5—3. Theresa Angelica, viuva de José Pedro da Silveira, natural de Portugal. Deixou geração.
5—4. Anna de Toledo, casada com João Francisco Grillo, natural de Portugal. Deixou geração.
5—6. Ursula Francisca de Toledo, solteira.
5—7. Joanna de Toledo, casou com Joaquim da Silva Povoas, filho de ....
5—8. Francisco de Salles Xavier, solteiro.
5—9. Ignacio Xavier, solteiro.
5—10. José Xavier de Toledo, sacerdote do habito de S. Pedro.
5—11. Manoel Xavier, casado com Maria Thereza Rangel, natural de Pitangui. Deixou geração.

4—3. D. Joanna de Toledo, casou com Miguel Pires Barreto, irmão do guarda-mor Salvador Corrêa Bocarro. E teve onze filhos:
5—1. João de Piza Castelhanos, casado com D. Maria do Monte Claro, natural de Taubaté, filha do sargento-mor Manoel Pinto Barbosa. Deixou geração.
5—2. Anna Joanna de Toledo, solteira.
5—3. Manoel Joaquim de Alvarenga, solteiro, viveu na Bahia com D. João de Piza: assentaram-lhe praça; deu baixa, e veiu a Lisboa em 1782, e voltou para Pernambuco.
5— 4. Antonio Manoel de Alvarenga, clerigo de S. Pedro.
5— 5. Alberto de Toledo.
5— 6. Alexandre Manoel.
5— 7. Miguel Pires Barreto.
5— 8. Francisco Moreira de Castanho.
5— 9. Maria Sophia de Toledo.
5— 10. Branca Raposo.
5— 11. Joanna de Toledo.
5— 12. Angela de Toledo: Todos solteiros.

4—4. D. Angela de Toledo, casou com José da Costa, natural de Portugal. E teve 5 filhos:

5— 1. José da Costa de Toledo.
5— 2. Maria da Costa de Toledo.
5— 3. Rita de Cassia de Toledo.
5— 4. Branca Benedicta de Toledo, casou com José Pereira Caixeta, natural de Villa-Rica.
5— 5. Bento Ferreira de Toledo, casou com D. Maria.......

4— 5. D. Francisco de Piza. Casou em Araritaguaba com D. Escholastica, *em titulo de Lemes,* (cap. 5º).

4—6. D. João de Piza de Toledo, familiar do Santo Officio. Teve uma grande reputação na cidade da Bahia, onde viveu muitos annos. Teve um grande officio na alfandega, seu, e falleceu em 177...

4—7. Antonio de Toledo, solteiro.

4—8. D. Ignacio de Pisa, falleceu solteiro na campanha do Rio-Verde.

4—9. D. Thereza de Toledo, casada na Campanha com o alferes Manoel Corrêa Harnaut, natural de Portugal. E teve treze filhos:

5— 1. Anna Joaquina de Toledo, casou com Manoel Nunes de Mendonça, natural de Pindamonhangaba, filho de Domingos Nunes de Mendonça. Deixou geração.
5—2. Joaquim Corrêa Harnaut, solteiro.
5— 3. José Corrêa Harnaut, solteiro.
5— 4. D. Rita Maria de Toledo, solteira.
5— 5. D. Francisca, casou com Antonio Leite de Mendonça, irmão de Manoel Nunes de Mendonça, acima.
5— 6. D. Maria Phenix de Toledo, solteira.
5— 7. D. Ursula Margarida de Toledo, solteira.
5— 8. D. Genoveva da Trindade e Toledo, solteira.
5— 9. D. Quiteria de Toledo, solteira.
5—10. D. Escholastica de Toledo, solteira.
5—11. D. Joaquina de Toledo, solteira.
5—12. Antonio Corrêa, solteiro.
5—13. Ignacio Corrêa Harnaut, solteiro.

4—10. D. Maria de Lara de Toledo, casou com Manoel Cavalheiro de Lombria.

4—11. D. Maria Phenix, casou com Pedro Vaz de Campos, em Araritaguaba.

Morte do capitão-mór D. João de Toledo Pisa

Estando no lugar chamado da Rocinha, sitio da freguezia do Rio Grande, em casa de sua filha, D. Branca de Toledo, no decurso de cinco annos de assistencia, estando são e sem a menor enfermidade, deu balanço a todos os papeis que possuia e foi reduzindo á cinzas todos os que não diziam respeito a utilidade do seu casal; e completa esta diligencia se despediu da filha para vir buscar a

casa da outra filha D. Anna Ferreira de Toledo, affimando que era chegado o tempo da sua morte. N'esta jornada procurou a seu bom amigo e compadre o padre Bento Ferreira Villa-Nova, e o conduziu para seu confessor na hora da morte. Ambos chegaram á casa de D. Maria, onde foi recebido com os agasalhos do respeito e amor paternal. N'esta casa durou quatorze dias, dispondo sua alma com o pasto espiritual e sempre com saude e sem declinação no juizo. Chegou o dia da sua morte, e, recolhendo-se á cama, pediu a seu confessor que o não desamparasse, porque até ás 5 horas da tarde havia dar contas ao Creador; assim succedeu, e, abraçado com o santo cruxifixo, acabou a vida pelas 5 horas da tarde, com grande consolação de todo o concurso que lhe assistia. Tinha feito o seu testamento n'esta mesma casa e n'elle pediu ser amortalhado no seu habito que tinha, de terceiro de S. Francisco, e que as ceroulas que havia vestir sobre a camisa depois de cadaver fosse pedida pelo amor de Deus, a quem lhe desse essa esmola; e sepultado o seu corpo no lugar do cruzeiro do adro da igreja matriz de Santo Antonio de Val de Piedade da Campanha do Rio-Verde.

CAPITULO IV

1—4. D. Sebastiana Taques, casou em S. Paulo a 16 de Fevereiro de 1632, com João Ferreira Coutinho, filho de João Ferreira e de sua mulher D. Branca, moradora da capitania do Espirito-Santo, villa da Victoria; o que consta do Liv. 1º dos casamentos da matriz de S. Paulo, anno de 1632. Sem geração.

CAPITULO V

1—5. D. Marianna Pompêo Taques casou em S. Paulo com Manoel de Góes Raposo, a 25 de Fevereiro de 1635, natural de S. Paulo, filho de Antonio Raposo e de sua mulher Isabel de Góes. Assim se vê no Liv. 1º dos assentos dos casamentos da matriz de S. Paulo, anno 1635. D. Marianna Pompêo falleceu, com testamento em S. Paulo, a 13 de Janeiro de 1647. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 3º d'inventarios, letra M) ; e seu marido em 1671, com testamento. (Cartorio de orphãos de Parnahyba, Inventario n. 222). Antonio Raposo, pai do dito Manoel de Góes Raposo, foi natural da cidade de Beja, e falleceu em São Paulo, com testamento, a 7 de Janeiro de 1633, cavalleiro armado. Em titulo de Raposos Bocarros (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2º de inventarios, letra A, o de Antonio Raposo). E de sua segunda mulher Isabel de Góes natural da ilha da Madeira, que falleceu em 1629. (Orphãos de S. Paulo, maço 2º de inventarios, letra I, o de Isabel de Góes) ; e foi filha de Domingos de Góes, natural da ilha da Madeira, e de sua primeira mulher Catharina de Mendonça, com quem já veio casado da dita ilha para S. Vicente, em 1545. Tudo se vê no archivo da camara de S. Paulo, no caderno

titulo 1598. Provedoria da fazenda real, livro de sesmarias, titulo 1555 á fls. Este Domingos de Góes e sua primeira mulher Catharina de Mendonça, vindos da ilha da Madeira, foi um dos casaes dos primeiros povoadores de S. Paulo, transmigrados da villa de S. Vicente, onde tiveram o primeiro estabelecimento para a fundação de S. Paulo. Foram pessoas de estimada nobresa, por cujo merecimento conseguiram casamentos de igualdade de seus filhos, como se vê em titulos de Raposos Góes, nos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e seguintes.

Manoel de Góes Raposo fez assento junto á villa de Parnahyba, onde teve fazenda de grande cultura, porcos, muito gado vaccum e animaes cavallares. E teve só duas filhas, como se vê dos testamentos acima accusados, naturaes de S. Paulo.

2— 1. D. Anna de Góes, § 1º.
2— 2. D. Isabel Pompêo, § 2º.

§ 1º

2—1. D. Anna de Góes (chamava-se Anna de Proença, quando falleceu sua mãi, em 1647), que foi moradora da villa de Parnahyba, onde falleceu, com testamento, a 18 de Fevereiro de 1679, e foi casada com Aleixo Leme dos Reis (irmão de Sebastião Leme da Silva, filhos de Pedro Leme, e de sua mulher Helena do Prado Em titulo de Lemes), que falleceu, com testamento, a 17 de Outubro de 1671. (Cartorio da villa de Parnahyba, maço de inventarios, letra A, n. 278, o de D. Anna de Góes; letra A, n. 221,o de Aleixo Lemes dos Reis). E teve naturaes de Parnahyba quatro filhos:

3— 1. Maria Pompêo.
3— 2. Maria Leme da Silva.
3— 3. Maria Pompêo.
3— 4. Maria Leme do Prado.
3— 1. Manoel de Góes Raposo. Casou com Ursula Pedrosa.

E teve:

4—1. Manoel de Góes Raposo, que existe em 1665, morador no sitio do Taboão, caminho de Jundiahy, e casado com Isabel da Rocha, natural de Parnahyba, viuva do seu primeiro marido Antonio de Lemos Moraes. E tem tres filhos:

5— 1. Manoel de Góes Raposo.
5— 2. Escholastica.
5— 3. Maria.

4— 2. Maria Pompêo de Almeida, casou em Parnahyba com José de Oliveira, que falleceu em 1725. E teve onze filhos, como se vê do seu testamento (Orphãos de S. Paulo, letra I, n. 311).

4—3. Josefa....... casou com Vicente Ferreira de Tavora, morador de Itu'. E tem filhos.

3—2. Maria Leme da Silva. Foi casada com Antonio Gonçalves Ribeiro, natural de S. Paulo, que falleceu no sertão dos

Curraes da Bahia, filho unico de Manoel Gonçalves Cadime, natural da ilha de S. Miguel, e cidadão da cidade de S. Paulo, e de sua mulher Mecia Ribeira, natural da mesma cidade teve terras no Itahim, e falleceu a 21 de Agosto de 1709, com testamento, que se acha no residuo da ouvidoria de S. Paulo letra M., pessoas nobres, como consta dos autos de *puritate et nobilitate probanda*, processados no juizo ecclesiastico em 1724, sendo escrivão o padre João Gonçalves da Costa, e vigario da vara o padre João de Pontes; e o justificante foi o alferes Sebastião do Prado Cortez pelos seus quatro avós; e sua mulher Maximiana de Mariz tambem pelos seus quatro avós. E teve seis filhos naturaes de S. Paulo:

4—1. Sebastião do Prado Cortez, nasceu a 21 de Setembro de 1689, e falleceu em S. Paulo, com testamento, a 11 de Dezembro de 1763. Foi alferes de infantaria da companhia de ordenanças do capitão Gaspar Cubas. Da sua justificação sobredita consta do seu zelo e honra nas diligencias que lhe foram encarregadas; a qual se acha no juizo ordinario da cidade de S. Paulo (Aut. Civis de Justificações, letra S). Foi casado em S. Paulo com Maximina de Mariz, a 2 de Novembro de 1687, sua prima em 3º grao de consanguinidade, filha de Francisco de Alvarenga Mariz, natural do Rio de Janeiro, e de sua mulher Maria Pacheco Micel, natural de S. Paulo. Neta pela parte paterna de Salvador Antunes Lobo, natural da ilha de S. Miguel, e de sua mulher Beatriz Pereira de Mariz, da nobre familia do seu appellido da capitania do Rio de Janeiro. E pela parte materna neta de Antonio Pacheco Jorge e de sua mulher Maria Micel. Em titulo de Pachecos Jorges. E teve, naturaes de S. Paulo, nove filhos:

5—1. José Francisco Raymundo, que, desprezando os estudos, tratou de negocio, administrando os dizimos, que por contrato arrematou seu pai; e depois para Goyazes, e fez estabelecimento em fazendas de gados nos campos do rio Oruhu, perto de Villa-Boa, onde existe solteiro.

5—2. Sebastião de Almeida Taques, falleceu solteiro.

5—3. João Pedroso Leme, existe em S. Paulo solteiro.

5—4. Thereza de Jesus do Prado, casou em Jacarehy com José da Silva Gonçalves, natural de Taubaté, filho de José da Silva Gonçalves, que foi morto por aleivozia de seus proprios escravos, estando senhor da fazenda e engenho da casa de telha da Borba do Mato, termo da villa de Goyazes; e de sua mulher Isabel Pedrosa de Freitas, natural de Taubaté. Em titulo de Freitas.

5—5. Maria José de Jesus, que casou em S. Paulo com José Pacheco Micel, e foram dispensados nos impedimentos dos gráos de parentesco de consanguinidade, em que por duas linhas prendiam; filho de Antonio Pacheco Micel, e de sua segunda mulher Maria Blanca da Silva. Em titulo de Pachecos Jorges, cap. 7º.

5—6. Maria do Nascimento de Jesus, existe, e casou em S. Paulo com José Pereira da Cunha, natural da freguezia de Santo Amaro, termo da mesma cidade, filho de José Pereira Ebano e de sua mulher Joanna da Cunha. Elle é da nobre familia de Botafogos, da cidade do Rio de Janeiro. Em titulo de Botafogos.

5—7. Francisco José Raymundo Taques, que se acha habilitado para ordens, baptizado em S. Paulo a 3 de Setembro de 1726.

5—8. Sebastião do Prado Cortez, falleceu solteiro.

5—9. Maximiano Pereira de Mariz, existe solteiro.

4—2. Antonio Gonçalves Ribeiro, foi casado com Domingas da Rocha, natural de Parnahyba. Sem geração.

4—3. José Gonçalves Ribeiro, foi casado com D. Isidora do Amaral, filha de D. Escholastica de Godoy da Silva e de seu primeiro marido o sargento-mor Bento do Amaral da Silva, de quem temos tratado n'este titulo. Cap. 2° § 3°. § 3°, *pag.* 255, 2° *trim. de* 1869).

4—4. Angela dos Reis. Existe viuva de seu marido Manoel Rodrigues. Sem geração.

4—5. Anna de Góes, que foi casada com Leandro Dias Cardoso, natural da villa de Sergipe del Rei, termo da cidade da Bahia, filho de Antonio Dias Cardoso, e de sua mulher Sebastiana de Azevedo. E teve seis filhos:

5— 1. João Cardoso da Silva.

5— 2. José Pedroso Leme.

5— 3. Pedro Rodrigues da Silva. Casou com Marianna de Siqueira, filha de Alberto de Oliveira e Helena do Prado. *Em titulo de Lemes,* cap. 7°, § 4°, n. 3 — 1.

5— 4. Bento Leme da Silva.

5— 5. Antonio Cardoso da Silva.

5— 6. Ignacio Dias Cardoso.

4—6. Thereza da Silva Leme. Existe viuva de Faustino Pereira de Abreu, natural de Ponte de Lima. Sem geração. Falleceu em 1768.

3—3. Maria Pompêo. Falleceu com testamento em 1715. (Cartorio, Livro de notas de S. Paulo, inventario de Maria Pompêo). Foi casada com Manoel Corrêa de Carvalho. Sem geração.

3—4. Maria Leme do Prado. Foi casada com Manoel Gonçalves de Aguiar, natural de Parnahyba, filho de João Gonçalves, natural do Rio de Janeiro e de sua mulher Luzia Bicudo. *Em titulo de Bicudos,* cap. 5°, § 3°, n. 3—7 E teve:

4—4. Alvaro Netto Bicudo, natural de Parnahyba, falleceu em S. Paulo (Orphãos de S. Paulo, letra A, n. 196). Foi casado com Escholastica da Silva Micel, natural de S. Paulo, filha de Antonio Pacheco Micel, natural e cidadão de S. Paulo, e de sua segunda mulher Maria Blanca da Silva, natural de S. Paulo, que foi filha de José da Silva Góes, por alcunha "Cabeça do Brasil", por ser natural da villa de S. Vicente, que algum dia foi cabeça de comarca, e primeira villa que fundou o descobridor e senhor donatario da capitania Martim Affonso de Souza. e de sua primeira mulher....... Blanca. Em *titulo de Pachecos,* cap. 1° § 10. E teve cinco filhos, que constam do testamento com que falleceu a 31 de Março de 1732 o dito Alvaro Netto:

5—1. João Bicudo, morador e casado em Parnahyba.

5—2. Antonio Bicudo, morador nas suas lavras de Jaraguaá, casou com ....

5—3. Maria Blanca da Silva, casou com Miguel Garcia de Carvalho. Sem geração.

5—4. Escholastica Bicudo, casou com José Soares, morador de Jundihay, tem filhos.

5—5. Maria.

4—2. Isabel....... moradora e casada nas Geraes em Guarapitanga com..........

4—3. Joanna .... idem.

4—4. Antonia...... casou com André de Mello dos Santos moradores no dito lugar das Geraes, e têm filhos, entre os quaes é o padre André de Mello dos Santos.

§ 2.º

2—2. Isabel Pompêo, (pag. 211) casou segunda vez com Manoel Chaves Leme, que, passando de morada para a villa de Guaratinguetá, nella falleceu a 28 de Maio de 1668. Sem geração.

CAPITULO VI

1—6. Antonio Pompêo de Almeida. Em vida de seu pai Pedro Taques, foi mandado por elle a Lisboa, de onde passou a Angola, e d'alli a S. Paulo sua patria. Passados alguns annos foi encarregado da administração das rendas reaes pela provedoria da fazenda da mesma capitania de S. Paulo e S. Vicente. Para dar as suas contas na provedoria-mor do Estado do Brasil, foi á cidade da Bahia, d'onde, recolhendo-se, casou na cidade do Rio de Janeiro com os acertos da eleição da sua qualidade com D. Maria de Sousa Coutinho, da nobre familia de Botafogos, que se achava viuva de seu primeiro marido *Manoel Fernandes Cacere,* que dizem fora natural da villa de Vianna, de conhecida nobreza. Tinha esta senhora do dito seu primeiro marido um casal de filhos, que ainda eram solteiros quando se casou segunda vez. Pouco tempo se lograram os desposados; porque, tendo ella umas differenças com certa senhora da dita cidade, os do partido d'esta, temendo algum excesso da parte de Antonio Pompêo, se anteciparam com a barbara resolução que tomaram. Bateram em uma noite á porta de Pompêo, que, acordando, a mandou abrir, e no mesmo instante lhe subiram as escadas uns rebuçados, que chegando de tropel á camara, onde pousavam marido e mulher, dispararam os bacamartes, e no mesmo leito ficaram ambos mortos. Acordaram estes echos e o pranto da familia aos vizinhos; fugiram os delinquentes; e pelas antecedencias logo se conheceu ou presumiu quem fora o agressor:

prendeu-se este, que no processo da devassa ficou culpado, e manifesto o seu delicto. Foi sentenciado á morte, para cuja execução foi appellada a sentença para a relação do Estado. N'ella acharam os ministros que só com perdão das partes João da Veiga Coutinho e D. Maria de Cacere, filhos e enteados dos mortos, poderia ser livre o delinquente, que por ser pessoa de cabedal, tinha outras de respeito na Bahia a seu favor. Trabalhou-se muito sobre este ponto no Rio de Janeiro com dinheiros e respeitos, que tudo acabam; porém os dois offendidos não se deixaram vender; antes insistiram que pagasse o delicto quem o commetera tão barbaramente. Com este desengano occorreu ao Rev. vigario da igreja da Candelaria solicitar o perdão em nome de Jesus Christo, discorrendo assim porque João da Veiga Coutinho se habilitava para o estado sacerdotal. Para isto levou uma imagem do Santo Crucifixo, que se venerava na dita igreja no altar-mor, e com ella lembrou a João da Veiga aquelle texto *non parco quia non peperuit*: Rendeu-se este como catholico e fez persuadir a sua irmã. Antes de se lavrar a escriptura de perdão, declarou o offendido que havia de ficar possuindo a imagem do Senhor. Concedeu-lhe, e pelo tempo adiante, estando conego da Sé da sua patria, fundou uma capella no termo da villa de Coritiba (hoje freguezia de S. José dos Pinhaes), na qual collocou a mesma imagem com o titulo de — Senhor Bom Jesus do Perdão, — querendo por este modo que jámais ficasse em esquecimento a causa por que déra o perdão. Casou a sua irmã D. Maria de Cacere com Francisco de Almeida Cabral, natural de S. Paulo, de reconhecida nobreza e assás conhecido no Rio de Janeiro; filho de Luiz Leme e de Anna Cabral, ambos oriundos das ilhas, aquelle por descendente do fidalgo Pedro Leme da ilha da Madeira, e esta pelos Cabraes da ilha de S. Miguel por seu ascendente Simão da Costa Cabral, que veiu a S. Paulo, onde propagou a nobre familia do seu appellido.

ALMEIDAS CASTANHOS

Esta nobre familia de *Almeidas Castanhos* da capitania de S. Paulo traz a sua origem da villa de Monte-mor o Novo em Portugal, de onde veiu para S. Vicente pelos annos de 1547 *Antonio Rodrigues de Almeida,* e tinha o foro de cavalleiro fidalgo da casa do Sr. rei D. João III, em cujo reinado foi este foro de cavalleiro fidalgo o mais superior que constituia grao de fidalguia, até que alterou a ordem dos filhamentos o Sr. rei D. Sebastião, de cujo tempo até o presente ficou este foro de cavalleiro fidalgo, sendo infimo; de sorte que o mordomo-mor do reino o confere ás pessoas mecanicas para passarem com elle ao primeiro grao de nobreza; e o foro de fidalgo cavalleiro ficou sendo filhamento superior com 1$800 de moradia, e constituindo grao de fidalguia, que por isso se chamam — fidalgos da casa de Sua Magestade. Esta materia tratou Moraes *De Executionibus*; e muito melhor o Rev. padre-mestre D. Antonio Caetano de Sousa no seu livro *Grandes de Portugal,* impresso em 1755.

Na villa, capital de S. Vicente, se estabeleceu Antonio Rodrigues de Almeida, e n'ella fez sempre por espaço de treze annos muitos serviços ao donatario della, ao rei e a Deus, achando-se em todos os assaltos e guerras do barbaro gentio *Tamoyos,* que habitavam a costa, desde a enseada do Rio de Janeiro até a barra de S. Vicente, braço do Norte, chamada Bertioga, e impediam o augmento da povoação da dita villa, que fundara pelos annos de 1531 até 1534 o fidalgo Martim Affonso de Sousa, que de Lisboa havia sahido para este effeito com a armada de navios, gente, petrechos de guerra, e muita nobreza para a dita fundação, por ter-lhe feito mercê de juro herdade o Sr. rei D. João II de cem leguas de costa para fundar uma ou mais capitanias, e lhe conferiu o caracter de seu capitão-mor da costa do Brasil por patente datada em a villa do Crato a 20 de Novembro de 1530, que se acha registrada no cartorio da provedoria da fazenda real de S. Paulo no livro de registros das sesmarias, tit... 1554, pags. 42 e 102.

No anno de 1556 passou ao reino Antonio Rodrigues de Almeida, e pelos merecimentos proprios lhe fez mercê de propriedade o donatario Martim Affonso de Sousa, dos officios de escrivão da ouvidoria e das datas de sesmarias e de seu chanceller da capitania de S. Vicente. Estando a embarcar de regresso para esta villa, foi constituido em capitão-mor, ouvidor da capitania de Santo

Amaro do defunto Pedro Lopes de Sousa, por sua mulher D. Isabel de Gambôa, como tutora e administradora de seu filho Martim Affonso de Sousa, o Moço, e sobrinho direito de Martim Affonso de Sousa, o Velho, senhor donatario da capitania de S. Vicente; e foi esta promoção por instrumento publico, celebrada na nota do tabelião Antonio do Amaral, em Lisboa, a 20 de Setembro de 1557 como se vê do mesmo instrumento, registrado na provedoria da fazenda real de S. Paulo, no livro das sesmarias, tit. 1562, pags. 16 e 17; e como capitão-mor e ouvidor concedeu terras dentro das dez leguas da capitania de Santo Amaro, que discorrem do rio Curupacê até a barra do de S. Vicente, braço do Norte, chamado da Bertioga, como se vê das sesmarias, que concedeu desde o anno de 1557 até 1568, que todas se acham registradas no cartorio da provedoria da fazenda real de S. Paulo, no livro das sesmarias, tit. 1562, desde pag. 11 até 123.

A Antonio Rodrigues de Almeida, cavalleiro fidalgo da casa real, foram concedidas tres datas de terra em sesmaria; e porque cada uma d'ellas é um grande documento para se perceber a qualidade e os serviços do dito Almeida, os damos aqui fielmente copiados e extrahidos do cartorio da provedoria da fazenda real de S. Paulo, dos livros em que ellas se acham, cujos lugares produzimos aqui na margem.

1ª *sesmaria*

Francisco de Moraes, loco-tenente de capitão e ouvidor, com alçada n'esta capitania de S. Vicente pelo Sr. governador Martim Affonso de Sousa, capitão e governador d'esta capitania por el-rei nosso senhor e do seu conselho, etc. Faço saber que *Antonio Rodrigues de Almeida,* cavalleiro fidalgo da casa d'el-rei nosso senhor, escrivão da ouvidoria d'esta capitania de S. Vicente, e n'ella morador, novamente, de tres annos a esta parte, pouco mais ou menos, na qual diz que tem feito muitos serviços a el-rei nosso senhor e ao Sr. governador Martim Affonso de Sousa, assim com sua pessoa, andando elle supplicante com terra, pedra e madeira ás costas, por muitas vezes, na fortaleza da Bertioga, com suas armas por terra como na guarda do mar, tudo por bem, e guarda e vigia d'esta capitania, assim no bergantim e canoas, e na dita fortaleza; e que para nenhuma cousa d'estas se desculpava, mas para tudo se offerecia; e que sempre ajudara a sustentar; e que ora estava esperando que no primeiro navio que ora vinha de Portugal lhe vinha sua mulher para na terra viver, e por ora outro sim, nenhum capitão d'esta capitania lhe tem dado terra alguma para elle dito supplicante fazer fazenda, me pedia que, havendo respeito ás cousas acima allegadas, e que em nome do Sr. Martim Affonso de Sousa lhe desse um pedaço de terra no campo para fazer fazenda, conforme as confrontações seguintes: — Partindo por um regato que está a par do mosteiro de Piratininga, e que irá cortando pelo dito regato acima até entestar com roças de Fernão Alves, onde foi o

primeiro Tugipar; e d'alli irá cortando ao longo do campo até partir com terras de Antonio Pinto, e irá partindo com elle até se findar no rio da Tapéra do Cacique, e d'alli irá por elle abaixo até chegar ao dito regato, onde começou primeiro a partir, que será onde se vê o dito regato metter no dito rio de Anhangavahy; a qual terra que assim me pediu com sua petição conteúda e declarada, com suas demarcações e confrontações em dita sua petição declaradas, a qual terra lhe dou pelos poderes que tenho do dito Sr. governador Martim Affonso de Sousa, e conforme o seu regimento e condições das sesmarias, conforme a ordenação d'el-rei nosso senhor; e assim com dois mil réis de pena, que dentro em o dito tempo as aproveitará, sob pena de os pagar, os quaes serão para as obras da dita capitania, e entregues ao almoxarife do dito Sr. governador Martim Affonso de Sousa, a qual terra, que assim lhe dou com suas entradas e sahidas para elle dito supplicante e para seus descendentes e ascendentes fora de todo o tributo, e sómente o dizimo a Nosso Senhor, a qual carta fará registrar no livro do tombo d'esta capitania; e porquanto ora dito supplicante é escrivão das datas, me requereu que mandasse a Rodrigo de Lucena d'esta ouvidoria, que a fizesse; e visto o seu pedir, mandei ao dito escrivão que esta carta de data da dita terra fizesse logo a carta por escrivão. Rodrigo de Lucena d'esta ouvidoria, fiz por seu mandado e a requerimento do dito supplicante. Dada n'esta villa do porto de Santos, sob meu signal e sello das armas do dito Sr. governador que n'esta capitania serve, aos 22 dias do mez de Janeiro. Rodrigo de Lucena, escrivão d'esta ouvidoria, a fez por meu mandado. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1560 annos (1). — *Francisco de Moraes.*

2ª *sesmaria*

Pedro Ferraz Barreto, capitão e ouvidor com alçada na capitania de S. Vicente, por Martim Affonso de Souza, senhor da dita capitania, do conselho d'el-rei nosso senhor e senhor das villas de Alcoentre, Tagarro e Rio Maior, etc. Faço saber que, por Antonio *Rodrigues de Almeida,* cavalleiro fidalgo da casa d'el-rei nosso senhor, almoxarife, chanceller, escrivão da ouvidoria e das datas pelo Sr. Martim Affonso de Sousa, capitão e governador d'ella, me foi feita petição em que diz: — Que elle ha 16 annos que em ella vive, e tem sua mulher e filhas, e uma casada, e me pedia terras no Rio de Janeiro a entestar com uma aldea, que por nome dos indios se chama Itaoca, meia legua de terra, etc. E se lhe concedeu a 6 de Janeiro de 1565 (2).

(1) Proved. da Faz. Real de S. Paulo, liv. 1.º de sesmarias tit. 1555, fl. 158 v.

(2) Proved. sup. liv. de sesmarias, tit. 1562, fl. 74 v.

3ª *sesmaria*

Jorge Ferreira, capitão e ouvidor de S. Vicente, por Martim Affonso de Sousa, etc. Faço saber como por *Antonio Rodrigues de Almeida,* cavalleiro fidalgo da casa d'el-rei nosso senhor, almoxarife do dito senhor e escrivão da ouvidoria d'esta capitania, promotor de justiça, escrivão das datas de terra de sesmarias, e chanceler pelo dito governador, me foi feita uma petição, dizendo em ella que no anno de 1556, na cidade de Lisboa, pelo dito governador ser sabedor que havia muitos annos que elle suplicante era morador em esta sua capitania, e sempre com sua pessoa e fazenda ajudára a sustentar como os mais moradores faziam, e tambem por trazer para a dita capitania sua mulher e duas filhas para casar, e por outros muitos respeitos lhe fizera mercê de uma legua de terra com todas as aguas que dentro d'ella estivessem, para fazer engenhos no Cubatão, e que, sendo caso que alli onde pedia fosse já dado, e não houvesse comprimento de tudo d'ella, que o que faltasse para o comprimento da dita legua lhe fosse dado pelo capitão que estivesse em seu lugar em o mais perto d'ella, e dado não fosse, a qual legua de terra que lhe assim deu e demarcou é da maneira seguinte: Indo d'esta villa de Santos pelo rio Cubatão arriba, da borda do dito rio da banda do norte direito ao cume da serra mais alta, partindo com terras de Francisco Pinto, ou de quem forem, lhe irá correndo pelo cume da serra mais alta, uma legua em comprido para banda do sudoeste; e d'alli d'onde se acabasse a dita legua desceria por ahi abaixo ao rio do Cubatão, que vem ao longo da serra, em chãos d'ella correndo para a banda do nordéste, e d'ali virá correndo pelo dito rio abaixo até onde primeiro começou a partir com o dito Francisco Pinto; e assim lhe dava mais a agua grande, que chamam Cubatão, que apparece d'esta villa de Santos, com todas as mais aguas que dentro de suas confrontações houvesse; da qual terra o capitão Francisco de Moraes lhe deu posse d'ella. E porque elle supplicante ao presente não pode achar a dita carta e posse que nas costas d'ella andava; e porque tambem lhe era passado o tempo de sesmaria sem fazer nas ditas terras bemfeitorias; me pedia que pelos poderes que eu tenho do dito Sr. governador Martim Affonso de Sousa, para poder dar terras de sesmarias n'esta sua capitania, lhe desse a elle supplicante novamente em nome do dito senhor a dita legua de terra com as ditas aguas, e agua declarada etc. Deu-se-lhe tudo a 18 de Agosto de 1567 pelo dito Jorge Ferreira, sendo tabellião de Santos Antonio Bicudo (3).

Este Antonio Rodrigues de Almeida, cavalleiro fidalgo da casa de el-rei D. João III, como fica referido, teve de sua mulher D. Maria Castanho, natural tambem de Monte-mor o Novo, duas filhas que vieram já de Portugal, e um filho que lhe nasceu na

(3) Liv. supra de 1562, pag. 76.

villa de Santos, sendo alli morador antes de se passar para S. Paulo, onde viveu e falleceu.

Foram os filhos os seguintes:

D. Catharina de Almeida, que falleceu solteira

D. Maria Castanho, — cap. 1º.

André de Almeida, — cap. 2º.

CAPITULO I

1—1. D. Maria Castanho, natural de Monte-mor o Novo, casou na villa de Santos, pelos annos de 1564 até 65 com Antonio de Proença, natural da villa de Belmonte, moço da camara do infante D. Luiz, senhor de Belmonte, e duque da Guarda. D'este nobre matrimonio procedem os Proenças Castanhos da capitania de S. Paulo e da do Rio de Janeiro pelo ramo que a elle se passou, como no § 4º. E estes Proenças são distinctos de outros Proenças Varellas, que são Cubas, da villa de Santos, d'onde passaram para S. Paulo e villa de Parnahyba, e propagaram já com os appellidos de Proenças Abrêos, de que temos escripto um titulo. Em S. Paulo se estabeleceu o dito Antonio de Proença, onde fez muitos serviços ao rei e á republica.

Quando Diogo Martins Cam, de quem trata o padre Vasconcellos na *Chronica da companhia de Jesus*, veiu a S. Paulo buscar soccorro para penetrar o sertão da capitania do Espirito-Santo a descobrimento de minas de ouro, prata ou esmeraldas, lhe fez todo o fornecimento o dito Proença, e lhe deu seu filho Francisco de Proença para o acompanhar ao sertão com as armas e escravos, tudo á sua custa; e por não conseguir descobrimento algum se recolheu á cidade da Bahia em tempo do governador geral D. Francisco de Souza donde voltou para S. Paulo, Francisco de Proença em 1598, acompanhando a Diogo Gonçalves Laço, que n'este anno veiu para S. Paulo, mandado pelo mesmo D. Francisco de Sousa, e feito capitão das minas de S. Paulo, que em 1597 foram descobertas pelos paulistas Affonso Sardinha e Clemente Alves nas serras de Jaguamimbava, de Jaraguá, de Vuturuna e de Biraçoyaba, com o ordenado de duzentos cruzados em cada um anno.

Depois, quando chegou a S. Paulo, em fins de Abril de 1599, o mesmo D. Francisco de Sousa, e sahindo este em Outubro de 1599 para o sertão e serra de Biraçoyaba, deixou um capitão da gente de cavallo da villa de S. Paulo a Antonio de Proença pela provisão do teor seguinte. — D. Francisco de Sousa, do conselho d'el-rei nosso senhor governador geral d'este Estado do Brasil, etc. Faço saber aos que esta minha provisão virem, e o conhecimento d'ella com direito pertencer, que pela confiança que faço de Antonio Proença, moço da camara do infante D. Luiz o encarrego ora do cargo de capitão da gente do cavallo d'esta villa de S. Paulo e seu distrito e das entradas que d'ella se fizeram para fora; e com o dito cargo haverá todos os proes e percalços que direitamente lhe

pertencerem; e esta se registará, para a todo o tempo saber-se como lhe foi esta mercê; e mando a todas as pessoas d'esta capitania e seu districto lhe obedeçam e conheçam por tal; pelo que mando a todas as mais justiças e mais pessoas a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar esta minha provisão, como n'ella se contém e é declarado, pelo assim haver por bem, e serviço de Sua Magestade. Dada n'esta villa de S. Paulo, sob meu signal e sello. Pedro Taques a fez por meu mandado, secretario da minha camara, aos 15 dias do mez de Outubro de 1599, o governador *D. Francisco de Sousa.*" (Archivo da camara de S. Paulo, Livro de Reg. tit. 1600, pag. 25 v.)

Foi Antonio de Proença ouvidor e auditor da capitania de S. Vicente, e querendo residir na villa de S. Paulo, onde era morador, obteve provisão de faculdade para isso do teor seguinte: — "D. Francisco de Sousa, do conselho d'el-rei Nosso Senhor, governador geral do Estado do Brasil, etc. Faço saber aos que esta minha provisão virem, e o conhecimento d'ella com direito pertencer, que Antonio de Proença, moço da camara do infante D. Luiz ouvidor e auditor n'esta capitania de S. Vicente, me fez a petição atraz escripta na outra meia folha d'esta, dizendo o conteúdo n'ella, e havendo respeito ao que n'ella diz e allega. — Hei por bem e serviço de Sua Magestade que o supplicante assistia n'esta villa de S. Paulo com o dito cargo de ouvidor, e n'ella administre justiça e assista até eu tornar á dita capitania de S. Vicente, comtanto que visite as mais villas d'esta capitania e seu termo; e esta minha provisão se registre n'esta camara d'esta villa de S. Paulo para a todo o tempo se saber como o mandei passar; pelo que mando ás justiças de Sua Magestade d'este Estado cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar inteiramente esta minha provisão como n'ella se contém, e é declarado pelo assim haver por bem e serviço de Sua Magestade. Data n'esta villa de S. Paulo, sob meu signal e sello, Pedro Taques a fez, meu secretario, por Antonio Coelho, aos 16 dias do mez de Junho de 1601 annos: Eu Pedro Taques a fiz escrever e subscrevi: — O governador *D. Francisco de Sousa*" (Livro sup. cit., pag. 33).

E no anno de 1602, estando ausente de S. Paulo o capitão d'ella Diogo de Aguirre, foi nomeado o dito Antonio de Proença, capitão da dita villa, pela provisão do teor seguinte: — "D. Francisco de Sousa, do conselho d'el-rei Nosso Senhor, governador geral do Estado do Brasil, etc. Faço saber aos que esta minha provisão virem e o conhecimento d'ella com direito pertencer, que pela confiança que tenho de Antonio Proença, moço da camara do infante D. Luiz, ouvidor e auditor n'esta capitania de S. Vicente ou de que fôr encarregado, que o fará como d'elle confio, e o fez sempre, o encarregado de capitão d'esta villa de S. Paulo e seu districto, até vir o capitão Diogo Arias de Aguirre, em suas ausencias servirá o dito cargo o dito Antonio de Proença, e com elle haverá todos os proes e percalços que direitamente lhe pertencerem, e haverá juramento dos santos na camara d'esta villa, para que bem e fielmente

se sirva, guardando em tudo o serviço de Deus e de Sua Magestade e ás partes o seu direito; e mando que esta previsão se registre na camara d'esta villa, pelo que mando a todas as justiças e mais pessoas d'esta capitania de S. Vicente cumprem e guardem, e façam cumprir e guardar inteiramente esta minha provisão, como n'ella se contém e é declarado pelo assim haver por bem e serviço de Sua Magestade. Dada n'esta villa de S. Paulo, sob meu signal e sello, Pedro Taques a fez, secretario da minha camara, aos 11 dias do mez de Maio de 1602. — O governador *D. Francisco de Souza.* (livro supra, pag. 43 v.)

Serviu da republica os seus honrosos cargos repetidas vezes. Em 1582 foi juiz ordinario e de orphãos de S. Paulo. (Cartorio 1º de notas, maço de inventarios antigos, o de Lourenço Vaz). O capitão-mor Pedro Taques de Almeida, seu bisneto, provou em 1694 com testemunhas e documentos no juizo esclesiastico, perante o vigario da Vara de S. Paulo o Dr. André de Barvel, a nobreza, qualidade e pureza de sangue de seuter-avô Antonio Rodrigues de Almeida, cavalleiro fidalgo, natural de Monte-mor o Novo, e a qualidade, nobreza e pureza de sangue de seu bisavô Antonio de Proença, moço da camara do infante D. Luiz, e natural de Belmonte. Dos autos de Genere processados no bispado da Guarda na villa de Belmonte Teixoso, Caria, Lugar do Ferro, Aldêa do Mato e Covilhã, em virtude da requisitoria que se passou do bispado do Rio de Janeiro a favor do habilitado o mesmo capitão-mor Pedro Taques de Almeida. Consta d'elles pelo depoimento de treze testemunhas (sendo bispo da Guarda D. Rodrigo de Moura Telles, que acabou arcebispo de Braga), que o dito Antonio de Proença se ausentára para o Brasil pelo crime de haver tirado de certo mosteiro uma religiosa; e sendo por este sacrilego attentado, fôra preso no Casques de Almeida, e se acha no cartorio da ouvidoria de onde em vida do infante D. Luiz fugira; e que do dito Proença havia muita nobreza n'aquella comarca, e muitos conegos e sacerdotes seculares e regulares, como fora Jorge de Proença, secretario que fora do Santo Tribunal da Inquisição de Lisbôa. Este instrumento veiu por duas vias; uma ficou na camara episcopal do Rio de Janeiro, outra ficou em poder do mesmo capitão-mor Pedro Taques de Almeida, e se acha no cartorio da ouvidoria de S. Paulo, nos autos entre partes — Pedro Taques Pires e outros contra o réo Agostinho Nogueira da Costa.

Armas dos Proenças

O escudo partido em pala: na 1ª em campo verde uma aguia preta de duas cabeças, armada de ouro: na 2ª em campo azul cinco flores de liz de ouro em santor. Assim se vêem illuminadas no brazão de armas que tirou o dito capitão-mor, Pedro Taques de Almeida, em Lisboa, a 5 de Julho de 1707, sendo rei d'armas Antonio de Aguiar e escrivão da nobreza, José Duarte Salvado.

cavalleiro da casa real; e obteve sentença o dito Taques pelo Dr. Gonçalo da Cunha Villas-Boas, desembargador da casa da supplicação e corregedor com alçada nos feitos e causas civeis da côrte, e se acha registrado no Archivo da camara de S. Paulo, no livro grande que principia em 30 de Outubro de 1721 a fl. 51.

Em S. Paulo fez Antonio de Proença o seu estabelecimento em uma fazenda de terras de cultura e campos creadores, na ribeira de Ityporanga, onde teve abundantes creações de gados vaccuns, cavallares, porcos, etc., e grandes searas de trigo, de cujos rendimentos fornecia o tratamento de sua casa. Assim se vê do testamento com que falleceu em S. Paulo feito do proprio punho a 9 de Junho de 1605. Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 4º de inventarios, letra A, n. 2, o de Antonio de Proença.

Do seu matrimonio com D. Maria Castanho nasceram em S. Paulo cinco filhos:

2—1. Francisco de Proença, § 1º.
2—2. D. Anna de Proença, § 2º.
2—3. D. Catharina de Almeida, § 3º.
2—4. D. Isabel de Proença, § 3º.
2—5. D. Maria de Almeida, § 5º.

§ 1º

2—1. Francisco de Proença, teve o foro de cavaleiro fidalgo por seu avô Antonio Rodrigues de Almeida, que tinha o mesmo foro, como se vê no cartorio 2º de Notas de S. Paulo, no maço d'inventarios antigos o de Francisco de Proença. Fez muitos serviços ao rei e ao donatario senhor da capitania de S. Vicente. Acompanhou de S. Paulo a Diogo Martins Cam. Foi cidadão com voto nas assembléias do corpo politico da republica, cujos honrosos cargos occupou repetidas vezes. Teve estabelecimento de fazenda da mesma natureza da de seu pai, á qual estava contigua, cujos dilatados campos e ferteis terras se estendeu em grande distancia pelas faces da ribeira de Ityporanga, de uma parte pelo caminho de Santos até o sitio chamado *Borda do Campo*, e da outra pelo caminho dos Carros até o rio Jaraigbatiba, além da freguezia de Santo Amaro. Casou duas vezes: a 1ª com D. Isabel Ribeiro, natural de S. Paulo, onde falleceu, com testamento, a 5 de Maio de 1627, declarando n'elle, que era filha de Estevão Ribeiro, o moço, e de sua mulher Maria Duarte. *Em titulo de Bayão*, cap. 5º, § 1º. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 3º de inventarios, letra I, n. 36, o de D. Isabel Ribeira). Casou segunda vez com D. Mecia Bicuda, filha de Vicente Bicudo, natural da ilha de S. Miguel, e de sua primeira mulher, Anna Luiz. Em titulo de Bicudos, n. 2, cap. 5º. Em S. Paulo falleceu Francisco de Proença, com testamento, a 17 de Junho de 1638, e se mandou sepultar na igreja dos padres jesuitas do collegio de S. Paulo, no

jazigo proprio de seus pais. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1º de inventarios, letra F, n. 27).

Do primeiro matrimonio com D. Isabel Ribeiro teve:

3—1. João Ribeiro de Proença.

Do segundo, com D. Mecia Bicudo, teve:

3—2. D. Anna de Proença.

3—1. João Ribeiro de Proença, falleceu, com testamento, a 18 de Agosto de 1670: foi nobre cidadão de S. Paulo, e herdou a mesma fazenda e estabelecimento de seu pai na ribeira do Ityporanga. Casou na matriz de S. Paulo a 23 de Agosto de 1639, com Paula Moreira, filha do capitão João Fernandes Saavedra, e de sua mulher Maria de Godoy, ambos naturaes de S. Paulo. *Em titulo de Godoy*, cap. 5º, § 6º, com sua descendencia de dez filhos, que teve.

3—2. D. Anna de Proença. Casou com Salvador Pires. *Em titulo de Pires*, cap. 5º, § 8º, sem geração, por lhe morrerem os quatro filhos, que teve, solteiros.

Francisco de Proença teve, em solteiro, quatro filhos mamelucos ou bastardos, que foram:

1. Gines de Proença, que primeiro casou em S. Paulo a 25 de Novembro de 1631, com Magdalena Dias, natural de S. Sebastião de Bucucanga, filha de Balthazar Nunes, e de sua mulher Isabel Dias: segunda vez casou com Catharina Moreira, de quem teve dez filhos, e tem geração tambem do primeiro matrimonio. (Vide geração 3—1.)

2. Maria.

3. Anna de Almeida, que casou em S. Paulo a 16 de Setembro de 1654. E tem geração.

4. Isabel.

Estes bastardos procrearam familia dilatada em S. Paulo, onde são conhecidos os seus descendentes.

§ 2º

2—2. D. Anna de Proença, casou com Pedro Taques, natural de Setubal, que veiu ao Brasil em 1591 com D. Francisco de Sousa, setimo governador do Estado, feito secretario do mesmo Estado. *Em titulo de Taques Pompêos*, com sua descendencia.

§ 3º

2—3. D. Catharina de Almeida, casou em vida de seu pae com Antonio Castanho da Silva, natural da villa de Thomar, e de nobreza qualificada. Seus pais tinham bens encapellados, cuja administração passava a elle. Fez assento na villa de Parnahyba,

em cujo termo fundou uma fazenda de cultura com um pomar das frutas de Europa. N'ella teve grande numero de nogueiras, que foram as primeiras que houvera n'aquella capitania, as quaes excediam no tamanho as da Europa. Porém o tempo que tudo destroe, veiu a deixar em decadencia esta grande fazenda, com a morte de Antonio Castanho da Silva, tendo antes estado muitos annos ausente no reino do Perú e minas de Potosé, onde falleceu. Ainda pelos annos de 1735, existiam algumas nogueiras, das quaes colheu uns quatro alqueires o visitador dos monges benedictinos frei Antonio da Luz, passando para a villa de Sorocaba, como publicava o mesmo pela novidade que lhe causou. Tendo Antonio Castanho passado ao Perú, como então o faziam os antigos paulistas, penetrando o sertão do Paraguay, sem dependencia de buscarem o passo da cordilheira por Mendonça, e por innumeraveis nações de gentios barbaros chegavam ao Perú, donde traziam a prata, de que foi muito abundante a cidade de S. Paulo, e n'ella houveram casas com copa importante no peso, mais de 40 arrobas. Nas minas de Tatáci, provincia dos Chichas, no reino do Perú, falleceu, com testamento, Antonio Castanho da Silva, a 9 de Fevereiro de 1622; n'elle declarou pertencer-lhe a administração da capella do Alcochete em Thomar, que por elle administrava seu irmão mais moço. E teve dois filhos naturaes de S. Paulo. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2º d'inventarios, letra A. n. 17, o de Antonio Castanho da Silva.)

3—1. Antonio Castanho da Silva.

3—2. Luiz Castanho de Almeida.

3—1. Antonio Castanho da Silva, nobre cidadão da Parnahyba, onde ficou herdando a grande fazenda de seu pai; e alli casou com Felippa Gaga, filha de Paschoal Delgado Lobo, e de sua mulher Anna da Costa; neta pela parte paterna de Paschoal Delgado, o — Velho, e de sua mulher Felippa Gaga. Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 3º, § 5º n. 3—1. Falleceu Antonio Castanho da Silva com testamento a 12 de Agosto de 1648, e n'elle declarou que lhe pertencia a administração da capella em Thomar, por seu pai, na forma das Cartas de Aviso, vindas em vida de seu avô; e depois da morte d'elle, vindas do reino a seu pai Antonio Castanho da Silva. (Cartorio de orphãos da Parnahyba, inventario n. 86, o de Antonio Castanho da Silva.) E teve filha unica:

4—1. Isabel de Proença e Almeida, que falleceu com testamento a 4 de Abril de 1655, estando casada com Balthazar Fernandes. Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 2º, com sua descendencia de doze filhos que teve.

3—2. Luiz Castanho de Almeida. Deixou-se ficar na patria, e na matriz d'ella casou a 8 de Agosto de 1639 com D. Isabel de Lara, filha de D. Diogo de Lara, o da cidade da Çamora. Em titulo de Laras, cap. 7º, com sua descendencia.

§ 4º

2—4. D. Isabel de Almeida e Proença, casou em vida de seu pai Antonio de Proença, com Francisco Vaz Coelho, natural do reino de Portugal: foi nobre cidadão de São Paulo, onde serviu os honrosos cargos da republica. Falleceu com testamento a 31 de Agosto de 1624. E teve onze filhos nascidos em S. Paulo. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1º de inventarios, letra F., n. 35, o de Francisco Vaz Coelho.) Que todos eram vivos ao tempo da morte de seu pai, porque foram herdeiros nos bens inventariados.

3—1. D. Maria Coelho.
3—3. Estevão de Proença.
3—4. Manoel Vaz Coelho. Passou-se com a mulher a viver no Rio de Janeiro.
3—5. D. Francisca de Almeida e Proença. Falleceu solteira.
3—6. D. Gracia de Abreu. Primeira vez casou com Simão Alves; segunda, com João Martins Esturiano.
3— 7. D. Isabel de Proença.
3— 8. D. Anna.
3— 9. D. Custodia Coelho.
3—10. D. Natalia.
3—11. Francisco Vaz Coelho.

3—1. D. Maria Coelho, casou em S. Paulo com Paulo de Anhaya, natural da cidade do Porto; d'ella foi natural tambem Pedro de Anhaya (filho de um cavalheiro castelhano N... de Anhaya), o qual embarcou para a India com seu filho Francisco de Anhaya, sahindo de Lisboa depois de D. Francisco de Almeida, 1º vice-rei do Estado da India, e fundou o dito Pedro de Anhaya fortaleza em Çofala, depois que venceu ao rei Yçufut, que levantando-se depois contra os da fortaleza e seu capitão o tal Pedro de Anhaya este só com trinta homens que tinha n'ella se defendeu do poder do rei; sahe a campo, obra proezas taes, que torna o rei a protestar pela amizade do capitão Pedro de Anhaya (Faria, *Asia Portugueza*, tom. 1º, parte 1ª, cap. 9º, n. 6, cap. 10, ns. 2 e 3, e no n. 6 se mostra que o capitão Anhaya falleceu em Çofala). Parece-me que Paulo de Anhaya, que casou em S. Paulo, foi filho ou neto do cavalheiro castelhano N... de Anhaya, que casou na cidade do Porto. E teve nascidos em S. Paulo:

4—1. D. Isabel de Anhaya.
4—2. Antonio Rodrigues de Almeida.
4—3. D. Maria Coelho.
4—4. Paulo de Anhaya.
4—5. João de Anhaya.
4—6. ....

4—1. D. Isabel de Anhaya casou na matriz S. Paulo a 8 de Fevereiro de 1634, com Serafino Corrêa, natural de Guimarães, filho de Lourenço Corrêa e de sua mulher Margarida Bernardes. E teve:

5—1. D. Florencia Corrêa de Anhaya.
5—2. D. Isabel de Anhaya.
5—3. João de Anhaya de Araujo.
5—4. Lourenço Corrêa Ribeiro.
5—5. Serafino Corrêa Ribeiro.
5—6. Antonio Corrêa.
5—7. D. Anna Corrêa.

5—1. D. Florencia Corrêa de Anhaya (segunda mulher) casou com Sebastião Pedroso Bayão, viuvo. (Em titulo de Bayão, cap. 5º, § 3º, n. 3—7.) E teve:

6—1. D. Ignez Pedrosa, casou com João Rodrigues Pinto, que falleceu em Itú com testamento a 25 de Abril de 1680, natural de Guimarães, que veiu feito soldado do Brasil (filho de Sebastião Rodrigues e de sua mulher Catharina Alves, da freguezia de S. Dame na villa de Guimarães), que se achava viuvo de sua segunda mulher D. Ursula de Gusmão, filha do fidalgo Gabriel Ponce de Leon e de sua mulher D. Maria de Torales. (Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 1º.) E teve d'este casamento dois filhos, (Cartorios dos residuos de S. Paulo, testamento de João Rodrigues Pinto):

7—1. ....

7—2. ....

6—2. D. Isabel de Anhaya (filha do n. 5—1), falleceu em Itú, com testamento, a 27 de Dezembro de 1712, e n'elle declarou ser natural de Itú, e filha de Sebastião Pedroso Bayão, etc. Casou com Francisco Leme da Silva, filho de... (Em titulo de Lemes, cap. 1.º, § 5º, n. 3—2. E teve sete filhos naturaes de Itú. (Residuos de S. Paulo, testamento de D. Isabel de Anhaya.)

7—1. Francisco Leme, casou com D. Clara de Miranda. (Em titulo de Mirandas, cap. 11, § 1º e seguintes.)

7—2. Salvador Esteves Leme. Passou-se para os Campos de Goytacazes, tendo casado em Taubaté a 10 de Janeiro de 1705 com Luzia Rodrigues, filha de João Delgado de Escobar e de Antonia Furtado. (Em titulo de Prados, cap. 6º.)

7—3. Antonio Leme, casou com D. Anna Leite de Miranda. (Em titulo de Mirandas, cap. 11, § 1º e seguintes.)

7—4. Braz Leme, casou nos Pousos Altos, e foi o fundador e primeiro padroeiro da capella de... em ditos Pousos Altos.

7—5. José Leme, casou em Pitanguy, com sua parenta; e lá existe com geração. Casou com D. Gertrudes de Siqueira e Moraes, filha de Manoel Preto e de sua mulher Anna de Moraes, natural de Jundiahy.

7—6. D. Francisca Leme, casou com Balthazar de Quadros de Godoy. (Em titulo de Quadros, cap. 3º, § 8º, n. 3, ou em titulo de Lemes, livro 1º, cap. 5º, § 4º.) Com geração.

7—7. D. Maria Leme, foi casada com Francisco de Almeida Lara, cidadão de S. Paulo, filho de João Pires Rodrigues e D. Branca de Almeida. (Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3º, § 9º, n. 3—2. Com geração.

6—3. Francisca Pedrosa, falleceu com testamento a 4 de Julho de 1725, natural de Itú, e declarou ser filha de Florencia Corrêa e Sebastião Pedroso, que fora casada com Bartholomêo Rodrigues Bezaranno, o qual logo depois de casado fora para o sertão do rio Paraguay; até aquelle anno não havia noticia se era vivo ou morto. Sem geração.

6—4. Serafino, nasceu em Parnahyba a ... de Março de 1657.

6—5. Francisco, nasceu em Parnahyba, a 20 de Abril de 1663.

5—2. D. Isabel de Anhaya, natural de Parnahyba, falleceu em Itú, com testamento, a 9 de Junho de 1692. Casou na matriz de Parnahyba, a 11 de Agosto de 1662, com Fernão Ribeiro, natural de Coimbra. E teve seis filhos naturaes de Itú, (Cartorio da ouvidoria de S. Paulo, no maço dos residuos, o testamento de D. Isabel de Anhaya):

6—1. Fernão Soares de Almeida, nasceu em Parnahyba, a 19 de Julho de 1664, e casou em Itú a 28 de Janeiro de 1697, com Thomazia Ribeira, filha de Domingos Luiz e de sua mulher Isabel Corrêa. (Vide a fl. cas. de Itú n. 562.)

6—2. D. Maria Soares, casou a 10 de Janeiro de 1695 com João Barbosa, filho de Francisco Barbosa de Abreu e de sua mulher Sebastiana de Peralta.

6—3. D. Catharina Soares de Almeida, casou a 16 de Novembro de 1699 com Domingos Fernandes de Carvalho (filho de Manoel Fernandes de Carvalho e de D. Anna de Medina), de cujo matrimonio nasceram:

7—1. Maria Soares de Almeida, mulher de Nuno Mendes Torres, natural de S. Sebastião, que foram pais do padre Caetano José Soares. (Cam. Ep. de S. Paulo, letra C., n. 7.)

7—2. Rosa Maria José, casou em Itú, a 12 de Setembro de 1718, com Diogo Mendes Torres, natural da villa de Santos, filho de Nuno Mendes e Potencia da Fonseca, natural da dita villa.

6—4. D. Margarida Soares de Almeida, casou em Itú.

6—5. Antonio Soares de Almeida, falleceu com testamento, em Itú, a 11 de Outubro de 1713. Casou com Isabel Dias em Itú, a 12 de Janeiro de 1711. Sem geração.

6—6. Matheus Soares de Almeida, casou em Itú, a 2 de Maio de 1707, com Maria Diniz, filha de Balthazar da Costa e de sua mulher Maria Diniz.

5—3. João de Anhaya de Araujo, natural de S. Sebastião, como declarou no testamento com que falleceu em Itú a 16 de

Abril de 1725. Casou duas vezes: primeira, na Parnahyba, com Anna da Costa, a 22 de Abril de 1664, filha de Anastacio da Costa, natural de S. Paulo. (Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 4º, § 2º, n. 3—4). Segunda vez em Itú, com Anna Bicudo, a 26 de Abril de 1682, filha de Francisco Diniz e de sua mulher Antonia Pedrosa, ambos naturaes de Itú, (Cartorio de residuos de S. Paulo, testamento de João de Anhaya de Araujo.)

Do primeiro matrimonio teve unica filha em Parnahyba:

6—1. Isabel da Costa, casou com José de Barros, que foi morar a Taubaté.

Do segundo matrimonio teve oito filhos.

6—2. Manoel. Falleceu solteiro.

6—3. O padre Francisco Diniz Bicudo, clerigo de S. Pedro. (Camara episcopal de S. Paulo, Generes, letra F, n. 17.)

6—4. Antonio Bicudo.

6—5. Luiz Corrêa.

6—6. Pedro de Araujo.

6—7. João de Araujo.

6—8. D. Maria de Araujo, mulher de Luiz Lopes.

6—9. D. Margarida Corrêa.

5—4. Lourenço Corrêa Ribeiro, natural de Itú. Foi casado com D. Maria Pereira de Azevedo, natural da villa de Parnahyba, filha de Antonio Pereira de Azevedo, professo da ordem de Christo, natural da cidade da Bahia, e de sua mulher D. Virginia Missel, natural de S. Paulo, com quem casou a 22 de Agosto de 1642, na matriz de S. Paulo. Neta por parte paterna de Manoel de Azevedo e de sua mulher Maria Pereira. E pela parte materna de João Missel, que foi capitão da villa de Parnahyba, onde falleceu com testamento, a 28 de Junho de 1645; fundador e primeiro padroeiro da capella de Santo Antonio, e de sua mulher Constança de Oliveira. (Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 12, § 1º.)

Este Antonio Pereira de Azevedo estando morador em S. Paulo, sendo republicano, foi encarregado da conducta da gente de guerra para soccorrer a Bahia, porque em 30 de Junho de 1647, estando em acto de vereança os officiaes da camara de S. Paulo, Antonio Ribeiro de Moraes, Belchior de Borba, Manoel Peres e o ouvidor da capitania Luiz da Costa, se offereceu elle a ir por capitão de uma companhia de cem homens, levando-os até a Bahia á sua custa, de todo o necessario abastecimento, dando-lhe somente no porto de Santos embarcação; só por fazer á sua custa este particular serviço a Sua Magestade, visto a oppressão em que se achava a Bahia, cujo governador geral, Antonio Telles da Silva, o havia representado aos camaristas de S. Paulo, nas cartas de 8 de Novembro de 1646, e depois logo na de 21 do mesmo mez, e a ultima de 11 de Março de 1647; que todas fielmente copiadas do seu original, que actuadas pelo escrivão Domingos Machado se acham

no archivo da camara de S. Paulo, com o titulo — *Cartas do governador geral do Estado sobre o soccorro que pede para a Bahia,* — e são do teor seguinte:

1ª Carta

"Chegou tão grande poder de Hollanda ao Recife, e fazem os hollandezes tantas prevenções para tornar a continuar n'este Estado, tão injustamente, a guerra contra as pazes, que convém, que todos os vassallos, que Sua Magestade, que Deus guarde, tem n'elle o sirvam n'esta occasião com a demonstração que se deve esperar da sua lealdade; e porque é grande a confiança que eu faço da dos moradores d'essa villa, e tenho entendido que, considerando elles estas mesmas razões, que estão com o animo mui antecipado para fazerem a Sua Magestade um grande donativo de mantimentos e levantar uma companhia de cem homens para a campanha de Pernambuco; me pareceu dizer a Vmcês. que será este um dos particulares serviços, que estes moradores podem fazer n'este tempo a Sua Magestade e de que eu farei maior estimação; e assim para que a companhia se consiga e os mantimentos se contribuam, segurem Vmcês. da minha parte aos que melhor se animarem a uma cousa e outra, que lhes farei todo o favor no que de mim dependerem, e lhes procurarei de Sua Magestade toda a mercê e honra que da sua grandeza devem esperar. E ao capitão que vier o confirmarei e lhe mandarei passar patente de capitão de infantaria. E porque confio de Vmcês. que na disposição e effeito d'este soccorro se haverão de maneira que se igualem á brevidade a importancia de serem infalliveis, lhes não encarrego mais apertadamente. Ao ajudante Filippe de Proença, que esta ha de dar a Vmcês., mando a essas capitanias, e em particular a essa villa, assim para fallar da minha parte ás pessoas que forem de mais cabedal e zelo do serviço de Sua Magestade, para que n'esta occasião se animem a merecer o favor com que me terão propicio para seus augmentos, como para ajudar a Vmcês. e fazer dar o calor e pressa que em todo o caso fôr possivel, para que sem dilação alguma veja eu n'estes soccorros a certeza com que os devo esperar d'esses moradores e de Vmcês., como a quem mais publicamente tocam as obrigações do serviço de Sua Magestade, a quem representarei o bem que Vmcês. n'esta occasião procederem para lhes fazer a honra que eu sempre folgarei de lhes solicitar.
Guarde Deus a Vmcês. Bahia, 8 de Novembro de 1646. — *Antonio Telles da Silva.* — Para os officiaes da camara da villa de S. Paulo."

2ª Carta

"Depois de haver escripto a Vmcês. a carta que será com esta, sobre os cem soldados que essa villa offereceu para servirem na campanha de Pernambuco, vieram os hollandezes com poder tão

grande ao rio de S. Francisco, d'onde tenho mandado ao mestre de campo Francisco Rebello com um troço de infantaria acudir ao damno que alli podem fazer; e porque por muitas considerações de grande serviço de Sua Magestade e conservação dos moradores d'aquella capitania (a quem convém amparar na oppressão em que ao presente ficam, pelos grandes soccorros que têm vindo aos hollandezes) me pareceu resolver que aos ditos cem soldados se aggreguem outros cem, e com dois mil indios (que é o menor numero que julgo que d'ahi se podem abalar das aldeas de Sua Magestade e das particulares que forem) marchem logo pelo sertão ao rio de S. Francisco, e descendo por elle abaixo se incorporem ahi com o dito mestre de campo; jornada que, segundo me dizem pessoas praticas, creio que ha de ser tão breve, como será particular o serviço que com ella se fará a Sua Magestade, além da utilidade que pode resultar a esses moradores; porque se fazem entradas ao sertão mais interior por caminhos tão dilatados em busca de indios, mais facilmente poderão, fazendo esta demonstração de bons vassallos, *vir a mesma esperança de que quando se recolherem embora, façam a mesma preza de mais perto;* e assim me pareceu *pedir* e ordenar muito apertadamente a Vmcês., que tanto que esta receberem se animem a dispôr esta jornada, na forma que digo, com toda a brevidade; confiando com muita certeza, que nos effeitos d'ella consistirá grande parte dos favores que desejo fazer a todo este povo. E para que a jornada se faça como confio, se formem quatro companhias de cincoenta homens cada uma, e se eleja um cabo, sujeito em quem concorram as qualidades que merece a importancia d'esta facção, que a todos mandarei passar patentes e confirmar as nomeações que Vmcês. fizerem junto com o capitão-mór d'essa capitania, a quem escrevo, e lhes farei a todos a mercê que n'esta occasião souberem merecer a Sua Magestade, de quem tenho poderes muito largos para que logo com effeito os tenham em satisfação do que servem: espero de Vmcês. que igualmente n'esta acção a confiança que posso ter do seu zelo para ella, para que tenham Vmcês. muito que representar a Sua Magestade, e eu que lhes agradecer a todos e a cada um em particular, em tudo o que se offerecer do seu melhoramento.

Nosso Senhor guarde muitos annos. Bahia, 21 de Novembro de 1646. — *Antonio Telles da Silva.* — Para a camara de S. Paulo."

3ª Carta

"Um mez ha que Segismundo está sobre está praça com trinta velas com que tomou porto na ilha de Taparica, e nos têm sitiado por mar, com intento, segundo se infere de suas acções, de continuar o cerco por muito tempo; em cuja consideração me valho de todos os meios possiveis para metter aqui a maior quantidade de mantimentos e forças para sustentar o sitio e rechaçar o inimigo. Bem certo estou eu que, quando esta carta chegar a essa

villa, já os seus moradores terão dado cumprimento ás ordens que lhes enviei, para que pelo sertão soccoressem o Rio de S. Francisco, com duzentos filhos d'essa terra e maior numero de dois mil arcos, que pudessem, como por sua parte se me havia oferecido, e pelo menos que quando não hajam partido, estejam agora para o fazer; e assim pela confiança que faço do seu valor e lealdade, me pareceu escrever esta a Vmcê. para lhes ordenar, como por ella faço, que tanto que a receberem no mesmo ponto, se elles tiverem já partido, lhes mandem Vmcês, aviso a toda a pressa, que cortem o sertão e desçam a socorrer esta praça; e quando se não tenham posto ainda a caminho, Vmcês. os disponham a que sem demora alguma venham fazer este socorro; que tudo o que nas primeiras cartas lhes prometo de honras, mercês e accrescentamentos de suas pessoas, verão mais brevemente experimentados servindo á minha vista e acudindo a esta praça em occasião tão importante, e se elles se me offereceram para ir ao Rio de S. Francisco, a uma jornada tanto mais dilatada, rompendo sertões, com muito melhor animo se disporão a vir a esta, sendo tanto mais breve e por caminhos tão sabidos: a todos podem Vmcês, assegurar da minha parte que lhes hei de igualar o premio á demonstração de zelo com que se houverem, e á brevidade com que partirem: e para que eu veja melhor a pontualidade com que essa capitania, e em particular essa villa, soccorre esta cidade por terra com seus naturaes e por mar com seus mantimentos, tendo eu para mim que já os barcos estarão feitos e prevenidos, encarrego e ordeno a Vmcês. os mandem logo carregar de mantimentos de todos os generos que essa terra produz; e quando não estejam feitos, se fretem os que n'esse porto se acharem, e os remettam de soccorro a esta praça seguindo o regimento, conforme a ordem que mando ao capitão-mor, que a todos se dará inteira e pontual satisfação; que, como as monções começam agora a entrar, facilmente virão e se poderão metter com segurança entre os fortes da barra d'esta cidade. Vmcês. trabalhem em uma cousa e outra com o calor e disposição que o tempo está pedindo e espero, para que sem dilação veja eu n'esta praça o effeito d'estas ordens, e sejam Vmcês. parte dos bons successos que n'esta confio ter, e mereçam Vmcês. n'este grande serviço que farão a Sua Magestade as honras e mercês que em nome lhes asseguro, e Vmcês. devem confiadamente esperar de Sua Real Grandeza e do animo com que eu lh'as procurarei.

Deus guarde muitos annos. Bahia, 11 de Março de 1647. — *Antonio Telles da Silva.* — Para os officiaes da camara da villa de S. Paulo."

Este grande soccorro de duzentos paulistas soldados e dois mil indios flecheiros (não das aldeas do real padroado, sim da administração de paulistas particulares, que n'este tempo abundavam, de sorte que muitos havia, que possuiam debaixo da sua administração quinhentos, seiscentos e setecentos indios, que se occupavam no trabalho da agricultura em copiosas searas de trigo,

plantas de milho, feijão, legumes e nos algodoaes), sahiu debaixo do commando do capitão de infantaria e cabo-maior Antonio Pereira de Azevedo em Julho de 1647. (Archivo da camara de S. Paulo, autos, titulos — *Cartas do governador geral Antonio Telles da Silva*).

Achava-se Segismundo Wandescop occupando a ilha de Taparica, desde Fevereiro de 1647, em que n'ella entrara com 30 vellas (com engano grande affirmou o Pitta no seu livro 5º nº. 70 que Segismundo entrara com 44 náos e 4.000 homens de guerra) até o tempo do infeliz successo das nossas armas, quando o governador geral Antonio Telles da Silva fez atacar ao inimigo com mais imprudencia de valor que com força das nossas armas, que formava o limitado corpo de 1.200 soldados, com muitos famosos e destemidos cabos. Investiram os nossos contra os inimigos, ainda antes de romper a alva do dia, e com tanta desordem, pelos impedimentos do terreno, que foram os mesmos portuguezes os verdugos uns dos outros, atirando aos proprios quando entendiam que empregavam os tiros no hollandez, até que conheceram a infelicidade, cahindo morto o mestre de campo Francisco Rebello, cabo principal da empreza: e conhecendo os mais que na porfia era infallivel a perdição, se retiraram com mais confusão que disciplina, cujo desaccordo deu ao inimigo, primeiro que ao seu valor, toda a victoria. Morreram n'esta infeliz facção 600 soldados infantes; muitos ficaram feridos, além de dois capitães, que tambem morreram, com o valoroso mestre de campo Francisco Rebello.

Jatancioso o belga da sua felicidade, lhe quebrou o orgulho a notícia que vinha de Lisboa poderosa armada a libertar a Bahia da oppressão; e levantando o ferro e deixando Taparica foi acudir o futuro damno e restauração de Pernambuco. Assim se verificou, porque n'este mesmo anno de 1647 entrou na Bahia a armada portugueza, e n'ella veiu o conde de Villa-Pouca, Antonio Telles de Menezes, para governador geral do Estado, que logo tomou as redeas d'este governo. Então ficou Pernambuco sendo o theatro da maior guerra, na qual alcançaram incriveis batalhas os mestres de campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros com os dois governadores D. Felippe Camarão, principal dos indios, e Henrique Dias, cabo maior dos pretos; até que fugindo livre do estado de prisioneiro o general Francisco Barreto e unido já aos victoriosos cabos, continuaram triumphantes as armas portuguezas, que ultimamente restauraram Pernambuco do poder dos hollandezes, cuja primeira entrada e sua ultima destruição anda assaz escripta, e bem individuada nos livros *Castrioto Lusitano* e na *America Portugueza*.

Ignoramos se o soccorro paulistano de que foi cabo-commandante em 1647 o dito capitão Antonio Pereira de Azevedo, ficou na Bahia, ou passou para Pernambuco, como conjecturamos, pela importancia ou natureza d'aquella guerra, para a qual fora pedido este soccorro pelo governador geral Antonio Telles da Silva, mandando que de S. Paulo sahisse a demandar o sertão do Rio de S. Francisco, e descendo por elle se incorporasse ao mestre de

campo Francisco Rebello; o que então se não executou pela novidade de haver occupado em Fevereiro do dito anno Segismundo Wandescop a ilh de Taparica, para cujo soccorro se fez baixar a recruta paulistana.

D'este serviço resultou ser o capitão Azevedo professo da ordem de Christo. Falleceu na villa de Parnahyba, onde, quando foi para a guerra, deixára sua mulher D. Virginia Missel, filha unica, e herdeira de seus pais, que lhe deixaram a administração da capella de Santo Antonio, como se vê do testamento, no 2º cartorio de notas de S. Paulo, maço d'inventarios antigos, o de João Missel Gigante, de quem era ella neta paterna, e de sua mulher Isabel Gonçalves, como se vê do casamento da filha destes Isabel Gonçalves, na matriz de S. Paulo, com Pedro Gonçalves, a 3 de Abril de 1636. E era neta materna da dita D. Virginia Missel e de Antonio de Oliveira (filho de Antonio de Oliveira e de Isabel Gonçalves) e de sua mulher Angela Fernandes, filha de... (Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 12), Antonio de Oliveira falleceu com testamento em 1623. (Orphãos de S. Paulo, maço 3º, d'inventarios, letra A, n. 18, o de etc.) E D. Virginia Missel falleceu em Parnahyba, em 1657; e sua filha unica D. Maria Pereira, que era menor no dito anno de 1657, casou, como já vimos, com Lourenço Corrêa Ribeiro. E d'estes nasceram em Parnahyba:

6— 1. D. Maria d'Almeida.
6— 2. Estanisláo Corrêa Ribeiro.
6— 3. Antonio Pereira d'Azevedo.
6— 4. Francisco Corrêa Ribeiro.
6— 5. Margarida Ribeiro.
6— 6. Maria d'Almeida.
6— 7. Catharina Corrêa d'Azevedo.
6— 8. Isabel.
6— 9. Florencia.
6—10. Veronica.
6—11. Lourenço.

6—1. D. Maria de Almeida casou em Parnahyba, a 2 de Maio de 1677, com Antonio de Oliveira Pedroso, cidadão de S. Paulo e sargento-mor por patente regia, da guerra de Pernambuco, filho de Fernão de Oliveira Pedroso e Anna Borges Cerqueira. Em titulo de Cerqueiras Lemes. E teve dois filhos.

7—1. José de Oliveira Pedroso, casou com Josepha Leite, irmã do P. Paulo de Anhaya Leite. Vide em Campos, cap. 3º, § 3º e seguintes.

7—2. D. Anna Pedrosa Cerqueira, mulher do sargento-mor Ignacio de Almeida Lara.

6—2. Estanisláo Corrêa Ribeiro, baptisado a 30 de Maio de 1671. Casou com D. Ignez Pedrosa de Moraes. Em titulo de Moraes, cap. 2º, § 7º, ou de Alvarengas, cap. 5º, § 1º, n. 3—16 e seguintes. Deixou geração.

6—3. Antonio Pereira de Azevedo, baptisado a 26 de Julho de 1666. Falleceu, com testamento, a 4 de Abril de 1711, estando casado com Josepha de Moraes. Sem geração. (Residuos de S. Paulo, o testamento de Antonio Pereira de Azevedo.)

6—4. Francisco Corrêa Ribeiro, baptisado a 25 de Junho de 1673. Casou em Itú, a 15 de Junho de 1694, com Maria de Moraes, natural de Parnahyba, filha de Carlos de Moraes Navarro e de D. Maria Raposo. (Cas. de Itú numero 283.)

6—5. Margarida Ribeiro, baptisada a 27 de Setembro de 1674. Casou em Itú, a 13 de Abril de 1687, com José Leme, filho do capitão Domingos Leme e Francisca Cardosa. Em titulo de Lemes, cap. 2º, § 6º, n. 3—3 a n. 4—6.

6—6. Maria de Almeida (talvez seja a mesma do n. 6—1), casou com José de Campos, filho de Felippe de Campos e Margarida Bicuda de M..., a 5 de Abril de 1704.

6—7. Catharina Corrêa de Azevedo, casou a 13 de Janeiro de 1692, com Manoel Pinheiro Cerqueira, de S. Paulo, filho de João Rodrigues da Fonseca e de D. Antonia Pinheiro.

6— 8. Isabel, nasceu a 26 de Maio de 1663.

6— 9. Florencia, nasceu a 29 de Setembro de 1664.

6—10. Veronica, baptisou-se a 8 de Outubro de 1668.

6—11. Lourenço, baptisou-se a 24 de Dezembro de 1669.

5— 5. Serafino Corrêa Ribeiro (filho de D. Isabel de Anhaya n. 4—1.). Casou em Itú, com Maria Leme, natural de Itú filha de Matheus Corrêa Leme, natural de S. Paulo, morador de Parnahyba e de sua mulher Maria Mendes Cabral. E teve nascidos em Itú:

6—1. D. Maria Corrêa Ribeira, casou com Antão Leme da Silva, mestre de campo dos auxiliares das minas do Cuyabá e regente d'ellas. *Em titulo de Lemes, livro* 1º *cap.* 6º, § 6º.

6—2. Serafino Corrêa Ribeiro Leme, casou primeira vez em Itú com Maria Borges Cerqueira (filha de Dionysio Fernandes Bicudo e de Maria Borges Cerqueira). E teve nascidos em Itú:

7—1. Dionysio Fernandes.

7—2. Serafino Corrêa.

7—3. Francisco Leme.

7—4. Mathias Corrêa.

7—5. Domingos Corrêa.

7—6. Ignacio Corrêa.

7—7. Bento Corrêa.

7—8. Maria Leme (casou com Francisco Cabral natural de Itú).

7—9. Isabel de Anhaya, casou com Antonio Gonçalves, natural de Itú.

7—10. Rosa Leme, casou com Antonio Affonso Rodrigues, natural de Itú, filho de Paulo Rodrigues Caraça, e de Thereza Affonso.

7—11. Maria Leme, casou com Paschoal Moreira Cabral, natural de Sorocaba, filho de D. Maria......... que foi filha do afamado paulista Paschoal Moreira Cabral, coronel e descobridor das minas de ouro do Cuyabá. Em titulo de Moreiras.

Segunda vez casou o dito Serafino Corrêa Ribeiro na villa de Itú com Maria Rodrigues, filha de Gaspar Rodrigues Caraça e de Theresa Affonso, supra no n. 7—10. E teve filhos no Cuyabá, onde falleceram marido e mulher.

6—3. Maria Corrêa, filha do nº 5—5. Casou em Itú a 11 de Outubro de 1694 com Antonio de Arruda, natural de Parnahyba, filho de Sebastião de Arruda Botelho e de sua mulher D. Isabel de Quadros. Em titulo de Arrudas.

4—2. Antonio Rodrigues de Almeida, casou com Maria Diniz. E teve em Parnahyba:

5—1. O capitão-mor João de Anhaya de Almeida, casou em Itú a 13 de Maio de 1696 com Anna de Onhate de Figueiredo, filha de Pedro Fernandes Monteiro e de Catharina Rodrigues.

5—2. Marfia, baptizada na Parnahyba em 1656.

5—3. Maria, baptizada na Parnahyba, a 7 de Dezembro de 1658.

5—4. Francisco, baptizado na Parnahyba, a 11 de Fevereiro de 1662.

5—5. Christovão, baptizado na Parnahyba, a 7 de Março de 1667.

5—6. Francisca, a 9 de Outubro de 1672.

5—7. Maria, a 25 de Outubro de 1675.

4—3. D. Maria Coelho, casou com Manoel Velloso. E teve:

5—1. Isabel de Anhaya, casou em Itú, com ....

5—2. Joanna de Almeida, casou em Itú, com Antonio Borges (filho de Antonio Bicudo e de sua mulher Angela da Costa, natural de Biscaya, freguesia de Nossa Senhora das Candêas), a 3 de Fevereiro de 1707.

4—4. Paulo de Anhaya, casou com Isabel Castanho moradores de Parnahyba. E teve.

5—1. Felippa, baptizada na Parnahyba, a 28 de Setembro de 1659.

4—5. João de Anhaya de Almeida, foi casado com Isabel Delgada, em Parnahyba, onde eram moradores, a 22 de Abril de 1664. E teve em Parnahyba.

5—1. Isabel, baptizou-se a 10 de Fevereiro de 1660.

5—2. Felippa, baptizou-se a 30 de Dezembro de 1661.

5—3. João, baptizou-se a 3 de Fevereiro de 1666.

4—6. Paulo de Anhaya de Almeida, (filho do tronco) foi casado com Mecia Lobo de Siqueira. E teve em Itú.

5—1. Maria de Siqueira, casou em Itú, n. 5, a 7 de Fevereiro de 1683, com Antonio Rodrigues de Barros, natural de S. Paulo, filho de Francisco de Barros e de sua mulher Sebastiana Leite.

5—2. Anna Carneiro de Anhaya, casou em Itú, a 10 de Novembro de 1694 com André de Zuniga, filho de Henrique da Cunha e de sua mulher Isabel de Proença.

5—3. Vicencia da Costa (filha de Paulo de Anhaya e Mecia Nunes de Siqueira ou Lobo), casou em Itú, a 19 de Julho de 1680, com Antonio Leme de Miranda. filho de Sebastião Leme e de Marianna de Miranda. (Em titulo de Mirandas, cap...)

5—4. Luzia de Mendonça, casou em Itú, a 19 de Novembro de 1696, com Antonio Bicudo Furtado, filho de Antonio Bicudo Furtado e de sua mulher Catharina Pedrosa.

3—2. Antonio de Proença (filho de D. Isabel de Proença, do § 4º, ignoramos se falleceu solteiro.

3—3. Estevão de Proença, o mesmo.

3—4. Manoel Vaz Coelho casou com sua prima direita Andreza de Almeida, filha de João Lopes de Ledesma e de sua mulher D. Maria de Almeida, os mesmos de quem tratámos no § 3º d'este capitulo. Passou-se para o Rio de Janeiro, e fez estabelecimento na freguezia de Nossa Senhora da Apresentação, do sitio de Irajá, termo da cidade. E teve os filhos de que temos noticia certa.

4—1. Bernardo de Almeida, clerigo.

4—2. Manoel de Proença, franciscano ou capucho.

4—3. D. Francisca de Almeida.

4—4. D. Isabel de Proença e Almeida.

4—1. Bernardo de Almeida, foi clerigo de S. Pedro, cujos actos de genere, existem na camara episcopal do Rio de Janeiro, e foi vigario da freguezia de Irajá.

4—2. Manoel de Proença, foi religioso capucho, e guardião do convento de S. Paulo.

4—3. D. Francisca de Almeida, casou com Antonio de Sampaio (*Procossoque* de alcunha), natural do Rio de Janeiro, commendador de S. Bento de Aviz, por alvará passado em Lisboa a 21 de Março de 1647, pelo secretario Gaspar de Faria Severim, registrado na chancellaria da ordem a fl. 280; foi filho de Lourenço de S. Paio, natural do Rio de Janeiro, onde fez muitos e distinctos serviços ao rei e os doou ao filho; e de sua mulher Francisca da Cunha, que foi filha de João de Bastos e de sua mulher Maria de Oliveira, ambos naturaes de Vianna do Minho. Neto pela parte paterna de Antonio de S. Paio, que da Bahia veiu em capitão de infantaria com o governador geral Mem de Sá a conquistar e fundar a cidade do Rio de Janeiro, que se venceu no dia 20 d'este mez do anno de 1567, e ficou no mesmo posto servindo n'aquelle presidio; e de sua mulher Maria Coelho, natural de S. Vicente, filha de André Pires, nobre povoador de S. Vicente. O dito commendador Antonio de S. Paio foi irmão de D. Paula da Cunha, mulher de Antonio de Mariz, que foram pais do padre João de Mariz, que foi reitor do collegio de S. Paulo, ao qual nós alcançámos. Do matrimonio de D. Francisca de Almeida, nasceram, de que temos certeza, seis filhos:

5—1. Antonio de S. Paio, sem geração.

5—2. Francisco de S. Paio, sem geração.

5—3. João de S. Paio, sem geração.

5—4. D. Maria de Oliveira e Almeida, casou duas vezes; primeira com Feliciano Coelho Madeira, natural de Pernambuco, e teve geração: segunda vez casou com o coronel Agostinho Pimenta de Moraes, natural de Lisboa, e irmão direito de Luiz Pimenta de Moraes, cidadão de Lisboa e capitão de infantaria; e, passando em sargento-mor para o Pará, foi capitão-mor governador d'este Estado, por provimento do governador João Fernandes Vieira: tirou brazão de armas em Lisboa a 12 de Julho de 1651, sendo escrivão da nobreza Francisco Luiz Ferreira. Por este dito brazão se mostra que estes irmãos foram filhos de Antonio Pimenta de Moraes cidadão de Lisboa, professo da ordem de Christo, e de sua mulher D. Ursula de Almeida, irmão de Romano de Almeida, que tirou brazão de armas. Netos pela parte paterna de Antonio Pimenta e de sua mulher Brazia de Moraes, natural da cidade de Bragança, filha de Christovão Tapis, natural de Castella, e de sua mulher Anna de Moraes, natural de Bragança. E pela materna, netos de Luiz Fernandes de Moura, cavalleiro fidalgo e de sua mulher D. Francisca de Almeida, que foi filha de João de Sá de Almeida, e de sua mulher Simôa Queimada. Tudo consta do brazão de Romano de Almeida.

5—5. Miguel de S. Paio e Almeida, nobre cidadão do Rio de Janeiro, casou com D. Barbara de Mariz, irmã do padre Ignacio Varella, prebystero de S. Pedro, e de Maria de Mariz, mulher de José Corrêa Ximenes, christão novo, de quem ha geração bem conhecida no Rio de Janeiro. Do matrimonio de Miguel de S. Paio nasceram no Ria de Janeiro tres filhos e algumas filhas, que falleceram solteiras.

6—1. Antonio de S. Paio e Almeida. Sem geração.

6—2. Sebastião de S. Paio, casou com D. Brites de Oliveira, filha de João Pimenta de Moraes, herdeiro da casa de seus pais, e de sua mulher D. Margarida Madeira, natural do Rio de Janeiro. Neta por parte paterna do coronel Agostinho Pimenta de Moraes e de sua mulher D. Maria de Oliveira e Almeida, que primeiro tinha sido casada com Feliciano Coelho Madeira, natural de Pernambuco, como temos escripto, e tem geração no Rio de Janeiro.

6—3. Ignacio de S. Paio e Almeida, nobre cidadão do Rio de Janeiro, casou com D. Ursula de Oliveira, irmã direita de D. Brites de Oliveira, supra; e foram netas pela parte paterna de Custodio Coelho Madeira, capitão de infantaria do presidio do Rio de Janeiro e irmão direito do padre Francisco Madeira, que foi reitor do collegio do Rio de Janeiro em 1665, e de sua mulher D. Beatriz de Aguiar, natural do Rio de Janeiro, irmã inteira do Revd. Dr. João Leitão de Aguiar, que foi deão da Sé do reino de Angola, por alvará d'el-rei D. João IV de 1650, e filhos do Dr. Manoel Leitão, natural de Santarem, e de sua mulher Antonia de Aguiar, natural da mesma villa. E teve:

7—7. Manoel Pimenta de S. Paio, nobre cidadão do Rio de Janeiro, que florescia em 1761, sendo capitão da ordenança de Jacarépaguá, casado com D. Anna Joaquina de Menezes, filha de Francisco Moniz de Albuquerque e de sua mulher D. Maria Pimenta de Menezes. Neta de Pedro Moniz Tello, irmão de Manoel Pimenta Tello, que foi mestre de campo dos auxiliares do Rio de Janeiro, e de sua mulher D. Ignez de Andrade, todos naturaes do Rio de Janeiro. Bisneta de Egas Moniz Tello, que teve o foro de cavalleiro fidalgo, natural da ilha da Madeira, e de sua mulher D. Maria Pimenta de Carvalho, irmã direita do muito Rev. Dr. João Pimenta de Carvalho, que foi deão da Sé do Rio de Janeiro, vigario geral e provedor do mesmo bispado. E terneta de Manoel Pimenta de Carvalho, natural de Villa-Viçosa de Alemtejo, e de sua mulher D. Maria de Andrade, natural do Rio de Janeiro, filha de Belchior de Andrade de Araujo, natural da villa dos Arcos de Valdevez.

5—6. D. Catharina de S. Paio, filha de 4—3; casou no Rio de Janeiro com Gonçalo Pedroso, que se passou para a villa de Santos, onde foi sempre morador e para cuja villa tinha vindo em 1588. Defendeu esta villa nos rebates que lhe deram os inimigos inglezes e flamengos. Foi capitão-mor governador da capitania de S. Vicente pelos annos de 1606; e pelos de 1608 era provedor da fazenda real da mesma capitania. Tudo referido consta no cartorio 1º de notas de S. Paulo, no caderno titulo.... Outubro de 1609, pag. 12. No cartorio da provedoria da fazenda real de S. Paulo, no livro de sesmarias, tit. 1602, pag. 14. E livro, tit. 1615, pag. 7 de Reg das Ord. e teve em Santos quatro filhos, que foram todos baptizados pelo padre Jorge Rodrigues, vigario geral da capitania de S. Vicente.

6—1. Gonçalo.
6—2. D. Maria.
6—3. Paulo.
6—4. D. Anna.

4—4. D. Isabel de Proença e Almeida, casou com Francisco Paes Corrêa. E teve seis filhos:

5—1. D. Anna de Almeida Paes.
5—2. D. Marianna Corrêa. Sem geração.
5—3. André de Almeida, casou na patria, e foi contratador das balêas no Rio.
5—4. João Paes d'Almeida, casou duas vezes em Itu'.
5—5. D. Joanna Corrêa. Falleceu solteira em Santos, para onde fôra com os irmãos.
5—5. Frei Bernardino de.... capucho.

5—1. D. Anna de Almeida Paes; foi de morada para Santos com os seus irmãos João Paes, D. Marianna Corrêa e D. Joanna Corrêa, e alli teve a grande fazenda de cultura e pesca chamada Monduba, dentro da ilha de Guaibe, e foi abastada de cabedaes,

com escravatura, moveis, prata e ouro. Falleceu na dita villa de Santos com muito avançada idade em 9 de Março de 1744, com testamento, no qual declarou a sua naturalidade, e que era filha de Francisco Paes Corrêa e de D. Isabel de Proença (cartorio ecclesisatico de S. Paulo, maço 3º de testamentos, letra A., o de D. Anna de Almeida). Foi casada com Manoel Antunes de Carvalho. E teve dois filhos.

6—1. D. Josepha de Almeida.

3—5. D. Francisca de Almeida Proença, suppomos que falleceu solteira.

3—6. D. Gracia de Abrêo. Foi casada duas vezes: primeira com Simão Alves; segundo com João Martins Esturiano: assim consta do testamento com que falleceu D. Gracia de Abrêo a 4 de Janeiro de 1670. (Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 251, letra G, o de D. Gracia de Abrêo.) E teve do primeiro e segundo matrimonios tres filhos, naturaes de S. Paulo:

Do primeiro matrimonio

4—1. D. Maria de Abreu: casou em S. Paulo a 8 de Setembro de 1643 com Antonio Pereira, natural da ilha da Madeira, filho de Manoel Ribeiro e de sua mulher Barbara Pereira.

4—2. D. Isabel Coelho, foi casada com Pedro Araujo.

Do segundo matrimonio teve

4—3. Maria.

3—7. D. Isabel de Proença (filha do § 4º), foi casada com Francisco Gonçalves, que falleceu sem geração em Parnahyba em 1663.

3—8. D. Anna.

3—9. D. Custodia Coelho, casou duas vezes: 1ª com Antonio Barbosa Dantas; 2ª com Ignacio Gomes Vellez. Ella falleceu a 22 de Dezembro de 1662 (cartorio de orphãos de Parnahyba, letra F. inventario n. 167, o de D. Custodia Coelho). Sem geração.

3—10. D. Natalia.

3—11. Francisco Coelho, filho ultimo de D. Isabel de Almeida do § 4º, foi morador de Parnahyba, onde falleceu, com testamento, em 1669, tendo sido casado com Anna Maria da Luz, que falleceu em 1660. E teve quatro filhos (cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 205, o de Maria Fernandes). Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 4º, § 4º. Deixou geração de quatro filhos. que foram:

4—1. D. Maria.

4—2. Domingos.

4—3. Estevão.

4—4. D. Isabel.

§ 5º

2—5. D. Maria de Almeida (filha ultima de D. Maria Castanho e Antonio de Proença do cap. 1º). Foi casada em S. Paulo com João Lopes de Ledesma, que se passou para o Rio de Janeiro, onde casou sua filha D. Andreza de Almeida com Manoel Vaz Coelho, seu primo direito, como temos referido e ahi sua descendencia.

Porém se a dita D. Maria de Almeida teve mais filhos, além de D. Andreza de Almeida, nós o ignoramos.

CAPITULO II

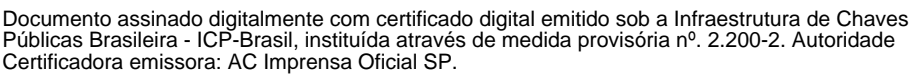
1—2. O padre André de Almeida, filho ultimo do tronco Antonio Rodrigues de Almeida, nasceu na villa de Santos em 1573. Aprendeu a lingua latina no collegio de Piratininga de S. Paulo. Tomou a roupeta de jesuita em 1589, com 16 annos de idade, e foi religioso 60. Falleceu de idade de 76 no collegio do Rio de Janeiro a 22 d'este mez do anno de 1649. Foi sua morte sentida de todos, acompanhadas suas exequias de grande concurso da cidade, e no mesmo collegio d'ella estão despositados seus ossos.

D'este varão faz menção o padre Simão de Vasconcellos, que foi provincial da provincia do Brasil, etc., que, escrevendo a *Vida do padre João de Almeida,* no cap 4º do liv. 11, fl. 36 v., impresso em Lisboa em 1658 um tomo in-folio, diz *ibi*:

"Outro varão insigne foi o veneravel padre André de Almeida, de mui saudosa memoria em toda esta provincia, de cujas exemplares virtudes fizera de boa vontade uma larga relação; porém, como é meu intento sómente dar breves noticias dos varões que n'estas aldeas concorreram; de cujo exemplo o nosso irmão se aproveitou tanto, direi sómente, por ora, que foi em tal grao a santidade d'este padre, que o comparam ordinariamente hoje ao mesmo padre João de Almeida, e não é pequeno abono da sua virtude. Foi extremado em todas as virtudes, mas entre ellas floresceu n'elle particularmente uma caridade e zelo entranhavel da conversão e salvação dos indios, com o qual sessenta annos que esteve na companhia, quasi todos gastou entre elles; e d'estes mais de vinte nas aldeas do Espirito-Santo. Gastava muitas horas do dia e da noite em contemplação com Deus. Era notavelmente austero para comsigo mesmo, e sobremaneira affavel para com os outros. D'elle se contam muitos sentimentos de Deus e casos propheticos. Acabo em dizer que tinha tal conceito de sua santidade o nosso Almeida, sujeito principal d'esta historia, que trazia um dente seu por reliquia n'estes ultimos annos de sua idade, e que com este obrou alguns casos maravilhosos, applicando-o a alguns doentes. Se foi em virtude de um ou de outro Almeida, não é facil de averiguar; mas só sabemos que um Almeida os attribuia

ao outro, e que o povo os attribuia a ambos: a certeza tem Deus escondida; — de Almeida a Almeida pouca differença vai; e, se ambos se equivocam nos nomes, não é muito se não distingam nas virtudes.

"Faz, porém, muito n'aquelle varão o conceito grande que o padre João de Almeida, quando já velho, e tão experimentado em espirito, concebia d'elle, que chegou a dizer em seus escriptos as palavras seguintes: — O padre André de Almeida, unica pedra preciosa e de muita estima de Deus, pelo qual o Senhor tem feito, faz e ha de fazer muitos bens de muita gloria sua, e honra d'esta provincia e de toda a companhia, como Deus Nosso Senhor irá descobrindo algum tempo."

Até aqui o que deixou escripto o padre Vasconcellos. A effigie do padre André de Almeida conservou-se desde o tempo do seu transito no collegio do Rio de Janeiro até o da expulsão dos jesuitas d'este collegio, no qual se costumava ler no refeitorio a vida d'este padre no dia 22 de Outubro de cada anno. Este foi o venturoso filho e unico varão de Antonio Rodrigues de Almeida e de sua mulher D. Maria Castanho, que serve de maior brazão, que as proprias armas pertencentes ao escudo de seus nobres progenitores; e de remate tambem a este titulo genealogico dos Almeidas Castanhos da capitania de S. Paulo.

TITULO DOS ANTAS MORAES, DA CAPITANIA DE S. PAULO

Fielmente copiado do titulo dos Braganções, da livraria do insigne José Freire Monte Arroio Mascarenhas, em Lisbôa, anno de 1757.

N. 1 — D. Mendo Alam foi um illustre cavalheiro, senhor da villa de Bragança, que depois foi cidade: vivia em tempo de el-rei D. Affonso VI de Leão, avô de D. Affonso Henriques, primeiro rei de Portugal. Casou com uma princeza da Armenia, que com el-rei seu pai veiu em romaria a visitar o corpo do apostolo S. Thiago em Compostella. E teve, como diz o conde D. Pedro e o livro antigo das linhagens, a

2 — D. Fernando Mendes de Bragança, rico homem, chamado o Velho; succedeu a seu pai no senhorio de Bragança, e mais terras que eram muitas, na provincia de Trás-os-Montes, entre Bragança e Miranda. Diz o livro antigo, que esteve na torre do Tombo, e mostra o chronista Brandão, P. 3ª, liv. 10, cap. 4º da *Monarchia Lusitana,* e liv. 8º, cap. 27, que fora casado com uma filha de el-rei D. Affonso VI de Leão, de quem tivera a D. Mendo Fernandes, seu filho; e o conde D. Pedro, titulo 38 fl. 204, affirmou o mesmo. A *Genealogia da Casa Real de Portugal* fl. 39 v. faz casada a infanta D. Sancha Henriques com este D. Fernando Mendes, rico homem, senhor de Bragança e de grandes Estados (1). E teve

3 — D. Mendo Fernandes de Bragança, succedeu na casa de seu pai: casou com D. Sancha Viegas de Bayão, filha de D. Egas Gozende, senhor de Bayão, e de sua mulher D. Gotina Nunes. E teve

4 — D. Fernando Mendes, rico homem, senhor de Bragança e mais terras de seu pai: foi chamado o Bragançāo, e por outro nome o Bravo. Achou-se com el-rei D. Affonso Henriques em todas as guerras do seu tempo, e na batalha do campo de Ourique. Casou com D. Thereza Affonso, filha illegitima do mesmo rei, que o conde D. Pedro diz titulo 38 fl. 204 a tirara ao conde D. Sancho Nunes de Barbosa, de quem era mulher, para lhe applacar a ira de se rirem delle quando lhe cahiu a nata pelas barbas comendo com el-rei á mesa em Coimbra; o que Brandão tem por fabuloso, e convém em

---

(1) **Dos mais filhos não tratamos porque aqui só se segue rectamente até o primeiro Moraes, que veiu a S. Paulo,**

que foi casado com D. Sancha Henriques, irmã do mesmo rei D. Affonso Henriques, o que prova com a escriptura, que allega no liv. 8º cap. 27 parte 3ª. O mesmo conde D. Pedro e o chronista Brandão affirmam que não teve d'ella filhos, e que por lhe haver feito doação da cidade de Bragança ficara, por sua morte, incorporada na corôa; porém João Baptista Lavanha, allegando o livro antigo, diz que fora casado com outra mulher, que Brandão no lugar já citado diz fôra D. Theresa Soares, filha de D. Soeiro Mendes o Bom da Maia, e que d'elle tivera a seu filho D. Pedro Fernandes o Bragançâo, que segue: D. Fernão Fernandes de Bragança, que foi alcaide-mor de Bragança no anno de 1193, em que el-rei de Leão a teve cercada, e o Sr. rei D. Sancho I a foi soccorrer, como consta da escriptura original do mosteiro de S. Salvador de Castro de Avellães, e a refere José Cardoso Borges nas noticias de Bragança (2).

5. D. Pedro Fernandes o Bragançâo, chama-lhe o chronista Brandão Pedro Fernandes de La Hadra, e diz que teve muita parte dos Estados de seu pai. E porque occupava algumas fazendas pertencentes á Sé de Braga, o arcebispo D. João de Peculiar passou carta de excommunhão contra elle, como consta do livro do cabido da Sé de Braga a fl. 118: e do livro das inquirições que mandou fazer das honras do reino o Sr. rei D. Affonso III, consta que este D. Pedro Fernandes o Bragançâo deu a ordem do hospital a villa e egreja de S. Pedro Velho, e a villa de Valmaior, que foram de seus avós. O livro antigo diz, que casou com D. Froila Sanches, filha do conde D. Sancho Nunes de Barbosa e de sua mulher D. Theresa Affonso, filha de el-rei D. Affonso Henriques: o que melhor se vê em titulo dos Barbosas. E teve

6. D. Vasco Peres o Beirão, casou com D. Urraca Esteves, filha de Estevão Annes, senhor do Passo de Antas, no concelho de Coura, e ficou herdando o mesmo Passo. E teve, como affirma o conde D. Pedro no titulo 57 § 1º e o livro antigo, em terceiro filho a

7. João Vasques de Antas, foi senhor da villa de Vimioso. Vivia pelos annos de 1242. Não se tem noticia do seu casamento, mas sabe-se que foi seu filho,

8. Estevão Annes de Bragança: faz d'elle memoria o conde D. Pedro no titulo 34, § 2º do seu *Nobiliario* manuscripto. A sua filiação se prova de um documento que se conserva na camara da villa de Vimioso, divisado com o n. 16, que é uma demanda que teve seu neto direito João Mendes de Moraes com a camara de Vimioso, que lhe quiz impedir a tapagem de uma herdade que elle tinha junto ao rio Fervença por cima da ponte das Ferrarias; e provou n'estes autos que era filho de Mendo Esteves, neto de Estevão Annes de Bragança e bisneto de João Vasques de Antas, terceiro neto de

(2) N'isto mesmo concorda o academico D. Antonio Caetano de Sousa na *Genealogia da Casa Real Portugueza*, tom. 1.º, liv. 1.º, fl. 40. E á fl. 64 diz que D. Theresa Affonso, filha illegitima de el-rei D. Affonso com effeito casara com o conde D. Sancho Nunes de Barbosa primeira vez, e segunda com D. Fernando o Bravo, senhor de Bragança e de Chaves.

D. Vasco Peres o Beirão, de cujos avós foram aquellas terras etc. Teve este Estevão Annes a seu filho segundo,

9. Mendo Esteves de Antas, que casou na casa dos Moraes com D. Ignez Rodrigues de Moraes, neta de Ruy Martins de Moraes. E teve a

10. Affonso Mendes de Antas, o qual succedeu no senhorio de Vimioso e de outras terras a seu tio direito (irmão de seu pai) Gonçalo Esteves, que foi senhor de Vimioso. Casou com D. Aldonsa Gonçalves de Moreira, de quem teve.

11 — Estevão Mendes de Moraes, o qual passando a villa de Vimioso á coroa por parte de seu irmão Mendo Affonso, como abaixo diremos, pôz demanda a D. Francisco de Portugal, que correu muitos annos perante o corregedor da comarca de Vizêo, a quem el-rei deu commissão para ventilar este litigio; por fallecer antes de decidida a causa ficou livremente possuindo Vimioso D. Francisco de Portugal, etc.

11. Mendo Affonso de Antas (filho primogenito do n. 10), succedeu a seu pai no senhorio de Vimioso, e foi padroeiro da igreja do concelho de Coura: falleceu sem filhos varões; por cuja razão ficou Vimioso na coroa, el-rei a deu em titulo de condado a D. Francisco de Portugal. D'aqui teve origem a demanda, que correu Estevão Mendes de Moraes com o dito D. Francisco, como fica referido, e o trás Monte Arroyo (3).

Tambem D. Antonio Caetano de Sousa no tomo 1º, liv. 1º, fl. 205 da *Genealogia da Casa Real Portugueza* traz que passára Vimioso á coroa, e que el-rei D. Manoel a dera a D. Francisco de Portugal, primeiro conde de Vimioso, por carta passada em Almerim a 2 de Fevereiro de 1515, que se acha no liv 5º dos Misticos a fl. 152 na Torre do Tombo: assim o refere tambem o academico frei Fernando de Abrêo no tomo 4º das *Collecções da Real Academia de Historia Portugueza* em 22 de Outubro do anno de 1724, onde affirma que este Mendo Affonso de Antas (filho de Affonso Mendes de Antas, senhor de Vimioso, e padroeiro da igreja do concelho de Coura) fallecera sem linha masculina; e passando Vimioso á coroa el-rei a dera em titulo de condado como fica dito. E que somente na alcaidaria-mor de Vimioso ficára Gonçalo Vaz Rego, genro do dito Mendo Affonso; e não dizem os AA. com quem casara; mas sabe-se que teve filhos. Porque em 1575 na villa do Mogadouro, sendo juiz ordinario Luiz do Valle, perante elle justificou Belchior de Moraes de Antas (irmão inteiro de Balthazar de Moraes de Antas, que eram filhos, netos e bisnetos do dito Mendo Affonso de Antas senhor de Vimioso, e seu ultimo possuidor; porque depois da sua morte passara para a coroa), sendo escrivão dos autos o tabellião Gaspar Rodrigues Pereira. E d'este instrumento fare-

(3) Esta narração vai afastada em parte das memorias do grande Monte Arroyo pelas achar Pedro Taques confirmadas estas noticias nos AA. que vão apontados, etc.

mos abaixo mais larga menção; e por elle sabe-se que do seu matrimonio tiveram a

12. D. N... mulher de Gonçalo Vaz Rego, que ficou na alcaidaria-mór da villa de Vimioso, como fica referido pelo academico frei Fernando acima citado, onde diz, que fora vassalo de el-rei. D. Fernando, e senhor por mercê d'este principe, da colheita da villa de Arruda, e de uma quinta na Ribeira de Loures, etc. (Em titulo de Regos, com geração, etc.)

12. Isabel Mendes de Antas casou com Nuno Navarro, como consta do instrumento de *nobilitate probanda* de Balthazar e Belchior de Moraes; pelo qual consta tambem que do seu matrimonio tiveram a

13. Ignez Navarro de Antas, que casou com Pedro de Moraes, cavalleiro fidalgo dos chefes Moraes do reino de Portugal da provincia de Trás-os-Montes, que era parente da mesma Ignez Navarro, sua mulher. Este dito Pedro de Moraes serviu a el-rei em varios empregos nas comarcas da Beira e de Trás-os-Montes; e foi mamposteiro-mor dos captivos; e do dito instrumento consta que teve uma irmã que no anno de 1575 estava casada com Pedro Homem, escudeiro, morador da villa de Mogadouro. E do mesmo instrumento consta que teve do seu matrimonio dito Pedro de Moraes:

14. D. F... que casou com o sargento-mor Jorge Alvares Meirelles, cavalleiro fidalgo da casa do Sr. D. Antonio, e morador no Mogadouro pelos annos de 1575.

14. Belchior de Moraes de Antas, que no anno de 1575 justificou a sua qualidade perante o juiz da villa de Mogadouro, Luiz do Valle, sendo escrivão dos autos o tabelião Gaspar Rodrigues Pereira, e se ausentou pelos annos de 1579.

14. Balthazar de Moraes de Antas, que em 11 de Setembro de 1579, perante o juiz Amador do Valle da villa do Mogadouro, sendo escrivão dos autos o tabelião Gaspar Teixeira, justificou a sua fraternidade por pai e mãi com Belchior de Moraes de Antas, para se aproveitar do instrumento que a este se tinha passado. Com effeito assim se julgou, de que se deu ao dito Balthazar de Moraes o seu instrumento authentico, o qual o fez reconhecer pelos escrivães todos de Mogadouro em 14 de Setembro de 1579 de Monxagate, da Torre de Moncorvo, de Mirandella, de Villa Pouca de Aguiar. E na cidade do Porto justificou por India e Mina dito instrumento em 15 de Dezembro de 1579. Na cidade do Funchal justificou o sobredito instrumento por India e Mina em 6 de Junho de 1580. Na cidade da Bahia justificou o instrumento, e fez reconhecer os signaes d'elle por Cosme Rangel de Macedo, ouvidor geral de toda a costa do Brasil, em 24 de Novembro de 1580 (4).

---

(4) Até aqui Monte Arroyo: agora segue-se a noticia que ha pelos documentos de S. Paulo.

Passou este Balthazar de Moraes de Antas a S. Paulo onde casou com Brites Rodrigues Annes, filha de Joanne Annes Sobrinho, a quem os antigos chamaram Joannienes que de Portugal tinha vindo para esta capitania e trouxe solteiras tres filhas, que todas casou com pessoas de conhecida nobreza. Do matrimonio de Balthazar de Moraes de Antas e Brites Rodrigues Annes houveram somente dois filhos e duas filhas, porque no anno de 1600 já era fallecido como consta de uma provisão do governador geral do Estado D. Francisco de Sousa, passada a seu filho Pedro de Moraes de Antas, e a seu requerimento para em todo o Estado lhe serem guardados, e cumpridos os privilegios, honras e liberdades que lhe competiam pelos instrumentos de seu defunto pai, os quaes foram reconhecidos n'esta capitania em Janeiro de 1600 pelos tabelliães de S. Paulo, Santos e S. Vicente; o que tudo consta do mesmo instrumento e provisão que anda junta aos mesmos autos. Os filhos de Balthazar de Moraes de Antas, como fica dito, foram quatro, dos quaes o primogenio foi

15. Pedro de Moraes de Antas a quem o governador geral do Estado D. Francisco de Sousa passou em S. Paulo a provisão de que temos feito já menção: falleceu na villa de S. Vicente, em cujo cartorio de notas se acha o seu testamento, pelo qual consta que foi casado com Leonor Pedrosa, que falleceu em S. Paulo (com testamento que se acha junto aos autos de inventario dos seus bens no cartorio de orphãos de S. Paulo no maço 1º, letra L) aos 14 de Julho de 1636. Foi filha de Estevão Ribeiro Bayão, natural da cidade de Beja, e de sua mulher Magdalena Fernandes Feijó, natural da cidade do Porto, de onde veiu este casal para S. Paulo com duas filhas e dois filhos. D'este tronco procedem todos os religiosos da companhia de Jesus dos appellidos de Moraes, Pedroso e Ribeiro: e d'elle tem sahido varios familiares, e commissarios do santo officio, cavalleiros da ordem de Christo, fidalgos da casa real, governadores, e um donatario que foi João Amaro Maciel Parente, irmão de Bento Maciel Parente, que foi governador do Estado do Maranhão e ambos filhos do governador e conquistador dos gentios bravos do sertão da Bahia, Pernambuco e Ceará, que falleceu na cidade da Bahia Estevão Ribeiro Bayão; e por sua morte continuou no real serviço seu filho João Amaro Maciel Parente, natural da cidade de S. Paulo. Foi Pedro de Moraes de Antas fundador e primeiro padroeiro da capella de Nossa Senhora do Populo, sita no Rio-Grande, caminho de Santos, em cuja igreja sendo padroeiro seu filho Pedro de Moraes Madureira, houve um triduo com o Sacramento exposto, e pregou o grande barrete da companhia de Jesus o padre Manoel Pedroso, que era da familia dos Moraes, naturaes de S. Paulo, Do matrimonio de Pedro de Moraes de Antas (entre outros filhos) procedeu a filha.

16. Magdalena Fernandes Feijó que casou com Don Diogo de Lara, natural da cidade de Çamóra, filho legitimo de D. Diogo Ordonhes de Lara, illustre cavalheiro de Çamóra, como consta muito maior da inquirição *de genere* tirada em Çamóra no anno

de 1604 por requisitoria do Illm. D. José de Barros de Alarcão a requerimento do capitão-mor Pedro Taques de Almeida, habilitando-se *de puritate sanguinis* por seu avô materno dito D. Diogo de Lara. Estes autos originaes se acham na camara episcopal de S. Paulo, e são mais para examinados com o desengano da lição, que para ouvidos pela verdade da noticia (5). E teve.

17. D. Maria de Lara, que casou com Lourenço Castanho Taques (irmão do capitão-mor Guilherme Pompêo, que foi pai d'aquelle benemerito filho o afamado padre o Dr. Guilherme Pompêo de Almeida, clerigo secular) filho de Pedro Taques, natural da villa de Setubal, que veiu a S. Paulo por secretario do Estado do Brasil com o governador geral D. Francisco de Sousa e de sua mulher Dona Anna de Proença, filha de Antonio de Proença, natural de Belmonte, moço da camara do Sr. infante D. Luiz e de sua mulher D. Maria Castanho natural de Santos, irmã inteira do veneravel padre André de Almeida da companhia de Jesus, que falleceu no collegio do Rio de Janeiro a 22 de Janeiro de 1649, varão de candura innocentissima, que conservou intacta a pureza virginal, como se lê no elogio de sua morte; e eram filhos de Antonio Rodrigues de Almeida, cavalleiro fidalgo da casa real do Sr. rei Don João III, a cujo serviço passou ao Brasil a crear as reaes rendas que hoje são da provedoria de Santos, e de sua mulher D. Maria Castanho que veiu ao Brasil, ambos naturaes de Montemor. De tudo ha documentos nos cartorios da provedoria da fazenda real de Santos, etc. E teve

18. Pedro Taques de Almeida, que foi capitão da fortaleza do Itapema da praça de Santos com 40$ de soldo; provedor da fazenda real da capitania de S. Paulo e d'ella capitão-mor governador com ordenado; alcaide-mor e administrador geral das aldeas do real padroado da mesma capitania por mercê da Sra. D. Catharina, infanta de Portugal e regente d'este reino; cavalleiro fidalgo da casa real do Sr. rei D. Pedro II, que foi o mesmo fôro que teve seu bisavô dito Antonio Rodrigues de Almeida, que é fidalgo da casa de Sua Magestade. Vem, pois a ser Pedro Taques de Almeida undecimo neto por linha direita de D. Pedro Fernandes o Bragançâo, e de sua mulher D. Froila Sanches; e por ella duodecimo neto do conde D. Sancho Nunes de Barbosa e de sua mulher D. Theresa Affonso; por cuja senhora é decimo terceiro neto dito capitão-mór Pedro Taques de Almeida d'el-rei D. Affonso Henriques, primeiro rei de Partugal. *Deus fecit nos, et non...* disse o psalmista.

---

(5) Cartorio Ecclesiastico letra M, n. 11, no maço 1.º.

Demonstrou Basilio de Magalhães quanto Pedro Taques se engana redondamente ao affirmar que Bento Maciel Parente era filho de Estevam Ribeiro Bayão.

Os documentos relativos a Balthazar de Antas estão impressos no *Registro Geral da Camara de S. Paulo.* (A. de E. Taunay).

LARAS

Cópia fiel do titulo de — Laras — que fez Pedro Taques de Almeida Paes Leme, e que se acha em poder do Illm. sr. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. (*)

A alta qualidade da familia dos Laras da capitania de S. Paulo é mais para ser conhecida pelo merecimento dos documentos, que lhe acreditam a nobreza do sangue, do que para estimada pela informação que lhe publica a ascendencia. Este conceito se gerou depois que por certidão juridica recebemos uma fiel cópia dos autos de genere, processados na cidade de Çamora do rei de Castella a Velha no Anno de 1704, perante D. Bartholomêo Gonzales de Valdevia, provisor e vigario geral do bispado da dita cidade de Çamora, em uma requisitoria, que por parte do capitão-mor Pedro Taques de Almeida se expediu pelo Dr. Jorge da Silveira Souto-Maior, vigario geral e provisor do bispado do Rio de Janeiro, aos quatro dias do mez de Setembro de 1703 annos; ao Revm. Dr. vigario geral e provisor da Çamora, para effeito de se proceder (na forma do estylo e em segredo ecclesiastico, precedendo informação do Revm. parocho, e nomeação das testemunhas) sobre a averiguação da pureza e limpeza de sangue de D. Diogo de Lara, natural da cidade de Çamora da freguezia de Santo Antonio, e S. Estevão seu annexo, e filho legitimo de D. Diogo Ordonhez de Lara. Procedendo-se nesta diligencia, como se mostra dos autos, informou o Revm. parocho da dita freguezia, na sua certidão jurada aos 27 de Abril de 1704, que D. Diogo de Lara fôra natural daquella cidade e morador na praça de Tordegrado da freguezia de Santo Antonio e S. Estevão, da qual era parocho e cura tenente elle Dr. D. Gaspar Manoel de Tezeda, e filho de D. Diogo Ordonhez de Lara, tambem natural da mesma freguezia, e de sangue muito illustre, e um dos grandes e illustres cavalheiros da cidade de Camóra, e das mais esclarecidas casas da mesma cidade, onde fora morador o dito D. Diogo Ordonhez de Lara, e seu filho D. Diogo de Lara, em umas casas proprias arrimadas junto á muralha da dita praça de Tordegrado, em cuja fachada ou fronteira se divisavam as armas dos seus illustres appellidos. Sobre esta mesma materia foram inquiridas sete testemunhas de

(*) As notas que levarem este sinal são do copiador, em 1783.

grande excepção (como se vê da informação, que da qualidade de cada uma dellas deu no fim da dita inquirição o Revm. Dr. vigario geral e provisor), que todas depuzeram com a singularidade de conhecimento, tratamento que tiveram com o dito D. Diogo de Lara até o tempo que se passara para o reino de Portugal e embarcára para o Brasil. Os autos originais deste processo foram remetidos aos 30 dias de Abril de 1704 para a camara episcopal da cidade do Rio de Janeiro; e por elles obteve sentença de *puritate sanguinis* o habilitando o capitão-mor Pedro Taques de Almeida pelo costado de seu avô materno dito D. Diogo de Lara, filho de D. Diogo Ordonhez de Lara. Estes autos passaram da camara episcopal do Rio de Janeiro para o bispado de São Paulo no anno de 1746. Com a creação do primeiro bispo desta cidade o Exm. D. Bernardo Rodrigues Nogueira, que a 8 de Dezembro do dito anno fez a sua publica entrada na dita cidade. No cartorio da camara episcopal della no maço dos autos *de genere* —P—o titulo o capitão-mor Pedro Taques de Almeida, se acham estes autos de que temos feito menção para conhecimento e total sciencia do illustre sangue, e alta qualidade de D. Diogo de Lara. Este cavalheiro foi o progenitor da familia de Laras da capitania de S. Paulo, em cuja cidade, sendo ainda villa, casou com D. Magdalena Fernandes de Moraes, filha de Pedro de Moraes de Antas, e de sua mulher D. Leonor Pedrosa. (Em titulo de Moraes, cap. 1º.) Nob. 288.

D. Diogo de Lara viveu em S. Paulo com grande estimação e respeito, que depois passou a uma geral e reverente veneração pelas suas grandes virtudes. Com ellas mereceu conseguir o caracter de varão santo. Vivia mais no templo de Nossa Senhora do Carmo, ao pé do altar-mor, onde estava o Santissimo Sacramento no sacrario, de que em sua casa. Commungava com grande frequencia. Retirou-se do popular concurso para a soledade de uma quinta em distancia de um quarto de legua, que depois deixou aos religiosos carmelitas de S. Francisco com todo o gado, que nella tinha, por conta do que, com o decurso dos annos, se chamava esta quinta Ferraria e Curral dos carmelitas. Ao presente tempo só existe o sitio desta quinta, sem utilidade alguma ao convento dos religiosos, que a este estado se reduzem as casas pelo desprezo de quem lhes não cultiva as terras. Desta quinta vinha D. Diogo de Lara todos os dias ao romper da alva vestido no habito de terceiro do Carmo, que foi a preciosa gala (pelo sagrado escapulario do mesmo habito) com que se adornou muitos annos até o da morte. Na sua quinta cultivava um jardim de varias flores, que colhia sempre que vinha para o templo de Nossa Senhora do Carmo, e com ellas ornava o altar da mesma Senhora, na capella-mor. Estas flores trazia o mesmo D. Diogo de Lara no regaço, ou ponta da capa do mesmo habito, que então era geralmente de estamenha parda. Depois de receber a sagrada communhão se deixava ficar no mesmo templo em profunda oração; e, ainda que convidado da religiosa caridade para tomar uma pequena refeição, não aceitava,

por se não apartar do sustento que tinha em estar na presença do Senhor. No dia de sabbado estendia mais a sua oração até a hora em que os religiosos cantavam a Salve no fim das Completas: e só depois deste acto se recolhia para a sua quinta, onde chegava já visinha a noite. Neste santo exercicio continuou, com tal fervor, e desapego das dependencias do mundo, depois que Deus foi servido chamar ao tribunal divino a 18 de Julho de 1661 a D. Magdalena Fernandes de Moraes sua esposa, até 22 de Outubro de 1665, em que entregou a alma ao seu creador. O seu corpo, amortalhado no sagrado habito dos religiosos carmelitas, esteve depositado na igreja dos mesmos, que lhe officiaram honrosos funeraes, não só pela grande opinião, que tinham das suas virtudes, e exemplar vida, mas tambem como obrigados ao seu bemfeitor, além do concurso de ser este santo varão pai de religioso carmelita, qual foi seu filho frei Alberto do Nascimento. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço de inventario letra — D —, o inventario de Diogo de Lara com testamento, e nos mesmos por appenso o inventario de Magdalena Fernandes de Moraes com testamento.) Teve sepultura este venerando cadaver na capella dos irmãos terceiros da mesma ordem, tendo estado flexivel e com semblante agradavel; e o affecto popular acclamando-o de santo pela efficacia da opinião, que todos tinham formado da sua exemplar e penitente vida.

As armas dos Laras são em campo de prata, duas caldeiras pretas postas em pala, com as bocas e azas guarnecidas de ouro. Assim se illuminaram no brazão das armas passado em 5 de Julho de 1707 ao capitão-mor Pedro Taques de Almeida, neto do dito D. Diogo de Lara, como fazemos mais larga e expressa menção em titulo de Taques Pompêos, cap. 3º.

Do matrimonio de D. Diogo de Lara, e de sua mulher D. Magdalena Fernandes de Moraes, como consta dos testamentos e autos de inventario já referidos nasceram em S. Paulo oito filhos.

CAPITULO I

1—1. Joaquim de Lara Moraes passou de S. Paulo para a Ilha-Grande de Angra dos Reis em 1647, attrahido do irmão o padre Pedro de Lara, supra, que já estava estabelecido, e com quatro leguas de terras, que lhe foram concedidas de sesmaria. Na

dita ilha casou Joaquim de Lara com D. Cecilia Gaga de Oliveira, filha de Antonio de Oliveira Gago, natural da villa de Santos da nobre familia do seu appellido (que teve principio em Antonio de Oliveira, cavalleiro fidalgo da casa real de el-rei D. João o 3º, e de sua mulher D. Genebra Leitão de Vasconcellos, que vieram de Portugal para a nova capitania de S. Vicente em 1538; e o dito Antonio de Oliveira feito capitão-mor governador e ouvidor, loco-tenente do donatario, e senhor da dita capitania Martim Affonso de Sousa (1) e de sua mulher segunda Custodia Moreira). E teve quatro filhos, nacionaes da Ilha Grande:

2—1. D. Maria de Lara .... §. 1.º
2—2. D. Anna de Lara .... §. 2.º
2—3. D. Josepha de Lara .... §. 3.º
2—4. D. Magdalena de Lara .... §. 4.º

2—1. D. Maria de Lara, casou com Manoel Antunes de Araujo, natural de Lisboa, da freguezia de Santa Justa. E teve tres filhos:

3—1. Manoel Antunes de Araujo, foi casado com uma filha de João Moreira, bisneto de Custodia Moreira, segunda mulher de Antonio de Oliveira Gago.

3—2. Joaquim de Lara Moraes.

3—3. D. Maria de Lara, foi casada com Antonio Lopes Leonardo, natural da villa de Vianna do Minho. E teve quatro filhos:

4—1. Antonio Lopes, casou com D. Luiza Pimenta filha do capitão Manoel Soares Pereira e de sua mulher D. Magdalena Pimenta. (Em titulo de Rendons, cap. 2.º)

4—2. João Antunes...

4—3. D. Maria de Lara...

4—4. Marianna de Lara, casou com Thomaz Fernandes Montanha, filho de Francisco de Oliveira Montanha, capitão de infantaria, e de sua mulher D. Thomazia de Moraes Cavalcanti, ambos naturaes da praça de Santos. Neto pela parte paterna de Thomaz Fernandes de Oliveira, que foi capitão-mor governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo, de que tomou posse na camara de S. Vicente a 17 de Fevereiro de 1675, e de sua mulher D. Maria ou Marianna, que era irmã direita da mulher de Antonio Vaz Gago, capitão de infantaria da guarnição da praça da cidade do Rio de Janeiro, de cuja matrimonio foram filhas D. Maria, mulher do coronel Manoel Dias de Menezes, e D. Bernarda, que foi mulher de Paulo Pinto de Faria, cavalleiro professo da ordem de Christo e natural do Rio de Janeiro. (Em titulo de Moraes, cap. 2º, na descendencia do capitão Pedro de Moraes Madureira, e de sua mulher D. Antonia de Sousa Cavalcanti).

2—2. D. Anna de Lara, casou com José de Barcellos. Sem geração.

---

(1) Cart. da Provéd. da Fazenda de sesm. n. 1.562 pag. 80.

§ 3º

2—3. D. Josepha de Lara, casou com Luiz Nogueira de Travassos, que viuvando se ordenou de clerigo e foi vigario da igreja da Ilha Grande, em cujo emprego falleceu. E teve:

3—1. Luiz Nogueira de Moraes Travassos, foi clerigo e depois tomou o habito de carmelita calçado da provincia do Rio de Janeiro.

3—2. D. Josepha de Lara, foi casada com Manoel Leal de Macedo, natural de Lisboa. E teve cinco filhos:

4—1. Joaquim de Lara.

4—2. Faustino Leal de Macedo.

4—3. D. Thereza de Jesus, casou com o alferes Francisco das Chagas, seu parente por consanguinidade.

4—4. D. Maria de Lara, casou com seu parente João Pimenta de Carvalho, capitão da infantaria da ordenança, filho do alferes Manoel Pimenta.

4—5. D. Antonia de Lara, que nunca casou, vivendo com grande opinião pelas suas virtudes.

§ 4º

2—4. D. Magdalena de Lara, casada com Hieronimo de Sousa. Sem geração.

CAPITULO II

1—2. Marianno de Lara, foi carmelita e mudou o nome de Marianno, chamando-se Fr. Alberto do Nascimento.

CAPITULO III

1—3. João de Lara Moraes (filho de D. Diogo de Lara) casou com Maria de Góes de Medeiros que era irmã inteira do capitão Antonio Rodrigues de Medeiros, de alcunha o Tripohy, que foram filhos de Diogo Rodrigues, natural da villa Real, que fallecera em S. Paulo com testamento a 20 de Junho de 1685, e de sua mulher Ignez de Góes (2). Netos pela parte paterna de Sebastião Pires e de sua mulher Brites Lourença, ambos de Villa Real. E pela parte materna de Sebastião Ramos e de Eugenia de Sousa (3). E teve cinco filhos:

(2) Casamentos de S. Paulo aos 13 de Abril de 1643.

(3) Cart. de orphãos de S. Paulo, maço 1.º d'inventarios, letra D., n. 15 — inventario de Diogo Rodrigues, com testamento. Matriz de S. Paulo, nos assentos de casamento de Diogo Rodrigues, já referido.

2—1. Francisco Pedroso, foi morto a impulsos do odio, sendo solteiro.

2—2. Diogo de Lara, teve o mesmo infeliz destino e falleceu solteiro.

2—3. D. Ignez de Góes, casou em S. Paulo a 17 de Abril de 1702 com João de Sousa Queiroga, natural da villa de Chaves, filho de João de Sousa Queiroga e de sua mulher Antonia da Costa de Amorim, ambos da dita villa. Sem geração.

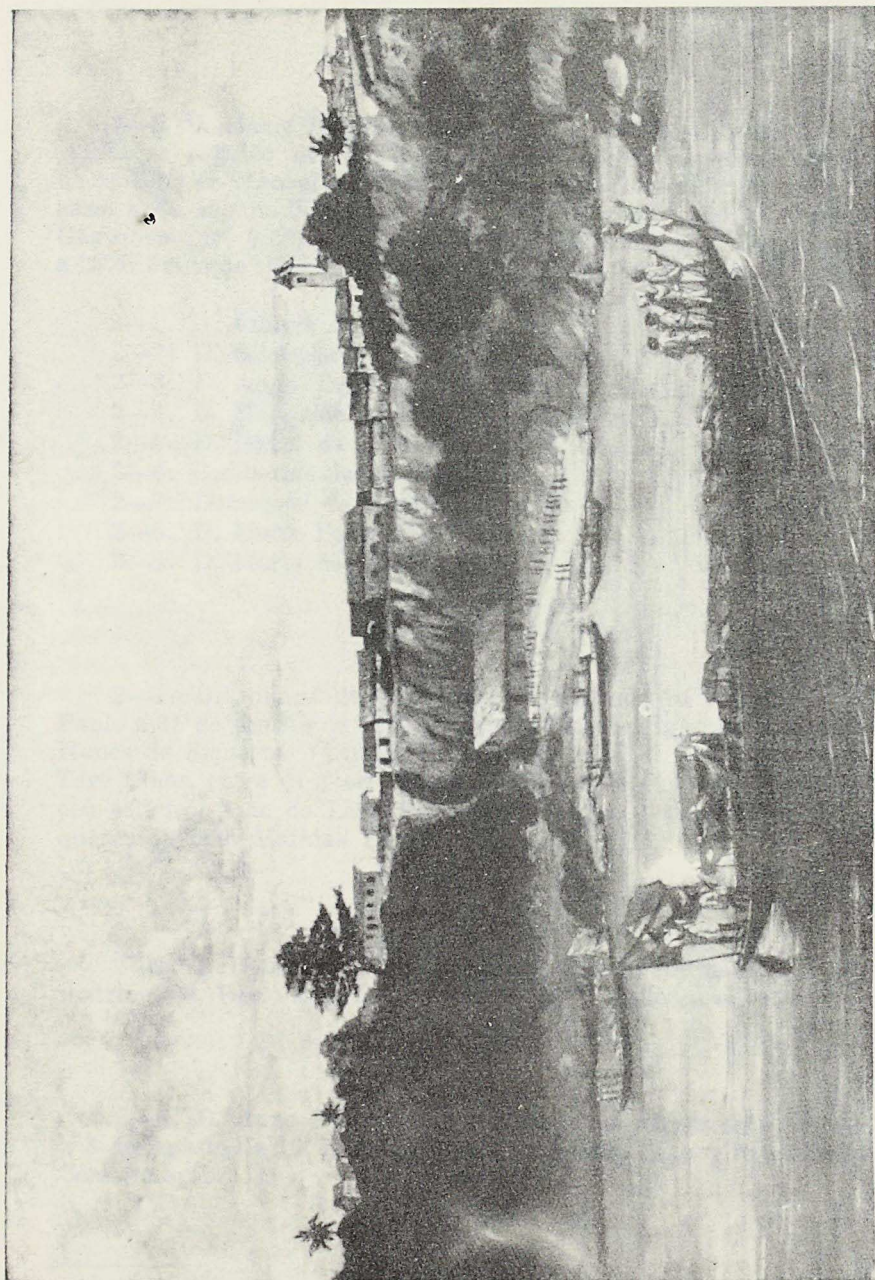
2—4. D. Anna de Lara de Moraes, casou com Leonardo Raposo, e se lhe acabou a geração no filho Christovão de Moraes Raposo, que falleceu na comarca do Serro Frio, deixando grande cabedal, cuja meiação por parte da mulher, herdaram os irmãos desta. (Em titulo de Bonilhas.)

2—5. D. Maria de Lara de Moraes, casou com Manoel de Oliveira, que foi de morada para Mogy-Guassú. Com geração.

CAPITULO IV

1—4. D. Maria de Lara, casou na matriz de S. Paulo a 24 de Novembro de 1631 com Lourenço Castanho Taques, natural e cidadão da mesma cidade. Nella serviu os cargos da republica. Foi juiz ordinario muitas vezes e de orphãos muitos annos de propriedade em sua vida. Em serviço do rei, penetrou o sertão do Caheté com uma grande tropa, que formou á sua custa, para descobrir minas de ouro, ou prata, por carta de recommendação que para isso recebera firmada pelo real pulso do serenissimo principe o Sr. D. Pedro, regente do reino de Portugal, com data de 23 de Fevereiro de 1674, que se acha registrada na secretaria do conselho ultramarino no livro das cartas do Rio de Janeiro que principia a 28 de Março de 1673, pag. 3 v. Para esta conquista e descobrimento entrou com o caracter de governador da gente da sua tropa e leva, com ampla jurisdicção para conservar o respeito e a autoridade com a obediencia praticada pela disciplina militar, como consta da patente, que se lhe passou, registrada no cartorio da provedoria real no liv. 5º de registros a fl. Deste cavalheiro paulista e de sua nobreza qualificada por seus ascendentes tratamos com toda a sua descendencia em titulo de Taques Pompêo, cap. 3º.

CAPITULO V

1—5. D. Anna de Lara, casou na matriz da cidade de S. Paulo a 7 de Agosto de 1639 com Francisco Martins Bonilha, natural e cidadão da mesma cidade, filho de André Martins e de sua mulher Justa Maciel. (Em titulo de Bonilhas, cap. 1º, § 1º, com sua descendencia).

Partida de Porto Feliz — Quadro de Adriano Taunay — *(Cortesia do Museu do Ipiranga)*

1—6. D. Maria Pedrosa, casou com Tristão de Oliveira Lobo, natural e cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica, filho de Manoel Francisco Pinto, natural da villa de Guimarães, e de sua mulher Juliana de Oliveira (em titulo de Cunha Gagos, cap. 3º, § 3º). Falleceu D. Maria Pedrosa com testamento a 28 de Julho de 1676 (4). E teve nove filhos naturaes de S. Paulo.

2—1. D. Juliana de Oliveira .... §. 1.º
2—2. D. Sebastiana de Moraes Pedrosa ..... §. 2.º
2—3. D. Anna Pedrosa .... §. 3.º
2—4. D. Magdalena Fernandes de Moraes .... §. 4.º
2—5. D. Isabel de Lara .... §. 5.º
2—6. Guilherme de Oliveira Lara .... §. 6.º
2—7. Domingos de Oliveira Lara .... §. 7.º
2—8. D. Maria Pedrosa .... §. 8.º
2—9. D. Maria de Oliveira .... §. 9.º

§ 1º

2—1. D. Juliana de Oliveira, foi baptizada na matriz de S. Paulo a 15 de Agosto de 1647, e casou na mesma igreja com Simão Nunes de Siqueira. (Em titulo de Pires cap. 6º, § 1º, n. 3—1.) Teve filhos, entre os quaes foram Domingos de Oliveira, que falleceu solteiro, João de Lara Moraes, que falleceu solteiro, e...... que casou com Mathias Lopes.

§ 2º

2—2. D. Sebastiana de Moraes Pedrosa, foi baptizada na matriz de S. Paulo a 27 de Janeiro de 1650. Falleceu solteira.

§ 3º

2—3. D. Anna Pedrosa, foi baptizada na matriz de S. Paulo a 3 de Agosto de 1655, onde casou com Albano de Aveiro Homem. Sem geração.

---

(4) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço de inventarios, letra M., inventario de D. Maria Pedrosa com testamento.

§ 4º

2—4. D. Magdalena Fernandes de Moraes, casou com Hieronimo Machado Castanho, natural da cidade de São Paulo, filho de Mathias Machado Castanho, da villa do Sardoal do reino de Portugal, e de sua mulher Hieronima Fernandes Preta, que foi irmã direita dos clerigos o padre Francisco Jorge, e o padre Antonio Paes Malio. E teve dois filhos. (Em titulo de Machados Castanhos cap. 2º § 1º.)

§ 5º

2—5. D. Isabel de Lara, casou com Miguel de Camargo, de cujo matrimonio não houve filhos, como consta do testamento com que falleceu D. Isabel de Lara a 14 de Abril de 1758, que se acha no cartorio do 1º tabellião de notas de S. Paulo no maço dos inventarios antigos, letra I.

§ 6º

2—6. Guilherme de Oliveira Lara, casou com Marianna de Leão, irmã direita do padre Mathêos de Leão, clerigo de S. Pedro. (Em titulo de Camargos, cap. 5.º) E teve filhos que com seus pais foram de morada para as Minas-Geraes, dos quaes temos noticia de Guilherme de Oliveira, Angelo de Leão, Anna Maria de França, mulher de José de Sousa, Maria Pedrosa, que casou no Rio das Mortes com o sargento-mor João Alves Preto, que são pais de F.... clerigo de S. Pedro.

§ 7º

2—7. Domingos de Oliveira; falleceu solteiro.

§ 8º

2—8. D. Maria Pedrosa, casou com seu primo co-irmão (em cujo impedimento foram dispensados em Roma) Luiz Castanho de Almeida, como se trata no cap. infra. § 1º.

§ 9º

2—9. D. Maria de Oliveira; falleceu solteira com testamento a 16 de Agosto de 1725 (5).

(5) Cartorio da ouvidoria de S. Paulo e residuos, maços dos testamentos letra N. o de D. Maria de Oliveira.

CAPITULO VII

1—7. D. Isabel de Lara; casou na matriz de S. Paulo a 8 de Agosto de 1639 com Luiz Castanho de Almeida, natural e cidadão de S. Paulo, de d'onde passou a estabelecer-se com fazendas de grande cultura no termo da villa de Sant'Anna da Parnahyba, onde fez testamento, e foi sepultado a 16 de Setembro de 1672. Falleceu no ribeirão dos Guanicuns do Mato-Grosso dos Goyazes de uma frechada que lhe penetrou o vasio, e foi o successo que, como Luiz Castanho de Almeida era um grande sertanista, e havia tido varias entradas ao sertão a conquistar barbaros indios, fez ultima entrada em 1671, levando somente dois filhos legitimos e dois bastardos, com um corpo dos seus *Carijós*, chamados n'aquelle tempo administrados, os quaes não se accommodando com a vida penosa de fomes, e outras necessidades, se uniram todos para matarem a seu administrador Luiz Castanho e aos filhos. Para este efeito lhes lembrou roubarem as armas de fogo que tinham os brancos: e sendo pressentido o ladrão com alguns companheiros, entraram a dar-lhe porretadas os filhos de Luiz Castanho, o qual ouvindo este estrondo abriu a porta do seu quarto, trazendo uma luz de candea de cera na mão; quando de fora lhe dispararam uma frecha que lhe penetrou o vasio e durou com vida 24 horas. Os filhos se fortificaram no mesmo arranchamento em que se achavam, para se defenderem dos seus administrados e inimigos domesticos, emquanto se consumiam as carnes do cadaver de seu pai, que, sepultado, lhe applicaram fogo continuado em cima da sepultura, e produziu, que em 20 dias podessem limpar e lavar os ossos do cadaver, que recolhidos em um limpo lençol, e mettidos em um caixote, se animaram os quatro irmãos, sem mais outra companhia, a penetrar tão vasto e inculto sertão, expostos ao furor dos inimigos domesticos, que no decurso dos 20 dias sempre se conservaram unidos para conseguirem o primeiro intento de acabar a vida a todos. Postos em marcha, e já nas vizinhanças do rio Meia-Ponte, se adiantou Antonio Castanho pelo interesse de fazer alguma caçada para d'ella terem o sustento certo n'aquelle dia; porém os inimigos, que lhes seguiam e observavam as marchas, se adiantaram primeiro e vieram fazer emboscada no mesmo rio Meia-Ponte, e chegando a este passo dito Antonio Castanho, ao entrar pela ponte, lhe dispararam uma frecha, que atravessando-lhe o papo, que tinha no pescoço, cahiu da ponte abaixo; mas com tal accordo que, não largando da arma, ainda com ella em acção de pontaria, se pôde defender dos inimigos, os quaes por providencia divina não souberam discorrer que a arma estando molhada não podia dar fogo. N'este lance chegaram os outros irmãos, e se puzeram em retirada os indios inimigos. Continuaram o destino da marcha para S. Paulo, curando-se ao enfermo com mechas de fumo e mel de abelhas, quando encontraram com a tropa do capitão-mor Antonio Soares Paes, que, lamentando o infeliz successo e morte do

seu bom amigo Luiz Castanho de Almeida, fez com que os magoados filhos retrocedessem, para com o auxilio das suas armas serem conquistados os indios inimigos e rebellados. Aceitaram o conselho e o favor; e posto aquelle troço na trilha das veredas, que seguiam os taes inimigos, foram descobertos, e inteiramente destruidos todos sem escapar um só; e vingada por este modo a morte do pai se puzeram outra vez em marcha para S. Paulo e chegando á villa de Parnahyba deram sepultura aos ossos de seu pai no jazigo proprio, que elle tinha na igreja matriz desta villa ao pé do altar de Nossa Senhora do Rosario, o que se executou com toda a decencia e funeral obsequio no dia 16 de Setembro de 1672. Sua mulher dita D. Isabel de Lara, com avançadissima idade, falleceu com testamento a 17 de Junho de 1711 (6). Foi Luiz Castanho de Almeida filho segundo de Antonio Castanho da Silva de conhecida nobreza na villa de Thomar, e de sua mulher D. Catharina de Almeida. (Em titulo de Proenças, § 3º.) E teve onze filhos, naturaes da Parnahyba, que são os que se seguem:

2— 1. Luiz Castanho de Almeida .... § 1.º
2— 2. Joaquim de Lara Moraes .... § 2.º
2— 3. Diogo de Lara e Moraes .... § 3.º
2— 4. Antonio Castanho da Silva .... § 4.º
2— 5. José de Almeida Lara .... § 5.º
2— 6. D. Catharina de Almeida .... § 6.º
2— 7. D. Magdalena Fernandes de Moraes .... § 7.º
2— 8. Ignacio de Almeida Lara .... § 8.º
2— 9. D. Antonia de Almeida .... § 9.º
2—10. D. Maria de Almeida Lara .... § 10.º
2—11. João, que falleceu de tenra idade ...... § 11.º

§ 1º

2—1. Luiz Castanho de Almeida (cap. 7º) ; foi muito venerado, e respeitado pelas moraes virtudes que soube praticar em todo o tempo de sua vida. Fez varias entradas pelo sertão a conquistar barbaros indios; e na disciplina militar contra elles adquiriu tão avultadas experiencias, que se fez entre os seus naturaes um grande cabo para semelhante guerra. Por isso foram sempre felizes as suas armas e com ellas venceu a reducção de algumas nações, cujos indios gentios recolhidos aos povoados, depois de instruidos nos sagrados dogmas, abraçaram a fé catholica. Com o numeroso concurso dos novos convertidos adiantou muito os interesses da sua casa, pela grandeza da cultura das terras que possuia; e pôde com liberal animo amparar as suas irmãs, que todas casaram por eleição sua. Conseguindo em Roma dispensa no impedimento de 2º

(6) Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 235, o de Luiz Castanho de Almeida n. 453, o de D. Isabel de Lara.

gráo de consaguinidade, casou com sua prima co-irmã D. Maria Pedrosa do § 8º n. 2—8, que falleceu em Parnahyba com testamento a 5 de Dezembro de 1684 (7). D'esse matrimonio teve unico filho.

3—1. Francisco Pedroso de Almeida, que, nascendo na villa de Parnahyba a 16 de Dezembro de 1674, passou para S. Paulo, e se creou em casa de seu avô Tristão de Oliveira Lobo. Casou com Agueda Machado, natural de S. Paulo, filha de Mathias Machado Castanho, natural da villa do Sardoal, e de sua mulher Hieronima Fernandes, que foi filha de Balthazar Gonçalves Malio, e de sua mulher Hieronima Fernandes Preto. Foi Francisco Pedroso de Almeida o fundador da fazenda chamada Araraquara do sertão e estrada das minas dos Goyazes, onde se estabeleceu com grossas culturas, de cujos fructos pelas sementeiras de milho e feijão, e creação abundante de porcos, se aproveitavam os viandantes d'aquella comprida estrada, fornecendo-se de todo o necessario para sustento da jornada, com grandes utilidades d'elle, que com avançada idade falleceu na mesma fazenda, de onde se trasladaram os ossos para a matriz de Mogy-Guassú, termo da villa de Jundiahy. Teve do seu matrimonio dois filhos naturaes de S. Paulo.

4—1. Luiz Pedrosa de Almeida Castanho.

4—2. D. Anna Pedrosa de Moraes.

Esquecido Francisco Pedroso de Almeida não só das obrigações da honra e qualidade do sangue, que lhe adornava as veias, para imitar a seus pais e avós, e melhor de que estas imagens lembrar-se das obrigações de verdadeiro catholico, commetteu estupro incestuoso com...... a irmã direita de sua mulher Agueda Machado; e d'este desaccordo e delirios da inclinação nasceu uma filha, com as cautelas que pôde ministrar a necessidade d'esta miseria, que o tempo não soube conservar em seu segredo; e foi exposta e entregue ao zelo, e cuidado de Maria Nunes de Siqueira, D. viuva de boa estimação, que soube dar-lhe toda a educação necessaria com os dictames de sua grande honra por ser senhora nobre. Esta menina foi:

4—3. Gertrudes Maria de Siqueira.

4—1. Luiz Pedroso de Almeida Castanho, foi cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica, e foi juiz ordinario da mesma cidade por eleição de pelouro em 1746. Casou com D. Catharina de Medeiros, filha de Antonio Pires de Avila, natural e cidadão de S. Paulo, que, occupando os postos do regimento dos auxiliares, passou a mestre de campo do dito regimento por patente de D. Braz Balthazar da Silveira governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, e de sua mulher D. Anna Moreira de Godoy, natural de S. Paulo, irmã direita de frei Francisco de S. José, religioso carmelita calçado da provincia do Rio de Janeiro,

(7) Cartorio de orphãos de Parnahyba inventario 323, o de D. Maria Pedrosa.

que falleceu com evidentes signaes de santidade no rio Parahybuna, e se lhe trasladaram os ossos para o convento da cidade do Rio de Janeiro, com a decencia devida á sua exemplar vida. Neto por parte paterna de Manoel de Avila, chamado o Quatro-olhos, por ser com dois oculos, natural de Angola, que falleceu em S. Paulo com testamento a 2 de Julho de 1731, (Orphãos, maço 6º, letra M), e de sua mulher Anna Ribeira, natural de S. Paulo, bisneta de Braz Lopes Alcanforado, natural da praça de Elvas, e de sua mulher Maria Alves, natural de Lisboa, que falleceu em S. Paulo com testamento a 14 de Fevereiro de 1696, filha de Francisco Alves, e de sua mulher Catharina da Costa (cartorio 2º do tabellião de São Paulo, livros de notas, o testamento de Maria Alves, mulher de Braz Lopes), e pela parte materna neta da dita D. Catharina de Medeiros de....

4—2. D. Anna Pedrosa de Moraes (filha de Francisco Pedroso de Almeida do n. 3), casou com Salvador Cardoso da Silveira, natural e cidadão da cidade de S. Paulo, filha de Salvador Cardoso de Almeida, e de sua mulher Dona Anna Raposo da Silveira. (Em Raposos Silveiras, capitulo 1º § 9.º) Foi irmão direito de Mathias Cardoso de Almeida (em titulo de Pardos cap. 6º § 3º n. 3—2, a n. 4—9, Salvador Cardoso de Almeida), que nos empregos que teve do real serviço se fez muito recommendavel entre os seus nacionaes paulistas, quando foi eleito para capitão-mor e adjunto do governador Fernão Dias Paes, que foi encarregado da conquista dos barbaros indios *Mapaxos,* e descobrimento das esmeraldas, de que se lhe passou provisão datada em 13 de Março de 1673, na qual se relata que o mesmo governador Fernão Dias Paes havia pedido para seu adjunto ao capitão-mor Mathias Cardoso de Almeida, que tinha grande experiencia d'aquelle sertão, e dos indios gentios d'elle nas entradas de importancia, que já tinha conseguido, em que procedera com muito valor e boa disposição, conquistando o barbaro inimigo, que o deixara domado; o que tudo se lê na sua carta patente de capitão-mor registrada a fl. 99 do livro dos registros n. 4, anno de 1664, do archivo da camara de S. Paulo. Acabada esta conquista e descoberta a lagoa de Vupavuçú, e conseguido o descobrimento das esmeraldas, recolheu-se á patria o capitão-mor Mathias Cardoso de Almeida; e antes de gozar do necessario descanso foi provido em 28 de Janeiro de 1681 em posto de tenente-general da gente da leva de D. Rodrigo de Castel Blanco, governador e administrador geral das minas do sertão do Sabarábuçú, para onde foi servindo ao rei á sua custa com pessoa, fazenda e escravos, armas, polvora e bala, como melhor consta do termo formado nos livros da camara de S. Paulo a 16 de Março do mesmo anno de 1681 á fl. 127 do livro de vereação, titulo 1675. Depois de vencer este grande serviço foi Matias Cardoso encarregado da conquista dos barbaros indios do sertão e campanha do Rio-Grande do districto da capitania de Pernambuco, para cuja guerra por ordem de el-rei D. Pedro se levantou em S. Paulo um terço de infantaria, do qual foi mestre de campo dito Mathias Cardoso de

Almeida em 1689. N'esta guerra e conquista dos inimigos gentios bravos existiu o mestre de campo desde 1689 até 1694, em que domou, conquistou e metteu de paz todas as nações dos barbaros indios d'aquelle sertão até o Ceará, tendo obrado de sorte n'aquelles vastos sertões, que mereceu a el-rei D. Pedro honral-o com patente de governador absoluto da guerra contra os indios inimigos de todas aquellas campanhas, sem subordinação ao governador geral do estado do Brasil. D'este paulista não occultará o segredo do tempo o seu grande nome pelas copiosas e abundantes fazendas de gados vaccuns e cavallares que se estabeleceram e fundaram nos sertões, cujos barbaros habitadores elle conquistou (8). Foi Salvador Cardoso de Almeida juiz de orphãos de propriedade da cidade de São Paulo por cabeça de sua mulher D. Anna Maria Raposo da Silveira, proprietaria do dito officio e filha de Antonio Raposo da Silveira, proprietario do mesmo officio de juiz de orphãos e de sua mulher D. Maria Raposo Siqueira, que foi irmã direita de João Raposo Bocarro, coronel dos regimentos de ordenanças de S. Paulo, de onde eram naturaes. Antonio Raposo da Silveira seguiu o real serviço no Estado da India, e achando-se no forte da Agueda em Gôa, sendo capitão do dito forte Luiz Teixeira de Macedo, sendo atacado pelo inimigo, se portou Antonio Raposo na defesa de um baluarte do mesmo forte com tanto valor, que, destruido o inimigo, mereceu que armassem cavaleiro, de que se lhe passou alvará em Gôa a 12 de Agosto de 1641, que se registrou no livro de matricula geral da India pelo contador Manoel de Figueiredo. Continuou o real serviço até Janeiro de 1645, em que embarcou na náo *Santa Margarida,* da qual era capitão-mor João Rodrigues de Eça, e se lhes passou provisão de mercê em nome de el-rei D. João o IV de escrivão da dita nao, por n'ella ter seus agasalhos, liberdades e privilegios, etc. Em Lisboa foi despachado com mercê de habito da ordem militar de São Thiago, em que fez profissão. Passou ao Brasil com o caracter de capitão-mor, e ouvidor da capitania de S. Vicente e S. Paulo, e falleceu a 6 de Abril de 1663 e foi sepultado na igreja do mosteiro de S. Bento da cidade de S. Paulo ao pé do altar de Nossa Senhora dos Remedios que elle fundou. Falleceu D. Maria Raposo de Siqueira a 7 de Maio de 1707 (9). Salvador Cardoso de Almeida e seu irmão o governador Mathias Cardoso foram filhos de Mathias Cardoso, natural da ilha Terceira, e de sua mulher Isabel Furtado, natural de S. Paulo, como se vê do testamento com que falleceu no 1º de Fevereiro de 1690, Salvador Cardoso de Almeida, e também o testamento com que falleceu Isabel Furtado, mãi do dito juiz de

(8) Secretaria do governo da capitania de S. Paulo, livro 3.º do Reg. geral a fl. 120, na patente do capitão de infanteria Antonio Gonçalves Figueira.

(9) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1.º letra A, inventario de Antonio Raposo da Silveira, maço 3.º letra M. inventario de D. Maria Raposo de Siqueira.

orphãos, a 17 de Abril de 1683 (10). Do matrimonio de D. Anna Pedrosa de Moraes com Salvador Cardoso da Silveira nasceram em S. Paulo oito filhos:

5—1. Luiz Cardoso da Silveira, existe em 1766.

5—2. Francisco Cardoso da Silveira, o mesmo.

5—3. Salvador Cardoso de Almeida, morador em Villa-Boa de Goyazes.

5—4. João Cardoso de Almeida, existe em 1766.

5—5. D. Catharina Cardoso de Almeida, mulher de Simão de Siqueira Pires, sem geração.

5—6. D. Agueda Cardoso de Almeida, mulher de Francisco Rodrigues Barbosa natural de S. Paulo filho de Francisco Rodrigues Barbosa e de sua mulher Joanna Damasceno, ambos de S. Paulo. Neto por parte paterna do capitão Antonio Rodrigues de Medeiros cidadão de S. Paulo que por antonomasia foi chamado o Tripohy; esta alcunha deu o nome a um arraial de Minas Geraes onde este honrado paulista teve o seu estabelecimento; e de sua mulher Joanna Barbosa Maciel tambem de S. Paulo. E pela parte materna de Manoel Rodrigues Góes e de sua mulher Maria de Borba, irmã direita do tenente-general Manoel de Borba Gatto. em titulo de Borbas, cap. 1º § 4º. (Camara Episcopal de S. Paulo, autos de genere do P. Ignacio Rodrigues Barbosa, clerigo de S. Pedro, que é irmão direito do dito Francisco Rodrigues Barbosa acima). E tem até 1766, seis filhos de poucos annos.

5—7. D. Anna Maria Cardoso da Silveira casou em 1766 com Aleixo Corrêa da Cunha, natural e cidadão da villa de Mogy, onde é juiz ordinario em 1769. (Em titulo de Cunhas, cap. 1º § 1º n. 3—3 a n. 4—8.)

5—8. D. Isabel Cardoso de Almeida (falleceu em S. Paulo em 1775 de bexigas).

4—3. Gertrudes Maria de Siqueira (filha de Francisco Pedroso de Almeida havida em sua cunhada...) creada por Maria Nunes de Siqueira, de quem ella tomou o appellido de Siqueira; lhe deu um avultado dote, com o qual conseguiu casamento com José Monteiro da Fonseca, homem nobre natural de Freixo de Espada á Cinta, e foi republicano de S. Paulo, filho de...

§ 2º

2—2. Joaquim de Lara Moraes (filho de D. Isabel de Lara e de Luiz Castanho de Almeida do cap. 7º). Casou com Maria Aguiar, natural de Pornahyba, filha de Alvaro Netto, e de sua mulher Luzia de Mendonça. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 1º § 7º n. 2—3. E teve dois filhos.

3—1. Braz de Almeida Lara.

3—2. Francisca de Almeida.

---

(10) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2.º, letra I, inventario de 1870. Maço 2.º letra S. inventario de Salvador Cardoso de Almeida.

3—1. Braz de Almeida Lara, casou com Paschoa do Rego, que falleceu no dia 1 de Setembro de 1716, natural de Parnahyba, filha de Bento do Rego Barregão, e de sua mulher Maria de Oliveira Diniz. (Em titulo de Taques § 3.º) Casou 2ª vez com Maria Buena, filha de Balthazar de Lemos e Moraes, e de sua mulher Isabel Pires Monteiro. (Em titulo de Botelhos Arrudas já referido.) Falleceu Braz de Almeida Lara em 1734 (11). E teve do seu primeiro matrimonio tres filhos naturaes de Parnahyba (12):

4—1. D. Maria de Lara. Casou com Bernardino Forquim dos Santos, filho de Estevão Forquim Fernandes, e de sua mulher D. Anna de Proença (Em titulo de Taques, § 3º n. 2—8).

4—2. Joaquim de Lara Moraes. Casou na villa de Iguape, onde tem geração.

4—3. Bento do Rego de Almeida, falleceu na fazenda das Jaboticabas dos Curraes da Bahia, para onde fugira da justiça, por ter morto logo quem o insultou nas Minas de Itaverava.

E do seu segundo matrimonio teve cinco filhos:

4—4. Antonia de Almeida, casou com Ignacio de Sá, natural de Parnahyba, filho de José de Sá e Arruda, e sua mulher D. Maria de Araujo. (Em titulo de Arrudas Botelhos, cap. 1º § 7.º).

4—5. D. Agostinha. Casou com Ignacio Rodrigues de S. Payo.

4—6. D. Escholastica Pedroso, que foi casada com Luiz Pedroso de Barros, seu parente. Em titulo de Taques Pompêos § 3º, nos netos de Lourenço Castanho e D. Maria de Araujo.

4—7. D. Maria, falleceu solteira.

4—8. D. Francisca, existe solteira em 1771.

3—2. D. Francisca de Almeida (filha de Joaquim de Lara Moraes, n. 2.—2.) Casou com Gaspar Leme do Prado, filho de João do Prado, e de sua mulher Anna Maria de Louvera (13). E teve seis filhos naturaes de Parnahyba:

4—1. O padre Bento Leme de Almeida, clerigo de S. Pedro, que falleceu na Villa-Real das minas de Cuyabá, estando coajuctor da igreja matriz das ditas minas.

4—2. D. Rosa de Almeida; casou com Manoel de Araujo.

4—3. D. Maria de Almeida.

4—4. D. Anna de Almeida.

4—5. Caetano Leme de Almeida, falleceu solteiro em Goyazes.

4—6. D. Escholastica de Almeida.

§ 3º

2—3. Diogo de Lara Moraes (filho de D. Isabel de Lara, e Luiz Castanho de Almeida do cap. 7º), foi baptizado em Parnahyba

(11) Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 583.

(12) Cartorio da ouvidoria de S. Paulo, maço dos testamentos, o de Paschoa do Rego.

(13) Cam. episcopal de S. Paulo... de genere do P. Bento Leme de Miranda.

a 11 de Setembro de 1654. Casou em Parnahyba a 13 de Janeiro de 1675, com D. Anna Maria Leme, irmã direita do padre Pedro Leme do Prado presbitero de S. Pedro filha do capitão Pedro Leme, e de sua mulher Maria Gonçalves Preto. (Em titulo de Botelhos Arrudas cap. 2º, § 12) (14) Falleceu Diogo de Lara Moraes com testamento a 11 de Fevereiro de 1713. Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 462. E teve cinco filhos:

3—1. Luiz Castanho de Almeida.
3—2. Diogo de Lara Moraes.
3—3. Ignacio de Almeida Lara.
3—4. D. Francisca de Almeida.
3—5. D. Isabel de Lara Moraes.

3.—1. Luiz Castanho de Almeida, foi sargento-mor do regimento dos auxiliares das minas do Cuyabá por patente de Rodrigo Cesar de Menezes, governador e capitão-general da capital de S. Paulo. Foi morador da villa de Sorocaba, onde possuiu uma grande fazenda de cultura no sitio chamado Tavovú do termo da dita villa. N'ella falleceu com testamento a 7 de Fevereiro de 1735; n'elle declarou a sua naturalidade, e os nomes de seus pais, e que fôra casado com D. Isabel Paes (*) que ainda existe em 1771 na villa de Sorocaba na sua fazenda de Tavorú, filho do capitão Hieronimo Ferraz de Araujo. (Em titulo de Ferrazes de Araujos, §. 3º) e de sua mulher D. Maria de Zuniga Rachel de Gusman (15) a qual foi filha de Gabriel Ponce de Leon, natural da cidade real de Cuyabá da provincia da cidade do Paraguay, e de sua mulher D. Maria de Torales, que foi filha do capitão Balthazar Fernandes, o povoador, e de sua primeira mulher D. Maria de Zuniga, irmã inteira de Bartholomêo de Torales, ambos vindos de Villa-Rica de Paraguay. E o dito Gabriel Ponce de Leon foi filho do capitão Barnabé de Contreras, e de sua mulher D. Violante de Gusman (16). Este illustre cavalheiro da provincia de Paraguay se passou para a capitania de São Paulo com outros fidalgos seus parentes, entre os quaes foi Bartholomêo de Torales (filho de Bartholomêo de Torales, e de sua mulher Violante de Zuniga, naturaes da Villa-Rica da cidade de Paraguay) que casou na matriz de S. Paulo a 12 de Setembro de 1636, com D. Maria de Góes, filha de Antonio Raposo e de sua mulher Isabel de Góes. E sua irmã D. Maria de Zuniga, mulher do capitão Balthazar Fernandes o povoador já referido. Barnabé de Contreras y Leon e sua mulher D. Beatriz de Espinoza, naturaes de Santiago de Xerez da provincia do Paraguay trouxeram a filha D. Violante de Guaman que na matriz de S. Paulo a 12 de Agosto de 1637 casou com Domingos do Prado, filho de Martim

---

(14) Em titulo de Lemes, cap. 1.º, § 2.º n. 3—8. p. 310-3-8.

(*) Falta no manuscrito. (Nota da redação).

(15) Cart. da Ouv. de S. Paulo, nos maços do Residuo, testamento de Luiz Castanho de Almeida.

(16) Cartorio de orphãos da Parnahyba, inventario n. 128, o de Gabriel Ponce de Leon, com testamento aberto a 7 de Outubro de 1655.

do Prado. (Em titulo de Prados § 8º, nota *) D. Anna Rodrigues Cabral, falleceu com testamento a 13 de Maio de 1634; natural da Cidade Real de Guairá, filha de Antonio Rodrigues Cabral, e de D. Joanna de Escobar, casada com Bartholomêo de Torales. Parn. A. D. — Todos estes cavalheiros castelhanos se passaram da provincia de Paraguay com suas familias para a capitania de S. Paulo pelos annos de 1620 até 1634, tendo elles estado alguns annos na campanha chamada Vaccaria cujos gados em copiosa abundancia deixaram totalmente, e se passaram, como ficou dito, para S. Paulo, onde então se desconfiou, que estas familias estariam incursas em crimes de lesa magestade que as obrigou a semelhante transmigração.

Do matrimonio de Luiz Castanho e de D. Isabel Paes nasceram na villa de Sorocaba nove filhos:

4—1. D. Anna de Moraes.
4—2. Hieronimo Ferraz de Moraes.
4—3. D. Maria de Almeida Lara.
4—4. Manoel Castanho de Almeida.
4—5. D. Isabel de Lara.
4—6. D. Francisco de Almeida.
4—7. D. Escholastica de Almeida.
4—8. Bento Paes de Almeida.
4—9. Luiz Castanho de Araujo.

4—1. D. Anna de Moraes, casou primeira vez com José de Farias Paes, natural de Sorocaba, onde foi sargento-mor das ordenanças; falleceu com testamento em 1723: filho de Martinho de Faria Paes e de sua mulher Ignez Sanches Domingues de Pontes (17). E teve dois filhos. Casou segunda vez com o capitão Francisco Xavier de Moura, natural de S. Paulo, filho de Leonardo Rodrigues da cidade do Porto e de Catharina Corrêa Perestrello, natural de S. Paulo. Neto paterno de Manoel Rodrigues Setubal e de Maria de Almeida, naturaes da cidade do Porto. E pela materna de João de Moura Gavião da cidade de Lisboa, freguesia de S. Julião, e de Maria da Luz, de S. Paulo, Auto *de genere*, letra I, n. 3. D'este segundo matrimonio teve mais filhos nascidos em Sorocaba. Do primeiro teve na mesma villa duas filhas:

5—1. Maria Paes; falleceu solteira.

5—2. D. Isabel Paes de Faria, casou com Francisco de Almeida Leme, irmão direito de José de Almeida Leme, capitão-mór da villa de Sorocaba. Em titulo de Taques § 3.º, pag. 226, neto de Francisco de Almeida Cabral em titulo Lemes, pag. 917.

4—2. Hieronymo Ferraz de Moraes, falleceu solteiro nas minas do Cuiabá.

(*) Falta no manuscrito. (*Nota da redação*).

(17) Cartorio da ouvidoria de S. Paulo, maços dos testamentos, o de José de Faria, no residuo.

4—3. Maria de Lara, casou com o capitão Thomé de Lara e Abrêo, filho de Antonio de Proença e Abrêo (Proenças Abrêos, cap....) e de sua mulher D. Francisca de Almeida. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3º, nos filhos do capitão-mor Thomé de Lara e Almeida. E teve naturaes de Sorocaba cinco filhos:

5—1. Luiz Castanho de Almeida e Abrêo.
5—2. José de Almeida e Abrêo.
5—3. Antonio de Proença e Abrêo.
5—4. Vicente Paes de Abrêo.
5—5. D. Francisca de Almeida.

4—4. Manoel Castanho de Almeida (n. 3 — 1), existe solteiro em Villa-Boa de Goyazes em 1766.

4—5. D. Isabel de Lara (idem), casou com Silvestre de S. Paio, que foi para o Cuiabá, filho de Antonio de S. Paio e de sua mulher D. Ignacia de Almeida. Sem geração. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 3º, § 2º.

4—6. D. Francisca de Almeida, casou com Antonio Rodrigues de S. Paio, filho dos mesmos acima n. 4 — 5. Tem geração.

4—7. D. Escholastica de Almeida, elegeu o estado celibato.

4—8. Bento Paes de Almeida, solteiro em 1766.

4—9. Luiz Castanho de Araujo, casou com D. Maria de Lara, filha de Thomé de Lara e Abrêo, e de sua mulher D. Maria de Lara (retro do n. 4 — 3), filha do sargento-mor Luiz Castanho de Almeida, e sua mulher D. Isabel Paes. Deixou geração.

3—2. Diogo de Lara Moraes (*) (filho segundo de Diogo de Lara Moraes, § 3º), foi um dos paulistas que soube conciliar o respeito com a affabilidade, e a estimação com a integridade. Da patria passou para as Minas-Geraes no tempo da grandeza dellas, e fazendo-se bem conhecido pela sua qualidade e moraes virtudes, foi eleito capitão-mor e regente do arraial populoso das minas chamadas de Gurapiranga por carta-patente do governador e capitão general de S. Paulo e Minas, D. Braz Balthazar da Silveira. Depois de recolhido á patria, passados annos foi para as minas do Cuiabá, onde assás soube merecer uma geral veneração e estimação de todos, que lhe davam o caracter de *honrado paulista*. Nellas falleceu com grande sentimento dos que lhe respeitavam as acções virtuosas, que praticava. Sem fazer differença aquella nescia e abominavel desaffeição introduzida nos européos portuguezes contra os paulistas,

(*) Este capitão-mor Diogo de Lara e Moraes falleceu no Cuiabá a 22 de Outubro de 1738 á noite no seu sitio do rio Cuiabá, onde até hoje se conserva seu neto bastardo; com testamento em que declarava mais dividas do que bens, por cuja razão se absteve o filho por si, e como procurador de sua mãi da herança, que foi arrecadada pelo juizo dos ausentes de Cuiabá, onde se acha o testamento e inventario. Elle foi o juiz ordinario mais velho no segundo anno da creação daquella vara, que foi erecta em..... no 1.º de Janeiro de 1727 por Rodrigo Cesar de Menezes, general da capitania de S. Paulo.

O autor teve noticia disto mesmo, pois o escreveu em outro titulo que me não lembra; e no tempo em que escreveu o titulo de Laras não teria essa certeza, ou se esqueceu.

sem que baste para desigual merecimento a demonstração de amor que os paulistas bem acreditam com estes inimigos, pois em casamentos, e com avultados dotes no contracto do matrimonio lhes entregam as filhas, as irmãs e as sobrinhas; e nada disto até agora tem sido Iris da paz entre estas indesculpaveis opposições tão geralmente praticadas, que têm sido por muitas vezes objecto para injustiças, não só na falta dos premios em relevantes serviços do rei, da igreja e do bem commum, mas até da attenção do agrado e da estimação. Foi casado o capitão-mor Diogo de Lara Moraes na villa de Itú com D. Anna de Arruda (que falleceu em 1770), filha de Sebastião de Arruda Botelho e de sua mulher D. Isabel de Quadros. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 2º, § 12. E teve do seu matrimonio filho unico natural da villa de Itú.

4—1. Francisco Ribeiro de Moraes, que existe solteiro nas minas de Cuyabá, acreditando com geral applauso as virtudes moraes de seu honrado pai, que as sabe praticar com todos para conseguir o bom nome que tem adquirido. Tem briosos estimulos para qualquer empreza do real serviço, em que foi occupado. Conserva-se com necessaria decencia, sem superfluidades, que tanto têm destruido as casas pelos excessos do tratamento. E sendo assáz convidado para casamentos, com pretextos politicos, tem abandonado diversas eleições para não se sujeitar ao pesado jugo do matrimonio (*).

3—3. Ignacio de Almeida Lara (filho 3º de Diogo de Lara Moraes, § 3º), foi sargento-mor das ordenanças da villa de Itú, onde casou a 22 de Novembro de 1716 com D. Anna Pedroso de Cerqueira, *filha de Antonio de Oliveira Pedroso, natural e cidadão da cidade de S. Paulo, sargento-mor por patente régia na guerra de Pernambuco contra os rebellados da conquista do sertão dos Palmares,* a que foram de soccorro os paulistas com um grande corpo de tropas milicianas, e os cabos vencendo soldo; e deste exercito foi mestre de campo Domingos Jorge Velho, e de sua mulher, D. Maria de Almeida, natural da villa de Parnahyba. Neta pela parte paterna de Fernando de Oliveira Vargas, natural da cidade de Tavira, e cidadão de S. Paulo, onde occupou os honrosos cargos da republica (irmão direito de Ignacio de Oliveira Vargas, que casou no Rio de Janeiro, e de quem é neto o Revd. Ignacio de Oliveira Vargas, commissario do santo officio, e thesoureiro-mor da sé da mesma cidade, em que existe em 1766), que falleceu com testamento a 22 de Fevereiro de 1653 em S. Paulo, e de sua mulher D. Anna Borges de Cerqueira, natural da dita cidade de S. Paulo, que foi irmã por parte de mãi de D. Antonia, mulher do mestre de campo Antonio Raposo Tavares, que são os avós de Pedro Dias Paes Lemes, fidalgo da casa real, etc. E teve naturaes da villa de Itú nove filhos:

(*) Este Francisco Ribeiro de Moraes foi tenente da guerra ao gentio *Payaguá*. Foi muitas vezes juiz ordinario no Cuyabá, onde falleceu com testamento a 26 de Dezembro de 1780 (régistrado no livro 8.º dos residuos do Cuyabá a fl. 91 v. deixando por herdeiros a tres filhos illegitimos que existem. Comprou o sitio e mais bens que foram do capitão-mor seu pai, de cuja herança se absteve.

4—1. Antonio de Oliveira Moraes, falleceu solteiro afogado no Rio Grande, indo a uma diligencia do real serviço, que lhe foi recommendada por João Rodrigues Campello, ouvidor geral de S. Paulo e sua camara.

4—2. Ignacio de Almeida Lara, solteiro em 1766.

4—3. José de Oliveira, que segue o real serviço em praça de soldado no Rio-Grande de S. Pedro do Sul.

4—4. Angelo de Almeida, morador na capitania de Goyazes, solteiro em 1766.

4—5. D. Maria de Almeida, que na matriz de Nossa Senhora do Pilar, sitio das minas da Papoã, da comarca da Villa-Bôa de Goyazes, casou com Francisco de Campos Silva de conhecida nobreza na cidade do Porto, sua patria.

4—6. Francisco de Moraes Pedroso, sargento-mor das ordenanças da villa de Sorocaba por patente de D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, passada em 1766, e confirmada depois. Casou com D. Maria de Belém, filha do sargento-mor Antonio Loureiro da Silva e de sua mulher D. Anna de Arruda. (Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 2º, § 1º, n. 2—7.) E teve tres filhos, que são de tenra idade, naturaes de Sorocaba.

4—7. João de Almeida Lara, casou com D. Bernarda de Almeida Loureiro da Silva. (Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 2º, § 1º, n. 2 — 7).

4—8. D. Maria de Almeida, casou no Pilar com... Barbosa, sobrinho do sargento-mor João Barbosa de Lima.

4—9. D. Francisca de Almeida, casou com Antonio de Arruda Sá, filho de Francisco de Arruda e de D. Anna de Proença. (Em titulo de (*supra.*)

3—4. D. Francisca de Almeida (filha de Diogo de Lara Moraes do § 3º), elegeu o estado de solteira por mais perfeito (*). Falleceu em Janeiro de 1769 em Sorocaba.

3—5. D. Isabel de Lara (filha ultima do dito Diogo de Lara), fez estabelecimento no sitio de Araçariguama, freguezia da Senhora da Penha de França termo da villa de Parnahyba. Foi casada com João de Godoy Collaço, filho de Gaspar de Godoy Collaço, natural e cidadão de S. Paulo, tenente-general por patente e mercê de el-rei D. Pedro, da Conquista da Vaccaria, e que foi pelo mesmo rei encarregado, por ser este paulista um dos grandes soldados para qualquer acção na guerra dos barbaros indios; e de sua mulher D. Sebastiana Ribeira de Moraes. (Em titulo de Moraes, cap. 3º, § 2º, n. 3 — 5 e seguintes.) E teve naturaes de Araçariguama sete filhos:

4—1. José de Godoy, casou sem eleição da sua distincta nobreza com Ignez Monteiro, filha de Antonio Pires Monteiro, e de sua mulher Maria Rodrigues, natural de Parnahyba (elle natural

(*) Falta no manuscrito. (*Nota da redação*)

da villa de Jundihy), da familia das mulheres dos Faons de Parnahyba.

4—2. Luiz Castanho, que depois ficou chamando-se Luiz Pedroso de Almeida Lara. Casou em Parnahyba a 3 de Março de 1738 com Escholastica de Aguiar Lara, natural da mesma villa, filha de Paulo de Aguiar Lara, natural de S. Vicente, e de sua mulher Maria de Brito Silva, natural de Parnahyba, a qual foi filha de Gaspar de Brito, e de sua mulher Joanna de Almeida Neves. E teve quatro filhos:

5—1. Gaspar de Godoy Castanho, casou...

5—2. D. Isabel de Lara Leite, casou com João Barbosa do Rego.

5—3. D. Mecia de Almeida Lara, casou com José Frazão, filho de Pedro Frazão, o dos Anhumas.

5—4. D. Maria Antonia de Godoy, casou com Bernardo Guedes Barreto, irmão de João Barbosa do Rego, supra 5 — 2.

4—3. Gaspar de Godoy de Almeida, casou primeira vez com Escholastica de Mariz, filha de Paulo de Aguiar Lara, e Maria de Brito Silva acima no n. 4 — 2, sem geração. E segunda vez casou em Araçariguama com Anna Maria, filha de Sebastião Soares de Camargo, e sua mulher Maria Pires, natural de Araçariguama, filha do capitão Rodrigo Bicudo Chassim, etc. Neta paterna de Francisco Bueno de Camargo, e Maria da Silva. E teve um filho Francisco.

4—4. D. Mecia de Moraes, casou em 1747 com Marcos Leite, natural de Itú, filho de Pedro Vaz de Barros, e de sua mulher D. Gertrudes de Arruda. (Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 1º, § 4º, n. 3 — 4.)

4—5. D. Isabel de Lara, casou em 1747 na matriz de Nossa Senhora da Penha, com Mathias Leite de Barros (a) natural de Itú, irmão direito de Moraes Leite, supra.

4—6. D. Maria de Lara, casou em Goyazes com Domingos da Costa Guimarães, natural de Guimarães.

4—7. João de Godoy, falleceu solteiro em Araçariguama.

§ 4º

2—4. Antonio Castanho da Silva (filho de D. Isabel de Lara, do cap. 7º); acompanhou a seu pai Luiz Castanho de Almeida na ultima entrada que fez ao sertão dos Goyazes, e no ribeirão dos Guanicus foi o successo acontecido, que narramos no cap. 7º. Recolhido do sertão tendo nella miraculosamente escapado com vida, quando no rio de Meia-Ponte lhe atravessaram o pescoço com uma frecha. Casou com Luiza de Mendonça, filha de Thimoteo Leme e de sua mulher Luzia de Mendonça, que foi filha de João Gonçalves de Aguiar, que falleceu em Parnahyba com testamento a 10 de

(a) Filho de Pedro Vaz de Barros e Gertrudes de Oliveira (A. S. C.).

Novembro de 1668, e de sua mulher Luzia de Mendonça. Estes foram tambem pais de frei Francisco do Rosario da ordem de S. Francisco. Falleceu Antonio Castanho da Silva com testamento a 23 de Abril de 1700 e foi sepultado no jazigo de seu pai, que o teve proprio na igreja matriz de Parnahyba (18). E teve, como consta do cartorio de orphãos de Parnahyba n. 407, duas filhas:

3—1. D. Isabel de Mendonça.

3—2. D. Luzia de Mendonça, que falleceu solteira.

3—1. D. Isabel de Mendonça, casou com Paschoal Leite de Miranda, que era irmão inteiro de José Corrêa Leite, familiar do santo officio, e de D. Anna Ribeira, que foi mãi do Revm. Dr. Lourenço Leite Penteado, conego penitenciario da sé de S. Paulo, que serviu de vigario capitular em sede vacante por morte do primeiro bispo D. Bernardo Rodrigues Nogueira. (Em titulo de Mirandas, cap. 3º, § 1º, com toda a descendencia de D. Isabel de Mendonça, e Paschoal Leite.)

§ 5º

2—5. José de Almeida Lara (cap. 7º), casou em Jundiahy a 23 de Maio de 1694 com D. Marianna de Siqueira Moraes, irmã direita do padre João de Moraes Navarro, clerigo de S. Paulo, filho de Manoel Rodrigues de Moraes, e de sua mulher Francisca de Siqueira. (Em titulo de Moraes, cap. 2º, § 8º.) E teve dez filhos naturaes de Parnahyba.

3—1. D. Isabel de Lara.

3—2. D. Francisca de Siqueira.

3—3. Manoel de Moraes Navarro.

3—4. D. Maria de Siqueira.

3—5. Luiz Castanho de Moraes Antas.

3—6. D. Marianna Paes de Siqueira.

3—7. Guilherme Pedroso de Moraes.

3—8. José de Almeida.

3—9. Antonio Castanho da Silva.

3—10. Pedro de Lara Moraes.

3—1. D. Isabel de Lara, nasceu a 20 de Fevereiro de 1695, e foi baptizada a 27 do mesmo mez na capella de sua tia D. Anna de Proença Taques, mulher do commendador Manoel de Brito Nogueira, casou com José Fernandes Paes, natural da freguesia de Santo Amaro, termo da cidade de S. Paulo, e filho de Francisco Fernandes, e de sua mulher Maria Paes, da mesma freguezia. Falleceu em Goyazes. E teve (19) oito filhos naturaes de Parnahyba:

(18) Cartorio da ouvidora de S. Paulo, nos maços do residuo, testamento de Antonio Castanho da Silva.

(19) Ohphãos de Parnahyba, inventario n. 670, o de José Fernandes Paes.

4—1. D. Mariana Paes de Siqueira, que foi casada com Manoel de Pinho. Sem geração.

4—2. João de Almeida Paes, falleceu solteiro.

4—3. José Paes de Almeida, casou com Maria Theresa de Jesus, filha de Pedro de Macedo Souto-Maior, que falleceu em Parnahyba com testamento a 7 de Fevereiro de 1748, que era natural da Villa Real (filho de D. Duarte de Macedo Souto-Maior, e de D. Catharina Lourença, em que houve este filho), e de sua mulher Maria Ribeira (20).

4—4. D. Escholastica. Falleceu menina.

4—5. D. Rita. Falleceu menina.

4—6. D. Anna Pedroso de Moraes, casou com Rodrigo da Costa Santarém, e foram de morada para Goyazes.

4—7. Antonio Castanho Paes.

4—8. D. Maria Paes de Almeida, casou com o alferes Hieronimo da Rocha, natural de Parnahyba, filho do capitão Manoel de Oliveira e de sua mulher Maria da Rocha.

3—2. D. Francisca de Siqueira (§ 5º), nasceu a 27 de Fevereiro de 1696 e falleceu com testamento em Parnahyba a 30 de Julho de 1751. (Cartorio de orphãos de Parnahyba n. 666.) Foi casada duas vezes: a primeira com Paulo Fernandes Paes, de quem não teve filhos; a segunda com Francisco Gonçalves de Oliveira, natural da villa de Vianna do Minho e capitão das ordenanças da villa de Parnahyba, e teve unica filha, D. Rosa Maria de Siqueira.

3—3. Manoel de Moraes Navarro (§ 5º), nasceu a 14 de Abril de 1697; casou na villa de Sorocaba, onde se estabeleceu, com D Escholastica Soares Leite, filha do capitão Domingos Soares Paes e de sua mulher Maria Leite da Silva. (Em titulo de Ferrazes Araujos.) Tem servido os cargos da republica e o de juiz ordinario muitas vezes, porque as suas moraes virtudes despertam sempre a lembrança dos eleitores dos pelouros para não deixarem descansar muitos annos a Manoel de Moraes Navarro, que como amigo da verdade, praticando o dom da sua innata prudencia e affabilidade, nunca jamais ficou culpado nas devassas dos corregedores, nem nas da Janeyrinha, a que se procede na forma da ordenação do reino. Porém, quando acaba o pesado jugo da vara de juiz ordinario não fica livre de maior peso com o encargo de juiz dos orphãos triennal, cujo officio, com grande utilidade dos pupillos, tem desempenhado nos tres triennios, que tem exercitado com geral applauso dos corregedores, que lhe têm tirado a residencia como dispõe a real ordem do 1731. Ainda existe em 1766, posto que já decahido de forças, na sua fazenda de cultura, e aguardente. Do seu matrimonio teve dez filhos.

4—1. Domingos de Moraes Navarro serve a el-rei em praça de soldado no Rio Grande de S. Pedro do Sul.

(20) Orphãos de Parnahyba n. 645, inventario de Pedro de Macedo Souto-Maior.

4—2. José de Almeida Lara, que, resistindo por espaço de meio dia a um grosso troço de negros foragidos, a que no Brasil chamam calhambolas, sem mais forças que a de tres armas de fogo, que manejavam elle e dois mulatos seus escravos, de dentro de casa, e tendo boa pontaria morreram muitos e ficaram feridos quasi todos; até que, acabada a polvora, avançaram os negros de pelotão e lhe acabaram a vida e a dos dois mulatos; e depois de morto lhe cortaram a cabeça e todos os membros, sem escapar da violencia destes barbaros as partes pudendas; de tal sorte, que ficou aquelle cadaver feito um crivo de chagas pelas muitas facadas com que o odio dos pretos empregou a sua furia. Este infeliz successo aconteceu nas minas do Pilar, sitio da Papuã, da comarca da Villa-Boa de Goyases, estando o pai do morto ausente de casa, que era construida nas suas lavras mineraes ao pé da estrada chamada dos Guarinos; e recolhendo-se a ella com os escravos que o acompanhavam achou o filho morto como fica referido, tendo escapado um mulato de 10 ou 12 annos, escondido no centro de uma cata profunda, e com escolta dos visinhos trouxe o cadaver para o arraial para dar-lhe sepultura, e a pedir soccorro á justiça para seguir a trilha dos aggressores de tão horroroso insulto, e dos roubos que fizeram na casa, levando tudo quando puderam carregar. Porém, não achou Manoel de Moraes Navarro o menor auxilio dos ministros de Justiça, que eram dois juizes ordinarios, e, excitado da sua justificada dor, formou com parentes e amigos um corpo de armas, que, governado mais pelo ardor do espirito que pelas forças dos seus annos, e desfallecimento das suas lagrimas, porque o filho morto era de grande esperanças, penetrou as veredas do sertão, pois onde se entranharam os foragidos, porém, sem effeito, por logo ao segundo dia choveu tanto que inteiramente não puderam descobrir mais a trilha para ser seguida. Porém, antes de muitos dias, em diversos sitios, experimentou outras vidas a tyrannia dos taes foragidos, que puzeram em consternação aos moradores daquelle continente, que deu occasião ao conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, governador e capitão-general da capitania de Goyazes em 1751, a passar em pessoa ao dito arraial, e com elle o Dr. ouvidor geral Sebastião José da Cunha Soares, que permittiram que livremente se atacassem aos quilombos, matando-se nelles os negros que se puzessem em resistencia, como se pratica em Minas Geraes; e ainda assim não cessam os roubos, mortes e insolencias; de sorte que, para se evitar um futuro levantamento dos pretos contra os brancos, se empenhou a actividade, ardor, zelo e desembaraço do coronel José Antonio Freire de Andrade (hoje conde de Bobadella), governador da capitania de Minas-Geraes, a vencer a Bartholomêo Bueno do Prado, natural de S. Paulo, por si e seus avós, para capitão-mor e conquistador de um quasi reino de pretos foragidos, que occupavam a campanha desde o rio das Mortes até o Grande, que se atravessava na estrada de S. Paulo para Goyazes. Bartholomêo Bueno desempenhou tanto o conceito que se formava do seu valor e disciplina da guerra contra esta canalha, que se recolheu victorioso,

apresentando 3.900 pares de orelhas dos negros, que destruiu em quilombos, sem mais premio, que a honra de ser occupado no real serviço, como consta dos accórdãos tomados em camara de Villa-Rica sobre esta expedição, e o effeito della para total segurança dos moradores daquella grande capitania.

4—3. Luiz Pedroso de Moraes Navarro.
4—4. Manoel Vicente de Moraes.
4—5. João Leite de Moraes.
4—6. D. Maria Leite de Moraes.
4—7. D. Marianna de Siqueira e Moraes.
4—8. D. Anna de Almeida Moraes.
4—9. D. Isabel de Lara Moraes.
4—10. D. Francisca de Almeida e Moraes.

3—4. D. Maria de Siqueira (filha de José de Almeida Lara, do § 5º), nasceu a 13 de Outubro de 1699. Falleceu a 11 de Janeiro de 1710, solteira.

3—5. Luiz Castanho de Moraes (idem), nasceu a 23 de Maio de 1703. Está casado com D. Francisca Soares, filha do Capitão Domingos Soares Paes, e de sua mulher D. Maria Leite da Sliva. Tem servido os cargos honrosos da republica da villa de Sorocaba, onde fez o seu estabelecimento. E teve dez filhos:

4—1. D. Maria Leite de Anunciação, está casada com João Bicudo de Almeida, filho de Sebastião Bicudo de Proença, e de sua mulher Isabel Domingues do Prado.

4—2. D. Marianna de Siqueira e Moraes, está casada com Francisco de Camargo, filho do alferes José Munhos, e de sua mulher Catharina Domingues.

4—3. D. Isabel de Lara.

4—4. Salvador de Lara e Moraes.

4—5. Manoel de Almeida e Moraes, que está habilitado para sacerdote (*). Se assentou praça de soldado em Santos, e desertando para Minas-Geraes, alli assentotu praça de dragão em que existe em 1771.

4—6. Alexandre Pedroso de Moraes.
4—7. Luiz Castanho de Moraes Leite.
4—8. Francisco de Almeida Moraes.
4—9. José Maria Leite de Moraes.
4—10. Joaquim Maria Leite de Moraes.

3—6. D. Marianna Paes de Siqueira (§ 5º), nasceu a 8 de Outubro de 1702. Casou a 15 de Fevereiro de 1733 com Francisco de Godoy da Silva, filho de Balthazar de Godoy, o Pucú de alcunha. É este neto de Sebastião Gil de Godoy. E tiveram:

4—1. Ignacio de Godoy Silva, que nasceu a 4 de Setembro de 1737.

(*) Falta no manuscrito. (*Nota da redação*).

4—2. D. Isabel de Godoy, que nasceu a 21 de Setembro de 1735. Casou com Antonio de Almeida e Abrêo.

3—7. Guilherme Pedroso de Moraes (§ 5º), nasceu a 21 de Julho de 1707. Casou com Maria da Cunha de Oliveira, filha de João da Cunha, natural da freguesia de S. Bartholomeu de S. Gens, conselho de Monte-Longo, arcebispado de Braga, e de sua mulher Margarida de Oliveira de Brito. Neta pela parte paterna de João da Cunha e de sua mulher Catharina Gonçalves. E pela materna neta de João da Costa Homem e de sua mulher Anna Vieira de Domingos Machado Jacome e de sua mulher Margarida de Oliveira. E teve em Parnahyba sete filhos:

4—1. José Pedroso de Moraes Lara.

4—2. João de Moraes Navarro de Antas.

4—3. Lourenço Castanho de Oliveira Barros.

4—4. Raymundo Vieira Baruel Machado.

4—5. Antonio da Cunha Gonçalves de Siqueira.

4—6. D. Anna Pedroso de Moraes Siqueira.

4—7. D. Catharina de Senna de Almeida Lara.

3—8. José de Almeida Lara, nasceu a 4 de Dezembro de 1711, existe solteiro.

3—9. Antonio Castanho da Silva (§ 5º), nasceu a 7 de Outubro de 1713. Está casado com D. Rosa Maria Teixeira, natural da cidade de S. Paulo, filha de Luiz Teixeira de Azevedo, e de sua mulher Isabel Colaço. (Em titulo de Alvarengas, cap. 5º) E teve nascidos em Parnahyba nove filhos:

4—1. João, que depois de baptizado voou para o ceo.

4—2. Luiz Castanho Navarro de Moraes e Antas, que na recruta que se fez em S. Paulo de quatro companhias para o Rio-Pardo, foi feito tenente da companhia do capitão Simão de Toledo de Almeida, em 17... Foi prisioneiro para Buenos-Ayres, de donde passando para a cidade de Cordova, nella está casado e morador.

4—3. José Castanho de Azevedo.

4—4. Manoel Rodrigues de Moraes Antas. Director da aldêa de Maruyry do real padroado.

4—5. Antonio Castanho de Azevedo.

4—6. Feliciano, falleceu de nove annos.

4—7. D. Anna Joaquina Castanho.

4—8. D. Custodia Maria.

4—9. D. Joaquina.

3—1. Pedro de Lara e Moraes (§ 5º), nasceu a 6 de Novembro de 1715. Falleceu sem geração.

2—6. D. Catharina de Almeida (filha de D. Isabel de Lara e de Luiz Castanho de Almeida, do cap. 7º), casou com Vicente

Gonçalves de Aguiar, natural de Parnahyba, onde falleceu com testamento, em o qual declarou que era filho do capitão João Gonçalves de Aguiar, natural da cidade do Rio de Janeiro, e de sua mulher Luzia de Mendonça, natural da villa de Parnahyba (21), irmã direita de frei Francisco do Rosario, da ordem de S. Francisco. E teve dois filhos naturaes de Parnahyba:

3—1. Vicente Gonçalves de Almeida.

3—2. D. Isabel de Lara.

3—1. Vicente Gonçalves de Almeida, falleceu com testamento a 12 de Novembro de 1731. Foi casado com D. Isabel da Silva Naves, filha de João de Almeida Naves, natural da villa de Algodre, bispado de Vizêo, e de sua mulher Maria da Silva (22). A dita D. Isabel da Silva Naves falleceu em 1735. (Cart. supra, inventario n. 581 de D. Isabel da Silva.) E teve dois filhos:

4—1. Vicente Ferreira de Almeida, falleceu em 1735 e foi casado com D. Escholastica da Silva Bueno, filha do capitão Francisco da Fonseca e de sua mulher Margarida da Silva. E teve uma filha, D. Ignacia de Loyola, que foi para Goyazes com seus paes.

4—2. D. Maria de Almeida Lara, que existe no estado de viuva de seu marido e primo D. Francisco Taques Rendon. (Em titulo de Taques Pompêo, cap. 3º, nos netos do capitão-mor Pedro Taques de Almeida.)

3—2. D. Isabel de Lara (§ 6º), casou com Pedro Leme Ferreira. (Em titulo de Lemes, cap. I, § 4º.)

§ 7º

2—7. D. Magdalena Fernandes de Moraes (cap. 7º) foi casada com João Gomes. Falleceu a 18 de Junho de 1682 com testamento. (Cart. de orph. de Parn., inv. n. 308.) Sem geração.

§ 8º

2—8. Ignacio de Almeida Lara (cap. 7º) falleceu com testamento a 31 de Agosto de 1690: foi casado com D. Isabel Domingues Paes, filha de Martim Garcia Lumbria, capitão-mor governador da capitania de Itanhaen em 1693, e de sua mulher D. Maria Domingues Paes. Sem geração.

---

(21) Em titulo de Bicudos, cap. 5.º; § 3.º; Cart. de orph. de Parn., inv. 387 de Vicente Gonçalves de Aguiar. O do capitão João Gonçalves de Aguiar, n. 210.

(22) Cart. de orph. de Parnahyba, n. 108, inv. de João de Almeida Naves. O testamento que se abriu a 11 de Março de 1715.

§ 9º

2—9. D. Antonia de Almeida (cap. 7º) casou com Hieronimo Ferraz de Araujo. Sem geração.

§ 10

2—10. D. Maria de Almeida Lara (filha de D. Isabel de Lara, do (cap. 7º), casou com Jorge de Mattos, natural de S. Jorge em a ilha do Tôpo, filho de João de Mattos, e de sua mulher Anna Francisca. Falleceu com testamento a 19 de Abril de 1659 (22). E teve filha unica, D. Susanna de Mattos, que falleceu menina.

§ 11

2—11. João (cap. 7º) falleceu de tenros annos.

CAPITULO VIII E ULTIMO

1—8. O P. Pedro de Lara e Moraes, clerigo de S. Pedro, passou-se para a Ilha Grande Angra dos Reis. Nella descobriu pelos annos de 1647 os campos e terras de ge... na (*) em Mambiccoba, e pediu de sesmaria quatro leguas, dizendo na supplica que esperava de S. Paulo a seus pais com quatro genros cunhados delle, que eram Lourenço Castanho Taques, Luiz Castanho de Almeida, Tristão de Oliveira Gago e Francisco Martins Bonilha (Cart. da provedoria da fazenda real de S. Paulo, livro de sesmarias, n. 10, anno 1643, pag. 65), e lhe foram concedidas as ditas quatro leguas para o dito effeito. Porém, nem os pais, nem os cunhados foram, e somente seu irmão Joaquim de Lara foi ser morador da Ilha Grande, como já se disse no cap. 1º.

---

(23) Cart. de orph. de Parnahyba, inv. n. 145; o de Jorge de Mattos.

(*) Em consequencia da traça acha-se esta palavra inintelligivel. (*Nota da Redação*).

ÍNDICE DO TOMO I